



DIAGNÓSTICO TÉCNICO

BALNEÁRIO CAMBORIÚ | 2025

VERSÃO PRELIMINAR



PREFEITURA
BALNEÁRIO
CAMBORIÚ



Fepese

Foto: Biazotto Imóveis

DIAGNÓSTICO TÉCNICO MUNICIPAL

Versão Preliminar

Realização:



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

Execução e Consultoria Técnica:



EQUIPE TÉCNICA LÍDER

RUBENS RICARDO FRANZ
Administrador – CRA/SC 3253
- Coordenação Geral -

MADOLON REBELO PETERS
Engenheira Civil – CREA/SC 063557-0
Mestra em Engenharia Ambiental
- Coordenação Técnica -

VIVIAN MENDES DA SILVA MARTINS
Arquiteta e Urbanista – CAU/SC A48075-4
Mestra em Arquitetura e Urbanismo
- Coordenação Técnica -

MAIKE MARCELINO VITÓRIO
Engenheiro Civil – CREA/SC 147436-0
Especialista em Engenharia da Qualidade
Especialista em Engenharia Ambiental

NORBERTO RIECK JUNIOR
Geólogo – CREA/SC 088533-2
Mestre em Geoquímica

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Balneário Camboriú/SC	24
Figura 2 – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)	26
Figura 3 – Mapa dos Roteiros Turísticos Regionais de Santa Catarina	28
Figura 4 – Capela de Santo Amaro - 1840, Barra do Rio Camboriú	30
Figura 5 – Hotel Miramar – 1934 e atual, Centro	31
Figura 6 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 1938 e 1957	31
Figura 7 – Orla da Praia Central – 1958 a 1965, Centro	32
Figura 8 – Capela da Paz, 1961, Centro	33
Figura 9 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 1969 e 1978	33
Figura 10 – Orla da Praia Central – 1970, Centro	34
Figura 11 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 2000 e 2012	35
Figura 12 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 2017 e 2025	36
Figura 13 – Orla da Praia Central – 2025, Centro	37
Figura 14 – Mapa de Macrozoneamento Municipal	41
Figura 15 – Mapa de Microzoneamento Municipal	41
Figura 16 – Estrutura do Índice De Desenvolvimento Humano	47
Figura 17 – Métrica do Índice De Desenvolvimento Humano	48
Figura 18 – Parâmetros de desenvolvimento IFDM	49
Figura 19 – Radar dos ODS	51
Figura 20 – Evolução do Índice	51
Figura 21 – Dias e horários de Coleta Convencional em Balneário Camboriú	108
Figura 22 – Dias e horários de Coleta Seletiva em Balneário Camboriú	109
Figura 23 – Equipamento urbano vs. raio de Abrangência	127
Figura 24 – Equipamento urbano vs. área de deslocamento a pé	128
Figura 25 – Mapa de Equipamentos de Educação - Ensino Fundamental	141
Figura 26 – Mapa de Equipamentos de Educação - Ensino Infantil	142
Figura 27 – Mapa de Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio	145
Figura 28 – Mapa de Equipamentos de Saúde - Unidades Básicas de Saúde	160
Figura 29 – Mapa de Equipamentos de Saúde - Hospitais	162
Figura 30 – Mapa de Equipamentos de Saúde - Centros de Atenção Psicossocial	167
Figura 31 – Mapa de Equipamentos de Esporte e Lazer	170

Figura 32 – Mapa de Praças e Parques	174
Figura 33 – Mapa de Equipamentos Culturais	178
Figura 34 – Mapa de Equipamentos de Assistência Social	187
Figura 35 – Mapa de Equipamentos de Segurança	194

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes para Balneário Camboriú	48
Tabela 2 – IFDM	50
Tabela 3 – IDSC	51
Tabela 4 – IEGM	53
Tabela 5 – IDHM Renda	56
Tabela 6 – FIRJAN – EMPREGO & RENDA	57
Tabela 7 – Renda per capita	57
Tabela 8 – Participação da Administração Pública no valor adicionado	58
Tabela 9 – Participação da agropecuária no valor adicionado	59
Tabela 10 – Participação da indústria no valor adicionado	60
Tabela 11 – Participação dos serviços no valor adicionado	61
Tabela 12 – Valor adicionado per capita	62
Tabela 13 – Saldo empregos gerados	63
Tabela 14 – Valor arrecadado com ISS	67
Tabela 15 – PIB per capita - RAIS	69
Tabela 16 – Crescimento populacional	79
Tabela 17 – Índices de Vulnerabilidade Social	85
Tabela 18 – Índices de Educação	86
Tabela 19 – Estrutura Setorial de Emprego	87
Tabela 20 – Índices de Trabalho e Renda	87
Tabela 21 – Comparativo entre os dados de longevidade, mortalidade e fecundidade no município de Balneário Camboriú	88
Tabela 22 – Indicadores de Abastecimento de Água de Balneário Camboriú	104
Tabela 23 – Tempo do percurso de deslocamento a pé	128
Tabela 24 – IDHM Educação	130
Tabela 25 – IFDM Educação	131
Tabela 26 – IEGM Educação	131
Tabela 27 – IDHM Longevidade	148
Tabela 28 – IFDM Saúde	149
Tabela 29 – IEGM – TC/SC – Saúde	149
Tabela 30 – Mortalidade infantil	150

Tabela 31 – Esperança de vida ao nascer	150
Tabela 32 – Taxa de mortalidade	152
Tabela 33 – Taxa de envelhecimento	154
Tabela 34 – Índice de Theil	181
Tabela 35 – Índice de Gini	182

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Macrozoneamento e Microzoneamento Municipal	42
Quadro 2 – CAPAG	54
Quadro 3 – Taxa de natalidade (Nascidos vivos de residentes/População) x 1.000	81
Quadro 4 – Ecopontos de Balneário Camboriú	110
Quadro 5 – Centro de Educação Municipal	140
Quadro 6 – Núcleos de Educação Infantil	141
Quadro 7 – Escolas estaduais em Balneário Camboriú	145
Quadro 8 – Estrutura da atenção básica e de urgência de Balneário Camboriú	158
Quadro 9 – Centros de Especialidades de Balneário Camboriú	163
Quadro 10 – Farmácias Municipais de Balneário Camboriú	164
Quadro 11 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	165
Quadro 12 – Núcleos de Atenção de Balneário Camboriú	166
Quadro 13 – Academias, campos de futebol e ginásios de esportes em Balneário Camboriú	169
Quadro 14 – Praias em Balneário Camboriú	172
Quadro 15 – Praças e áreas verdes de lazer em Balneário Camboriú	173
Quadro 16 – Equipamentos culturais em Balneário Camboriú	177
Quadro 17 – Eventos culturais em Balneário Camboriú	178
Quadro 18 – Unidades de Assistência Social de Balneário Camboriú	187
Quadro 19 – Número de ocorrências de mortes violentas, tentativa de morte e outras mortes em Balneário Camboriú	190
Quadro 20 – Instituições de Segurança Pública em Balneário Camboriú	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor adicionado da base ICMS (R\$ 1.000,00)	64
Gráfico 2 – Geração de ICMS e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	64
Gráfico 3 – Geração de IPVA e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	65
Gráfico 4 – Valor arrecadado com as Receitas Municipais	65
Gráfico 5 – Valor arrecadado com receita de serviços (EMASA)	66
Gráfico 6 – Valor do ISS Faturado	68
Gráfico 7 – Valor do ISS Arrecadado	68
Gráfico 8 – PIB em R\$ (nominal) e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	69
Gráfico 9 – Composição do PIB de Balneário Camboriú por Componentes	70
Gráfico 10 – Número de empresas e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*	70
Gráfico 11 – Número de empresas por número de funcionários de Balneário Camboriú em 2023	71
Gráfico 12 – Número de empresas por setores em Balneário Camboriú – 2023	71
Gráfico 13 – Número de empregos de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião vale do Itajaí e Santa Catarina*	72
Gráfico 14 – Número de empregos por setores em Balneário Camboriú (2023)	72
Gráfico 15 – Massa salarial de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*	73
Gráfico 16 – Média salarial por setores em 2023	73
Gráfico 17 – Número de restaurantes, bares e similares de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*	74
Gráfico 18 – Número de hotéis, pousadas e similares de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	75
Gráfico 19 – Número de empregos verdes em Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*	76
Gráfico 20 – Evolução das receitas com base no Estatuto das Cidades	77
Gráfico 21 – Número de habitantes por zona rural e urbana	80
Gráfico 22 – Densidade demográfica (Habitante por quilômetro quadrado)	80

Gráfico 23 – Número de habitantes - por sexo	81
Gráfico 24 – Pirâmide etária (Censo 2000)	83
Gráfico 25 – Pirâmide etária (Censo 2010)	83
Gráfico 26 – Pirâmide etária (Censo 2022)	84
Gráfico 27 – Esgotamento Sanitário em Balneário Camboriú	99
Gráfico 28 – Esgotamento Sanitário em 2022 – Balneário, Mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	99
Gráfico 29 – Coleta de Lixo em Balneário Camboriú	100
Gráfico 30 – Coleta de Lixo em 2022 – Balneário Camboriú, Mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	100
Gráfico 31 – Abastecimento de água em Balneário Camboriú	101
Gráfico 32 – Abastecimento de água em 2022 - Balneário Camboriú, Mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	101
Gráfico 28 – Taxa de analfabetismo (%)	132
Gráfico 29 – IDEB Anos iniciais - Rede Pública	133
Gráfico 30 – IDEB Anos finais - Rede Pública	133
Gráfico 31 – Taxa de aprovação Ensino Fundamental	134
Gráfico 32 – Taxa de aprovação Ensino Médio	134
Gráfico 33 – Taxa de abandono escolar Ensino Fundamental	135
Gráfico 34 – Taxa de abandono escolar Ensino Médio	135
Gráfico 35 – Taxa distorção idade série Ensino Fundamental	136
Gráfico 36 – Taxa distorção idade série Ensino Médio	137
Gráfico 37 – Proporção da população com ensino superior	137
Gráfico 38 – Número de nascidos vivos e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	151
Gráfico 39 – Percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (Nascidos vivos com peso < 2,5kg/Total de nascidos vivos)	151
Gráfico 40 – Número de óbitos (todas as causas) e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	153
Gráfico 41 – Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	154
Gráfico 42 – Número de internações por mil residentes	155
Gráfico 43 – Produção ambulatorial do SUS por mil residentes	156
Gráfico 44 – Número de médicos por mil residentes	156

Gráfico 45 – Pessoas inscritas no Cadastro Único e proporção da população de Balneário Camboriú (meses de dezembro de cada ano)	183
Gráfico 46 – Proporção da população inscrita no Cadastro Único em dezembro de 2024	184
Gráfico 47 – Pessoas beneficiárias do programa bolsa família e proporção da população de Balneário Camboriú	185
Gráfico 48 – Proporção da população beneficiária do programa bolsa família em dezembro de 2024	185
Gráfico 49 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	192
Gráfico 50 – Mandado de prisão cumprido em Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina	192

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AER – Avaliação Ecológica Rápida

AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí

AMUNESC – Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APA – Área de Proteção Ambiental

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APP – Área de Preservação Permanente

APS – Atenção Primária à Saúde

ARIA – Áreas de Relevante Interesse Ambiental

AUC – Área Urbana Consolidada

BR – Brasil

CadÚnico – Cadastro Único

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPAG – Capacidade de Pagamento

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial

CAT – Centro de Apoio Operacional Técnico

CBRO – Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos

CCPU – Centro de Controle de Pragas Urbanas

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CDI – Centro de Diagnose

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEAC – Centro Educacional de Atendimentos de Contraturno

CEAF – Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

CEFIR – Centro de Fisioterapia e Reabilitação

CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos

Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CEM – Centro de Educação Municipal

CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

CESFI – Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CIMAMFRI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI
CISS – Centro Integrado Solidariedade e Saúde
CNM – Confederação Nacional dos Municípios
CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT – Comissão Técnica
CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento
DCOI – Departamento de Contenção de Ocupação Irregular e Degradação Ambiental
EAD – Educação a Distância
EJA – Escola de Jovens e Adultos
EMASA – Empresa Municipal de Água e Saneamento
ERMU – Estação de Regulagem e Medição Urbana
ESF – Estratégia de Saúde da Família
ESF – Estratégia Saúde da Família
ESMP-SP – Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo
ETA – Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
ETM – Equipe Técnica Municipal
ETSA – Estudo Técnico Socioambiental
FAMA – Fundo Municipal de Amparo aos Animais
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FCBC – Fundação Cultural de Balneário Camboriú
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FECAM – Federação Catarinense de Municípios
FEPESE – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

FM – Faixa Marginal
FMEBC – Fundação Municipal de Esportes de Balneário Camboriú
FNE – Faixa Não Edificante
FNEM – Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas
FOD – Floresta Ombrófila Densa
FOM – Floresta Ombrófila Mista
FPIFM – Formação Pioneira de Influência Flúviomarinha
FPIM – Formação Pioneira de Influência Marinha
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDEMA – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo
GN – Gás Natural
GPA – Grupo de Proteção Ambiental
GPM – Grupo de Proteção às Mulheres
HMRC – Hospital Municipal Ruth Cardoso
IA – Inteligência Artificial
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDCS – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRB – Instituto Rui Barbosa
ISA – Instituto Socioambiental
ISS – Imposto Sobre Serviços
IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza
LA – Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida
LAPP – Limite da Área de Preservação Permanente
LOAPP – Limite de Ocupação da Área de Preservação Permanente
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MinC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPSC – Ministério Público do Estado de Santa Catarina
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NAI – Núcleo de Atenção ao Idoso
NAM – Núcleo de Atenção à Mulher
NBR – Norma Brasileira Regulamentadora
NEI – Núcleos de Educação Infantil
OAE – Obra de Arte Especial
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAI – Posto de Atenção Infantil
PAS – Programa Academia da Saúde
PCRMA – Plano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Balneário Camboriú
PDM – Plano Diretor Municipal
PEV – Ponto de Entrega Voluntária
PIB – Produto Interno Bruto
PINC – Plataforma de Interações Culturais
PM – Plano de Manejo
PMBC – Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PMS – Plano Municipal de Saneamento

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico
PNAB – Política Nacional de Atenção Básica
PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNS – Política Nacional de Saúde
PNSPDS – Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PROMOBIS – Projeto de Mobilidade Integrada e Sustentável da Região da Foz do Rio Itajaí
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PSF – Programa Saúde da Família
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
REURB – Regularização Fundiária Urbana
RL – Reserva Legal
ROMU – Ronda Ostensiva Municipal
SAA – Sistema de Abastecimento de Água
SAD – Sistema de Alertas de Desmatamento
SAD – Sistema de Alertas de Desmatamento
SANTUR – Santa Catarina Turismo S.A.
SBMz – Sociedade Brasileira de Mastozologia
SC – Santa Catarina
SCGÁS – Companhia de Gás de Santa Catarina
SCPAR – SC Participações e Parcerias S.A.
SDS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina
SDSN – *Sustainable Development Solution Network*
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
SEJUD – Setor Judicial de Medicamentos
SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente de Balneário Camboriú
SENAC/SC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SES – Sistema de Esgotamento Sanitário
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo
SGPA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas

SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SIN – Sistema Interligado Nacional
Sincomércio – Sindicato do Comércio
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SNIS/SINISA – Sistema Nacional de Informações em Saneamento
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPU – Secretaria de Planejamento Urbano de Balneário Camboriú
STJ – Supremo Tribunal de Justiça
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSP – Sistema Único de Segurança Pública
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
TI – Terras Indígenas
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TR – Termo de Referência
TSEE – Tarifa Social de Energia Elétrica
UBS – Unidade Básica de Saúde
UC – Unidade de Conservação
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UPG – Unidade de Planejamento e Gestão
UTI – Unidades de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	19
1.1 OBJETIVOS	20
1.1.1 Objetivo Geral	20
1.1.2 Objetivos Específicos	20
1.2 METODOLOGIA DE TRABALHO	21
1.2.1 Etapa 1 – Ações Preliminares	21
1.2.2 Etapa 2 – Diagnóstico Municipal	22
2 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS	24
2.1 INSERÇÃO REGIONAL	24
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO	29
2.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	37
2.3.1 Plano Diretor Municipal	37
2.3.2 Macrozoneamento e Zoneamento Municipal	39
2.3.3 Usos do solo municipal	43
2.3.4 Instrumentos do Estatuto da Cidade (ANA)	45
2.4 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS	45
3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	46
3.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA	46
3.1.1 Macroindicadores estratégicos	46
3.1.2 Desenvolvimento econômico	55
3.1.3 Indicadores Sociais: População, Vulnerabilidade, Educação, Trabalho e Renda, Saúde e Economia	78
3.1.4 Turismo, multi e interculturalidade	89
3.2 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS	94
4 INFRAESTRUTURA URBANA	98
4.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA	98
4.1.1 Sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água potável	102
4.1.2 Sistema de esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação)	104
4.1.3 Sistemas de drenagem (macro e microdrenagem e manejo das águas pluviais Sistemas de coleta e destinação de resíduos sólidos (domiciliares, comerciais, industrial)	105

4.1.4	Sistema de coleta e destinação de resíduos	106
4.1.5	Rede pública de energia elétrica (domiciliar e iluminação pública) e rede lógica	113
4.2	DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS	114
5	SISTEMA VIÁRIO MOBILIDADE E TRANSPORTE (VIVIAN E NANJI)	122
5.1	DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA	122
5.1.1	Hierarquia do Sistema Viário	124
5.1.2	Circulação de pedestres e acessibilidade física	124
5.1.3	Sistema ciclovitário, micromobilidade urbana e outros modos de transporte não motorizados	125
5.1.4	Sistema de Transporte Público Coletivo Intramunicipal e intermunicipal	125
5.1.5	Transporte de mercadorias (cargas e serviços)	125
5.1.6	Polos geradores de tráfego	125
5.1.7	Integração entre os modais de transporte	125
5.2	DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS	125
6	ASPECTOS SOCIAIS	126
6.1	DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA	126
6.1.1	Educação	129
6.1.2	Saúde	147
6.1.3	Esporte, Cultura e Lazer	168
6.1.4	Assistência Social	180
6.1.5	Segurança Pública	189
6.2	DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS	196
7	DENSIDADE, USOS, OCUPAÇÕES E CENTRALIDADES	207
7.1	DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA	207
7.1.1	Densidade populacional	207
7.1.2	Evolução Urbana, densidade construtiva e restrições de ocupação	207
7.1.3	Habitação	207
7.1.4	Centralidades, usos e áreas vocacionadas	207
7.2	DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS	207
	REFERÊNCIAS	208

VERSÃO PRELIMINAR

1 APRESENTAÇÃO

O Município é o principal responsável por promover a política urbana de forma a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantir o bem-estar de seus habitantes e assegurar que a propriedade urbana cumpra sua função social, conforme os princípios, diretrizes e instrumentos previstos no Plano Diretor.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), em seu artigo 40, §3º, determina que os Planos Diretores sejam revisados, no mínimo, a cada 10 (dez) anos. Nesse processo, a Resolução nº 83/2009 do Conselho Nacional das Cidades reforça a necessidade de que as revisões ou alterações sejam realizadas de forma participativa e contemplem todo o território municipal, incluindo áreas urbanas e rurais, em conformidade com os artigos 40 e 43 do Estatuto da Cidade e a Resolução nº 25 do Conselho Nacional das Cidades.

O Estatuto da Cidade é um marco na legislação urbanística brasileira, ao garantir o direito às cidades sustentáveis e apoiar os municípios na execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Seus princípios estimulam processos participativos e democráticos de gestão territorial, promovendo o acesso à terra urbanizada e regularizada, com foco na inclusão social e na superação de desigualdades socioespaciais.

O Plano Diretor, enquanto instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, orienta a atuação do poder público e da iniciativa privada na organização dos espaços urbano e rural, na provisão dos serviços públicos essenciais e na promoção do interesse coletivo. Para a sua revisão, é indispensável uma análise abrangente da realidade municipal — o diagnóstico — realizada a partir de uma Leitura Técnica (baseada em estudos, levantamentos e dados objetivos) e de uma Leitura Comunitária (construída a partir das percepções, demandas e expectativas da população), garantindo a gestão democrática e a participação social em todas as etapas do processo.

Este documento apresenta o Diagnóstico Municipal que servirá de subsídio para o processo de revisão do Plano Diretor do Município de Balneário Camboriú/SC, a partir de estudos realizados pelos técnicos da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – FEPESE, para a definição do processo de planejamento, a partir de levantamentos de materiais de pesquisa existentes e

visitas de campo para análise e compatibilização das informações, perante a realidade apresentada pelo município e o que se espera para seu desenvolvimento urbano futuro.

A revisão do Plano Diretor deve integrar dimensões físicas, socioeconômicas, ambientais, culturais e institucionais, considerando as potencialidades e fragilidades do território. Assim, o diagnóstico se torna uma ferramenta estratégica para orientar políticas públicas inclusivas, sustentáveis e alinhadas ao interesse coletivo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Este documento apresenta o Volume I – Diagnóstico Municipal para a revisão do Plano Diretor do Município de Balneário Camboriú/SC, que compreende as análises da Leitura Técnica, realizada a partir de estudos setoriais e análises da realidade municipal, que deverão ser correlacionados e compatibilizados com os resultados da Leitura Comunitária, no processo de revisão do Plano Diretor a partir da participação social, que incorpora a visão e as demandas da sociedade civil.

A compreensão da realidade territorial é fundamental para um desenvolvimento urbano ordenado, para o fortalecimento socioeconômico e para a promoção da sustentabilidade ambiental. Esse diagnóstico busca integrar informações cartográficas, dados estatísticos, análises socioeconômicas, ambientais e de uso do solo, que deverão ser compatibilizadas com as contribuições advindas da participação popular, oferecendo subsídios para o planejamento e a gestão do território em consonância com os instrumentos do Estatuto da Cidade.

1.1.2 Objetivos Específicos

Este Diagnóstico Técnico Municipal tem os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar as características físico-territoriais, ambientais, sociais, culturais e econômicas do município;

- b) Mapear problemas, vulnerabilidades e desigualdades socioespaciais que impactam a qualidade de vida da população;
- c) Levantar as potencialidades e oportunidades do território, visando um desenvolvimento sustentável e inclusivo;
- d) Subsidiar a formulação de cenários futuros e diretrizes estratégicas para o ordenamento territorial, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade.

1.2 METODOLOGIA DE TRABALHO

1.2.1 Etapa 1 – Ações Preliminares

Esta etapa corresponde aos procedimentos de formação da equipe técnica de apoio a equipe de consultoria, Equipe Técnica Municipal – ETM, criada pelo Decreto nº 12.363, de 03 de junho de 2025.

Dispõe sobre a criação da Equipe Técnica Municipal – ETM - para acompanhamento dos trabalhos que serão desenvolvidos pela FEPESE – Contrato nº 055/2025, bem como, organização e suporte no processo de participação da Revisão do Plano Diretor do Município, nomeia os seus membros, e dá outras providências.

Fica nomeada a Equipe Técnica Municipal - ETM para suporte técnico, administrativo e jurídico no processo de revisão e complementação do Plano Diretor do Município, conforme expresso abaixo:

I – Coordenador Geral: Marcelo Freitas – Assessor Jurídico do SPU;

II – Coordenadora Técnica: Clelia Witt Saldanha – Fiscal de Obras II SPU;

III – Coordenadora Administrativa: Thaísa Tavares Medeiros Maciel – Analista Administrativo II.

IV – Equipe técnica:

a) Fábio Miranda Becker – Arquiteto e Urbanista SPU;

b) Tarsus Rudolfo Teske - Engenheiro SPU;

c) Matheus Lobão de Carvalho – Engenheiro de Tráfego SPU;

d) Leandro Grzybowski da Silva – Engenheiro SEMAM;

e) Teo Junior Osterkamp – Técnico em Agrimensura.

V – Equipe administrativa:

- a) Camila Sardi de Lima – Analista Administrativo II SEMAM
- b) Walter Herbert Grueter Neto - Analista Administrativo II SPU
- c) Caroline Laurêncio Silva – Assessora Administrativa – EMASA

VI - Consultor jurídico: Rafael Alessandro Bazzanela – Procurador do Município

A ETM exercerá atividades administrativas, técnicas e especializadas para colaboração na organização das audiências públicas, na elaboração de diretrizes, propostas e minutas de normas e leis.

A ETM dará apoio técnico e administrativo ao colégio de delegados, comissão técnica dos delegados não governamentais, Fepese, bem como, à Câmara de Vereadores durante a tramitação do processo legislativo de análise dos projetos de lei que serão encaminhados.

1.2.2 Etapa 2 – Diagnóstico Municipal

O diagnóstico do Município será elaborado a partir da Leitura Técnica da Realidade Local, que consiste na análise do território municipal com base em estudos de caracterização socioeconômica e ambiental, abrangendo escalas que vão do global ao local, incluindo aspectos regionais, rurais e urbanos. O objetivo é compreender as deficiências e potencialidades de desenvolvimento do município, de forma a permitir, posteriormente, a elaboração de projeções para o futuro.

Para a construção do diagnóstico, foram seguidas etapas essenciais, tais como: planejamento do processo, coleta de dados, levantamento de referências bibliográficas pertinentes aos estudos, análises e proposições.

Na etapa de coleta de dados, buscaram-se informações diretamente em campo, por meio de visitas técnicas e levantamento fotográfico, bem como dados provenientes de instituições oficiais, como a Prefeitura Municipal, Defesa Civil, EMASA, entre outras.

A Resolução nº 34 do Conselho das Cidades (2007), em seu Art. 1º, estabelece diretrizes e recomendações sobre o conteúdo mínimo do Plano Diretor, que deve contemplar:

- I – as ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano;

- II- as ações e medidas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública;
- III- os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos espaços territoriais adjacentes;
- IV- os instrumentos da política urbana previstos pelo art. 42 do Estatuto da Cidade, vinculando-os aos objetivos e estratégias estabelecidos no Plano Diretor.

A leitura da realidade tem como meta a elaboração de um compêndio que sirva de subsídio ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal, por meio de um diagnóstico objetivo e de fácil compreensão, tanto para a equipe gestora quanto para a população.

A leitura técnica do município foi realizada em quatro temáticas específicas:

Temática 1: Infraestruturas, redes e serviços;

Temática 2: Mobilidade e transporte;

Temática 3: Aspectos Sociais;

Temática 4: Densidades, usos, ocupações, centralidades e economia.

Nesta etapa, foram reunidos todos os dados técnicos necessários ao trabalho, obtidos em fontes diretas e indiretas, considerando informações já existentes sobre o município. A Prefeitura Municipal forneceu informações cartográficas atualizadas, incluindo a cartografia básica georreferenciada, permitindo que a equipe de consultoria sistematizasse os dados para a elaboração da cartografia temática.

Também foram levantados aspectos relacionados à caracterização da região, do município e da cidade, com foco nos principais condicionantes físicos, ambientais, socioeconômicos e demográficos, no sistema viário, na mobilidade urbana e na infraestrutura, bem como nos equipamentos sociais e nos serviços urbanos.

Por fim, os resultados obtidos possibilitarão a construção de um diagnóstico da realidade municipal, a partir do cruzamento entre as Leituras Técnicas e as Leituras Comunitárias — ou seja, a visão técnica associada às perspectivas da participação popular. Essa análise integrada permitirá definir diretrizes de ação que orientarão o futuro desenvolvimento do município,

identificando suas vocações, conflitos e interesses diversos, além de mapear possíveis alianças, parcerias e a capacidade local para novas atividades propostas.

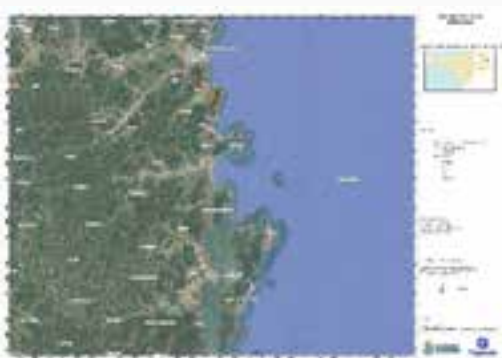
VERSÃO PRELIMINAR

2 CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

O município de Balneário Camboriú está localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil, situado nas coordenadas geográficas de 26° 59' 26" de latitude sul e 48° 38' 05" de longitude oeste, conforme indicado no Mapa de Localização abaixo (Figura 1). A cidade encontra-se a uma altitude média de aproximadamente 2 metros acima do nível do mar e possui uma área territorial de 45,214 km². Seu Perímetro Municipal é totalmente urbano, com uma população fixa de 139.155 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 3.077,7 hab/km² (IBGE, 2022).

Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Balneário Camboriú/SC



Fonte: FEPESE, 2025.

Em relação aos municípios limítrofes, Balneário Camboriú faz divisa ao norte com Itajaí, ao sul com Itapema, a oeste com Camboriú e a leste, com o Oceano Atlântico. Está situada a 80 km de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, 103 km de Joinville, 27 km de Penha, 70 km de Blumenau e 45 quilômetros de Brusque.

O município está inserido na Bacia Hidrográfica do rio Camboriú, seu principal curso d'água, que deságua no Oceano Atlântico pela foz localizada na Barra Sul, entre Balneário Camboriú e Camboriú. Além do rio Camboriú, a região hidrográfica do município é composta pelos rios Peroba, das Ostras e Marambaia (Alto Uruguai Engenharia e Planejamento de Cidades, 2020).

Como modal rodoviário, o principal acesso ao município de Balneário Camboriú se dá pela Rodovia Federal BR-101 (Rodovia Governador Mário Covas),

uma das mais importantes vias de integração regional e nacional, que atravessa o território municipal no sentido Norte-Sul. Os acessos locais são realizados por meio das vias marginais à BR-101, que conectam os bairros da cidade e permitem a ligação com o município vizinho de Camboriú. Entre essas conexões, destaca-se a Avenida do Estado Dalmo Vieira, que integra Balneário Camboriú aos municípios de Itajaí e Camboriú.

A malha viária interna do município é estruturada por cinco avenidas arteriais — Avenida Atlântica, Avenida Brasil, 3ª Avenida, 4ª Avenida e 5ª Avenida — que interligam diversos bairros. Além disso, a Avenida Interpraias (Avenida Rodesindo Pavan) proporciona acesso às praias do sul do município, como Laranjeiras, Taquaras, Estaleirinho e Estaleiro, terminando na BR-101, limite com Itapema e a Estrada da Rainha, proporciona acesso a Praia dos Amores e também, a Praia Brava, em Itajaí, ao norte do município.

Com relação ao transporte coletivo intermunicipal, o Terminal Rodoviário de Balneário Camboriú, possui linhas regulares, disponibilizadas por diversas empresas, dentre elas estão: Auto Viação Catarinense (intermunicipal e interestadual); Reunidas S.A.; Expresso União; Viação Santo Anjo e Eucatur, sendo que, os principais destinos são as cidades de Itapema, Porto Belo, Florianópolis e Porto Alegre. As rotas mais curtas, como para Itajaí ou Itapema/Bombinhas, geralmente são operadas pelas empresas, Catarinense e Reunidas, e oferecem itinerários frequentes.

Além da relevante inserção regional viária, Balneário Camboriú conta com ampla conectividade aérea e marítima, fortalecendo seu papel estratégico no turismo e na economia regional. No modal aéreo, o município está próximo ao Aeroporto Internacional de Navegantes – Ministro Victor Konder, localizado a 35km e oferece voos diários; Aeroporto de Joinville – Lauro Carneiro de Loyola, a 120km, e ao Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz, distante 94km.

No modal marítimo, destaca-se a proximidade com importantes portos: Portonave Navegantes, a 35km; Porto de Itajaí, a 20km; SCPAR Porto de São Francisco do Sul, a 106,4km; Porto Itapoá, a 173,5km e, SCPAR Porto de Imbituba, a 154km. Além disso, a cidade possui um atracadouro para navios de cruzeiros turísticos – Atracadouro Barra Sul (Empresa privada), potencializando a integração marítima e o turismo internacional. Outro modo de acesso marítimo pode ser realizado na Marina Tedesco (Empresa privada) ou fluvial através do rio Camboriú.

Em termos de inserção regional, Balneário Camboriú faz parte da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), criada em 10 de abril de 1973, composta por Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, conforme demonstra a Figura 2. A AMFRI atua em regime de cooperação com entidades públicas, privadas e de economia mista e tem como objetivo, “promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental e de ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem” (AMFRI, 2025).

Figura 2 – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)



Fonte: FEM, 2018.

Em 2019, foi criado o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIMAMFRI, sob a forma de associação pública de direito público e natureza autárquica interfederativa. Sua função principal é promover licitações compartilhadas e a gestão associada de serviços e políticas públicas, para impulsionar o desenvolvimento sustentável nos municípios que o integram, visando “a implementação de políticas públicas e execução de obras estruturantes para o desenvolvimento regional” (CIMAMFRI, 2025).

Dentre os diversos trabalhos desenvolvidos pela AMFRI aos municípios, em 2016, foi assinado um Contrato de Consórcio Público entre todos os municípios, para a elaboração do Plano Integrado de Mobilidade Regional, resultando, posteriormente, no Projeto PROMOBIS.

O PROMOBIS (Projeto de Mobilidade Integrada e Sustentável da Região da Foz do Rio Itajaí) é uma iniciativa estratégica de mobilidade regional que visa “melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana na Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí de forma inclusiva, sustentável, resiliente e segura”, considerando os desafios impostos por uma região com cerca de 800 mil habitantes e uma frota aproximada de 600 mil veículos, além da intensa demanda sazonal, com mais de 2 milhões de pessoas durante a alta temporada (CIAMFRI, 2025a; IBGE, Censo, 2022).

O projeto é estruturado em quatro pacotes de investimentos técnicos:

1. Sistema de Transporte Coletivo Regional (BRT Central e Circular), com corredores exclusivos, pontos, estações e terminais, além de 70 km de ciclovias.
2. Estudos e Estruturação do Túnel Imerso, ligação viária estratégica entre Navegantes e Itajaí.
3. Mobilidade Balneário Camboriú, com obras de reurbanização, inserção de mobilidade ativa, infraestrutura de micromobilidade elétrica e obras de artes especiais (OAEs).
4. Capacitação Institucional e Gestão de Projetos, incluindo supervisão de obras, aquisição de terrenos e estudos geotécnicos.

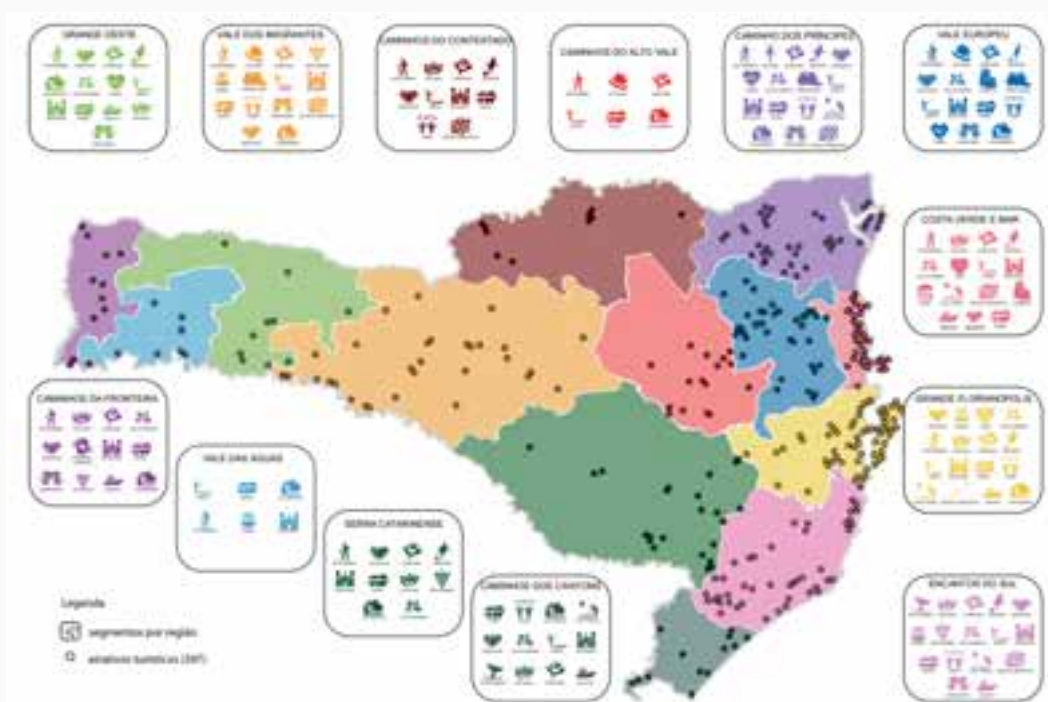
O investimento total previsto é de aproximadamente US\$ 120 milhões (cerca de R\$ 660 milhões), sendo o PROMOBIS a primeira operação de financiamento consorciado do Banco Mundial no Brasil. Balneário Camboriú participa diretamente dos pacotes 1 e 3, contribuindo para a integração metropolitana por meio da melhoria da mobilidade urbana e da infraestrutura sustentável (CIMAMFRI, 2025a).

Com relação ao desenvolvimento turístico, Balneário Camboriú é a Capital Catarinense do Turismo e está inserida na região turística do Estado de Santa Catarina, fazendo parte do Roteiro Turístico Regional, denominado Costa Verde e Mar (SETUR, 2019).

Conforme apresentado na Figura 3, o Mapa do Turismo em Santa Catarina foi atualizado pela SANTUR, em 2019, dividindo o Estado, em 13 regiões

agrupadas por roteiros turísticos regionais, com o intuito de promover o desenvolvimento do turismo por localidades, considerando as características de identidade própria e temática dos municípios adjacentes e a integração entre todas as regiões e as conexões com outros estados brasileiros, fortalecendo ainda mais o turismo regional.

Figura 3 – Mapa dos Roteiros Turísticos Regionais de Santa Catarina



Fonte: SANTUR, 2019.

São mais de 3.484 pontos turísticos e de passeios mapeados pela FECAM. A região denominada Costa Verde e Mar, é formada pelos municípios de Balneário Camboriú, Bombinhas, Penha, Itajaí, Itapema, Porto Belo, Balneário Piçarras, Navegantes, Ilhota, Luiz Alves e Camboriú e apresenta grande diversidade de opções de turismo aos visitantes.

Dentre os principais atrativos turísticos de Balneário Camboriú, destacam-se o Parque Unipraias, com o bondinho aéreo que interliga a Praia Central à Praia de Laranjeiras; o Cristo Luz; a Roda Gigante FG Big Wheel; o Oceanic Aquarium; os museus; o Deck do Pontal Norte e os passeios náuticos, como o Barco Pirata. Além disso, a cidade é famosa por suas belíssimas praias, entre as quais se sobressaem a Praia Central, a Praia dos Amores e as praias agrestes ao sul, localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava.

Outros atrativos relevantes são o Parque Natural Municipal Raimundo Gonçalves Malta, situado às margens do Rio Camboriú, em meio à Mata Atlântica e ao ecossistema de manguezais, que oferece trilhas ecológicas e contato direto com a natureza, e o Complexo Ambiental Cyro Gevaerd, onde se encontra o zoológico, com uma área de 39.000 m². Próximo ao município, encontra-se também o Parque Beto Carrero World, em Penha, considerado o maior parque temático da América Latina, responsável por atrair milhares de turistas à região ao longo de todo o ano.

No que diz respeito à realização de eventos, o Centro de Eventos Júlio Tedesco (Expocentro Balneário Camboriú), inaugurado em 2022, é o principal espaço do município. Com uma área de 33.534,71 m² e capacidade para receber cerca de 60 mil pessoas, dispõe de ampla infraestrutura de estacionamento e localização estratégica próxima à BR-101. O centro é amplamente utilizado para feiras, exposições, congressos, convenções, shows, eventos musicais e outras atividades de grande porte.

Quanto às festas culturais e regionais anuais, Balneário Camboriú se destaca com a Festa dos Pescadores, que valoriza a pesca artesanal; a Festa Raízes de Taquaras, voltada às tradições açorianas; e o Festival Gastronômico Regional “Balneário Saboroso”, um dos maiores festivais gastronômicos do Brasil. Além disso, eventos regionais próximos à cidade contribuem para movimentar o turismo local, como a FENARRECO (Festa Nacional do Marreco), em Brusque; a Marejada (Festa Portuguesa e do Pescado), em Itajaí; e a Oktoberfest, em Blumenau, considerada a maior festa alemã das Américas.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

De acordo com informações retiradas do Plano Municipal de Turismo (2015-2025), a história de Balneário Camboriú remonta ao século XVIII, quando, em 1758, há registros de famílias que habitavam as margens do rio Camboriú, dedicando-se à pesca e à agricultura de subsistência. Esse povoamento inicial se intensificou em 1826, quando o colono Baltazar Pinto Corrêa recebeu do Governo da Província de Santa Catarina uma área de terras para cultivo e moradia, na localidade hoje conhecida como Bairro dos Pioneiros. Esse fato marcou o início da formação de núcleos organizados de ocupação.

Por volta de 1840, a autorização para a construção da primeira Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso – Capela de Santo Amaro, tombada como Patrimônio Histórico Municipal e Patrimônio Arquitetônico Estadual, consolidou o Arraial do Bom Sucesso, núcleo central da vida religiosa e comunitária da época, Figura 4. O local foi elevado à categoria de distrito, denominado Distrito do Arraial do Bom Sucesso, situado na Barra do Rio Camboriú.

Figura 4 – Capela de Santo Amaro - 1840, Barra do Rio Camboriú



Fonte: Fundação Cultural – Balneário Camboriú, 2014.

A evolução urbana da Barra ocorreu de forma lenta e gradual a partir da formação de comunidades e atividades tradicionais pesqueiras, incorporando gradativamente, novos usos comerciais e de interesse turístico. Este processo lento e fragmentado separado pelo rio Camboriú, manteve um ritmo distinto de incorporação e produção de parcelamentos, favorecendo uma maior preservação ambiental das praias da região sul, atreladas a uma região de significativo interesse ambiental (IGUATEMI, 2014).

Em 1884, com a criação do município de Camboriú, a região passou a integrar sua jurisdição. A economia baseada na cafeicultura destacou Camboriú como um dos maiores produtores de café do Estado, ao lado da exploração de jazidas de mármore, granito e calcário. Nesse período, a faixa litorânea, hoje altamente valorizada, era pouco ocupada, enquanto a sede do município foi transferida para o Arraial dos Garcias, atual centro de Camboriú.

O cenário começou a mudar a partir do final da década de 1920, quando o litoral passou a atrair os primeiros veranistas, especialmente famílias de Blumenau. Em 1926, surgiram as primeiras casas de veraneio, seguidas pela inauguração do primeiro hotel em 1928, Hotel do Jacó, que após demolido, deu

lugar ao segundo empreendimento hoteleiro em 1934, Hotel Miramar, conforme imagens da Figura 5 e imagens aéreas da Figura 6.

A cultura trazida pelos imigrantes alemães do Vale do Itajaí foi determinante para transformar o banho de mar em uma atividade de lazer, rompendo a visão restrita que até então o associava a tratamentos medicinais ou pesca.

Figura 5 – Hotel Miramar – 1934 e atual, Centro



Fonte: Arquivo Histórico BC – Instagram Hotel Miramar, 2025.

Figura 6 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 1938 e 1957



Fonte: Secretaria de Planejamento de Santa Catarina (apud Skalee, 2008).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o turismo foi interrompido devido ao uso estratégico dos hotéis e casas pela Marinha e pelo Exército Brasileiro como pontos de observação da costa. Entretanto, com o fim do conflito, o turismo voltou a crescer, impulsionando a ocupação litorânea.

O verdadeiro marco do crescimento urbano e turístico ocorreu na década de 1960, quando a localidade foi elevada a distrito de Camboriú, em 1959 e, posteriormente, emancipada em 1964, tornando-se o Município de Balneário Camboriú. As imagens da Figura 7, mostram o crescimento urbano na orla da Praia Central da Av. Atlântica, entre os anos de 1958 a 1965, mostrando a área ocupada por casas e o início da verticalização, onde aparecem os três primeiros edifícios de apartamentos construídos na orla, do norte para sul: Punta Del Este (1962), Albatroz (1964) e Itapoã (1965).

Figura 7 – Orla da Praia Central – 1958 a 1965, Centro



Fonte: Facebook - Fotos antigas e história de Balneário Camboriú, 2021.

A partir desse momento, a cidade consolidou-se como um dos principais destinos turísticos do Brasil, impulsionada por investimentos nos setores imobiliário, de infraestrutura urbana e em serviços voltados ao lazer e entretenimento.

A análise das imagens de satélite dos anos de 1957 e 1969 revela que os loteamentos iniciais seguiram a lógica fundiária rural, com quadras longas no sentido leste-oeste. A imagem aérea de 1957 (Figura 6), evidencia a implantação do primeiro eixo viário, a Av. Central (Av. Brasil), que atravessa o território no sentido norte-sul, paralelamente à orla marítima da praia central com a Av. Atlântica.

Outra igreja tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal é a Igreja Luterana do Brasil – Capela da Paz, construída em 1961, localizada na Rua 2.300, esquina com a Av. Brasil, a qual promoveu o início do crescimento urbano no bairro centro, conforme imagens da Figura 8. Hoje encontra-se abraçada pelo Edifício Tour Chapelle Residencial.

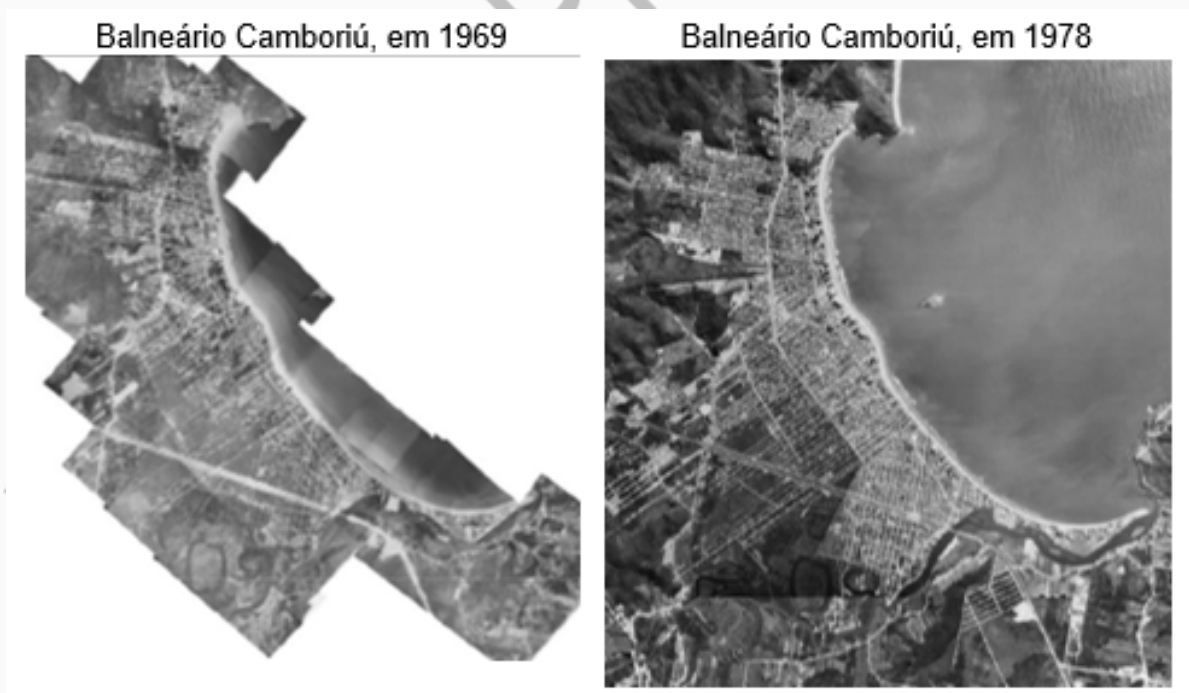
Figura 8 – Capela da Paz, 1961, Centro



Fonte: Memórias de BC, 2021.

Em 1970, foi concluído o trecho da BR-101 entre Itajaí e Itapema, cujo traçado dividiu o território de Balneário Camboriú em duas partes, provocando a segregação do desenvolvimento urbano entre o lado leste (praia) e o lado oeste da rodovia. Nos anos seguintes, após implantação da BR-101, ocorre um processo de aceleração do crescimento urbano horizontal na direção oeste, iniciando um adensamento gradual nas áreas próximas ao Rio Camboriú, conforme pode ser observado nas imagens aéreas da Figura 9.

Figura 9 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 1969 e 1978



Fonte: Secretaria de Planejamento de Santa Catarina (apud Skalee, 2008).

Enquanto o parcelamento do solo e a construção civil à leste da rodovia tinham como objetivo atender moradores e turistas, no lado oeste o objetivo principal era abrigar os moradores da cidade, a mão-de-obra trabalhadora para o funcionamento da cidade enquanto pólo turístico. PlanMob/SC (2019a, p. 10).

Durante a década de 1970, Balneário Camboriú vivenciou um intenso processo de transformação urbana, impulsionado principalmente pela crescente valorização do balneário como destino turístico e pela forte atividade de veraneio. Esse período foi marcado por um rápido avanço da construção civil, que promoveu acelerado adensamento populacional e contínua verticalização, modificando profundamente a paisagem da cidade.

Foi também nessa época que foram implantadas a 3ª e a 4ª Avenidas, marcos importantes da expansão urbana, como pode ser observado nas imagens da Figura 10 e no mapa da Figura 9, do ano de 1978 (IGUATEMI, 2014).

Figura 10 – Orla da Praia Central – 1970, Centro



Fonte: Facebook - Fotos antigas e história de Balneário Camboriú, 2021.

A partir da década de 1990, consolidou-se um processo acelerado de adensamento construtivo, favorecido pela valorização do solo urbano, pelo avanço da infraestrutura viária e pela regulamentação urbanística que permitiu edificações de maior porte. O crescimento urbano avança a região oeste, para além da BR-101, interligando a malha viária de Balneário Camboriú com Camboriú e em direção norte, no sentido do município de Itajaí, configurando áreas conurbadas (IGUATEMI, 2014).

Ao comparar as imagens de satélite dos anos de 1978 a 2000, observa-se uma intensificação do processo de verticalização na praia central, fenômeno que persiste até os dias atuais. Balneário Camboriú tornou-se amplamente reconhecida

por sua verticalização intensa, com edifícios de alto padrão que transformaram sua paisagem urbana em um cartão-postal moderno e cosmopolita.

Figura 11 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 2000 e 2012

Balneário Camboriú, em 2000



Balneário Camboriú, em 2012



Fonte: Secretaria de Planejamento de Santa Catarina (apud Skalee, 2008).

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Sustentável, 2012.

Entre 2000 e 2012 (Figura 11), o crescimento foi caracterizado pela verticalização em escala metropolitana, fortalecimento do setor turístico e avanço da ocupação sobre áreas anteriormente pouco urbanizadas.

Entre 2012 e 2017, observa-se a intensificação da ocupação urbana sobre áreas de **periferia**, ambientais de encosta e Áreas de Preservação Permanente – APP de Mata Atlântica, em alguns casos caracterizada por ocupações irregulares em áreas de risco.

Figura 12 – Imagens aéreas de Balneário Camboriú em 2017 e 2025

Balneário Camboriú, em 2017



Fonte: Ortofoto PMBC, 2018.

Balneário Camboriú, em 2025



Fonte: Imagem de Satélite. Google Earth, 2025.

No período de 2017 a 2025, Balneário Camboriú passou por um processo de verticalização ainda mais intenso, especialmente na orla central, com a construção de alguns dos edifícios mais altos da América Latina, a intensificação do uso misto e a transformação de bairros periféricos em áreas de médio e alto padrão. Houve também a continuidade da expansão em direção às áreas de encostas e à zona sul.

Essa fase foi marcada pelo aumento da densidade urbana, pela valorização imobiliária e pela pressão sobre a infraestrutura, mas também pelo crescimento ordenado em áreas periféricas com potencial legal para urbanização, resultando na ocupação dos poucos vazios urbanos remanescentes. Esse conjunto de transformações consolidou Balneário Camboriú como um dos polos turísticos e imobiliários mais expressivos do Brasil, como ilustra a Figura 13.

Figura 13 – Orla da Praia Central – 2025, Centro



Fonte: NSC Total (2025).

Atualmente, o município é referência nacional no setor turístico, recebendo milhões de visitantes anualmente e integrando a região Costa Verde & Mar, que concentra alguns dos mais importantes destinos turísticos de Santa Catarina. Sua trajetória histórica – da colonização simples, baseada na agricultura e na pesca, à atual condição de cidade globalizada e turística – revela uma notável capacidade de adaptação e inovação, consolidando Balneário Camboriú como um polo urbano e econômico de destaque no litoral catarinense.

2.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

2.3.1 Plano Diretor Municipal

A política de desenvolvimento urbano tem como finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e assegurar o bem-estar de seus habitantes. Para tanto, o Plano Diretor é o principal instrumento utilizado, pois é por meio dele que a propriedade urbana cumpre sua função social ao atender às exigências fundamentais de ordenação de desenvolvimento e da expansão urbana. Esse instrumento busca garantir que as necessidades sociais, culturais, ambientais e econômicas da população sejam contempladas.

Previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), o Plano Diretor estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento físico, econômico, social e ambiental do município, orientando tanto as ações do poder público quanto da iniciativa privada no que se refere ao uso e ocupação do solo urbano.

De acordo com o Art. 2º, inciso VI, do Estatuto da Cidade, a política urbana deve ordenar e controlar o uso do solo de forma a evitar:

- (a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- (b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- (c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- (d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
- (e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- (f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- (g) a poluição e a degradação ambiental.

Nesse contexto, o Plano Diretor atua como instrumento de organização territorial do município, buscando compatibilizar o crescimento urbano com a preservação ambiental, a capacidade da infraestrutura existente e a qualidade de vida da população. Ele também serve de referência para a elaboração de outras leis urbanísticas e para a implementação de políticas públicas setoriais, como habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente.

Entre suas funções, destacam-se:

- a definição de diretrizes para uso e ocupação do solo;
- a delimitação de áreas para expansão urbana, preservação ambiental e regularização fundiária;
- a orientação para a mobilidade urbana e a política habitacional;
- o estímulo à gestão democrática, garantindo a participação popular nos processos de planejamento.

Quanto à obrigatoriedade, o Estatuto da Cidade determina que devem elaborar Plano Diretor os municípios:

- com mais de 20 mil habitantes;
- que integrem regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;
- situados em áreas de especial interesse turístico;

- inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;
- ou que pretendam utilizar instrumentos de política urbana, como a outorga onerosa do direito de construir, o direito de preempção e as operações urbanas consorciadas.

O Plano Diretor deve ser revisado, no mínimo, a cada 10 (dez) anos. Suas finalidades incluem assegurar a função social da cidade e da propriedade urbana, promover o desenvolvimento sustentável, ordenar o pleno desenvolvimento das funções urbanas e garantir o direito a cidades mais justas, inclusivas e ambientalmente equilibradas.

No caso do Município de Balneário Camboriú, o Plano Diretor foi instituído pela Lei nº 2.686, de 19 de dezembro de 2006, com o objetivo de regulamentar a política de gestão urbana em todo o território municipal. Posteriormente, a Lei nº 2.794/2008 foi criada para disciplinar o uso e ocupação do solo, bem como as atividades de urbanização e parcelamento do solo.

2.3.2 Macrozoneamento e Zoneamento Municipal

No ordenamento territorial do município de Balneário Camboriú, a Lei nº 2.686/2006 (Revisão do Plano Diretor) e a Lei nº 2.794/2008 (Uso e Ocupação do Solo) atuam de forma complementar, considerando como perímetro urbano, todo o limite territorial. Portanto, o município não possui área rural, onde o ambiente urbano compõe-se por ambiente natural e ambiente construído, que constituem as Unidades de Paisagem Urbana (MASTERPLAN).

A Lei nº 2.686/2006, em seu Capítulo II, trata da Divisão Territorial, do Macrozoneamento e do Zoneamento, apresentando as zonas de uso e ocupação do solo de forma mais genérica, sem subdivisões microzonais detalhadas. Já a Lei nº 2.794/2008 foi criada para disciplinar o uso e ocupação do solo, as atividades de urbanização e o parcelamento do solo, incorporando de forma explícita o microzoneamento e ampliando as categorias de zonas com novas subdivisões específicas (ZACC, ZACS, ZAV, ZEI, entre outras).

De acordo com o Art. 92, da Lei 2.686/2006 e o Art. 8º, da Lei 2.794/2008, o território do município está dividido em duas macrozonas:

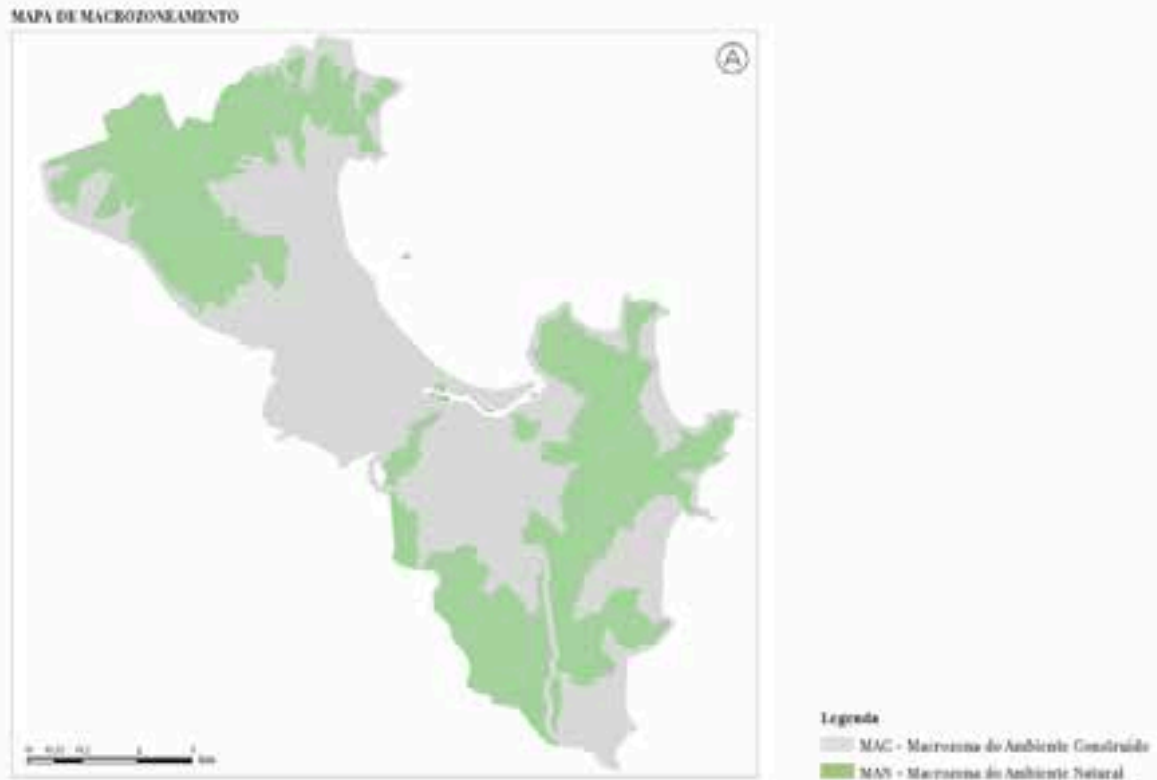
I - Macrozona do Ambiente Construído - MAC, que compreende as áreas caracterizadas pela predominância do conjunto edificado, definido a partir da diversidade das formas de apropriação e ocupação espacial e cuja finalidade será a de definir, de forma genérica sua característica ocupacional;

II - Macrozona do Ambiente Natural - MAN, que compreende as áreas caracterizadas pela presença significativa da água, como elemento natural definidor do seu caráter, enriquecidas pela presença de maciço vegetal preservado, englobando as ocupações próximas a esses corpos e cursos d'água e cuja finalidade será a de definir de forma genérica suas características de manutenção, recuperação, valorização e de forma restritiva, sua ocupação.

Contudo, a Lei nº 2.686/2006, definia macrozonas de forma ampla (ambiente natural e ambiente construído), com indicação genérica de zonas de uso, sem detalhamento microzonal. A Lei nº 2.794/2008, manteve a divisão em Macrozona do Ambiente Construído - MAC e Macrozona do Ambiente Natural - MAN, mas incluiu novas subzonas (ZACC, ZACS, ZACCB, ZACER, ZFR, ZOR, ZEE, ZEIS, ZAV) incorporou o microzoneamento e especificou critérios para habitação de interesse social, proteção ambiental e centralidades urbanas.

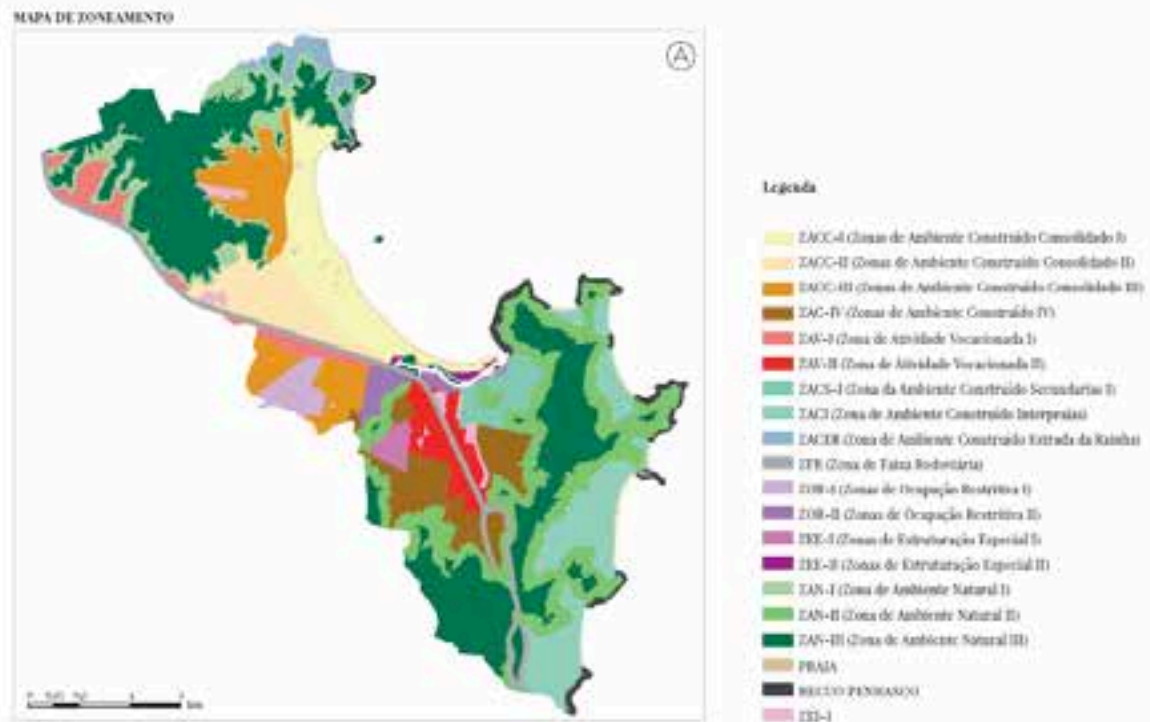
Quando analisado o zoneamento municipal, observa-se que a Lei 2.686/2006, restringiu-se ao zoneamento tradicional, sem estrutura microzonal. Já a Lei nº 2.794/2008 trouxe um microzoneamento detalhado, com subdivisões específicas para usos residenciais, mistos, comerciais, turísticos e ambientais, definindo índices urbanísticos (densidades, usos tolerados, incentivados, proibidos) e zonas de vocação econômica e social, conforme apresentado nos mapas da Figura 14, Figura 15 e Quadro 1.

Figura 14 – Mapa de Macrozoneamento Municipal



Fonte: Lei nº 2.686/2006; Lei nº 2.794/2008 (adaptado por MASTERPLAN BC, 2020).

Figura 15 – Mapa de Microzoneamento Municipal



Fonte: Lei nº 2.686/2006; Lei nº 2.794/2008 (adaptado por MASTERPLAN BC, 2020).

Quadro 1 – Macrozoneamento e Microzoneamento Municipal

Macrozona	Subzonas/Microzonas	Características Principais	Funções/Objetivos
Macrozona do Ambiente Construído (MAC)	- ZACC (Consolidado)- ZACS (Secundário)- ZACCB (Costa Brava)- ZACER (Estrada da Rainha)- ZFR (Faixa Rodoviária)- ZOR (Ocupação Restrita)- ZEE (Estruturação Especial)- ZEIS (Interesse Social)- ZAV (Atividades Vocacionadas)	Áreas já urbanizadas ou em processo de consolidação, com diferentes graus de adensamento, uso misto e infraestrutura existente.	Regular uso e ocupação do solo; permitir densificação controlada; promover habitação social; incentivar comércio e serviços; integrar mobilidade urbana.
Macrozona do Ambiente Natural (MAN)	- ZAN-I- ZAN-II- ZAN-III	Áreas com presença significativa de recursos naturais (mata, rios, encostas). Diferenciadas por cotas de altitude (25m, 50m, 100m).	Preservação, recuperação ambiental, controle de ocupação, proteção de áreas de risco e manutenção de ecossistemas.
Áreas Especiais de Estruturação Urbana (AEEU)	Projetos específicos definidos pelo município.	Áreas destinadas a requalificação urbana, operações urbanas consorciadas e implantação de eixos estruturadores.	Promover mobilidade, habitação popular e revitalização urbana.
Edificações Incentivadas (EI)	Conjuntos habitacionais, garagens públicas, equipamentos culturais.	Incentivadas com parâmetros diferenciados sem ônus financeiro.	Estimular usos de interesse público e cultural.
Imóveis Especiais Isolados (IEI)	Definidos por decreto e análise técnica.	Imóveis com valor cultural, histórico ou paisagístico a serem preservados.	Preservar memória urbana e permitir Transferência de Direito de Construir (TDC).
Zonas Especiais Institucionais (ZEI)	Zonas A a I, incluindo áreas de lazer, cultura, saneamento, terminais, parques e parcerias público-privadas (PPP).	Áreas voltadas a serviços públicos, infraestrutura e equipamentos urbanos.	Garantir áreas para serviços públicos, lazer e infraestrutura estratégica.

Fonte: Lei nº 2.686/2006; Lei nº 2.794/2008 (adaptado por FEPESE, 2025).

Complementando o Mapa de Microzoneamento Municipal, tem-se a Tabela de Índices Urbanísticos, anexo da Lei nº 2.794/2008, correspondente ao instrumento normativo que disciplina o uso e a ocupação do solo, as atividades de urbanização e parcelamento urbano para o município de Balneário Camboriú. Ela reúne parâmetros técnicos fundamentais — como taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, gabarito (altura máxima), recuos, taxa de permeabilidade e número mínimo de vagas de estacionamento — aplicáveis de acordo com a zoneamento do território.

Define limites urbanísticos básicos e estabelece quais são os parâmetros mínimos e máximos permitidos para construções em diferentes áreas e tipos de uso (residencial, multifamiliar, uso misto, não residencial, institucional etc.) e assegura o ordenamento e a qualidade urbanística ao estabelecer padrões para recuos, altura, densidade e permeabilidade, harmoniza a expansão urbana com qualidade de vida e sustentabilidade.

Com relação ao uso e aplicação de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade no município, a Lei nº 2.686/2006, apresenta os instrumentos de forma genérica, sem detalhar sua aplicação espacial, enquanto que, a Lei 2.794/2008, incluiu Áreas Especiais de Estruturação Urbana (AEEU), Edificações Incentivadas (EI), Imóveis Especiais Isolados (IEI) e Zonas Especiais Institucionais (ZEI), além de vincular instrumentos como Outorga Onerosa, Transferência do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas a estratégias de requalificação urbana e habitação popular.

A Lei nº 2.794/2008 não substituiu integralmente a 2.686/2006, mas a complementou, trazendo maior precisão normativa, principalmente por meio da criação do microzoneamento e da ampliação das zonas especiais, fortalecendo a articulação entre o Plano Diretor e os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade.

2.3.3 Usos do solo municipal

O planejamento da urbanização e o controle do uso e ocupação do solo no município de Balneário Camboriú têm como objetivo ordenar a ocupação do território e regular as atividades urbanas, respeitando as condições ambientais, a capacidade de infraestrutura instalada e a valorização da diversidade espacial e

cultural da cidade. Esse processo considera as diferentes paisagens formadas pelo patrimônio natural, pelo ambiente construído e pelos elementos que compõem a identidade local.

A legislação determina que toda ação de urbanização, reurbanização, implantação de loteamentos, execução de obras públicas e demais intervenções que possam alterar a paisagem natural ou construída devem ser pautadas por critérios de preservação ambiental e, sempre que aplicável, submeter-se a processos de licenciamento capazes de assegurar a mitigação de impactos.

A Lei nº 2.794/2008 estabelece as diretrizes e regras para disciplinar os usos, a ocupação e o parcelamento do solo, bem como as atividades permitidas, condicionadas ou proibidas no território municipal, de modo a garantir o ordenamento territorial e a função social da cidade. As categorias de uso abrangem os tipos residencial, comercial, misto, industrial, institucional, serviços públicos e usos especiais, sendo cada um deles classificado conforme seu nível de incomodidade.

A ocupação do solo está diretamente relacionada à proporção entre a área do lote e os parâmetros urbanísticos definidos para a edificação, sejam estas isoladas ou agrupadas. Esses parâmetros – chamados índices urbanísticos – visam assegurar a qualidade estética urbana, a insolação, a iluminação, a ventilação, a permeabilidade do solo e o equilíbrio da densidade urbana.

As atividades permitidas, permissíveis e os parâmetros urbanísticos aplicáveis aos projetos, parcelamentos e implantação de loteamentos convencionais e outras modalidades estão definidos no anexo da Lei nº 2.794/2008, na Tabela de Índices Urbanísticos, que deve ser observada de acordo com o zoneamento no qual a gleba está inserida.

De acordo com o Artigo 19, todos os usos podem se instalar nas macrozonas urbanas, desde que respeitem o Plano Diretor e as disposições desta Lei. Contudo, são vedados em todas as macrozonas urbanas os seguintes usos: desmanche de veículos; reciclagem de materiais contaminantes ou perigosos; industrialização e armazenagem de agrotóxicos; presídios; e depósitos ou reparadoras de contêineres.

No que se refere ao parcelamento do solo urbano, a lei remete os procedimentos de aprovação à Lei Federal nº 6.766/1979 e determina que novos assentamentos e loteamentos devem assegurar infraestrutura mínima – como

pavimentação, passeios acessíveis, drenagem, energia elétrica e iluminação pública, abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto –, sendo a comercialização dos lotes condicionada à implantação proporcional desses itens.

Também é obrigatória a destinação de áreas verdes e institucionais conforme o tipo e o porte do parcelamento, e veda-se a criação de lotes com área inferior ao mínimo definido para a respectiva zona, admitindo-se desmembramentos apenas quando os lotes resultantes atenderem integralmente aos parâmetros urbanísticos vigentes.

Portanto, qualquer atividade, parcelamento ou construção no território de Balneário Camboriú deve observar as diretrizes do Plano Diretor Municipal e as legislações complementares que o integram, garantindo o uso adequado das zonas e evitando prejuízos às características culturais, ambientais e de infraestrutura urbana. Dessa forma, promove-se o planejamento integrado e o desenvolvimento equilibrado, racional e sustentável do solo urbano.

2.3.4 Instrumentos do Estatuto da Cidade (ANA)

2.3.4.1 Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional, vinculados as Operações Urbanas Consorciadas, da Transferência do Direito de Construir e do Direito de Preempção – Lei nº 3/2010

2.3.4.2 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) - Lei Complementar nº 24/2018

2.4 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS

3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

3.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA

3.1.1 Macroindicadores estratégicos

Os municípios enfrentam um processo dinâmico de desenvolvimento marcado pela crescente complexidade e velocidade nas suas transformações, tornando-se essencial o uso sistemático de indicadores estratégicos para medir e monitorar os resultados das ações públicas. A análise comparativa de macroindicadores reconhecidos permitem avaliar a efetividade das políticas implementadas, orientar ajustes em diferentes prazos e oferecer uma visão integrada da realidade municipal, contribuindo para um ambiente socioeconômico mais seguro e alinhado aos objetivos planejados.

Os macroindicadores utilizados neste estudo são os seguintes:

- I. IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- II. IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
- III. IDCS – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
- IV. IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal
- V. CAPAG – Capacidade de Pagamento (STN)

3.1.1.1 *IDH – Índice de Desenvolvimento Humano*

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela ONU, é uma ferramenta estratégica essencial para avaliar o bem-estar coletivo e orientar decisões de longo prazo voltadas à sustentabilidade territorial. Ao integrar três dimensões distintas, o IDH oferece uma visão holística do progresso municipal.

As três dimensões centrais do IDH — renda, educação e longevidade — funcionam como pilares estratégicos para o diagnóstico e a ação transformadora:

- **Renda:** Avalia não apenas a riqueza gerada, mas a capacidade estratégica de acesso a bens e serviços essenciais, fomentando a inclusão produtiva e reduzindo desigualdades que minam a estabilidade social.

- **Educação:** Mede o nível de instrução e o potencial de capital humano, posicionando o município como hub de inovação e atratividade para investimentos,

onde uma população qualificada impulsiona a transição para economias de alto valor agregado.

- **Longevidade:** Revela a expectativa de vida como indicador de saúde e bem-estar sistêmico, guiando políticas preventivas que garantem uma força de trabalho resiliente e sustentável, especialmente em cenários de envelhecimento demográfico.

Figura 16 – Estrutura do Índice De Desenvolvimento Humano

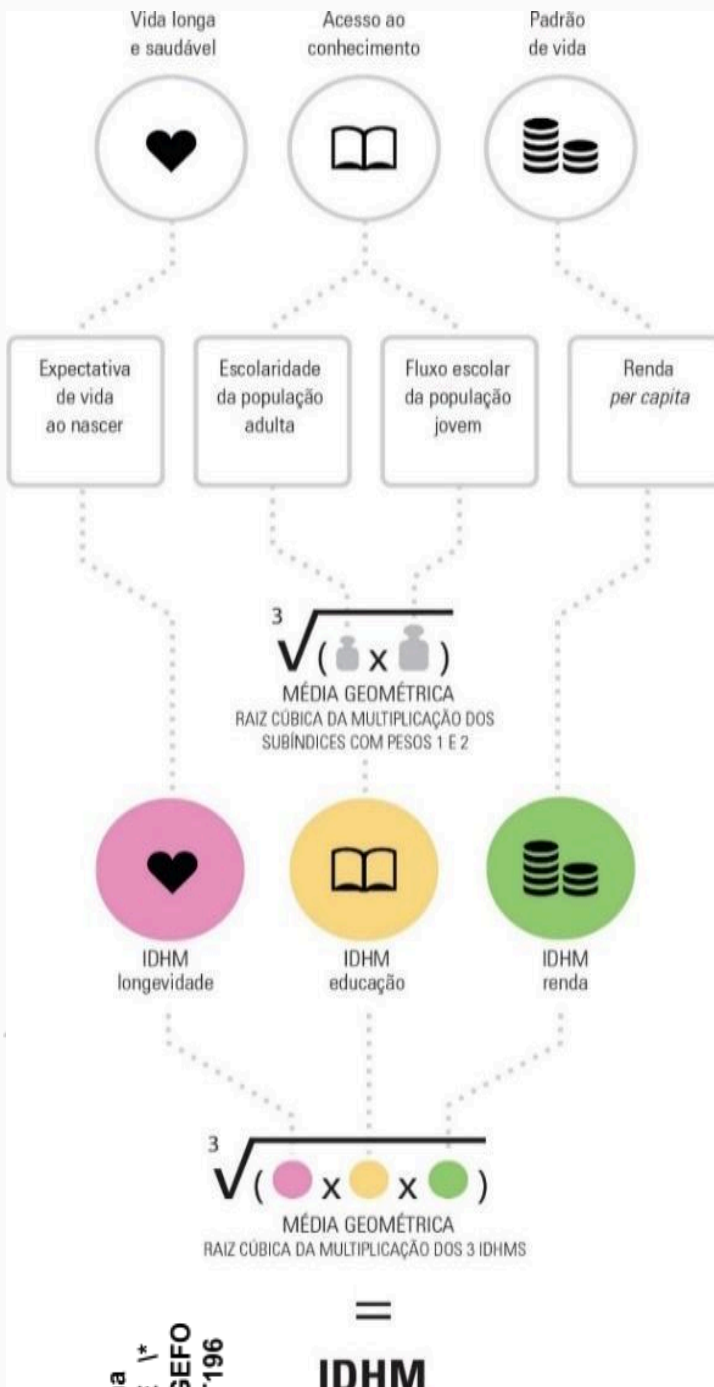
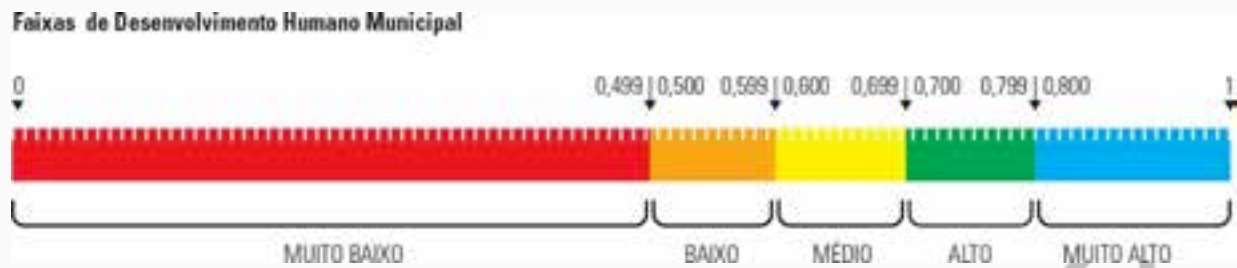


Figura 17 – Métrica do Índice De Desenvolvimento Humano



Fonte: ONU, 2025.

De acordo com Atlas Brasil e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e com base no Censo de 2010 do IBGE, o IDHM de Balneário Camboriú é de **0,845**. Nos seus componentes, o IDHM-L (longevidade) é **0,894**; o IDHM-E (educação) é **0,789**; e o IDHM-R (renda) é **0,854**, conforme apresenta a Tabela 7.

Para o Brasil, segundo PNUD (2010), os valores são:

IDHM: 0,727

IDHM-L: 0,739

IDHM-E: 0,816

IDHM-R: 0,637

De acordo com o exposto na Tabela 1, o município está classificado como “Muito Alto”, posicionando-se entre as cidades com maior IDH no Estado e no país.

Tabela 1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes para Balneário Camboriú

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes para Balneário Camboriú

Censo	IDHM	IDHM-L	IDHM-E	IDHM-R
1991	0,630	0,751	0,452	0,738
2000	0,777	0,829	0,668	0,848
2010	0,845	0,894	0,789	0,854

Fonte: ATLAS BRASIL, 2010; IBGE, 2022.

A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Balneário Camboriú evidencia um avanço expressivo nas últimas décadas, refletindo a consolidação do município como polo urbano dinâmico em Santa Catarina. Entre 1991 e 2010, o IDHM passou de 0,630 para 0,845, saindo de um patamar

considerado médio para um nível elevado de desenvolvimento humano. O maior destaque ocorreu no componente educação (IDHM-E), que cresceu de 0,452 para 0,789, sinalizando investimentos consistentes em acesso e qualidade do ensino, fundamentais para sustentar a competitividade local em uma economia cada vez mais baseada em conhecimento. A longevidade (IDHM-L) também apresentou melhora significativa, passando de 0,751 para 0,894, evidenciando avanços em saúde, qualidade de vida e políticas sociais. Já a renda (IDHM-R), que historicamente apresentava valores mais altos, manteve crescimento consistente de 0,738 para 0,854, reforçando a vocação econômica da cidade como destino turístico e centro de serviços de alto valor agregado. Do ponto de vista estratégico, esses indicadores revelam que o município construiu bases sólidas em saúde e renda, mas ainda precisa acelerar ganhos na dimensão educacional para consolidar uma trajetória de desenvolvimento sustentável, inovador e alinhado às demandas da Sociedade 5.0.

3.1.1.2 IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

Criado em 2008 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) tornou-se uma ferramenta interessante para acompanhar, de forma anual, a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros.

Composto por três áreas fundamentais — Emprego & Renda, Saúde e Educação — o IFDM oferece uma visão integrada da qualidade de vida e da capacidade de gestão pública local. Mais do que um simples indicador, ele funciona como um instrumento estratégico de diagnóstico e planejamento.

Figura 18 – Parâmetros de desenvolvimento IFDM



Fonte: FIRJAN, 2025.

Tabela 2 – IFDM

Comparativo IFDM				
COMPARATIVO	IFDM - 2013	IFDM - 2018	IFDM - 2023	Variação %
Balneário Camboriú	0,8075	0,7968	0,8224	1,85%

Fonte: FIRJAN.

Na perspectiva dos dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Balneário Camboriú apresentou, entre 2013 e 2023, um padrão de estabilidade resiliente. O índice oscilou de 0,8075 em 2013 para 0,7968 em 2018, seguido por uma recuperação estratégica que elevou o indicador a 0,8224 em 2023. Essa trajetória resultou em uma variação positiva acumulada de 1,85% ao longo do período.

3.1.1.3 IDCS – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) foi lançado em 2012 pela rede SDSN (Sustainable Development Solution Network). O índice oferece uma avaliação abrangente da distância que os municípios brasileiros precisam percorrer para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Baseado em dados atualizados e provenientes de fontes públicas e oficiais do Brasil, o IDSC-BR é composto por 100 indicadores. Cada indicador recebe uma pontuação entre 0 e 100, representando o percentual de desempenho em relação ao ideal. A diferença entre a pontuação obtida e o valor máximo (100) indica, em pontos percentuais, o quanto uma cidade ainda precisa avançar para atingir o desempenho ótimo.

Sendo o Nível de Desenvolvimento Sustentável:

- Muito alto - 80 a 100
- Alto - 60 a 79,99
- Médio - 50 a 59,99
- Baixo - 40 a 49,99

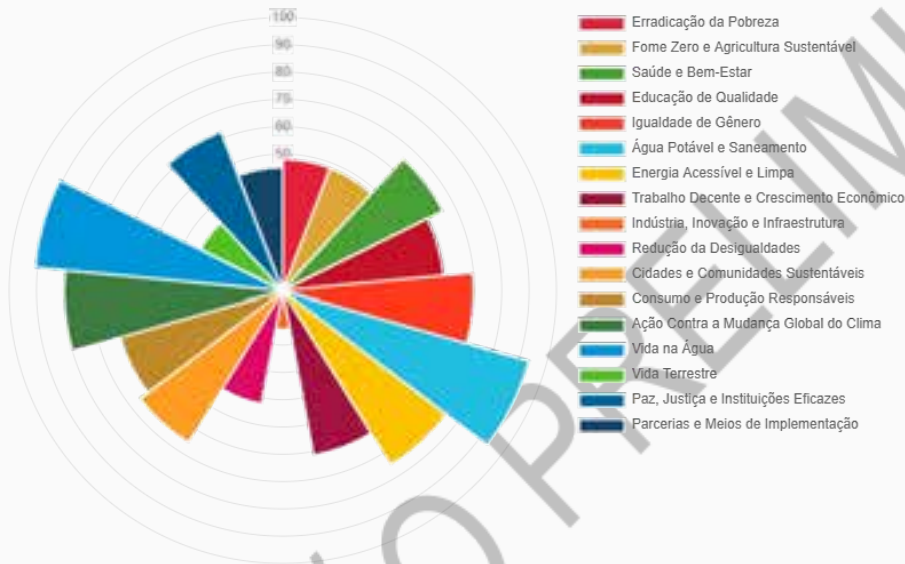
- Muito baixo - 0 a 39,99

Tabela 3 – IDSC

Comparativo IDSC			
COMPARATIVO	IDSC	Nível de Desenvolvimento	Classificação
Balneário Camboriú	59,77	médio	191 de 5570 municípios

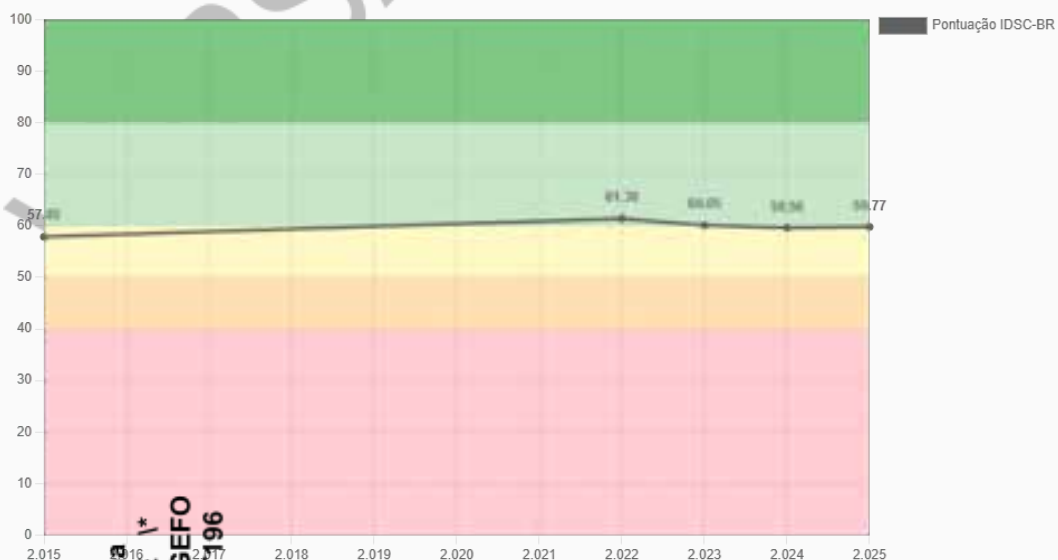
Fonte: IDSC, 2025.

Figura 19 – Radar dos ODS



Fonte: IDSC, 2025.

Figura 20 – Evolução do Índice



Fonte: IDSC, 2025.

Sob a perspectiva do IDSC-BR, Balneário Camboriú obtém o índice de 59,77 — posicionando o município no nível médio de desenvolvimento sustentável e em 191º lugar entre 5.570 cidades brasileiras. Essa classificação média, contrastando com o IDHM inicial elevado, sinaliza de acordo com este índice, uma desconexão entre prosperidade e equidade ambiental-social.

3.1.1.4 IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é uma metodologia adotada por todos os Tribunais de Contas do Brasil, em conformidade com as recomendações e deliberações do Instituto Rui Barbosa (IRB). Seu objetivo é avaliar, de forma sistemática, as políticas públicas e as atividades desenvolvidas pelos gestores municipais.

O indicador mensura o grau de aderência da administração municipal a processos e controles em sete áreas estratégicas, definidas com base em sua relevância no contexto das políticas públicas:

- I.Educação;
- II.Saúde;
- III.Planejamento;
- IV.Gestão Fiscal;
- V.Meio Ambiente;
- VI.Cidades Protegidas; e
- VII.Governança em Tecnologia da Informação.

O índice é composto pela combinação de dados governamentais, dados de prestação de contas e informações levantadas a partir de respostas em sete questionários eletrônicos, preenchidos pelas Prefeituras Municipais e, posteriormente, remetidos para compilação no TCE/SC. Essa ferramenta de fiscalização pode, inclusive, motivar o cidadão e outros agentes a exercerem o chamado controle social sobre a gestão da coisa pública municipal, habilitando-os a verificar se as técnicas e políticas de gestão empregadas estão adequadas às melhores práticas de processos e controles.

As notas das dimensões são organizadas em cinco faixas:

- A: IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A;
- B+: IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
- B: IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
- C+: IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
- C: IEGM menor ou igual a 49,99%

Tabela 4 – IEGM

Comparativo IEGM									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	Variação %
IEGM-SC	0,66	0,70	0,66	0,70	0,71	0,73	0,73	0,30	-54,55%

Fonte: TCE/SC, 2025.

Nesse contexto, os dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal de Santa Catarina (IEGM-SC), entre 2015 e 2023, evidenciam uma boa governança. O índice apresentou oscilações entre 0,66 e 0,73 nos primeiros anos, posicionando o município na faixa B (desempenho entre 60% e 74,99%). No entanto, houve uma expressiva queda para 0,30, o que representa uma variação negativa de 54,55% no período analisado.

3.1.1.5 CAPAG – Capacidade de Pagamento (STN)

Segundo a Secretaria de Tesouro Nacional – STN (2025), o CAPAG é a apresentação de “[...] forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional”.

Sendo que metodologia de cálculo é composta por três indicadores:

- Endividamento: aponta o tamanho da dívida municipal relativa à receita corrente líquida municipal;
- Poupança Corrente: se refere à relação entre despesas e receitas correntes no município; e
- Índice de Liquidez: indica o nível de obrigações financeiras em relação a disponibilidade de caixa do município.

Este indicador de Capacidade de Pagamento pode variar entre notas finais A, B, C ou D. Sendo a nota A indicativo de boa situação fiscal e de baixo risco, enquanto a nota D indica uma situação fiscal ruim e consequentemente de alto risco de inadimplência.

Quadro 2 – CAPAG

Comparativo CAPAG	
MUNICÍPIO	CONCEITO
Balneário Camboriú	A+

Fonte: STN, 2025.

Balneário Camboriú detém o conceito A+ no CAPAG — posicionando o município com um quadro de estabilidade fiscal, com excelente performance de endividamento, liquidez relativa, ranking de qualidade fiscal e bom nível de poupança corrente.

3.1.1.6 *Análise deste conjunto de informações oriundas dos Macroindicadores*

A análise dos índices de desenvolvimento de Balneário Camboriú, retro apresentados, revela uma trajetória de progresso moderado, marcada por avanços relevantes, mas também por estabilidades e discrepâncias que exigem atenção estratégica.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes de Balneário Camboriú, o IDHM demonstrou maior progresso ao longo das últimas décadas. Em 1991, enquadrava-se na categoria de “Muito Baixo”. No ano de 2000, passou para a faixa de “Médio” e, em 2010, atingiu o patamar de “Alto Desenvolvimento Humano”.

O IFDM demonstrou resiliência entre 2013 (0,8075) e 2023 (0,8224), com variação de 1,85%. Já o IDSC-BR, com pontuação de 59,77, classifica o município como de desenvolvimento médio (191º entre 5.570), evidenciando lacunas em sustentabilidade ambiental e social, mesmo diante da prosperidade econômica.

Na esfera da governança, o IEGM oscilou entre 0,66 e 0,73 (faixa B) de 2015 a 2022, mas sofreu queda abrupta para 0,30 em 2023, com variação negativa de -54,05%, sinalizando fragilidades que podem comprometer a efetividade das

políticas públicas. Em contrapartida, o CAPAG A+ confirma excelência fiscal, com baixo endividamento, alta poupança corrente e liquidez sólida, posicionando a cidade como de baixo risco para credores e altamente atrativa para investimentos.

Neste cenário, destacam-se forças em desenvolvimento humano e fiscal que consolidam Balneário Camboriú como um hub promissor para turismo e inovação. Contudo, persistem vulnerabilidades em sustentabilidade e governança, agravadas pelo envelhecimento populacional e desigualdades sociais.

Sendo recomendável implementar ações integradas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como: Fortalecimento da educação para formação de capital humano qualificado; Investimentos em saúde preventiva e **reformas iniciativas administrativas estratégicas** para elevar o IEGM. Equilibrando o crescimento econômico com equidade social e ambiental, garantindo resiliência de longo prazo e um futuro mais justo e sustentável para todos.

3.1.2 Desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico das cidades, com foco na atração de investimento, **busca a** ampliação do empreendedorismo, **da geração de empregos e elevação do movimento econômico e da renda**, demanda — no contexto da Sociedade 5.0 — a integração entre inovação tecnológica, políticas físico-territoriais sustentáveis e infraestrutura adequada. Esses elementos são fundamentais para impulsionar a competitividade municipal, atrair investimentos e elevar a renda per capita.

A adoção de práticas contemporâneas fortalece setores estratégicos, promovendo o desenvolvimento social e a resiliência diante dos desafios globais. Nesse cenário, a governança colaborativa — articulando os setores público, privado, comunitário e acadêmico — torna-se essencial para cocriar soluções alinhadas às forças locais e às oportunidades emergentes, superando resistências institucionais e assegurando equidade.

3.1.2.1 IDHM Renda

O Índice de Desenvolvimento Humano – Renda (IDH-Renda) é uma das três dimensões que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

(IDHM), utilizado no Brasil para avaliar o nível de desenvolvimento humano dos municípios, com base na metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Especificamente, o IDH-Renda mede o acesso à renda per capita da população, refletindo o nível de prosperidade econômica e a capacidade de atender às necessidades materiais básicas.

A importância do IDHM-Renda reside em sua capacidade de revelar desigualdades econômicas, orientar políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, garantindo que os recursos financeiros sejam distribuídos de forma a melhorar a qualidade de vida e fomentar oportunidades equitativas para todos os cidadãos do município.

Tabela 5 – IDHM Renda

IDHM Renda				
COMPARATIVO	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010	Variação %
Brasil	0,647	0,692	0,739	14,22%
Santa Catarina	0,648	0,717	0,773	19,29%
Balneário Camboriú	0,738	0,848	0,854	15,72%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A análise do IDHM-Renda de Balneário Camboriú entre 1991 e 2010 revela uma trajetória de consolidação como polo de prosperidade econômica, com o índice evoluindo de 0,738 para 0,854 — uma variação positiva de 15,72% —, superando consistentemente as médias nacional (de 0,647 para 0,739, +14,22%) e estadual (de 0,648 para 0,773, +19,29%), o que posiciona o município como atrativo para investimentos em setores de alto valor agregado, como turismo e serviços. Essa performance reflete um acesso robusto à renda per capita, impulsionado por influxos migratórios e dinamismo local, mas demanda vigilância para mitigar riscos e desigualdades intraurbanas, recomendando-se políticas de diversificação produtiva e capacitação laboral para sustentar o crescimento inclusivo e alinhado aos ODS, garantindo resiliência fiscal em meio ao envelhecimento demográfico e pressões urbanas observadas.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Emprego & Renda (IFDM – Emprego & Renda) é uma das suas três dimensões para avaliar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Essa dimensão específica foca na capacidade de geração de empregos formais e renda, analisando indicadores como a criação de vagas com carteira assinada, a absorção de mão de obra local e o nível de renda média dos trabalhadores formais, ajustados com base em dados do mercado de trabalho formal (como o RAIS do Ministério do Trabalho).

Tabela 6 – FIRJAN – EMPREGO & RENDA

FIRJAN – EMPREGO & RENDA				
Município	IFDM - 2013	IFDM - 2018	IFDM - 2023	Variação %
Balneário Camboriú	1,0000	0,9745	1,0000	0,00%

Fonte: FIRJAN, 2025.

No que tange a análise do IFDM – Emprego & Renda de Balneário Camboriú entre 2013 e 2023 demonstra uma estabilidade excepcional, com o índice oscilando de 1,0000 para 0,9745 e retornando a 1,0000 — resultando em variação nula de 0,00% —, numa performance que reforça o atrativo para investimentos e migração, mas exige monitoramento para evitar dependência de ciclos econômicos voláteis.

3.1.2.3 Renda Per Capita

A renda per capita, calculada como a renda total de um município dividida pelo número de habitantes, é um indicador econômico que reflete o nível médio de recursos financeiros disponíveis por pessoa, servindo como uma medida do padrão de vida e da capacidade de consumo da população. Sua importância reside na capacidade de revelar desigualdades econômicas, orientar a formulação de políticas públicas e avaliar o impacto de ações voltadas ao desenvolvimento socioeconômico. No contexto municipal, esse indicador é crucial para planejar investimentos, combater a pobreza e promover a equidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Tabela 6 – Renda per capita

Renda per capita				
COMPARATIVO	Renda per capita 1991	Renda per capita 2000	Renda per capita 2010	Variação %
Brasil	447,56	592,46	793,87	77,38%
Santa Catarina	449,78	693,82	983,90	118,75%
Balneário Camboriú	791,69	1.563,49	1.625,59	105,33%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A renda per capita de Balneário Camboriú entre 1991 e 2010 evidencia uma consolidação como polo de alto padrão de vida, com o indicador saltando de R\$ 791,69 para R\$ 1.625,59 — uma variação de 105,33% —, superando as médias nacional (de R\$ 447,56 para R\$ 793,87, +77,38%) e estadual (de R\$ 449,78 para R\$ 983,90, +118,75%), o que reflete uma capacidade robusta de consumo e prosperidade econômica, impulsionada por influxos migratórios, turismo e investimentos imobiliários, fomentando equidade e redução da pobreza. Essa trajetória reforça o posicionamento do município como atrativo para setores de alto valor agregado, mas demanda ações para mitigar desigualdades intraurbanas e dependência de ciclos sazonais, recomendando-se políticas de diversificação produtiva, capacitação inclusiva e redistribuição de recursos para alinhar o crescimento ao desenvolvimento sustentável.

3.1.2.4 Participação da Administração Pública no valor adicionado

O indicador de participação da administração pública no valor adicionado reflete a contribuição do setor público na geração de riqueza de uma economia, medindo o peso de atividades governamentais, como serviços públicos, saúde, educação e segurança, no PIB ou no valor adicionado bruto. Sua importância reside em avaliar o papel do Estado na dinâmica econômica, indicando o nível de dependência de recursos públicos versus a iniciativa privada.

Tabela 8 – Participação da Administração Pública no valor adicionado

Participação da Administração Pública no valor adicionado					
COMPARATIVO	Adm. Pública Valor Adic. 2013	Adm. Pública Valor Adic. 2014	Adm. Pública Valor Adic. 2015	Adm. Pública Valor Adic. 2016	Variação %
Brasil	22,72	22,52	23,01	23,09	1,63%

Santa Catarina	14,59	14,10	14,79	15,57	6,72%
Balneário Camboriú	14,83	14,40	14,91	17,04	14,90%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A participação da Administração Pública no valor adicionado de Balneário Camboriú entre 2013 e 2016 revela um aumento expressivo de 14,90% (de 14,83% para 17,04%), superando as variações nacional (1,63%, de 22,72% para 23,09%) e estadual (6,72%, de 14,59% para 15,57%), o que indica uma crescente dependência do setor público na geração de riqueza local. Essa dinâmica posiciona o município como um modelo de intervenção estatal equilibrada, fomentando estabilidade social e atratividade para investimentos privados, mas sinaliza riscos de rigidez fiscal, recomendando-se estratégias de diversificação econômica, parcerias público-privadas e monitoramento de eficiência governamental para mitigar vulnerabilidades, alinhando o crescimento à sustentabilidade e à redução de desigualdades em meio à transição demográfica observada.

3.1.2.5 Participação da agropecuária no valor adicionado

O indicador de participação da agropecuária no valor adicionado mede a contribuição do setor agropecuário (agricultura, pecuária, silvicultura e atividades relacionadas) para a geração de riqueza em uma economia, expresso como percentual do PIB ou do valor adicionado bruto. O indicador ajuda a monitorar a diversificação econômica, identificar dependências setoriais e orientar políticas públicas.

Tabela 9 – Participação da agropecuária no valor adicionado

Participação da agropecuária no valor adicionado					
COMPARATIVO	Agropecuária no Valor Adicionado 2013	Agropecuária no Valor Adicionado 2014	Agropecuária no Valor Adicionado 2015	Agropecuária no Valor Adicionado 2016	Variação %
Brasil	7,80	7,49	7,30	7,73	-0,90%
Santa Catarina	7,87	7,72	7,39	8,05	2,29%
Balneário Camboriú	0,13	0,16	0,19	0,17	30,77%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A análise da participação da agropecuária no valor adicionado de Balneário Camboriú entre 2013 e 2016 evidencia um crescimento percentual expressivo de 30,77% (de 0,13% para 0,17%), superando as variações nacional (-0,90%, de 7,80% para 7,73%) e estadual (2,29%, de 7,87% para 8,05%), embora o setor permaneça marginal em um território físico pequeno e urbanizado, com uma economia dominada por serviços e turismo, sugerindo contribuições pontuais de atividades locais.

3.1.2.6 Participação da indústria no valor adicionado

O indicador de participação da indústria no valor adicionado mede a contribuição do setor industrial para a geração de riqueza em uma economia, expresso como percentual do PIB ou do valor adicionado bruto. Sua relevância está em avaliar o dinamismo econômico e a capacidade de geração de empregos qualificados, inovação e exportações.

Tabela 10 – Participação da indústria no valor adicionado

Participação da indústria no valor adicionado					
COMPARATIVO	Indústria no Valor Adicionado 2013	Indústria no Valor Adicionado 2014	Indústria no Valor Adicionado 2015	Indústria no Valor Adicionado 2016	Variação %
Brasil	20,29	19,59	19,01	18,09	-10,84%
Santa Catarina	29,11	28,72	27,15	25,78	-11,44%
Balneário Camboriú	19,10	17,50	16,16	15,11	-29,89%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A participação da indústria no valor adicionado de Balneário Camboriú entre 2013 e 2016 revela uma queda significativa de 29,89% (de 19,10% para 15,11%), bem mais acentuada que as reduções observadas no Brasil (-10,84%, de 20,29% para 18,09%) e em Santa Catarina (-11,44%, de 29,11% para 25,78%), indicando uma perda de dinamismo industrial local em favor de outros setores como

turismo e serviços imobiliários. Essa retração sugere desafios na geração de empregos qualificados.

3.1.2.7 Participação dos serviços no valor adicionado

O indicador de participação dos serviços no valor adicionado mede a contribuição do setor de serviços (como comércio, turismo, transporte, educação, saúde e outros) para a geração de riqueza em uma economia, expresso como percentual do PIB ou do valor adicionado bruto. Sua importância reside em avaliar o peso de um setor que, em economias modernas, tende a ser dominante devido à sua capacidade de gerar empregos, absorver mão de obra diversificada e impulsionar o consumo interno.

Tabela 11 – Participação dos serviços no valor adicionado

Participação dos serviços no valor adicionado					
COMPARATIVO	Serviços no Valor Adicionado 2013	Serviços no Valor Adicionado 2014	Serviços no Valor Adicionado 2015	Serviços no Valor Adicionado 2016	Variação %
Brasil	49,19	50,40	50,68	51,09	3,86%
Santa Catarina	48,43	49,46	50,66	41,82	-13,65%
Balneário Camboriú	65,93	67,94	68,75	67,67	2,64%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A participação dos serviços no valor adicionado de Balneário Camboriú entre 2013 e 2016 demonstra uma consolidação robusta do setor, com variação positiva de 2,64% (de 65,93% para 67,67%), contrastando com o crescimento modesto nacional (3,86%, de 49,19% para 51,09%) e a retração estadual (-13,65%, de 48,43% para 41,82%), o que reforça o posicionamento do município como economia de serviços dominante, impulsionada por turismo, comércio e imobiliário, gerando empregos diversificados e absorvendo mão de obra em um contexto de influxo migratório e consumo elevado. Essa dinâmica favorece a resiliência econômica e a atratividade para investimentos, mas expõe riscos de sazonalidade e

baixa qualificação em parte dos postos de trabalho, recomendando-se políticas de capacitação para inovação em serviços de alto valor (como tecnologia e saúde), diversificação para mitigar dependências e integração com setores complementares, alinhando o crescimento aos ODS para equilibrar equidade social, sustentabilidade ambiental e a transição demográfica observada, evitando sobrecargas urbanas e desigualdades.

3.1.2.8 Valor adicionado per capita

O indicador de valor adicionado per capita mede a riqueza gerada por pessoa em uma economia, expressa como o valor adicionado bruto (soma da produção menos os insumos intermediários) dividido pela população. Sua importância reside em avaliar a produtividade econômica e o nível de bem-estar material de uma região, refletindo a capacidade de gerar renda e sustentar serviços públicos e privados.

Tabela 12 – Valor adicionado per capita

Valor adicionado per capita					
COMPARATIVO	Valor Adicionado per capita 2013	Valor Adicionado per capita 2014	Valor Adicionado per capita 2015	Valor Adicionado per capita 2016	Variação %
Brasil	18,48	18,80	17,46	17,13	-7,31%
Santa Catarina	22,30	23,39	21,34	20,58	-7,71%
Balneário Camboriú	23,28	24,34	23,00	21,97	-5,63%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A análise do valor adicionado per capita de Balneário Camboriú entre 2013 e 2016 revela uma resiliência relativa frente a um contexto de retração econômica, com queda de -5,63% (de R\$ 23,28 para R\$ 21,97), menos acentuada que as variações nacional (-7,31%, de R\$ 18,48 para R\$ 17,13) e estadual (-7,71%, de R\$ 22,30 para R\$ 20,58), o que demonstra uma produtividade econômica superior e capacidade de sustentar bem-estar material em meio a desafios macroeconômicos, ancorada na dominância de serviços e turismo que absorvem fluxos populacionais qualificados. Essa performance reforça o município como polo de geração de riqueza per capita, financiando serviços públicos e privados, mas sinaliza desafios em um cenário de envelhecimento demográfico e dependência

setorial, recomendando-se investimentos em inovação tecnológica, qualificação laboral e diversificação para setores de alto valor agregado, alinhando o crescimento aos ODS para mitigar desigualdades, pressionar infraestrutura sustentável e garantir resiliência de longo prazo.

3.1.2.9 Evolução na geração de empregos

O indicador de saldo de empregados gerado no ano, registrado no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, mede a diferença entre admissões e demissões formais em um determinado período, refletindo a dinâmica de criação ou perda de empregos com carteira assinada em uma economia.

Tabela 13 – Saldo empregos gerados

Saldo empregos gerados				
COMPARATIVO	Saldo de Empregos 2021	Saldo de Empregos 2022	Saldo de Empregos 2023	Saldo de Empregos 2024
Agropecuária	10	-4	7	23
Indústria	321	91	64	71
Construção	775	691	48	497
Comércio	915	468	-2	-10
Serviços	2.726	1.567	1.037	1.304
TOTAL	4.747	2.813	1.154	1.885

Fonte: Painel de Informações do Novo CAGED, 2025.

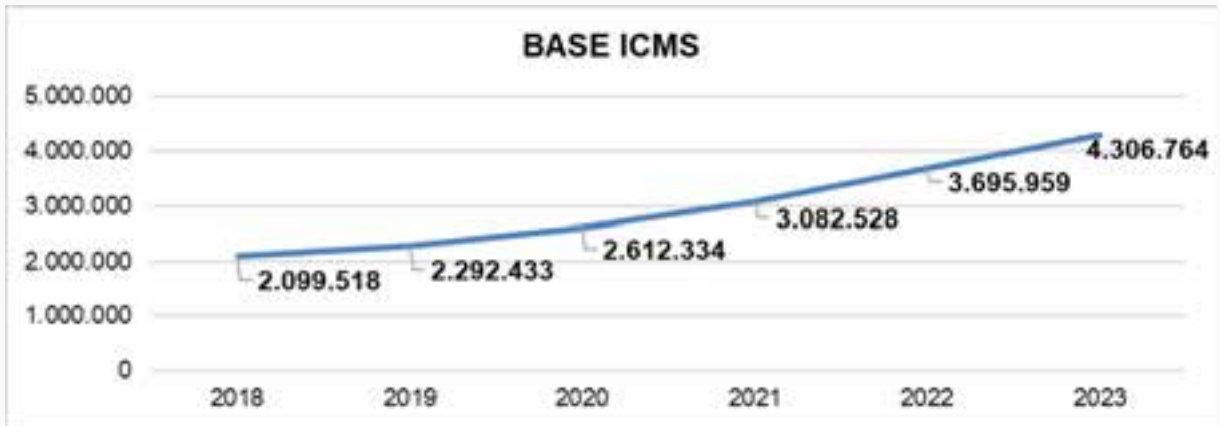
A evolução na geração de empregos formais em Balneário Camboriú, conforme o Novo CAGED entre 2021 e 2024, revela uma trajetória de dinamismo setorial com desaceleração gradual, passando de um saldo robusto de 4.747 vagas em 2021 para 1.885 em 2024, impulsionada predominantemente pelos serviços (de 2.726 para 1.304 vagas), que representam a espinha dorsal da economia local, enquanto a construção registrou picos (775 em 2021 e 497 em 2024) ligados ao boom imobiliário, e o comércio mostrou fragilidade recente (-10 em 2024).

3.1.2.10 Base ICMS

O componente principal (85%) para formação do Índice de retorno do ICMS é o município. É apurado anualmente para cada município e com base no

movimento econômico (vendas das empresas, vendas da produção agropecuária, consumo de energia elétrica, serviços de telecomunicação) ocorrido no município.

Gráfico 1 – Valor adicionado da base ICMS (R\$ 1.000,00)

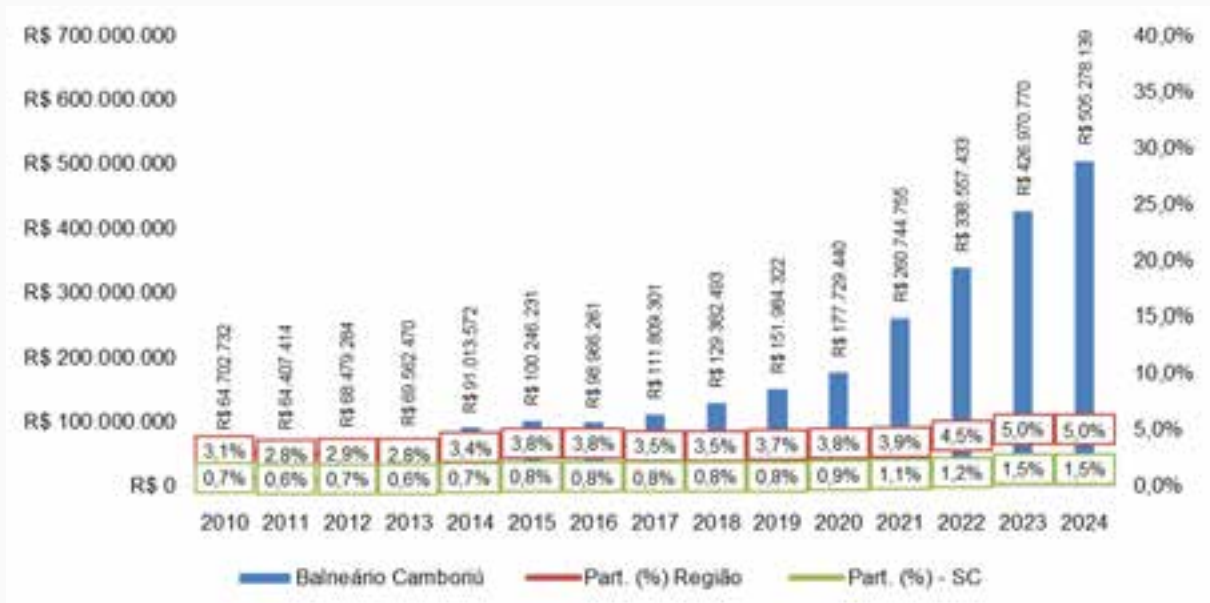


Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2025.

A análise do valor adicionado da base ICMS de Balneário Camboriú entre 2018 e 2023 demonstra um crescimento acelerado de 105,13% (de R\$ 2.099.518 mil para R\$ 4.306.764 mil), refletindo um movimento econômico impulsionado por vendas empresariais, consumo de energia e telecomunicações.

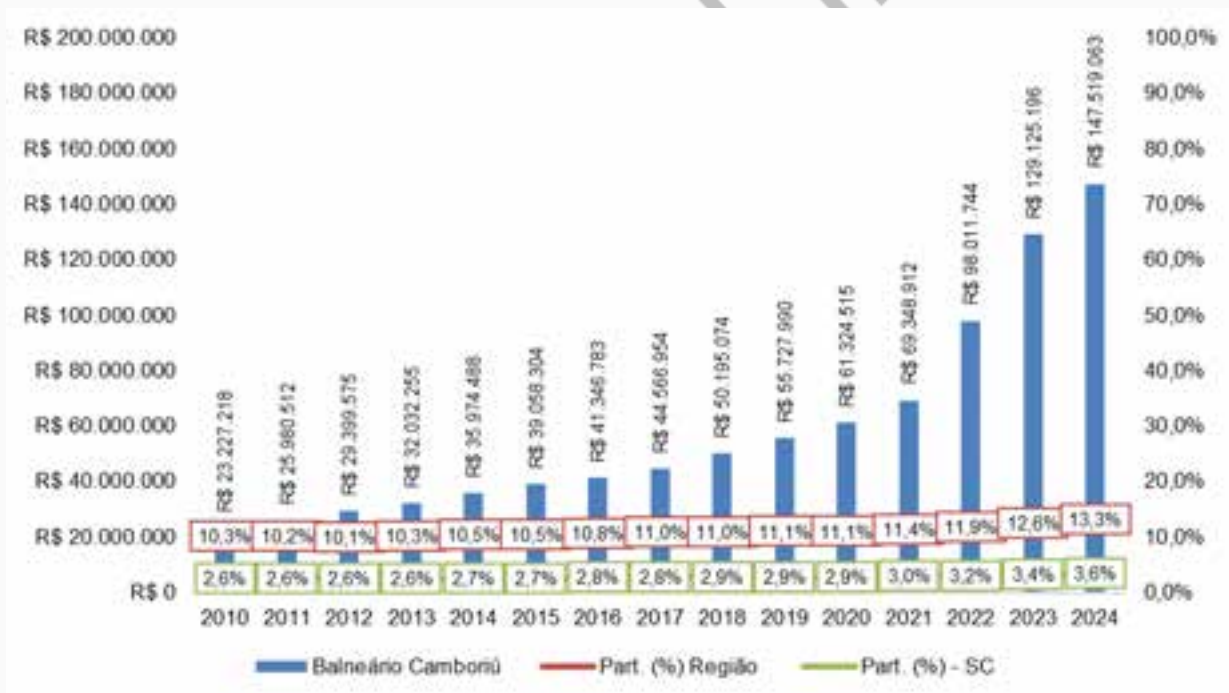
No que se refere à arrecadação tributária, os gráficos a seguir evidenciam uma geração de ICMS e IPVA, com Balneário Camboriú contribuindo com cerca de 5% do ICMS e aproximadamente 13% do IPVA da mesorregião. Esses indicadores refletem uma base econômica dinâmica, marcada por intensa movimentação de bens e serviços, além de uma frota veicular elevada.

Gráfico 2 – Geração de ICMS e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina, 2025.

Gráfico 3 – Geração de IPVA e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina, 2025.

1.1.1.1 Valor arrecadado com as Receitas Municipais

A análise da evolução do conjunto das principais receitas municipais — abrangendo tributos próprios (IPTU, ISS, ITBI, IRRF, taxas e contribuições), receitas vinculadas (COSIP e serviços da EMASA) e transferências constitucionais (FPM,

ICMS, IPVA e FUNDEF/FUNDEB) — evidencia a crescente complexidade e interdependência da base arrecadatória.

Gráfico 4 – Valor arrecadado com as Receitas Municipais

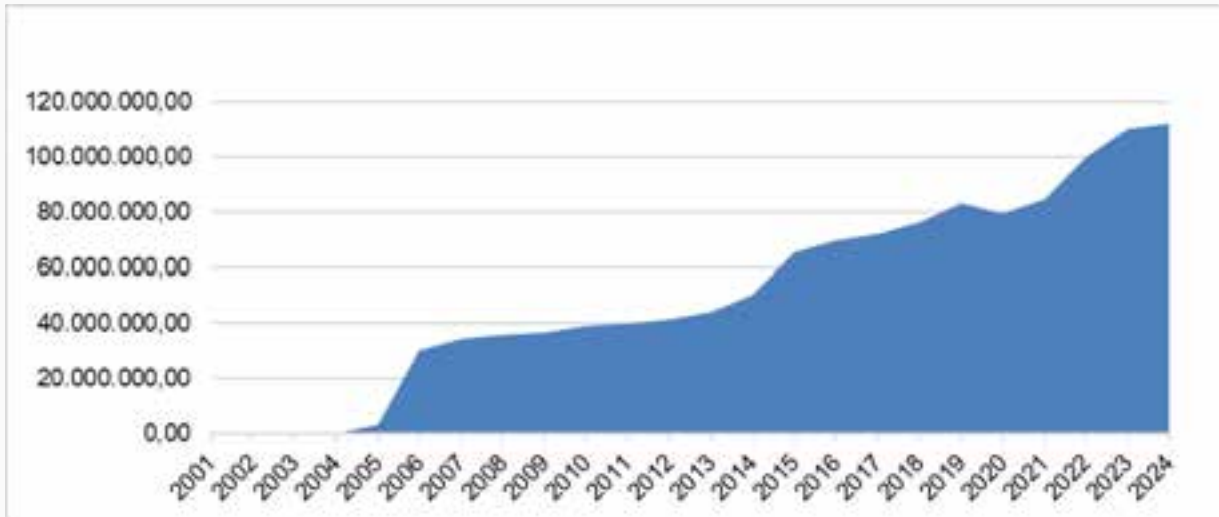


Fonte: PMBC, 2025.

A evolução das receitas municipais entre 2001 e 2024 revela um crescimento contínuo e acelerado, passando de R\$ 43,5 milhões para mais de R\$ 1,3 bilhão, o que representa um aumento superior a 2.890% em pouco mais de duas décadas. Esse salto expressivo demonstra tanto a expansão econômica do município quanto a sua capacidade de mobilização de receitas próprias e aproveitamento das transferências intergovernamentais. Observa-se uma inflexão relevante a partir de 2017, com forte aceleração do crescimento anual, alcançando patamares superiores a R\$ 1 bilhão em 2022. Do ponto de vista estratégico, tal trajetória impõe desafios de governança fiscal: sustentar o ritmo de crescimento com base em diversificação econômica (especialmente em ISS e ITBI), modernização da administração tributária e uso inteligente dos recursos para investimentos estruturantes. Ao mesmo tempo, reforça a oportunidade de alinhar a política fiscal a um planejamento estratégico de longo prazo, garantindo equilíbrio entre arrecadação, capacidade de investimento e qualidade do gasto público para consolidar o município como referência em desenvolvimento sustentável e competitivo.

1.1.1.2 Valor arrecado com receita de serviços (EMASA)

Gráfico 5 – Valor arrecadado com receita de serviços (EMASA)



Fonte: PMBC, 2025.

A evolução da Receita de Serviços da EMASA evidencia um crescimento consistente desde sua efetiva entrada em 2005, quando arrecadou R\$ 3,6 milhões, alcançando em 2024 mais de R\$ 112 milhões. Totalizando no período R\$ 1,2 bilhão. Sendo que o salto inicial entre 2005 e 2006, tornando-se uma fonte estrutural e estratégica de receita própria.

1.1.1.3 Valor arrecadado com ISS – Imposto sobre Serviços

O indicador de valor arrecadado com o Imposto Sobre Serviços – ISS mede a receita gerada por atividades do setor de serviços, em uma economia municipal, refletindo o dinamismo e a relevância econômica desse setor. Sua importância reside em avaliar a capacidade de geração de recursos próprios pelo município, que financiam serviços públicos essenciais, como infraestrutura, saúde e educação, impactando diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento local.

Tabela 14 – Valor arrecadado com ISS

Valor arrecadado com ISS					Variação % período
COMPARATIVO	ISS - 2021	ISS - 2022	ISS - 2023	ISS - 2024	
Balneário Camboriú	87.642.458,10	114.511.240,91	134.395.387,42	157.377.163,09	79,57%

Fonte: PMBC, 2025.

O valor arrecadado com ISS em Balneário Camboriú entre 2021 e 2024 evidencia um crescimento robusto de 79,57% (de R\$ 87,642 milhões para R\$ 157,377 milhões), refletindo o dinamismo acelerado do setor de serviços, especialmente turismo, comércio e imobiliário, que gera receitas próprias substanciais para financiar infraestrutura, saúde e educação, elevando a qualidade de vida e a atratividade para investimentos em um contexto de expansão populacional.

Neste contexto, o campo dos serviços tecnológicos, frequentemente apontado como matriz de oportunidades para a potencialização econômica da cidade, revela, por meio da série histórica, a seguinte realidade.

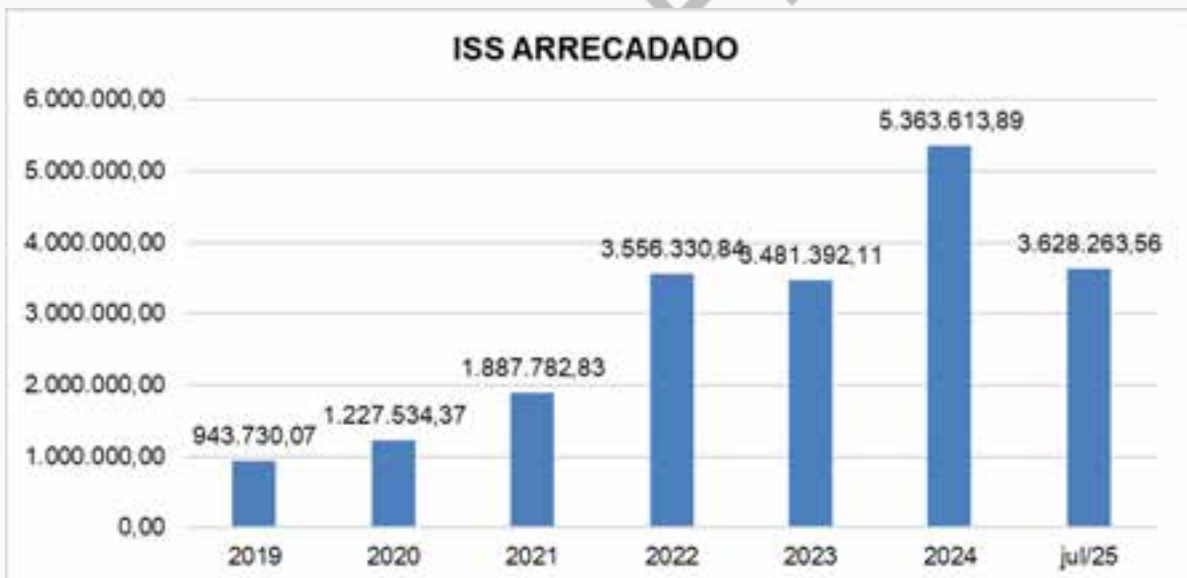
VERSÃO PRELIMINAR

Gráfico 6 – Valor do ISS Faturado



Fonte: PMBC, 2025.

Gráfico 7 – Valor do ISS Arrecadado



Fonte: PMBC, 2025.

3.1.2.11 PIB – Produto Interno Bruto

Segundo IBGE, o “*PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas*”. E neste caso, o PIB per capita espelha a divisão do PIB pelo número de habitantes.

Tabela 15 – PIB per capita - RAIS

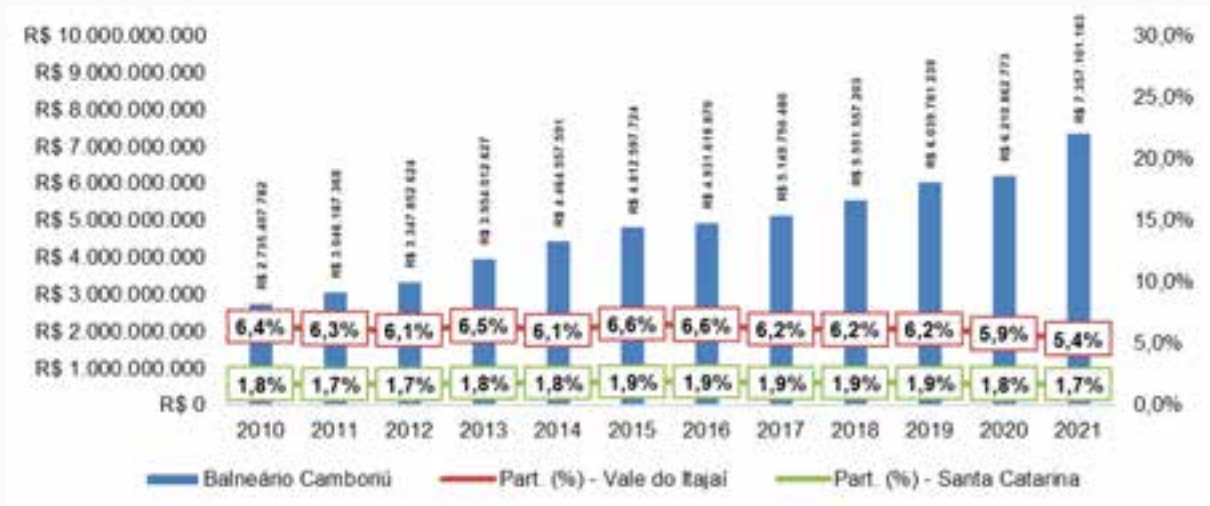
PIB per capita - RAIS					
COMPARATIVO	Produto Interno Bruto per capita 2013	Produto Interno Bruto per capita 2014	Produto Interno Bruto per capita 2015	Produto Interno Bruto per capita 2016	Variação %
Brasil	22,20	22,44	21,17	20,19	-9,05%
Santa Catarina	27,13	28,45	26,43	24,71	-8,92%
Balneário Camboriú	27,37	28,21	27,11	24,85	-9,21%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A análise estratégica do PIB per capita de Balneário Camboriú entre 2013 e 2016 revela uma retração moderada de -9,21% (de R\$ 27,37 para R\$ 24,85), alinhada às quedas nacional (-9,05%, de R\$ 22,20 para R\$ 20,19) e estadual (-8,92%, de R\$ 27,13 para R\$ 24,71), refletindo impactos de uma conjuntura econômica adversa, como recessão e flutuações no turismo e imobiliário, que pressionam a produtividade per capita apesar da expansão populacional.

O município se destaca como um dos principais polos econômicos do Vale do Itajaí. Conforme indicado no gráfico a seguir, Balneário Camboriú registrou, em 2021, um PIB nominal superior a R\$ 7 bilhões, o que representa aproximadamente 5,4% do PIB da mesorregião e 1,7% do total estadual de Santa Catarina. Esse desempenho evidencia a relevância econômica local em um cenário estadual altamente competitivo.

Gráfico 8 – PIB em R\$ (nominal) e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: IBGE, 2025.

Na sequência, apresenta-se a composição do PIB do município, com predomínio do setor de serviços, que representa cerca de 61% do total gerado. Esse perfil é coerente com a vocação turística e comercial atual de Balneário Camboriú.

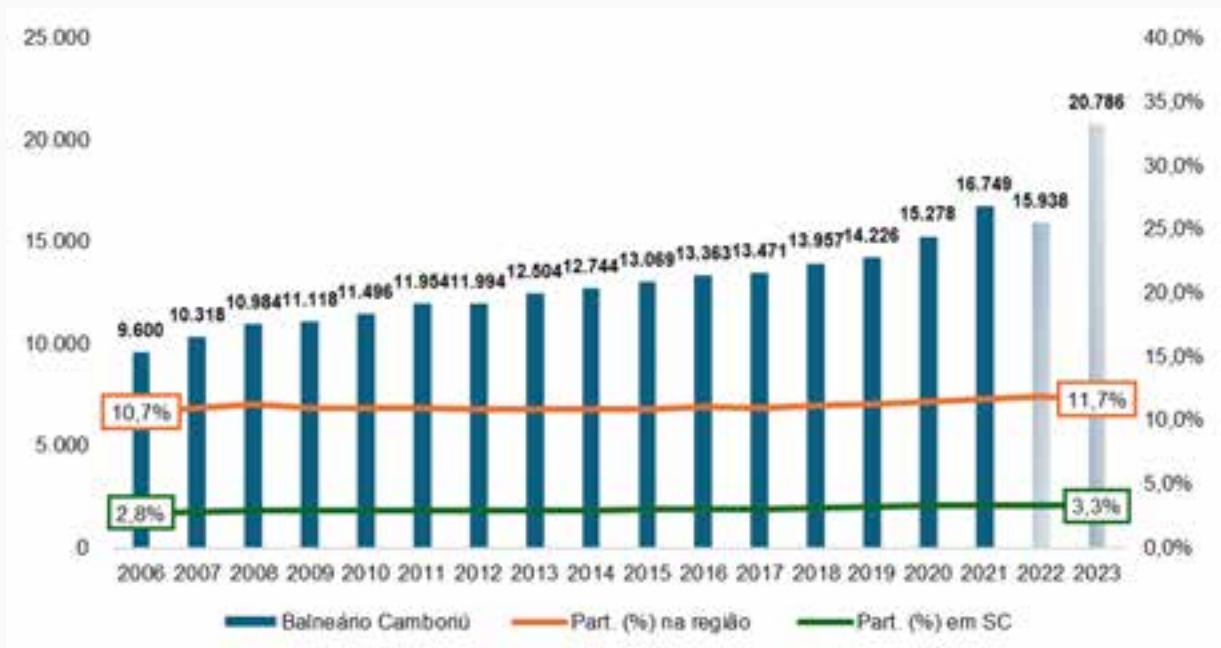
Gráfico 9 – Composição do PIB de Balneário Camboriú por Componentes



Fonte: IBGE, 2025.

A estrutura empresarial do município também se revela robusta. Conforme o gráfico a seguir, em 2023 Balneário Camboriú concentrava aproximadamente 11,7% das empresas da mesorregião, totalizando 20.786 estabelecimentos ativos naquele ano.

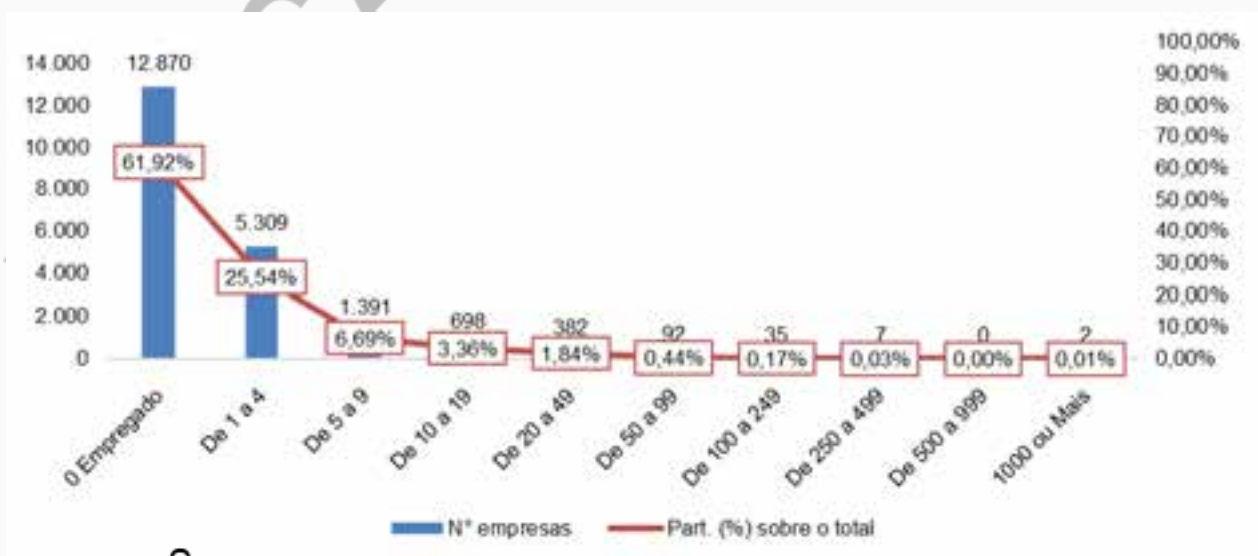
Gráfico 10 – Número de empresas e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025; * Com a nova atualização da RAIS, os dados de 2022 e 2023 não podem ser comparativos aos anos anteriores devido a mudanças metodológicas.

Todavia, o Gráfico a seguir revela que a maioria das empresas declarou não possuir nenhum funcionário, totalizando 61,92% do total. Em seguida, destacam-se aquelas com 1 a 4 funcionários, que representam 25,54% dos estabelecimentos.

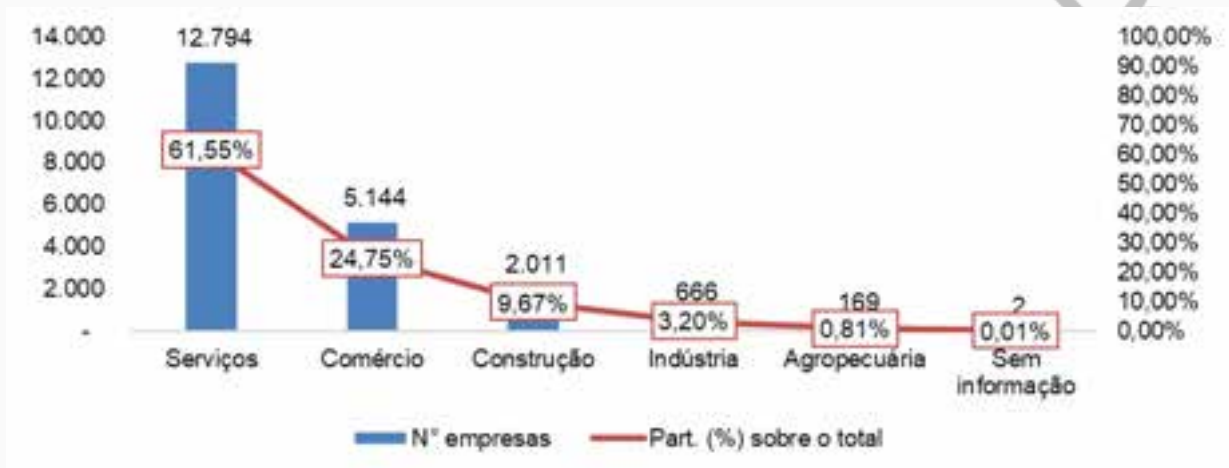
Gráfico 11 – Número de empresas por número de funcionários de Balneário Camboriú em 2023



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025.

O Gráfico abaixo evidencia a concentração das atividades empresariais nos setores de serviços, comércio e construção, que respondem, respectivamente, por 61,56%, 24,75% e 9,67% das empresas do município, conforme pode ser observado a seguir.

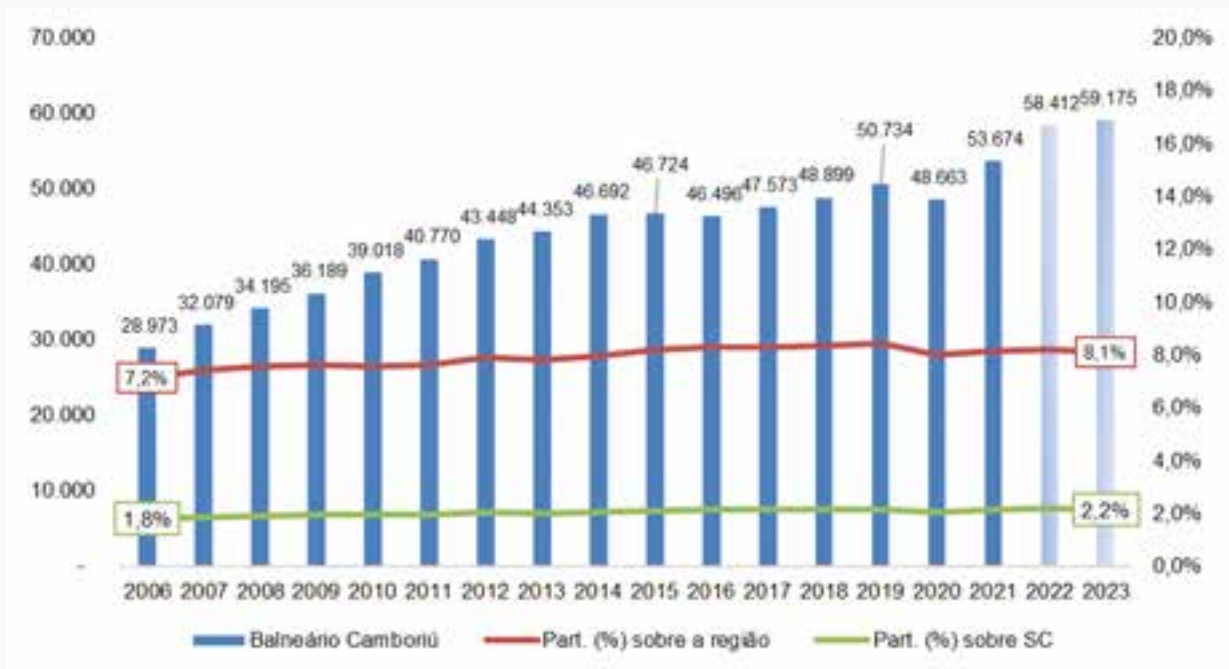
Gráfico 12 – Número de empresas por setores em Balneário Camboriú – 2023



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025.

Quanto ao mercado de trabalho, o Gráfico a seguir, mostra que Balneário Camboriú responde por cerca de 8,1% do total de empregos da mesorregião e 2,2% dos empregos do Estado.

Gráfico 13 – Número de empregos de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião vale do Itajaí e Santa Catarina*



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025; * Com a nova atualização da RAIS, os dados de 2022 e 2023 não podem ser comparativos aos anos anteriores devido a mudanças metodológicas.

O Gráfico abaixo, reforça a predominância dos setores de serviços e comércio, seguidos pela construção civil.

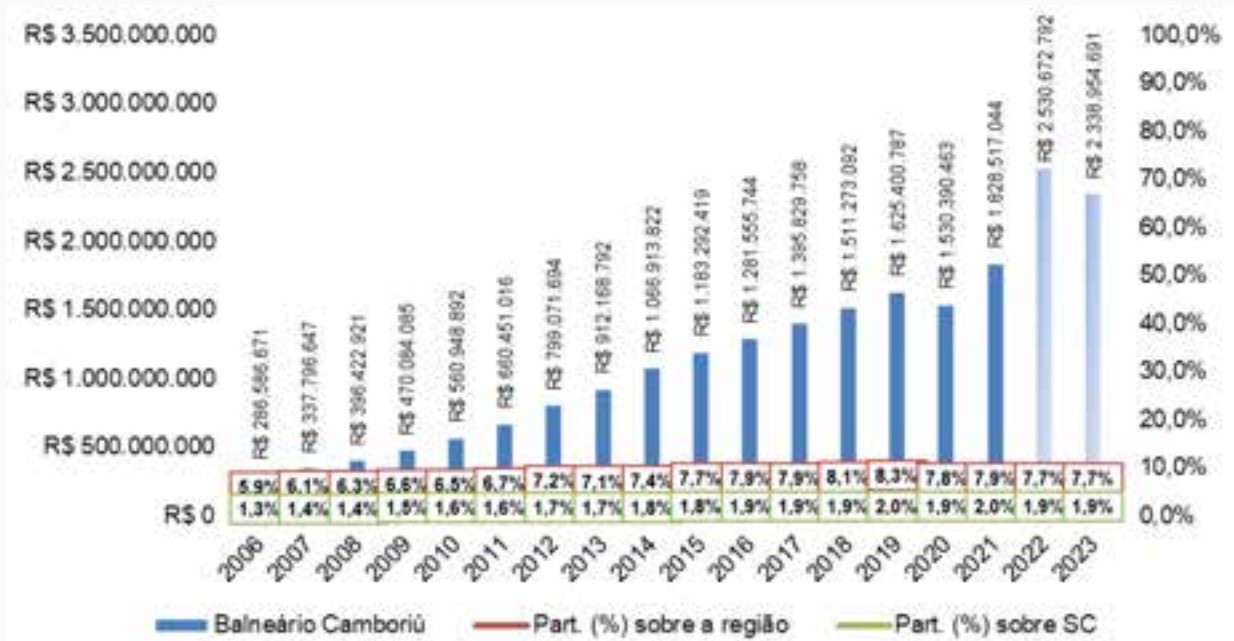
Gráfico 14 – Número de empregos por setores em Balneário Camboriú (2023)



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025.

Por sua vez, a massa salarial gerada no município, conforme o Gráfico a seguir, é relevante, visto que representa cerca de 7,7% da massa salarial regional.

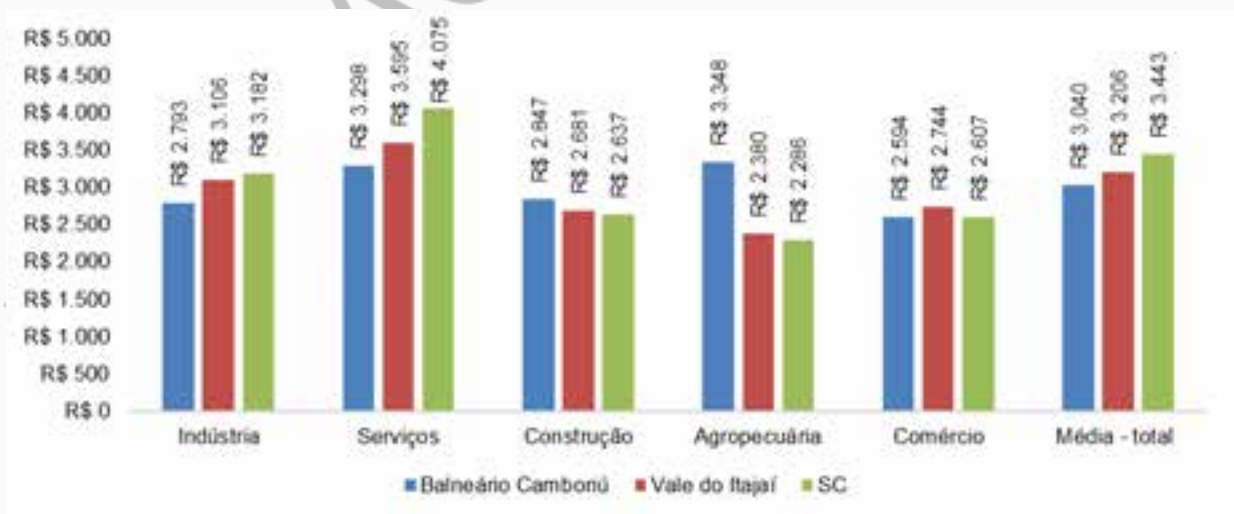
Gráfico 15 – Massa salarial de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025; * Com a nova atualização da RAIS, os dados de 2022 e 2023 não podem ser comparativos aos anos anteriores devido a mudanças metodológicas.

Por sua vez, a média salarial por setor para o ano de 2023, encontra destaque na área de serviços, que oferecem em média uma das remunerações mais elevadas.

Gráfico 16 – Média salarial por setores em 2023



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025.

Balneário Camboriú abriga 1.517 estabelecimentos de alimentação (bares, restaurantes e similares), conforme o Gráfico a seguir, correspondendo a

19,3% da oferta da mesorregião e 5,5% do total estadual. A expansão desses estabelecimentos é notável durante os últimos anos.

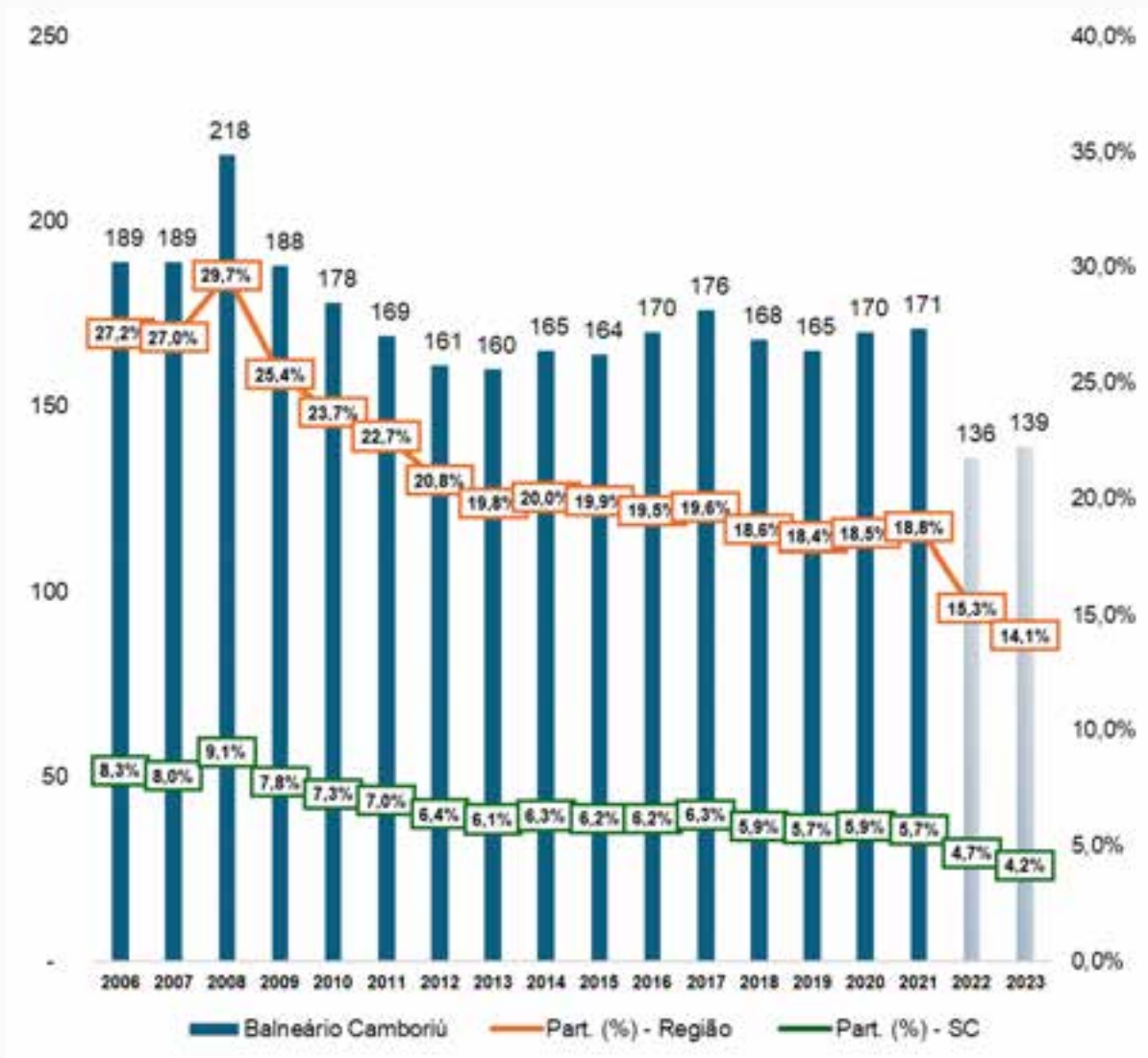
Gráfico 17 – Número de restaurantes, bares e similares de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025; * Com a nova atualização da RAIS, os dados de 2022 e 2023 não podem ser comparativos aos anos anteriores devido a mudanças metodológicas.

Quanto aos hotéis, pousadas e similares, observa-se uma queda no número de estabelecimentos nas últimas décadas. Em 2008, o município contava com 218 unidades, número que caiu para 139 em 2023. A participação regional caiu de 29,7% (2008) para 14,1% (2023). Isso pode refletir a substituição por imóveis de locação temporária, como flats e plataformas de hospedagem digital, em linha com mudanças no perfil turístico.

Gráfico 18 – Número de hotéis, pousadas e similares de Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025; * Com a nova atualização da RAIS, os dados de 2022 e 2023 não podem ser comparativos aos anos anteriores devido a mudanças metodológicas.

Quanto aos Empregos Verdes, Balneário Camboriú tem 2.731 empregos classificados em 2022, representando 6,07% da mesorregião e 1,42% do total estadual. O município apresenta trajetória de crescimento sustentado desses empregos desde 2013, alinhando-se às tendências de economia sustentável.

Gráfico 19 – Número de empregos verdes em Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina*



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2025; * Com a nova atualização da RAIS, os dados de 2022 e 2023 não podem ser comparativos aos anos anteriores devido a mudanças metodológicas.

Dos 2.904 empregos classificados como verdes, observa-se concentração significativa em alguns segmentos com forte interface ambiental, social e tecnológica.

3.1.2.12 Evolução das receitas – instrumentos do Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), que regula o uso e a ocupação do solo urbano no Brasil, define as receitas como instrumentos de desenvolvimento urbano, caracterizando-as como mecanismos para captar recursos financeiros que financiem políticas públicas de planejamento, infraestrutura e ordenamento territorial sustentável.

Gráfico 20 – Evolução das receitas com base no Estatuto das Cidades



Fonte: PMBC, 2025.

A análise da evolução das receitas previstas pelo Estatuto da Cidade em Balneário Camboriú, de 2001 a 2024, revela uma trajetória de consolidação gradual e aceleração recente, passando de valores nulos ou marginais nos anos iniciais (0,00 até 2003, para um pico de R\$ 169,07 milhões em 2024, impulsionada por contribuições e taxas que captam o boom imobiliário. Essa dinâmica demonstra eficácia no financiamento de infraestrutura urbana, mas expõe a necessidade de diversificação para mitigar dependência setorial e garantir equidade no processo de desenvolvimento.

3.1.2.13 Informações adicionais para setor

A partir de informações adicionais obtidas por meio de entrevistas e pesquisas, identificamos variáveis para a análise do setor econômico de Balneário Camboriú, que revelam um ecossistema urbano dinâmico. Esse ecossistema apresenta forças internas robustas, como o potencial turístico, a qualidade de vida, o

patrimônio natural e cultural, e a atratividade para investimentos e talentos empreendedores. Essas forças podem ser exploradas para consolidar o município como um polo de serviços, inovação e economia limpa, integrando entidades associativas e universidades para fomentar o empreendedorismo com base tecnológica e sustentável.

No entanto, há que analisar-se os fatores de custo de vida e de moradia, a sazonalidade do turismo, a possibilidade de melhor aproveitamento das potencialidades da economia conectada ao mar, a necessidade de maior diversificação da matriz econômica – analisar o impacto da reforma tributária em andamento - demandam ações urgentes. Essas ações visam aprimorar o ambiente de negócios, atrair imóveis comerciais acessíveis, distribuir riqueza para os bairros e elevar a consciência de auto investimento, mitigando riscos de desigualdades.

Externamente, oportunidades como a acessibilidade a aeroportos, o e-commerce, a economia circular, o cooperativismo, os roteiros turísticos de Santa Catarina e os Destinos Turísticos Inteligentes podem ser alavancadas. Além disso, é possível impulsionar a expansão empreendedora, inclusive na modalidade home office, negócios tecnológicos, atividades nos campos da educação e saúde, e a integração regional. Enquanto isso, ameaças como a competição por empresas, problemas ambientais, complexidades na geração de empregos qualificados e o avanço de cidades vizinhas na atração de investimentos, exigem estratégias proativas de sustentabilidade. O objetivo é equilibrar o crescimento econômico com equidade social, resiliência ambiental e posicionamento global, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à transição demográfica local.

Neste contexto, a promoção do dinamismo econômico nos bairros, atraindo investimentos empreendedores a exemplo de serviços e atividades de alto valor agregado, é essencial para elevar o movimento econômico, gerar emprego, renda e fortalecer a vida comunitária. Nesse contexto, torna-se estratégico impulsionar o turismo inovador, capaz de transformar a região em referência global, ao mesmo tempo, analisar as possibilidades de atração de investimentos em educação - EdTech, (Education Technology), saúde – HealthTech (Health Technology), Construtech (Construction Technology), e no vasto campo da tecnologia. Este processo deve estar sustentado por um planejamento urbano

organizado, equilibrando crescimento com inclusão social, aproveitando os potenciais da cidade e as oportunidades contemporâneas, para gerar empregos qualificados e diversificar a renda, em alinhamento ao legado histórico do Plano Diretor.

Além disso, a incorporação do conceito de economia criativa, cria um campo fértil para o fortalecimento de setores terciários qualificados, consolidando a prosperidade de forma sustentável, inclusiva e culturalmente significativa.

Nesse mesmo sentido, a criação e consolidação de distritos de inovação – cidade de inovação - constitui um vetor estratégico para transformar territórios urbanos em ecossistemas dinâmicos, integrando universidades, centros de pesquisa, empresas de base tecnológica, startups e iniciativas criativas. Esses distritos funcionam como plataformas territoriais que articulam conhecimento, inovação e cultura, estimulando o empreendedorismo de impacto, a cooperação público-privada e a internacionalização da economia local. Dessa forma, articulando os pilares da educação de qualidade, da economia criativa e dos distritos de inovação, é possível gerar um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, cultural e social, alicerçado na inclusão, na sustentabilidade e na competitividade global.

Assim como, há que se considerar a oportunidade presente da economia prateada, ou *silver economy*, que se refere ao conjunto de atividades econômicas, produtos e serviços que visam atender às necessidades e desejos do público com mais de 50 anos de idade, um segmento em crescimento que possui grande poder de compra. Adicionando o potencial poupador deste público, que podem tornar-se impulsionadores de novas vertentes empreendedoras na cidade.

E, seguramente, de grande importância, destaca-se a Economia do Mar e a Economia Azul (Blue Economy), que compreendem o conjunto de atividades econômicas relacionadas ao uso sustentável dos oceanos, mares, zonas costeiras e recursos hídricos, abrangendo tanto setores tradicionais quanto emergentes. Seu objetivo central é gerar crescimento econômico, emprego e inovação, preservando os ecossistemas marinhos e promovendo o desenvolvimento sustentável das regiões costeiras.

3.1.3 Indicadores Sociais: População, Vulnerabilidade, Educação, Trabalho e Renda, Saúde e Economia

3.1.3.1 População

Ao analisar a evolução populacional entre os anos de 1991 e 2022, observa-se que o Brasil apresentou um crescimento de 45,29%, passando de aproximadamente 146,8 milhões para 213,3 milhões de habitantes. Esse aumento reflete o ritmo moderado do crescimento demográfico nacional nas últimas décadas, influenciado por fatores como a redução da taxa de natalidade e o envelhecimento da população.

Por outro lado, o estado de Santa Catarina demonstrou um dinamismo populacional mais expressivo, com um crescimento de 67,54% no mesmo período — de 4,54 milhões em 1991 para 7,6 milhões em 2022. Esse desempenho acima da média nacional pode ser atribuído, em grande parte, ao saldo migratório positivo, impulsionado pelas oportunidades econômicas e pela qualidade de vida oferecida na região.

O município de Balneário Camboriú (SC), por sua vez, apresentou um crescimento populacional notável de 227,75% ao longo dos 31 anos, passando de 42.458 para 139.155 habitantes. Esse avanço tem sido contínuo e significativamente superior às médias estadual e nacional.

Em síntese, a análise evidencia que, embora o Brasil e Santa Catarina tenham registrado crescimento populacional relevante, o ritmo de expansão demográfica de Balneário Camboriú se destaca por estar muito acima das médias observadas nos demais níveis territoriais.

Tabela 16 – Crescimento populacional

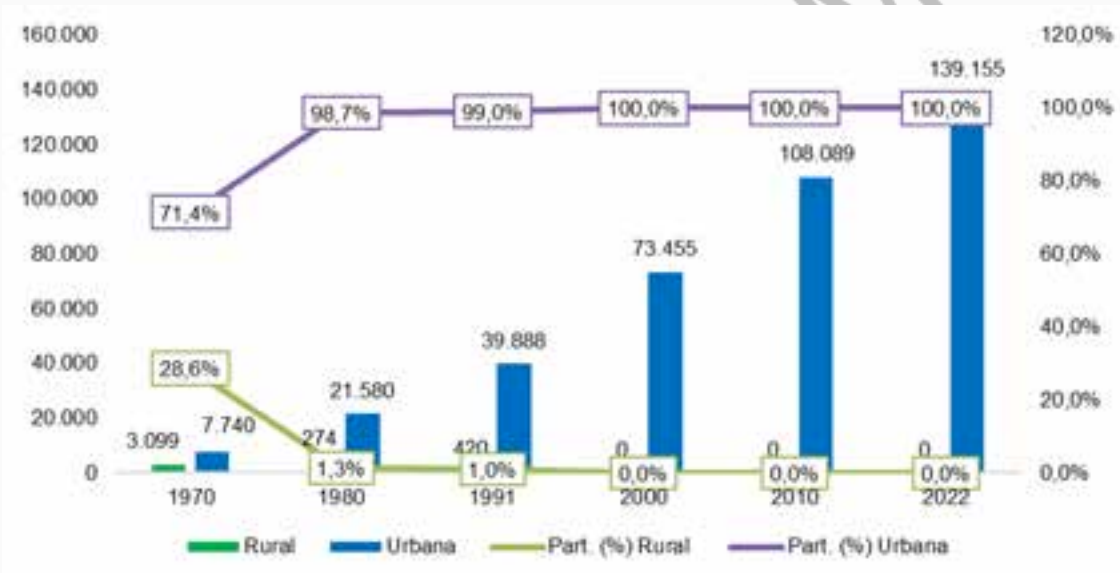
Crescimento populacional					
COMPARATIVO	População total 1991	População total 2000	População total 2010	População total 2022	Variação %
Brasil	146.825.475	169.798.885	190.755.799	213.317.639	45,29%

Santa Catarina	4.541.994	5.356.360	6.248.436	7.609.601	67,54%
Balneário Camboriú	42.458	73.455	108.089	139.155	227,75%

Fonte: IBGE, 2025.

O município de Balneário Camboriú apresenta características essencialmente urbanas, destacando-se pela elevada densidade populacional e pelo protagonismo demográfico na região do Vale do Itajaí e no Estado de Santa Catarina. Com a população totalmente concentrada em área urbana, configura-se uma estrutura territorial intensamente ocupada. Essa realidade impõe desafios significativos ao ordenamento urbano, à mobilidade e à oferta de serviços públicos.

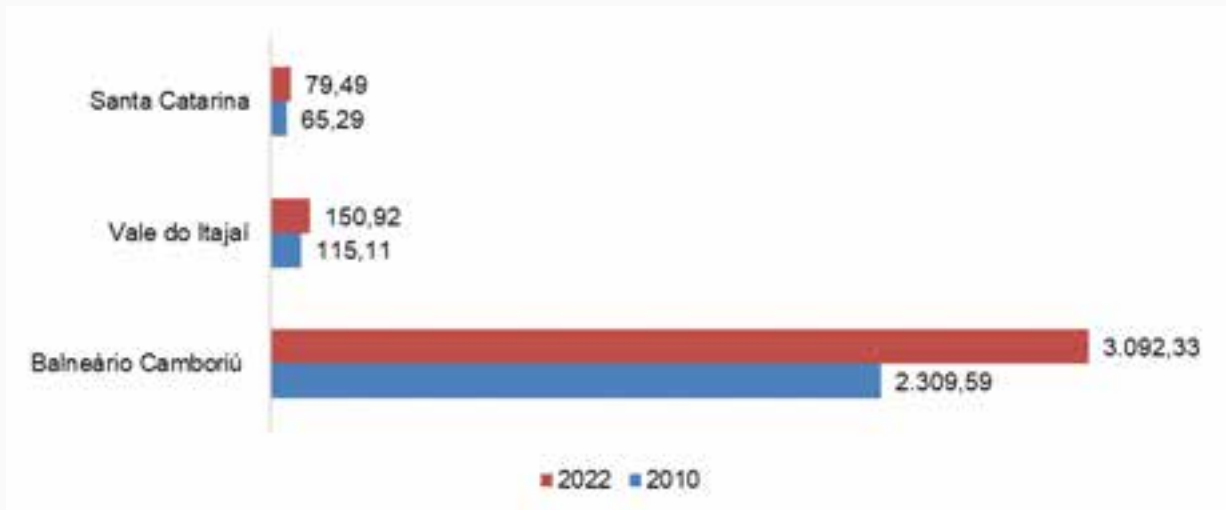
Gráfico 21 – Número de habitantes por zona rural e urbana



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2025.

Essa configuração resulta em uma densidade demográfica de 3.092,33 habitantes por km², posicionando Balneário Camboriú como a cidade mais densa de Santa Catarina. Tal concentração populacional exige políticas adequadas de uso do solo e investimentos contínuos em infraestrutura urbana e social.

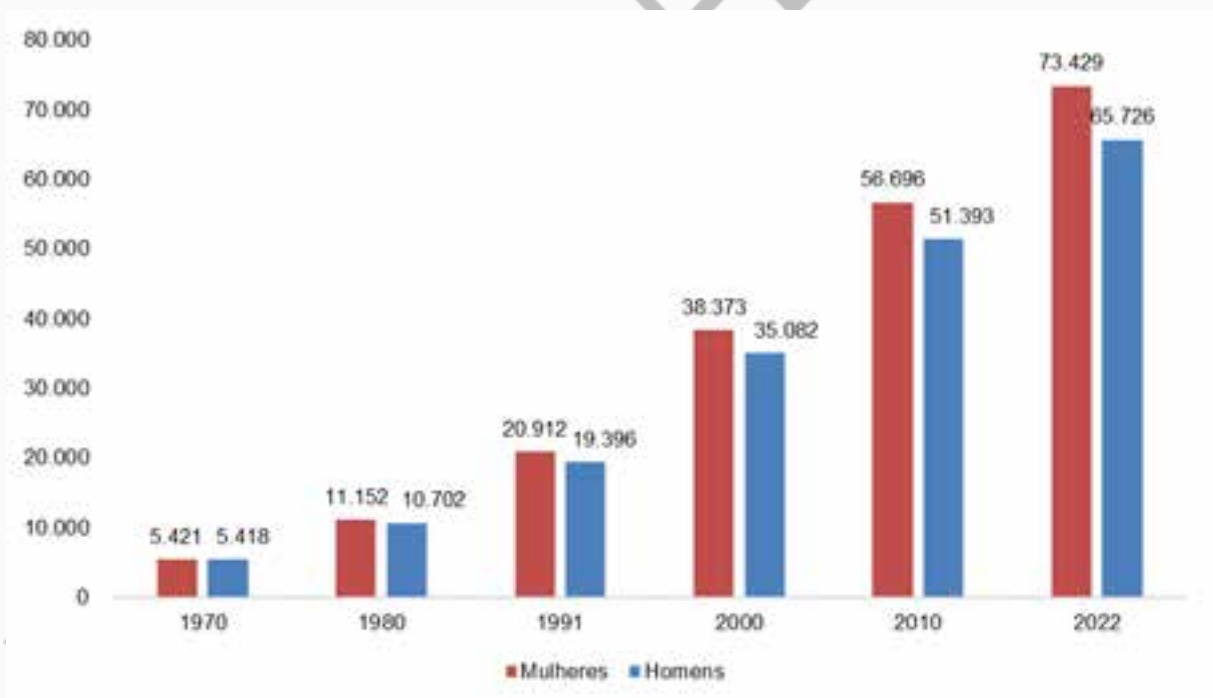
Gráfico 22 – Densidade demográfica (Habitante por quilômetro quadrado)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2025.

No que tange a distribuição por sexo é equilibrada, com leve predominância do sexo feminino, que representa aproximadamente 52,8% da população.

Gráfico 23 – Número de habitantes - por sexo



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2025.

No aspecto populacional, a taxa de natalidade em Balneário Camboriú vem apresentando queda ao longo do tempo, com uma leve elevação registrada em 2023. Ainda assim, mantém-se a tendência de declínio da fecundidade em comparação ao ano de 2005.

Quadro 3 – Taxa de natalidade (Nascidos vivos de residentes/População) x 1.000

(continua)

Ano	Balneário Camboriú	Vale do Itajaí	Santa Catarina
2005	14,44	14,38	14,42
2006	13,26	14,11	14,12
2007	14,81	14,12	14,01
2008	13,45	14,44	14,10

VERSÃO PRELIMINAR

Quadro 3 – Taxa de natalidade (Nascidos vivos de residentes/População) x 1.000
 (conclusão)

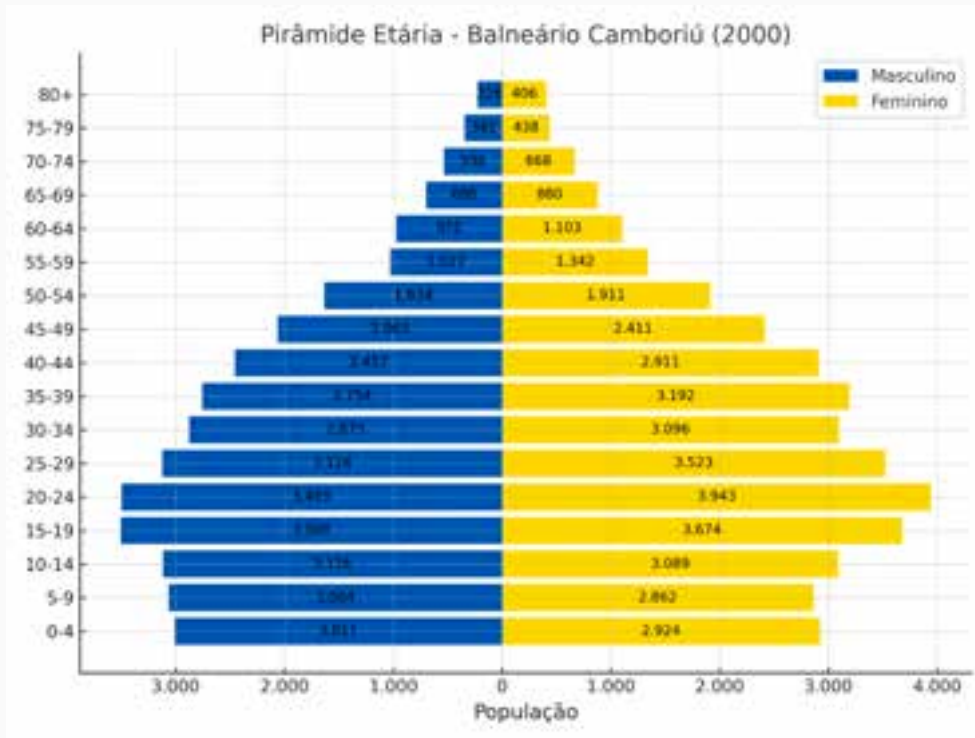
Ano	Balneário Camboriú	Vale do Itajaí	Santa Catarina
2009	13,39	13,83	13,66
2010	12,34	13,63	13,54
2011	11,86	13,85	13,85
2012	11,96	14,16	13,91
2013	11,92	13,67	13,55
2014	12,33	14,02	13,86
2015	12,54	14,46	14,26
2016	12,15	13,99	13,79
2017	12,53	14,25	14,05
2018	11,79	14,37	14,07
2019	11,21	13,98	13,69
2020	11,50	13,85	13,51
2021	10,96	13,44	13,13
2022	11,56	13,23	12,92
2023	10,24	12,22	12,01
2024	10,33	11,80	11,63

Fonte: Secretaria da Saúde de Santa Catarina, 2025.

Outra importante análise, é o da pirâmide etária e da evolução populacional, essencial para compreender as dinâmicas demográficas da sociedade, revelando padrões como envelhecimento, taxas de natalidade e mortalidade, e proporções de dependentes em relação à população ativa. Essa abordagem permite avaliar tendências ao longo do tempo, identificando oportunidades como o "bônus demográfico" ou desafios como o envelhecimento acelerado, que impactam a economia e o mercado de trabalho. Além disso, subsidia políticas públicas estratégicas, como investimentos em educação para populações jovens, saúde e previdência para idosos, ou incentivos à natalidade, prevendo demandas futuras em mão de obra, sistemas de saúde e equilíbrios econômicos. No contexto brasileiro,

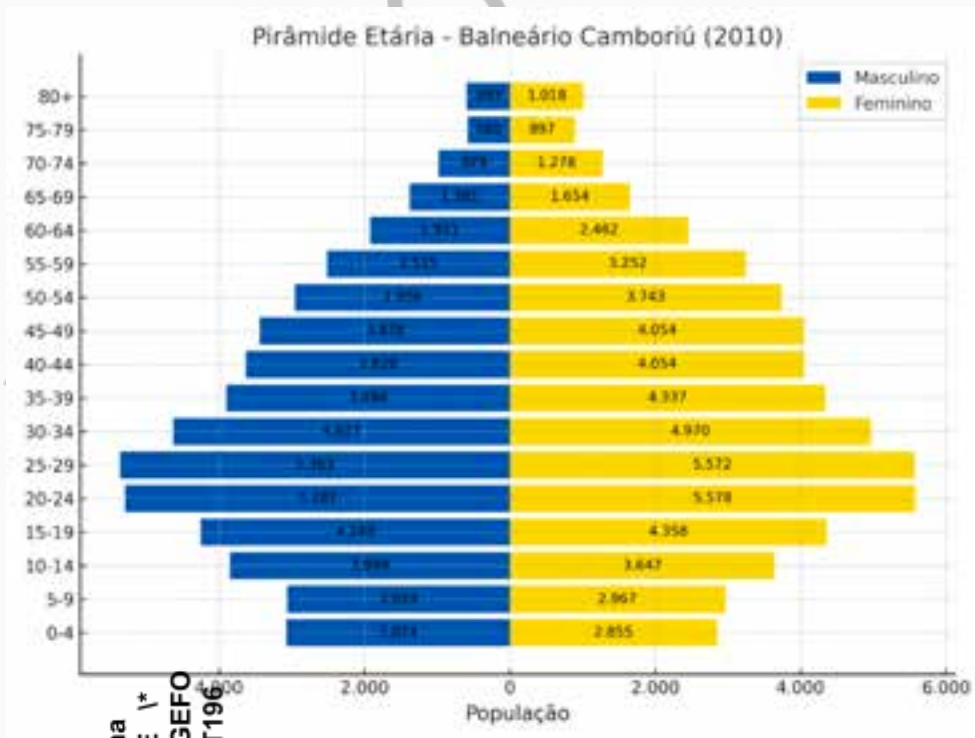
por exemplo, destaca a transição para uma população mais idosa, exigindo ajustes regionais para combater desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.

Gráfico 24 – Pirâmide etária (Censo 2000)



Fonte: IBGE, 2025.

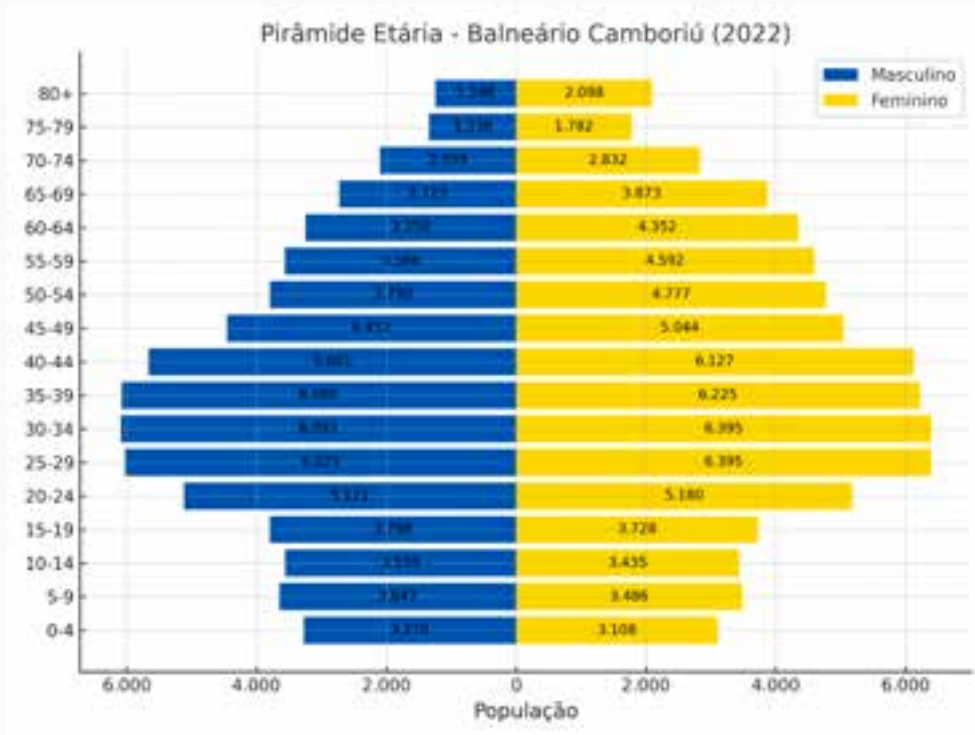
Gráfico 25 – Pirâmide etária (Censo 2010)



Fonte: IBGE, 2025.

Página 1*
PAGE 1*
MIRGEFO
RMAT196

Gráfico 26 – Pirâmide etária (Censo 2022)



Fonte: IBGE, 2025.

Na base de dados de 2000, verificou-se que a maior concentração populacional estava entre 0 e 44 anos; no período de 2010, essa concentração deslocou-se para a faixa de 10 a 54 anos; e, em 2022, apresentou-se entre 20 e 69 anos.

A evolução demográfica entre 1991 e 2022 revela padrões de crescimento desigual que demandam planejamento estratégico para sustentabilidade e equidade. No Brasil, o aumento de 45,29% (de 146,8 milhões para 213,3 milhões de habitantes) reflete uma transição moderada com redução da natalidade e envelhecimento, oferecendo "bônus demográfico", mas pressionando previdência e saúde. Santa Catarina superou a média nacional com 67,54% de crescimento (de 4,54 milhões para 7,6 milhões), impulsionado por migração e atrativos econômicos. Já Balneário Camboriú destacou-se com expansão de 227,75% (de 42.458 para 139.155 habitantes), atraindo turismo e investimentos, mas gerando riscos de sobrecarga infraestrutural e desigualdades socioespaciais.

A análise da pirâmide etária mostra envelhecimento acelerado — com concentração populacional deslocando-se de 0-44 anos em 2000 para 10-54 anos em 2010 e 20-69 anos em 2022 —, demandando novos perfis de investimentos. Complementarmente, a taxa de motorização em Balneário Camboriú, próxima a 1

veículo por habitante (115.182 veículos para 139.155 habitantes), demanda políticas de mobilidade sustentável como transporte coletivo e ciclovias.

3.1.3.2 Vulnerabilidade Social

Vulnerabilidade social é a condição em que indivíduos ou grupos se encontram expostos a riscos sociais, econômicos e ambientais, com menor capacidade de enfrentamento e superação dessas situações. Ela está associada a fatores como baixa renda, dificuldades de acesso à educação, saúde, moradia adequada, saneamento básico, trabalho digno e participação social, o que limita oportunidades e amplia desigualdades (Santos, 2020). Na Tabela 18 a seguir estão apresentados os índices de Vulnerabilidade Social do município de Balneário Camboriú para os censos 1991, 2000 e 2010, cujos dados são os mais atuais até a presente data.

Tabela 17 – Índices de Vulnerabilidade Social

Índices de Vulnerabilidade Social			
Índices	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	24,7	15,47	8,7
% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	-	62,75	39
% de crianças de 6 a 14 anos de idade que não frequentam a escola	14,89	3,11	1,66
% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	-	28,54	14,42
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem ensino fundamental completo	6,6	7,97	1,51
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	-	26,26	14,05
% de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	1,48	2,49	1,03
% de pessoas em domicílios em que nenhum morador tem ensino fundamental completo	18,98	20,91	10,92
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	6,03	9,19	9,67
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	-	6	1,76
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1,72	0,59	0,31
% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	0,37	0,42	-
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,53	0,68	0,01

Fonte: ATLAS BRASIL, 2010.

3.1.3.3 Educação

Em 2022, Balneário Camboriú alcançou 97,81% de taxa de escolarização da faixa etária entre 6 e 14 anos. Em comparação com os demais municípios catarinenses, o município ocupava a 254ª posição entre 295. Já no cenário nacional, situava-se na 4.757ª colocação entre 5.570 cidades. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em 2023 a rede pública apresentou índice de 5,9 nos anos iniciais do ensino fundamental e de 4,9 nos anos finais. Na comparação estadual, essas notas corresponderam às posições 207ª e 115ª entre 295 municípios, respectivamente. No âmbito nacional, as colocações foram 2.578ª e 2.278ª entre 5.570 municípios (IBGE, 2025). Na Tabela 19 é possível observar valores como número de matrículas, docentes e estabelecimentos de ensino para o município em questão.

Tabela 18 – Índices de Educação

Índices de Educação	
Índices	Valores
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	97,81%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,9
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	4,9
Matrículas no ensino fundamental [2024]	15.774 matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	4.799 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	783 docentes
Docentes no ensino médio [2024]	360 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	36 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	13 escolas

Fonte: IBGE, 2025.

3.1.3.4 Trabalho e Renda

No que se refere ao mercado formal, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2022),

Balneário Camboriú aponta cerca de 58,4 mil vínculos empregatícios, tendo uma estrutura setorial de emprego distribuída nos seguintes percentuais expostos abaixo.

Tabela 19 – Estrutura Setorial de Emprego

Estrutura Setorial de Emprego	
Setores	Percentuais
Serviços	47,24%
Comércio	27,45%
Indústria e Construção	16,33%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	8,93%
Agricultura	0,05%

Fonte: RAIS/MTE, 2022.

Apesar de o Ministério do Trabalho e Emprego apresentar o número de 58.412 vínculos empregatícios, o IBGE (2022) traz que da população total de Balneário Camboriú, 80.561 pessoas estão ocupadas com algum tipo de trabalho, sendo que a remuneração média formal é, de acordo como mesmo instituto, de 2,5 **salários-mínimos**, dados demonstrados na Tabela 21 abaixo.

Tabela 20 – Índices de Trabalho e Renda

Índices de Trabalho e Renda	
Índice	Valores
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2022]	2,5 salários mínimos
Pessoal ocupado [2022]	80.561 pessoas
População ocupada [2022]	57,89 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	23,4 %

Fonte: IBGE, 2022.

Ainda, para Alto Uruguai Engenharia e Planejamento de Cidades (2020, p.522), sobre o setor de Turismo no município em estudo, traz:

Por ser uma cidade turística, com grande movimentação de turistas principalmente durante o verão, é comum a abertura de vagas para contratação de novos colaboradores nesse período. Foi o que se observou na pesquisa Turismo de Verão no Litoral Catarinense (Fecomércio, 2018), onde foram entrevistados turistas e empresários nas cidades de Balneário Camboriú, Bombinhas, Florianópolis, Garopaba, Imbituba, Porto Belo e São

Francisco do Sul. Durante a temporada, foram contratados funcionários por 45,7% das empresas nos ramos de comércio e serviços (exceto de hospedagem) de Balneário Camboriú.

A média, entre as cidades, de empresas desse mesmo setor que contrataram para a temporada foi de 39,4%, com cada empresa contratando em média 6,1 novos colaboradores. Quanto ao setor de hospedagens, 63,2% dos estabelecimentos entrevistados na região contrataram novos colaboradores para o período, admitindo, em média, 9 trabalhadores cada.

Desta forma, vale ressaltar que o Turismo em Balneário Camboriú, incumbido no setor de serviços, tem grande relevância no emprego da população, não apenas residentes do município, como também nas cidades lindeiras.

3.1.3.5 Saúde

O município de Balneário Camboriú possui atualmente, conforme o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES (2025), a quantidade de 47 estabelecimentos de saúde públicos municipais, 3 estabelecimentos estaduais e um hospital com administração dupla, todos atendendo pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

De acordo com Alto Uruguai Engenharia e Planejamento de Cidades (2020), a Tabela 22 a seguir demonstra a evolução dos dados referentes a longevidade, mortalidade e fecundidade do município.

Tabela 21 – Comparativo entre os dados de longevidade, mortalidade e fecundidade no município de Balneário Camboriú

Comparativo entre os dados de longevidade, mortalidade e fecundidade			
Índice	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	70,1	74,08	78,6
Mortalidade Infantil	24,7	15,5	8,7
Mortalidade até os 5 anos de idade	28,6	17,09	10,3
Taxa de fecundidade total	2,2	1,9	1,3

Fonte: PNUD, 2013 (apud Alto Uruguai Engenharia e Planejamento de Cidades, 2020, adaptado por FEPESE, 2025).

A taxa de fecundidade em Balneário Camboriú apresentou redução de 40,91% entre 1991 e 2010, evidenciando que as mulheres em idade reprodutiva passaram a ter menos filhos ao longo do período. No contexto estadual, em Santa

Catarina, a taxa declinou de 2,6 filhos por mulher em 1991 para 1,7 em 2010, correspondendo a uma queda de 34,6%.

A mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de um ano de idade) também apresentou queda significativa no município: passou de 24,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1991 para 15,5 em 2000 e 8,7 em 2010. Em nível estadual, os valores foram de 24,8 em 1991, 16,8 em 2000 e 11,5 em 2010. Já no cenário nacional, a taxa passou de 44,7 óbitos por mil em 1991 para 30,6 em 2000 e 16,7 em 2010. Com esse resultado, o Brasil atingiu em 2010 uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, que previa reduzir a mortalidade infantil para menos de 17,9 óbitos por mil nascidos vivos até 2015.

A esperança de vida ao nascer, indicador do componente Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), também apresentou avanços. Em Balneário Camboriú, a média aumentou em 3,8 anos entre 2000 e 2010, passando de 74,8 anos para 78,6 anos, enquanto em 1991 era de 70,1 anos. No estado de Santa Catarina, os valores foram de 70,2 anos em 1991, 73,7 em 2000 e 76,6 em 2010. Para efeito de comparação, no Brasil, a expectativa de vida evoluiu de 64,7 anos em 1991, para 68,6 anos em 2000, alcançando 73,9 anos em 2010 (PNUD, 2013, apud Alto Uruguai Engenharia e Planejamento de Cidades, 2020).

3.1.4 Turismo, multi e interculturalidade

Balneário Camboriú é referência nacional no turismo costeiro, atraindo visitantes de diferentes regiões do Brasil e de diversos países. A ampla conectividade aérea e marítima, aliada à inserção regional viária, fortalece a vocação turística do município, posicionando-o de forma estratégica na economia regional e no cenário nacional e internacional.

Reconhecida oficialmente como a Capital Catarinense do Turismo, a cidade integra a região turística denominada Costa Verde e Mar, composta também por Bombinhas, Penha, Itajaí, Itapema, Porto Belo, Balneário Piçarras, Navegantes, Ilhota, Luiz Alves e Camboriú, a qual oferece uma ampla diversidade de opções turísticas (SETUR, 2019).

O município evidencia em múltiplas dimensões uma convivência e uso turístico que cruzam culturas, identidades e diferentes públicos. Entre os principais

aspectos de multiculturalidade e interculturalidade estão a realização de eventos culturais internacionais, como o *Encontro Internacional de Etnias (2025)*; a presença de uma gastronomia plural, com festivais gastronômicos e cozinhas de diferentes origens; e a existência de museus e espaços de memória que preservam e difundem e patrimônio cultural. Essas características permitem que visitantes de diversas origens reconheçam elementos culturais comuns ou descubram novas tradições, fortalecendo o interesse e a empatia cultural.

A interculturalidade também se manifesta por meio da crescente presença de turistas latino-americanos e aposentados estrangeiros, o que tem impulsionado a oferta de serviços adaptados e diversificado a programação cultural e gastronômica urbana. As denominações de "*Dubai Brasileira*" e "*Flórida Brasileira*" reforçam essa potencialidade multicultural, associando-se tanto à verticalização urbana quanto à vocação turística diversificada e cosmopolita.

O principal instrumento norteador das políticas públicas de turismo no município é o Plano Municipal de Turismo (2015-2025), elaborado pela Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, do Conselho Municipal de Turismo de Balneário Camboriú (COMTURBC) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), homologado pela Lei nº 4.224/2018.

O plano estabelece diretrizes que incluem o desenvolvimento econômico local, a diversificação e qualificação da oferta, a valorização do patrimônio histórico, cultural e natural, a sustentabilidade e o monitoramento, a qualificação profissional e a promoção de investimentos, entre outras.

Segundo o plano, os principais recursos e atrativos turísticos de Balneário Camboriú dividem-se entre naturais e culturais. Entre os atrativos naturais, destacam-se as praias, com distinção entre as mais urbanizadas, como a Praia Central, equipada com ciclovias, quiosques, bares e restaurantes; e as Praias Agrestes, como Laranjeiras, Estaleiro, Estaleirinho, Taquaras, Taquarinhas e Pinho, voltadas ao ecoturismo e à preservação ambiental.

Outros atrativos incluem o Morro do Careca, Morro da Cruz e Cristo Luz, com vistas panorâmicas e áreas para voo livre; a Estrada da Rainha, que liga o Pontal Norte da Praia Central e a Praia dos Amores com mirantes naturais; o Parque Unipraias, com bondinhos aéreos e trilhas; o Parque Natural Municipal Raimundo

Gonçalez Malta, que preserva Mata Atlântica e manguezais; e o Complexo Ambiental Cyro Gevaerd, com zoológico e museus.

Entre os atrativos culturais, o município conta com diversos edifícios institucionais, culturais e históricos, além de um calendário de eventos diversificado, apresentados no Capítulo sobre Aspectos Sociais – Equipamentos Culturais e Eventos Culturais. Destacam-se o Festival de Música de Balneário Camboriú, que reúne músicos nacionais e internacionais, e o Festival Internacional de Cinema, além de feiras literárias, mostras de dança e exposições de arte. Festas tradicionais e manifestações culturais ligadas à herança açoriana também contribuem para a valorização da identidade local.

A infraestrutura de apoio ao turismo é ampla: em 2018 (quando da elaboração do Plano), havia 135 estabelecimentos de hospedagem (hotéis, pousadas e hostels), com cerca de 22 mil leitos, além de 977 estabelecimentos de alimentação e bebidas. O município também possui grande capacidade para sediar eventos, com destaque para o Centro de Eventos Balneário Camboriú – Expocentro Júlio Tedesco, localizado na BR-101 e com capacidade para até 60 mil pessoas. Concedido ao consórcio BC Eventos em 2021 por 20 anos, o espaço é um dos principais vetores de atração para o turismo de eventos e negócios.

Entre os principais equipamentos turísticos, destacam-se o Complexo Turístico Cristo Luz, o Parque Unipraias, o Speedway Music Park, o Molhe da Barra Sul, o Deck Pontal Norte, o Water Play Parque Aquático, o Oceanic Aquarium e os passeios de escuna e helicóptero. O lazer também se estende ao turismo de compras e gastronômico, com destaque para as avenidas Atlântica e Brasil e o Balneário Shopping, além do Mercado Municipal, que oferece experiências ligadas à cultura e culinária local.

Em 2020, diante dos desafios impostos pelo crescimento da cidade e da necessidade imediata e latente de ordenação e visão estratégica de futuro, a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú apresentou o Plano de Diretrizes de Macroestrutura Urbana do Município de Balneário Camboriú - Masterplan. O Masterplan de Balneário Camboriú é um plano urbanístico de longo prazo, elaborado pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner e sua equipe, que propõe diretrizes de desenvolvimento da cidade até 2050. Trata-se de um projeto estratégico que busca organizar o crescimento urbano, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade

de vida da população, conciliando planejamento territorial, mobilidade, inovação e sustentabilidade.

Estruturado em oito áreas estratégicas: Parque da Orla Central, Costa Ecológica Interpraias, Nova Orla do Rio Camboriú, Balneário Parque de Inovação, Parque das Águas, Eixo da Ciência, Anel Ecológico Norte e BR Verde. O documento reúne projetos de macroestruturação urbana (grandes intervenções) e acupunturas urbanas (ações pontuais), sempre considerando o equilíbrio entre expansão urbana e preservação ambiental. São previstas intervenções em mobilidade, drenagem, paisagismo, equipamentos públicos, preservação de áreas naturais, inovação tecnológica e espaços culturais, propostas estas que se apresentam de extrema importância também para a qualificação e desenvolvimento do setor turístico da cidade.

Entre as variadas contribuições que o Masterplan propõe ao setor do turismo, as principais são: qualificação da orla central – a revitalização e ampliação da praia principal torna a cidade mais atraente, confortável e segura para turistas e moradores; valorização ambiental – a proteção e requalificação da Costa Brava e do Rio Camboriú criam novos espaços de lazer e ecoturismo, diversificando a oferta turística; infraestrutura para eventos e inovação – o Parque de Inovação e o fortalecimento do Centro de Eventos ampliam o potencial da cidade para receber feiras, congressos e turismo de negócios; melhoria da mobilidade – corredores de transporte público, ciclovias e reorganização viária aumentam a acessibilidade, beneficiando tanto visitantes quanto a população local; nova imagem urbana – ao alinhar modernização, sustentabilidade e cultura, o Masterplan projeta Balneário Camboriú internacionalmente como destino turístico sofisticado e sustentável, reforçando a marca de “Dubai brasileira”.

O cenário atual indica um forte crescimento e consolidação de Balneário Camboriú como destino turístico. No primeiro semestre de 2025, o município recebeu 161.595 turistas por ônibus, aumento de 43,94% em relação ao mesmo período de 2024. Durante a alta temporada 2024/2025, entre dezembro e março, foram 1.878.811 visitantes, superando a marca de 1,5 milhão do verão anterior. Houve destaque para o aumento do fluxo de estrangeiros, especialmente argentinos (+177,62%) e uruguaios (+23,28%). (SECTUR/BC, 2025).

Uma pesquisa da Fecomércio-SC (2018) identificou que cerca de 75% dos turistas chegam de carro próprio, utilizando principalmente a BR-101. Além disso, o

transporte rodoviário coletivo tem mostrado crescimento expressivo: somente no primeiro semestre de 2025, 161.595 turistas vieram em ônibus de turismo, representando um aumento de 43,94% em relação ao mesmo período de 2024 (SECTUR/BC, 2025).

O transporte aéreo também é estratégico, com destaque para três aeroportos próximos. Muitos turistas chegam por essas rotas aéreas e completam o percurso até Balneário Camboriú por meio de táxis, vans executivas ou transporte por aplicativo.

O turismo marítimo tem se fortalecido, com 64 escalas de cruzeiros e 17 navios na temporada 2024/2025, representando cerca de 211 mil leitos, beneficiando Balneário Camboriú e Itajaí (SECTUR/BC, 2025). Esse segmento reforça a imagem do município como destino de turismo náutico de relevância internacional.

O setor hoteleiro registrou desempenho histórico, com taxa de ocupação de 89,61% em fevereiro de 2025, a maior dos últimos cinco anos, conforme levantamento do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Balneário Camboriú e Região (SINDISOL) e divulgado pelo portal (G7SC, 2025). Esses resultados reforçam a força da infraestrutura hoteleira da cidade, já consolidada e bem aproveitada. Além disso, os relatórios semanais de balneabilidade realizados pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA, 2025) indicam que a maioria dos pontos monitorados permanece próprios para banho, contribuindo para a confiança e atratividade do destino.

Apesar dos avanços, persistem desafios. A sazonalidade ainda é marcante, com alta concentração de turistas no verão e queda significativa nos demais meses, impactando a economia local. A qualidade da água ainda apresenta episódios de impropriedade em alguns pontos, e a infraestrutura urbana sofre pressão em períodos de pico, especialmente em mobilidade, saneamento, resíduos e segurança. Além disso, a dependência de mercados específicos, como Argentina e Uruguai, expõe o setor a riscos econômicos e cambiais (SECTUR/BC, 2025).

Do ponto de vista da interculturalidade, é fundamental manter o equilíbrio entre turismo de massa e preservação cultural, evitando a padronização de experiências em detrimento da identidade local. Políticas deliberadas são necessárias para valorizar tradições, artesanato e manifestações culturais, assegurando a participação das comunidades locais, imigrantes e minorias nos processos culturais. A acessibilidade cultural e linguística e a sustentabilidade

ambiental e cultural devem ser priorizadas para integrar a diversidade ao ecossistema turístico sem comprometer recursos naturais ou a autenticidade cultural.

Apesar dos desafios, oportunidades estratégicas se apresentam. O fortalecimento do turismo de eventos e negócios, impulsionado pelo Expocentro, pode reduzir a sazonalidade. A expansão de rotas aéreas e marítimas e a diversificação de experiências turísticas — gastronomia, ecoturismo, turismo náutico e cultural — ampliam o potencial de atração de novos públicos. O reforço da marca internacional de Balneário Camboriú, aliando modernidade e sustentabilidade, pode consolidar ainda mais sua posição competitiva no cenário global.

Em síntese, o diagnóstico demonstra que Balneário Camboriú atravessa um momento de forte crescimento e consolidação como um dos principais destinos turísticos do Brasil e da América do Sul. Para sustentar essa trajetória, será fundamental atualizar o Plano Municipal de Turismo, investir na diversificação da oferta turística, na sustentabilidade ambiental e cultural, na infraestrutura urbana e em estratégias que promovam um fluxo turístico contínuo ao longo do ano, consolidando o município como um destino completo, inclusivo e competitivo, em consonância com as diretrizes do Estatuto da Cidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8, 11 e 12).

3.2 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS

I. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- **Diversificação Econômica e Atração de investimentos:**

Promover um arranjo físico, territorial e ambiental que favoreça o desenvolvimento de iniciativas econômicas de alto valor agregado e a de tecnologia, fortalecendo a diversificação produtiva e ampliando a atratividade do município, com aproveitamento de oportunidades como: Economia Criativa, Silver Economy, Economia do Mar e Economia Azul (Blue Economy).

- **Fomento ao Empreendedorismo Tecnológico e Sustentável:**

Estabelecer um arranjo físico, territorial e ambiental que alavanque o empreendedorismo tecnológico, fomentando startups de base tecnológica e estruturando um ecossistema favorável ao desenvolvimento econômico do município, por meio da criação e consolidação de Distritos de Inovação, evoluindo para uma Cidade de Inovação (Innovation City).

- **Desenvolvimento de Ecossistemas Produtivos Inteligentes:**

Estruturar o território de forma a estimular ecossistemas produtivos inteligentes, integrando turismo inteligente (Smart Tourism), economia do mar e a Economia Azul (Blue Economy), serviços especializados, e-commerce, economia circular e ambientes tecnológicos inovadores, como: **educação - EdTech (Education Technology), saúde – HealthTech (Health Technology), Construtech (Construction Technology)**.

- **Potencialização do Ambiente de Negócios:**

Implementar políticas públicas para adequar o desenvolvimento urbano, com o objetivo de impulsionar a atividade econômica, promover a distribuição equitativa da riqueza entre os bairros e fortalecer a economia local. Além disso, estabelecer políticas de habitação e a oferta de imóveis comerciais acessíveis, para consolidar uma presença empreendedora que alavanque a geração de movimento econômico e geração de empregos com a elevação da renda per capita.

- **Conectividade Global:**

Aprimorar a infraestrutura de acesso, com foco na conectividade logística e digital, ampliando a integração econômica regional, nacional e internacional. Dessa forma, fortalecer a economia local, consolidar uma marca de internacionalização como um polo empreendedor competitivo e sustentável.

- **Turismo Multi e Interculturalidade:**

Aperfeiçoar a infraestrutura urbana para garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento do Turismo Inteligente (Smart Tourism) e a preservação ambiental, diversificando as oportunidades em diversos segmentos como: ecoturismo, turismo náutico, cultural, de negócios e de eventos.

II. TURISMO, MULTI E INTERCULTURALIDADE

● **Sustentabilidade e Meio Ambiente:**

Diretriz: garantir o equilíbrio entre desenvolvimento turístico e preservação ambiental.

Ações estratégicas:

- a) — Implantar programas de certificação verde para hotéis, bares e restaurantes;
- b) — Criar roteiros de ecoturismo (trilhas, passeios em áreas naturais);
- c) — Monitorar impactos ambientais do turismo (praias, dunas, rios):

● **Diversificação da oferta turística:**

Diretriz: ampliar os segmentos turísticos além do sol e praia.

Ações estratégicas:

- a) — Desenvolver turismo cultural (festivais, galerias urbanas, eventos multiculturais);
- b) — Criar calendário gastronômico com foco na identidade regional;
- c) — Incentivar o turismo náutico e esportivo (surf, parapente, vela):

● **Turismo de negócios e eventos:**

Diretriz: fortalecer Balneário Camboriú como polo de feiras, congressos e convenções.

Ações estratégicas:

- a) — Expandir o Centro de Eventos Júlio Tedesco com calendário anual robusto;

- b) Atrair eventos nacionais e internacionais (empresariais, acadêmicos, esportivos);
- e) Criar programas de incentivo para empresas realizarem convenções na cidade.

● **Inovação e Inteligência Turística:**

Diretriz: modernizar a gestão turística com tecnologia e análise de dados.

Ações estratégicas:

- a) Criar plataforma digital de monitoramento de fluxo de visitantes;
- b) Aplicativos turísticos multilíngues com mapas, informações e mobilidade;
- e) Parcerias com universidades para pesquisas em turismo inteligente.

● **Acessibilidade e Inclusão:**

Diretriz: tornar o turismo acessível e inclusivo para todos os públicos.

Ações estratégicas:

- a) Implantar infraestrutura acessível nas praias e atrativos (pavimentação, rampas, esteiras);
- b) Criar materiais de divulgação multilíngues e em braille;
- e) Incentivar capacitação em atendimento inclusivo para profissionais.

● **Integração Regional e Internacionalização:**

Diretriz: inserir Balneário Camboriú em roteiros regionais e internacionais.

Ações estratégicas:

- a) Criar roteiros integrados com municípios vizinhos (Itajaí, Blumenau, Bombinhas, Brusque);
- b) Fortalecer a promoção internacional com foco em Mercosul e Europa;
- e) Ampliar infraestrutura náutica para cruzeiros e marinas.

VERSÃO PRELIMINAR

4 INFRAESTRUTURA URBANA

4.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA

A infraestrutura urbana de Balneário Camboriú é composta por diversos elementos fundamentais que garantem o bom funcionamento da cidade e a instalação de edificações em geral. Entre esses elementos, destacam-se a rede de abastecimento de água, rede de coleta e transporte de esgoto, energia, transporte público, iluminação pública e coleta de resíduos sólidos, que são sistemas indispensáveis para o desenvolvimento básico dos seus cidadãos.

De modo geral, pode-se dizer que a infraestrutura abrange os serviços obrigatórios em qualquer área urbanizada e habitada pela população. Além disso, os serviços urbanos incluem a manutenção e limpeza dos espaços públicos, contribuindo para a qualidade de vida na cidade.

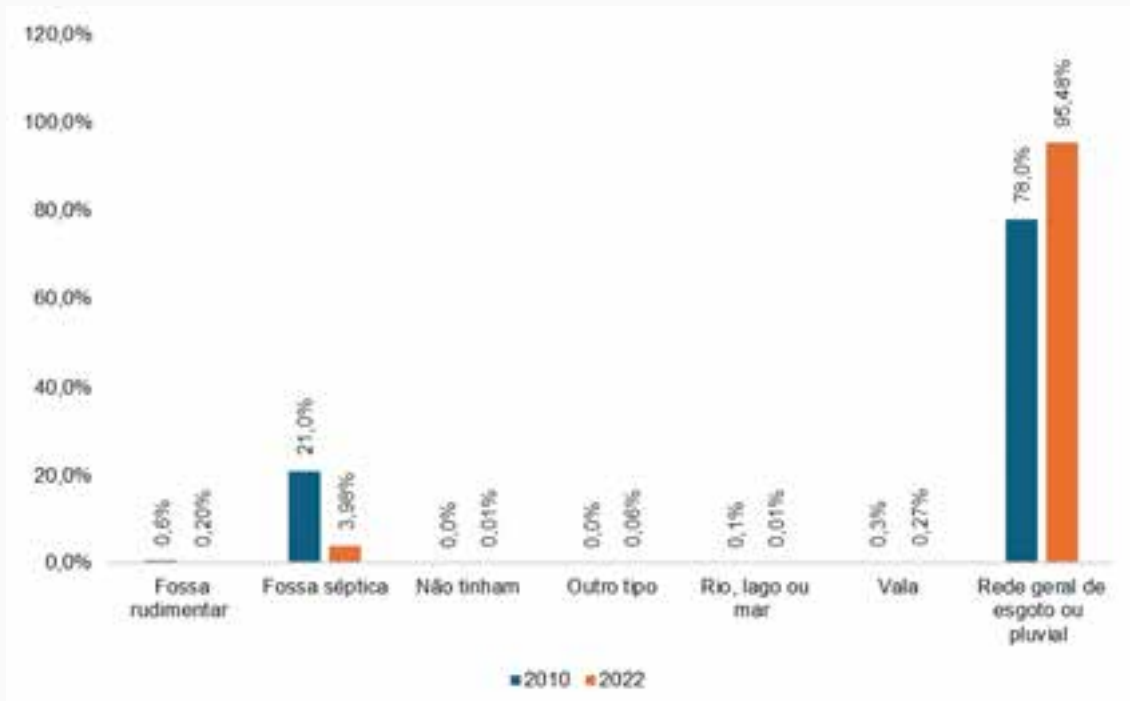
Quando essa estrutura urbana está bem instalada, ela valoriza os setores urbanos do município, proporcionando melhores condições de suporte e uso para as moradias. Assim, uma infraestrutura eficiente reflete em padrões mais elevados de qualidade de vida para os moradores.

Principais indicadores para o município:

Segundo dados do IBGE (2022), em Balneário Camboriú, aproximadamente 97,61% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, 70,74% dos domicílios urbanos em vias públicas contam com arborização, e 89,6% dos domicílios urbanos em vias públicas apresentam urbanização adequada, incluindo presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. A área urbanizada é de 16,16 km² conforme o IBGE (2022).

Em uma análise ao longo do tempo, podemos afirmar que o município apresenta elevados padrões de atendimento em saneamento básico, coleta de resíduos e abastecimento de água, além de registrar crescente participação em atividades classificadas como empregos verdes e manter unidades de conservação ativas no território urbano. Conforme o Gráfico 27, em 2022, 95,48% dos domicílios estavam ligados à rede geral de esgoto ou pluvial, um avanço significativo em relação a 2010 (78,0%).

Gráfico 27 – Esgotamento Sanitário em Balneário Camboriú



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

A comparação regional (Gráfico 28) reforça a posição de destaque do município, cuja cobertura é muito superior à da mesorregião (34,59%) e à média estadual (33,45%), evidenciando a universalização praticamente completa do serviço.

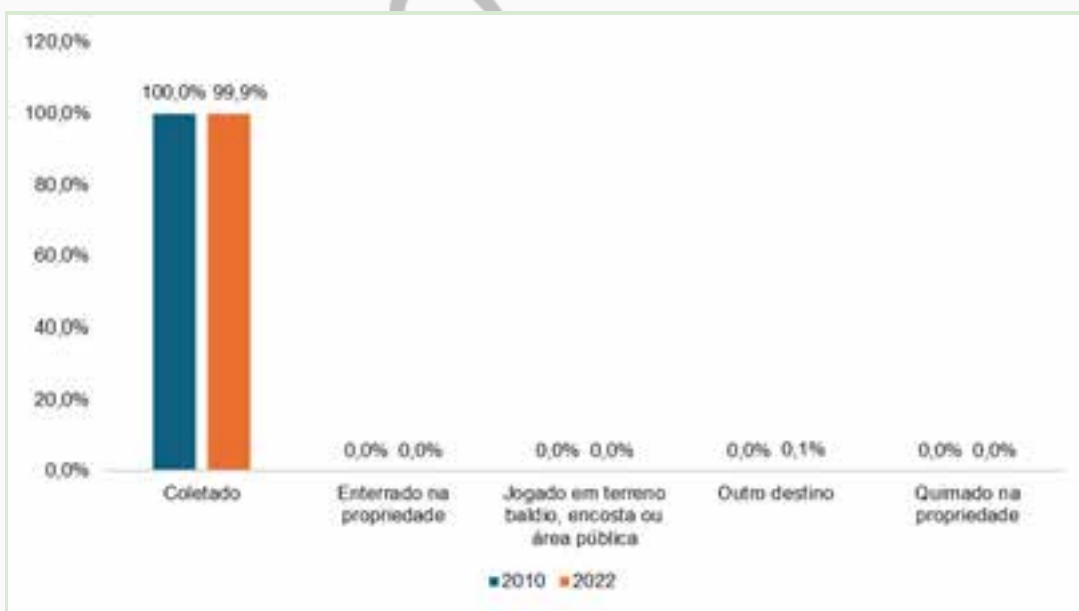
Gráfico 28 – Esgotamento Sanitário em 2022 – Balneário, Mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

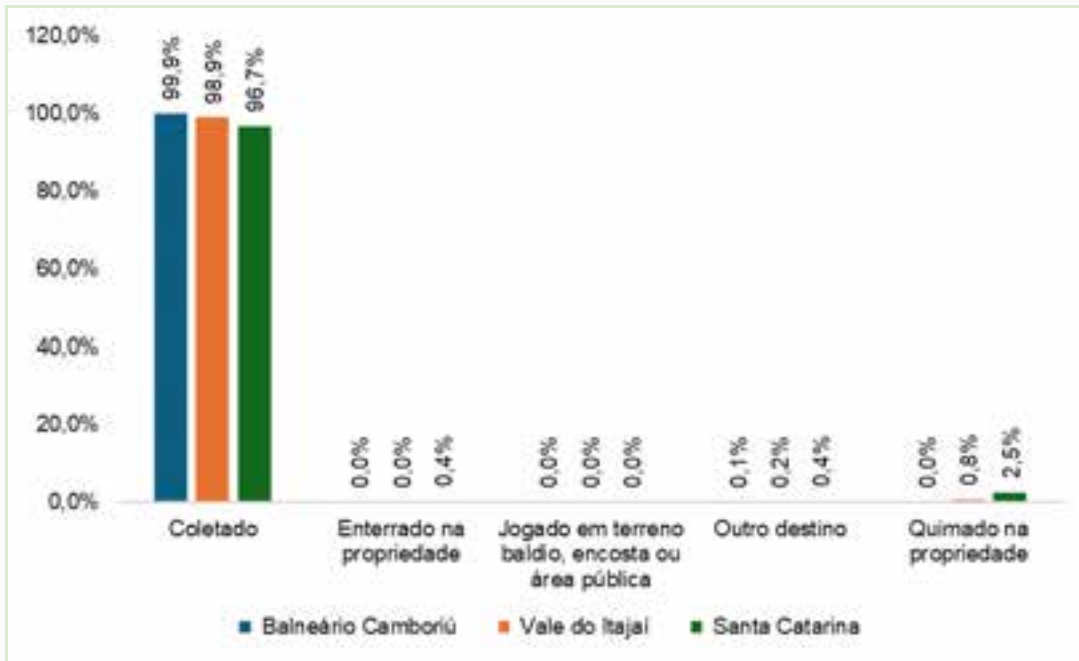
Os dados da coleta de lixo também são bastante positivos. Em 2022, 99,9% dos domicílios tiveram o lixo coletado regularmente (Gráfico 29), mantendo o nível de 2010 (100%). A média supera os índices do Vale do Itajaí (98,9%) e de Santa Catarina (96,7%) (Gráfico 30), indicando cobertura quase universal e práticas de descarte ambientalmente adequadas.

Gráfico 29 – Coleta de Lixo em Balneário Camboriú



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

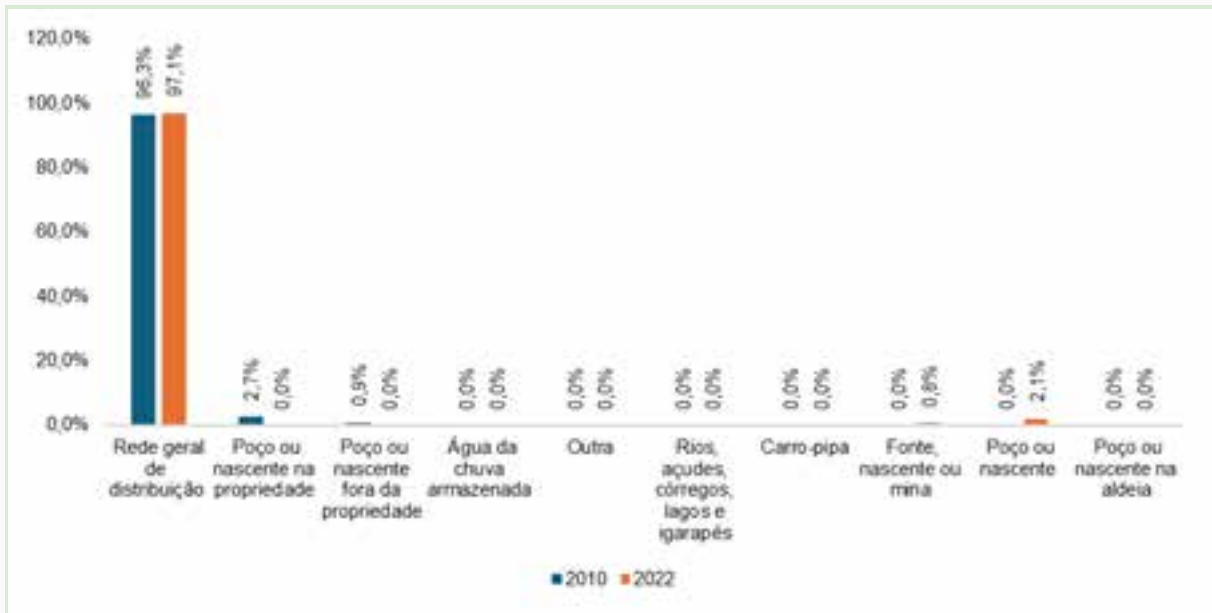
Gráfico 30 – Coleta de Lixo em 2022 – Balneário Camboriú, Mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

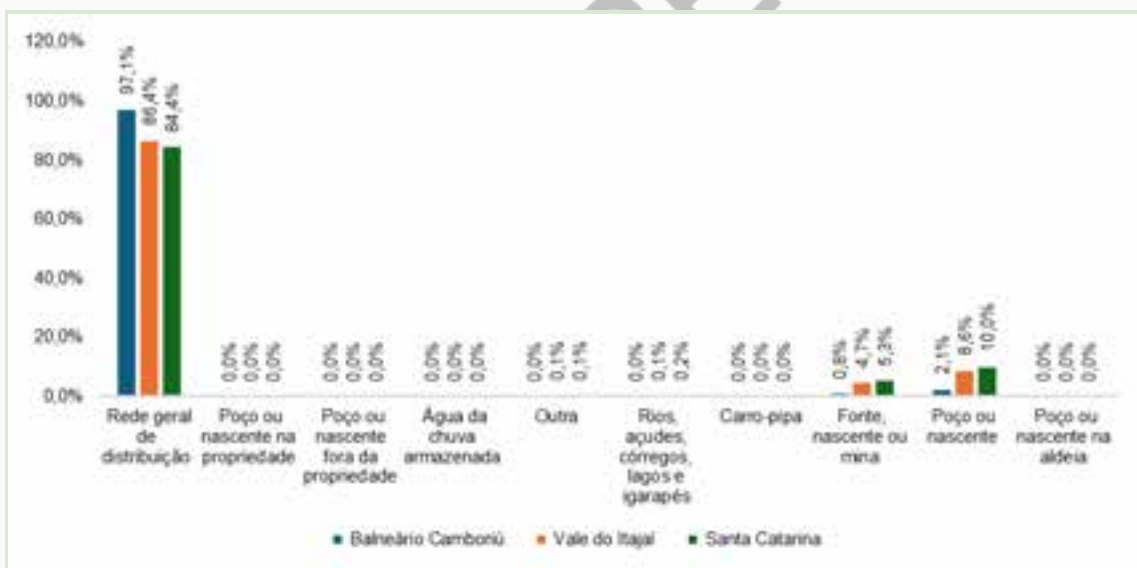
Em relação ao abastecimento de água, o município apresentou, em 2022, 97,1% de atendimento via rede geral de distribuição (Gráfico 31), percentual superior ao do Vale do Itajaí (86,4%) e do estado (84,4%) (Gráfico 32). Os demais domicílios utilizam majoritariamente poços ou nascentes, mas em proporções mínimas. Isso confirma a ampla cobertura e a baixa dependência de fontes alternativas, como carros-pipa ou fontes isoladas.

Gráfico 31 – Abastecimento de água em Balneário Camboriú



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

Gráfico 32 – Abastecimento de água em 2022 - Balneário Camboriú, Mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

O saneamento básico é um conjunto de serviços públicos que inclui o fornecimento de água potável, o tratamento do esgoto, a limpeza urbana e o gerenciamento de resíduos sólidos, além da drenagem e do manejo das águas pluviais nas áreas urbanas. O acesso ao saneamento básico é um direito garantido pela Constituição e está regulamentado pela Lei nº 11.445/2007.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB (2023) o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário são operados pela Empresa Municipal de Água e Saneamento – EMASA.

A empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. é responsável pela Limpeza Urbana, possui a concessão dos serviços de coleta domiciliar, coleta seletiva, coleta dos resíduos dos serviços de saúde; implantação e operação de Aterro Sanitário, implantação e operação de autoclave, varrição, serviços gerais de limpeza, incluindo a capinação mecanizada e limpeza de praias.

A última revisão do PMSB de Balneário Camboriú, datada de 2023, é um importante documento balizador das obras estruturantes de infraestrutura para a adequação do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, permitindo identificar fragilidades, definir metas progressivas e priorizar investimentos necessários à universalização e sustentabilidade dos serviços.

O PMSB estabelece diretrizes para a ampliação da capacidade de captação, tratamento e distribuição de água, a modernização e expansão do sistema de esgotamento sanitário, a integração de soluções de drenagem com o planejamento urbano e a gestão ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com o Estatuto da Cidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Dessa forma, constitui-se como instrumento estratégico de planejamento, garantindo que as ações de saneamento básico sejam incorporadas às políticas públicas municipais de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano.

4.1.1 Sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água potável

O sistema de abastecimento de água do município de Balneário Camboriú, compreendido pela captação, tratamento, reservação e distribuição de água potável é administrado pela EMASA, autarquia responsável por todo o processo de captação, tratamento e distribuição da água destinada ao consumo público. A sede administrativa e comercial da instituição encontra-se situada na área

central da cidade, o que favorece a acessibilidade e a eficiência no atendimento às demandas da população usuária dos serviços.

A EMASA tem como principal manancial de onde é realizada a captação da água bruta utilizada no abastecimento público o Rio Camboriú, que possui aproximadamente 40 km de extensão e uma área de drenagem de 199,80 km². Sua bacia hidrográfica é composta pelas sub-bacias dos afluentes Rio dos Macacos, Rio Pequeno, Rio Canoas, Rio Peroba, Rio Canhanduba e Rio do Cedro. De acordo com a legislação ambiental, o rio é enquadrado na Classe 2, destinada a corpos hídricos que podem ser utilizados para o abastecimento público, após tratamento convencional, bem como para atividades de recreação, irrigação e preservação da vida aquática. O ponto de captação localiza-se no município vizinho de Camboriú, a aproximadamente 5 km da Estação de Tratamento de Água (ETA).

Nesse local, a EMASA dispõe de quatro conjuntos de motobombas anfíbias, responsáveis pelo recalque da água bruta, que é conduzida até a ETA por meio de duas adutoras, com diâmetros de 600 mm e 800 mm.

Para garantir a qualidade do processo, foi construída uma barragem no ponto de captação, com a finalidade de conter a influência da maré alta e prevenir a infiltração de cunha salina, condição que inviabilizaria o tratamento da água. Além disso, a Estação de Captação conta com grupos geradores automáticos, que entram em funcionamento em situações de queda ou interrupção no fornecimento de energia elétrica, assegurando a continuidade operacional do sistema.

Após o tratamento realizado em conformidade com os parâmetros de qualidade e potabilidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021, a água é conduzida da Estação de Tratamento para os municípios de Balneário Camboriú e Camboriú. Esse processo ocorre por meio de adutoras de diferentes dimensões, que direcionam o recurso hídrico aos reservatórios da EMASA.

O sistema de reservação é composto por cinco unidades principais: o R-1, com capacidade de 6,4 milhões de litros, que abastece a região central; o R-2, também com 6,4 milhões de litros, destinado à região sul; o R-3, com 2 milhões de litros, que atende os bairros Ariribá, Praia dos Amores e a parte alta do Bairro das Nações; o Reservatório Estaleiro, com 1,5 milhão de litros, que supre os bairros Estaleiro e Estaleirinho; e o Reservatório Laranjeiras, com 500 mil litros, responsável pelo abastecimento das localidades de Laranjeiras e Taquaras.

Atualmente, a rede de distribuição da EMASA alcança cerca de 30 mil ligações ativas, o que corresponde a mais de 73 mil unidades autônomas, entre residências, condomínios, estabelecimentos comerciais, indústrias e prédios públicos. Essa estrutura permite atender de forma eficiente à demanda local, ainda que fortemente influenciada pela sazonalidade populacional característica de Balneário Camboriú.

Tabela 22 – Indicadores de Abastecimento de Água de Balneário Camboriú

Município	Atend. pop. total (%)	Atend. pop. urbana (%)	Atend. pop. rural (%)	Atend. domicílios totais (%)	Atend. domicílios urbanos (%)	Atend. domicílios rurais (%)
Balneário Camboriú	98,99	98,99	Não Calc.- Div/0	94,98	94,98	Não Calc.- Div/0

Fonte: EMASA, 2025.

Mapas e cenários da infraestrutura de água (existente e planejado);(NORBERTO/MADELON)

4.1.2 Sistema de esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação)

O sistema de esgotamento sanitário de Balneário Camboriú também é administrado pela EMASA, que é responsável pela coleta, transporte, tratamento e disposição final dos efluentes sanitários municipais. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), localizada no bairro Nova Esperança, opera com tecnologia de lodo ativado com aeração prolongada, combinada com processos de nitrificação e desnitrificação em tanque único, permitindo a remoção eficiente de nitrogênio e fósforo e cumprindo os padrões exigidos pela Resolução CONAMA nº 430/2011. Por motivos de segurança sanitária, o esgoto já tratado é submetido a um processo de desinfecção com aplicação de cloro gás. Essa etapa ocorre no tanque de contato e tem como finalidade a inativação de microrganismos patogênicos, assegurando que o efluente final não represente riscos à saúde pública.

A eficiência média do sistema alcançou recentemente 90%, conforme indicadores de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO5), significando um avanço significativo em relação aos 54% registrados em maio de 2024. Com isso, os

efluentes retornam ao Rio Camboriú com qualidade superior à da água do próprio rio. No mês de junho de 2025, a eficiência média atingiu 92%, reforçando a eficácia das intervenções técnicas implementadas.

Em relação a capacidade e fluxo de tratamento a ETE opera com uma vazão média de 406 litros por segundo, o que corresponde ao tratamento de aproximadamente 1.086.387 m³ de esgoto por mês. Em condições normais, sua capacidade de tratamento é de 600 L/s (51.8 milhões de litros por dia), atendendo até 432 mil habitantes. Em situação de pico, chega a 900 L/s, correspondendo a 648 mil habitantes.

Já relacionado a cobertura e satisfação técnica, de acordo com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS/SINISA (2023), Balneário Camboriú possui 98,45% da população atendida pelos serviços de esgotamento sanitário, e 100% do esgoto gerado no município é coletado e tratado, o que demonstra elevada eficácia em cobertura.

Mapas e cenários da infraestrutura de esgoto (existente e planejado)
(NORBERTO/MADELON)

4.1.3 Sistemas de drenagem (macro e microdrenagem e manejo das águas pluviais Sistemas de coleta e destinação de resíduos sólidos (domiciliares, comerciais, industrial)

A drenagem constitui um instrumento fundamental de planejamento territorial, integrando-se ao saneamento básico, à gestão de recursos hídricos e ao desenvolvimento urbano sustentável. Ela se organiza em dois subsistemas principais: microdrenagem e macrodrenagem. A microdrenagem corresponde ao conjunto de estruturas destinadas à coleta e condução inicial das águas pluviais, incluindo pavimentos viários, guias e sarjetas, bocas de lobo, redes de galerias subterrâneas e pequenos canais. Esses dispositivos são dimensionados, em geral, para períodos de retorno relativamente curtos, entre 2 e 10 anos, visando atender aos eventos pluviométricos mais frequentes.

Por sua vez, a macrodrenagem é composta por estruturas de maior porte, como canais abertos ou fechados, condutos forçados e reservatórios de detenção, cuja função é transportar ou armazenar os volumes concentrados em escalas mais amplas da bacia hidrográfica urbana. Nesses casos, os projetos consideram períodos de retorno mais longos, variando de 25 a 100 anos, de modo a reduzir riscos de inundações e alagamentos em áreas críticas.

Assim, a integração entre os sistemas de micro e macrodrenagem constitui elemento essencial do planejamento urbano, sendo determinante para a mitigação de impactos hidrológicos decorrentes da impermeabilização do solo e da intensificação dos eventos extremos associados às mudanças climáticas.

A drenagem urbana de Balneário Camboriú constitui um dos eixos fundamentais da infraestrutura municipal, considerando o acelerado processo de urbanização e a elevada densidade populacional, especialmente nas zonas litorâneas e verticalizadas. Para orientar essa estruturação, o município instituiu um Plano Setorial de Macro-drenagem, previsto no seu Plano Diretor Municipal. Esse plano estabelece diretrizes para o manejo das águas pluviais, adotando medidas estruturais, como a implantação de galerias e o redimensionamento do sistema pluvial urbano, além de medidas não estruturais, como o ordenamento do uso do solo e o fomento de espaços verdes com função de mitigação e absorção hidrológica. O plano direcional municipal também contempla mecanismos preventivos como a preservação de áreas de interesse para drenagem (parques lineares, espaços verdes, praças), o controle de erosão, e a renaturalização de calhas urbanas como políticas prioritárias para garantir resiliência urbana frente aos impactos das chuvas intensas.

Segundo o Instituto Água e Saneamento que utiliza dados do SNIS/SINISA, o município tem uma taxa de 95% de cobertura de vias públicas com pavimentação e meio-fio, 73% de taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos e 42% de parcela de cursos d'água naturais perenes com canalização fechada.

Mapas e cenários da infraestrutura de drenagem (existente e planejado); (NORBERTO/MADELON)

Mapeamento dos riscos ambientais (climáticos), áreas sujeitas a alagamentos, inundações, ressacas e deslizamentos. (NORBERTO/MADELON)

4.1.4 Sistema de coleta e destinação de resíduos

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, instituída pela Lei nº 12.305/2010, considera-se resíduo sólido todo material, substância, objeto ou bem descartado que se apresenta nos estados sólido ou semissólido, resultante de atividades de origem doméstica, industrial, comercial, agrícola, de serviços de saúde, de construção civil, entre outras.

Em Balneário Camboriú a gestão dos resíduos sólidos assume papel estratégico diante da elevada densidade urbana e da intensa atividade turística que caracteriza o município. Atualmente o sistema de coleta é operado pela empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., em parceria com a Prefeitura Municipal, e contempla diferentes modalidades de coleta, como o recolhimento domiciliar do lixo comum, a coleta seletiva, a coleta de resíduos volumosos e a disponibilização de ecopontos para entrega voluntária.

A coleta domiciliar é realizada diariamente no centro da cidade e três vezes por semana nos bairros, conforme a setorização de cada região, ou seja, de forma regular em toda a cidade, sendo apoiada por mais de 1.200 contentores distribuídos em pontos estratégicos. Estes equipamentos têm a finalidade de evitar o acúmulo de resíduos nas vias públicas, contribuindo para a higiene urbana. Contudo, o uso dos contentores deve respeitar as orientações da Prefeitura, que delimita sua utilização exclusivamente para resíduos domiciliares comuns, vedando o descarte de recicláveis, móveis e entulhos. Após serem coletados esses resíduos são transportados ao aterro sanitário.

Figura 21 – Dias e horários de Coleta Convencional em Balneário Camboriú

1º TURNO	
Praia de Laranjeiras e R. Dom Afonso	Segunda a Sábado
Nações (Acima da Palestina)	
Arinbá (R. Venezuela até R. Mergulhão)	Segunda, Quarta e Sexta-feira
Nova Esperança	
Praias: Estaleiro, Estaleirinho, Taquaras e Taquarinhas	
Parque Bandeirantes	
Barra e São Judas	Terça, Quinta e Sábado
Arinbá	
Pioneiros (Entre R. Bruno Silva e Miguel Matle)	
Praia dos Amores	
Municípios (Entre 5ª Av. e 6ª Av.)	
Iate Clube	
Vila Real (Sentido Iate Clube)	Domingo
Avenidas Brasil e Atlântica	
2º TURNO	
Nações – Entre Av. do Estado e Palestina (Entre R. Albânia e Uruguai)	Segunda, Quarta e Sexta-feira
Bairro dos Estados	Terça, Quinta e Sábado
Municípios (Entre 5ª Avenida e Marginal Oeste)	
Vila Real (Entre 5ª Avenida e Marginal Oeste)	Segunda a Sábado
Centro (R. 2500 a 3614 entre 3ª Avenida e Av. Brasil)	
Centro (R. 3030 a 3700 entre 3ª Av. e Marginal Leste)	
Centro (R. 10 a 3024 entre 3ª Av. e Marginal Leste)	
Avenidas Brasil e Atlântica	Domingo
3º TURNO	
Av. Atlântica, Av. Brasil e Transversais	Segunda a Sábado
R. 2500 a 951 (Entre 3ª Avenida e Av. Brasil)	
R. Osmar de Souza Nunes a 971 (Entre Av. dos Estados e Av. Brasil)	Domingo
Avenidas Brasil e Atlântica	
Transversais Brasil e Atlântica – R. 1001 a 2000	

Fonte: ReciclaBC, 2025.

No que tange à coleta seletiva, o município dispõe de uma estrutura organizada para a separação de materiais recicláveis, como plásticos, metais, papéis e vidros limpos, que são recolhidos por equipes específicas, com caminhões e horários diferenciados. Todo resíduo coletado é encaminhado para as associações e cooperativas de reciclagem. E a determinação dos locais de entrega dos resíduos recicláveis é feita pelo município. Para facilitar o acesso da população a essas informações, foi criado o sistema ReciclaBC, que disponibiliza cronogramas atualizados por bairro e por rua. Além disso, cartilhas produzidas pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e pelo Sindicato do Comércio – Sincomércio reforçam a importância da separação correta dos resíduos e informam sobre horários e formas

de recolhimento. Em 2025, foi introduzido o uso de QR Codes em materiais informativos, permitindo que os cidadãos consultem, de forma prática, os horários da coleta comum, seletiva e volumosa. A colaboração da comunidade é fundamental, pois a separação dos resíduos recicláveis resulta em benefícios, como a redução de resíduos a serem dispostos em aterro, redução de extração de recursos naturais e, conseqüente, melhoria para o meio ambiente.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 22 – Dias e horários de Coleta Seletiva em Balneário Camboriú

DIA DA COLETA SELETIVA NA SUA RUA

CENTRO	
Avenida Atlântica e transversais	Terça, quinta e sábado – 2º turno
Rua Osmar de Souza Nunes até a Rua 700, entre Av. Brasil e Av. do Estado, todas as ruas	Segunda, quarta e sexta-feira – 1º turno
Rua 902 até a Rua 3610 entre Av. Brasil e Av. do Estado, todas as ruas	Terça, quinta e sábado – 1º turno
Av. Alvin Bauer até Rua 3700, entre Terceira Avenida e Quarta Avenida e Marginal Leste, todas as ruas	Quarta e sábado – 1º turno
Av. Alvin Bauer até Rua 2650, entre Quarta Avenida, Av. do Estado e Marginal Leste	Terça e sexta-feira – 1º turno
PIONEIROS	
Rua Bibiano dos Santos até a Rua Bruno Silva	Segunda, quarta e sexta-feira – 1º turno
VILA REAL	
Marginal Oeste até a Quinta Avenida, todas as ruas	Terça e sexta-feira – 1º Turno
Quinta Avenida até o Iate Clube, todas as ruas	Terça e sexta-feira – 2º Turno
NAÇÕES	
Rua Uruguai até a Rua 200, entre Av. do Estado e Av. Palestina e Av. Martin Luther, todas as ruas	Segunda e quinta-feira – 1º Turno
Rua Venezuela e ruas entre Avenida Palestina e fim, todas as ruas	Segunda e quinta-feira – 2º Turno
MUNICÍPIOS	
Marginal Oeste até a Quinta Avenida, todas as ruas	Terça e sexta-feira – 1º Turno
Quinta Avenida até a Sexta Avenida, todas as ruas	Terça e sexta-feira – 2º Turno
IATE CLUBE	
	Terça e sexta-feira – 2º Turno
BARRA E INTERPRAIAS	
	Quarta e sábado – 2º Turno
SÃO JUDAS TADEU E SCHULTZ	
	Terça e sábado – 2º Turno
BANDEIRANTES E NOVA ESPERANÇA	
	Quinta e sábado – 2º Turno
BAIRRO DOS ESTADOS	
	Terça e sexta-feira – 1º turno
ARIRIBÁ E PRAIA DOS AMORES	
	Segunda e quinta-feira – 2º turno

1º TURNO - 7h às 15h20
2º TURNO - 15h20 às 23h35

Fonte: ReciclaBC, 2025.

Outra modalidade é a coleta de resíduos volumosos, que abrange móveis, eletrodomésticos, restos de poda e outros materiais de grande porte, resíduos da construção civil são coletados desde que tenham no máximo 1m³. Esse serviço é disponibilizado de segunda a sábado, das 6h às 14h, seguindo cronograma específico por bairros. O cidadão pode ainda agendar o recolhimento pelas centrais

de atendimento da empresa Ambiental, ou optar pelo descarte em Pontos de Entrega Voluntária – PEVs, localizados em áreas estratégicas da cidade.

Complementarmente, Balneário Camboriú conta com oito ecopontos, quatro deles com autoatendimento que funcionam 24 horas por dia e quatro com funcionário da empresa Ambiental, a presença de trabalhadores nesses espaços auxilia na triagem e garante maior efetividade ao processo de reciclagem. Esses locais permitem a entrega de recicláveis em pequenas quantidades, além de lâmpadas, pilhas e baterias, ampliando as alternativas para o descarte correto.

Quadro 4 – Ecopontos de Balneário Camboriú

Bairro	Endereço	Resíduos Aceitos
Taquaras	Rua Flamboyan com Alameda das Acácias (autoatendimento)	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas e baterias em quantidade domiciliar
Nações	Av. Palestina, esquina com Rua Paraguai	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas, lâmpadas, baterias domiciliares e óleo de cozinha
Centro	3ª Avenida, esquina com Rua 2870	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas, lâmpadas, baterias domiciliares e óleo de cozinha
Centro	Praça Higino João Pio	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas, lâmpadas, baterias domiciliares e óleo de cozinha
Barra	Praça do Pescador	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas, lâmpadas, baterias domiciliares e óleo de cozinha
Estados	Av. Santa Catarina, esquina com Rua Bahia (autoatendimento)	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas e baterias em quantidade domiciliar
Praia dos Amores	Av. Carlos Drummond de Andrade (autoatendimento)	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas e baterias em quantidade domiciliar
Nova Esperança	Rua José Alves Cabral (autoatendimento)	Plástico, papel, metal, vidro, pilhas e baterias em quantidade domiciliar

Fonte: PMBC, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Balneário Camboriú também disponibiliza um serviço de coleta de animais mortos de pequeno porte e de resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde. Isso inclui os resíduos gerados em estabelecimentos de atenção à saúde, tais como

hospitais, postos de saúde, clínicas médicas, veterinárias e odontológicas, laboratórios de análises clínicas, entre outros do mesmo gênero.

A operacionalização deste serviço segue uma rotina estruturada, nos hospitais, a coleta é realizada diariamente, devido ao maior volume e risco de geração de resíduos. Já nos demais estabelecimentos de saúde, a coleta ocorre de forma alternada, em conformidade com roteiros preestabelecidos pela gestão municipal.

Os resíduos gerados no município são encaminhados ao Aterro Sanitário de Itajaí, devidamente licenciado e regulamentado pelos órgãos ambientais competentes, localizado no bairro Canhanduba, na cidade vizinha. Assim, observa-se que o município avança no sentido de alinhar práticas locais de gestão de resíduos aos parâmetros nacionais de sustentabilidade, investindo em tecnologia, comunicação com a população e serviços diversificados de coleta. Tais medidas são fundamentais para mitigar os impactos ambientais, preservar a qualidade de vida dos munícipes e manter a atratividade turística da cidade.

A limpeza urbana da cidade também fica por conta da empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. A gestão desse serviço envolve coordenar a limpeza de ruas, calçadas, drenagem urbana, manutenção de áreas verdes e limpeza das praias.

Os serviços de varrição em Balneário Camboriú abrangem 100% das vias pavimentadas do município, a frequência da execução é planejada de acordo com a relevância e a intensidade do uso dos espaços públicos: a varrição é realizada diariamente em todas as avenidas, garantindo maior eficiência nos locais de maior circulação; duas vezes por semana na região central, onde há elevada concentração de atividades comerciais e turísticas; e uma vez por semana nos bairros, assegurando a manutenção periódica das áreas residenciais.

A capina mecanizada constitui um dos serviços essenciais da manutenção urbana, sendo realizada em todas as vias pavimentadas que dispõem de meio-fio. A execução do trabalho é viabilizada por meio da utilização de equipamentos específicos, entre os quais se destacam duas máquinas denominadas capinadeira e varredora, otimizando o processo de remoção de vegetação indesejada e resíduos acumulados junto às guias. A equipe responsável pelos serviços de manutenção urbana é composta por funcionários especializados, veículos e equipamentos e ferramentas adequadas, essa estrutura operacional

objetiva complementar e finalizar os serviços, garantindo maior qualidade no resultado. Entre as atividades desempenhadas destacam-se a roçada, a pintura de meio-fio, que padroniza e valoriza a estética das vias e ainda tema limpeza das bocas de lobo, fundamental para o bom funcionamento do sistema de drenagem de águas pluviais em todas as vias pavimentadas do município.

No que se refere à limpeza das praias, esta ocorre de forma sistemática e contínua. Na Praia Central, devido à sua elevada frequência de uso por moradores e turistas, realiza-se a limpeza diária, por meio de equipes que utilizam equipamentos de pequeno porte e o sistema de peneiramento da areia, além da remoção de resíduos e quando necessário é utilizado caminhão caçamba ou poliguindaste para retirada de materiais maiores. Nas praias mais afastadas, a limpeza é realizada em horário comercial, de forma regular, mas em frequência adaptada à menor intensidade de uso.

A manutenção de vias públicas e logradouros não se restringe apenas ao aspecto sanitário, cujo objetivo principal é prevenir doenças decorrentes da proliferação de vetores. Ela também desempenha papel essencial na segurança urbana, ao evitar o entupimento do sistema de drenagem de águas pluviais, fator frequentemente associado a alagamentos e transtornos coletivos. Além disso, o aspecto estético vinculado à limpeza urbana exerce influência significativa nas políticas de valorização da imagem das cidades turísticas, como é o caso de Balneário Camboriú. Uma cidade limpa transmite sensação de orgulho a seus habitantes, contribui para a atração de novos residentes e turistas, valoriza o mercado imobiliário e, de forma indireta, fomenta a economia local.

De acordo com a *Cartilha de Limpeza Urbana*, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, os serviços de limpeza de logradouros públicos têm por finalidade principal evitar:

- Problemas sanitários para a comunidade;
- Interferências perigosas no trânsito de veículos;
- Riscos de acidentes para pedestres;
- Prejuízos às atividades turísticas;
- Inundações de ruas decorrentes do entupimento de ralos e sistemas de drenagem.

Assim, observa-se que a limpeza urbana ultrapassa a dimensão meramente funcional, constituindo-se como um instrumento estratégico de saúde pública, segurança, ordenamento territorial e desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, a gestão de resíduos e a manutenção da limpeza urbana em Balneário Camboriú refletem diretamente os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, ao promover o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável no espaço urbano.

A revisão periódica do Plano Diretor deve incorporar tais práticas, alinhando a política municipal de saneamento e limpeza com diretrizes de ordenamento territorial e de uso socialmente justo e ambientalmente responsável da cidade. Além disso, as ações implementadas dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que busca promover cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), voltado à gestão eficiente de recursos e redução de resíduos. Dessa maneira, evidencia-se que o planejamento urbano integrado à gestão eficiente dos serviços públicos é fundamental para garantir a sustentabilidade, a atratividade turística e a valorização da vida urbana.

4.1.5 Rede pública de energia elétrica (domiciliar e iluminação pública) e rede lógica

A distribuição de energia elétrica no município de Balneário Camboriú, é de responsabilidade da Celesc Distribuição S.A. – Centrais Elétricas de Santa Catarina, concessionária pública estadual vinculada ao Governo de Santa Catarina. A empresa atua sob regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme a Lei nº 9.427/1996, que dispõe sobre a outorga e a fiscalização da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil.

O município insere-se no contexto do Sistema Interligado Nacional – SIN, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o que assegura maior confiabilidade no fornecimento e integração da matriz energética nacional, predominantemente hidrelétrica. Em Balneário Camboriú, o perfil de consumo

apresenta particularidades, além da alta densidade demográfica, a economia local é fortemente marcada pelo setor turístico e imobiliário, o que resulta em picos sazonais de demanda energética, principalmente nos meses de verão.

No aspecto tarifário, a Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL regulamenta as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, incluindo direitos e deveres dos consumidores. Especificamente, em agosto de 2025, a ANEEL homologou um reajuste médio de 13,53% para as tarifas da Celesc, sendo 12,3% aplicados à classe residencial (Grupo B1), com vigência a partir de 22 de agosto de 2025. Dessa forma, a tarifa residencial convencional, que em 2024 era de R\$ 0,61791/kWh, passou a custar aproximadamente R\$ 0,693/kWh, sem considerar encargos e tributos setoriais.

Cabe destacar ainda a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE, prevista na Lei nº 12.212/2010, que garante às famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único – CadÚnico descontos progressivos, chegando à gratuidade do consumo de até 80 kWh/mês (ANEEL, 2024). No município, essa política pública desempenha papel essencial para assegurar o acesso universal ao serviço, que é considerado direito social e essencial, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, art. 175.

Em síntese, a energia elétrica em Balneário Camboriú é um elemento estratégico para a sustentabilidade urbana, a competitividade econômica e a qualidade de vida da população. Regulada pela ANEEL e operada pela Celesc, a gestão do setor enfrenta desafios como o equilíbrio tarifário, a sazonalidade do consumo e a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e inovação tecnológica.

4.2 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS

O prognóstico das diretrizes e ações estratégicas relativas à infraestrutura urbana e ao saneamento básico do município de Balneário Camboriú foi desenvolvido a partir da análise diagnóstica da realidade local, que evidenciou tanto avanços na modernização dos serviços urbanos quanto fragilidades estruturais que demandam ações de planejamento, revisão normativa e investimentos contínuos.

Nesse contexto, a revisão do Plano Diretor e da legislação urbanística assume caráter estratégico, permitindo adequar os instrumentos de ordenamento

territorial e incorporar mecanismos técnicos capazes de orientar a expansão e a qualificação da infraestrutura urbana e dos sistemas de saneamento de forma sustentável, resiliente e inclusiva.

As diretrizes propostas encontram-se alinhadas à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com ênfase nos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- ODS 06: Água Potável e Saneamento
- ODS 07: Energia Acessível e Limpa
- ODS 09: Indústria, Inovação e Infraestruturas
- ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima
- ODS 14: Vida na Água
- ODS 15: Vida Terrestre

O fortalecimento da rede de infraestrutura urbana, associado à universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, constitui eixo estratégico para a promoção da saúde pública, a preservação ambiental e a resiliência urbana frente às mudanças climáticas.

Além disso, a modernização da mobilidade urbana, da iluminação pública e da infraestrutura viária deve ser conduzida de maneira articulada, assegurando acessibilidade, integração modal e eficiência operacional.

A consolidação de uma infraestrutura urbana moderna e sustentável, associada à gestão eficiente dos sistemas de saneamento e energia, é condição fundamental para a promoção da saúde pública, a preservação ambiental, bem como a redução das desigualdades socioespaciais.

Ao alinhar suas políticas e ações estratégicas aos princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e aos ODS da Agenda 2030, Balneário Camboriú fortalece sua capacidade de enfrentar os desafios da urbanização contemporânea. Esse alinhamento garante bases sólidas para um desenvolvimento urbano inclusivo, sustentável e resiliente, assegurando qualidade de vida, eficiência dos serviços públicos e equilíbrio ambiental em todas as dimensões da vida urbana.

I. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- **Gestão da demanda e controle de perdas:**
 - a) Implantar programa intensivo de redução de perdas físicas (setorização, válvulas redutoras de pressão, pesquisa e reparo de vazamentos não visíveis);
 - b) Ampliar e atualizar o parque de hidrômetros, priorizando imóveis com medidores obsoletos e grandes consumidores;
 - c) Revisar metodologia de cálculo de perdas, corrigindo inconsistências de medição.

- **Medição e monitoramento:**
 - a) Modernizar sistemas de macro e micromedição, com telemetria em pontos estratégicos;
 - b) Implantar indicadores gerenciais confiáveis para auditoria de volumes captados, tratados e distribuídos.

- **Adequação do sistema produtor:**
 - a) Ampliar ou reforçar unidades existentes (captação, adutoras, elevatórias e ETA), com base em estudos de demanda e revisão da estimativa populacional;
 - b) Promover manutenção corretiva e preventiva nos dispositivos de medição.

- **Diversificação de mananciais:**
 - a) Avaliar e implantar fontes alternativas de abastecimento (interligações regionais, captações subterrâneas, mananciais complementares);
 - b) Estudar a viabilidade de sistemas integrados intermunicipais para reforço de segurança hídrica.

- **Modernização tecnológica:**

- a) Implementar sistemas de automação e supervisão para controle operacional em tempo real;
- b) Consolidar micromedição em 100% das ligações ativas, visando excelência no controle de consumo e redução de perdas aparentes.

- **Planejamento estratégico:**

- a) Inserir ações estruturais no PPA e nas políticas municipais de saneamento, garantindo recursos para a expansão sustentável do sistema, aliando a ampliação do sistema para as zonas e áreas pré-determinadas no plano diretor.

II. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- **Reforma, modernização e ampliação da ETE (Nova Esperança):**

- a) É necessário que se revise o dimensionamento da estação com base na medição da demanda de água, na estimativa populacional e na infiltração da rede coletora visando maior eficiência e atendimento, principalmente na alta temporada;
- b) Idealizar a modernização da ETE visando processos mais eficientes, compactos e modernos, bem como realizar a análise da utilização de biogás para geração de energia limpa.

- **Universalização da coleta e redes de esgoto em bairros remanescentes:**

- a) Instalação de redes coletoras e ligações de imóveis em bairros afastados para viabilizar a universalização com análise de sistemas compactos;
- b) Fiscalização eficaz para a efetivação das ligações prediais à rede já existente.

- **Fiscalização e regulação de ligações irregulares e de sistemas de tratamento individual:**

- a) Identificação e correção de ligações pluviais irregulares que sobrecarregam a ETE;

- b) Avaliação da utilização de sistemas individuais de tratamento de esgoto em áreas onde a rede coletiva não é viável ou está ausente.

III. DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUA PLUVIAL

- **Planejamento urbano e revisão do Plano Diretor:**

- a) Realização de cadastro técnico georreferenciado de toda a rede de drenagem (galerias, bocas de lobo, canais, pontos críticos) integrado a sistemas SIG (Sistema de Informação Geográfica);
- b) Elaborar o Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (PDDMAPU) que é um instrumento de gestão municipal que visa planejar e implementar um conjunto de medidas para controlar, reduzir e mitigar os impactos das chuvas em áreas urbanas, como inundações e poluição da água;
- c) Integração com o Plano Diretor Municipal e demais instrumentos de ordenamento territorial, garantindo que o uso e ocupação do solo respeite a capacidade de drenagem;
- d) Planejar áreas verdes urbanas como espaços de lazer e retenção natural de águas pluviais;
- e) Monitoramento em tempo real (sensores, estações pluviométricas, modelagem hidrológica) para antecipar riscos de alagamento.

- **Infraestrutura Sustentável:**

- a) Soluções baseadas na natureza (SbN): implantação de jardins de chuva, biovaletas, telhados verdes, pavimentos permeáveis e reservatórios de retenção (piscinões urbanos);
- b) Parques inundáveis e áreas de retenção natural, como o projeto do Parque Inundável do Rio Camboriú, ampliando a capacidade de amortecimento de cheias;
- c) Revitalização de canais e rios urbanos com técnicas de engenharia ecológica, em vez de apenas canalização em concreto;
- d) Integração com saneamento e qualidade da água, evitando que a drenagem se torne vetor de poluição difusa.

- **Governança e Financiamento:**

- a) Criação de um Fundo Municipal de Drenagem Sustentável, alimentado por contrapartidas urbanísticas, recursos de compensação ambiental e convênios com a União/Estado;
- b) Parcerias público-privadas (PPPs) para manutenção de sistemas de drenagem e implantação de infraestrutura verde;
- c) Captação de recursos externos (PAC, Banco Mundial, BID, Fundo Clima) voltados à adaptação climática e cidades resilientes;
- d) Instrumentos econômicos como cobrança de taxa diferenciada de manejo de águas pluviais (baseada na impermeabilização dos lotes).

- **Educação, Resiliência e Participação Social:**

- a) Engajamento comunitário em projetos-piloto de jardins de chuva, quintais produtivos e sistemas de infiltração em loteamentos;
- b) Elaboração dos planos de contingência mais integrados com a drenagem urbana, reforçando a resiliência comunitária;
- c) Laboratórios urbanos de inovação para testar soluções sustentáveis em bairros-piloto.

IV. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA

- **Planejamento urbano e revisão do Plano Diretor:**

- a) Incluir metas de sustentabilidade urbana no Plano Diretor, priorizando manejo de resíduos, drenagem e preservação ambiental;
- b) Garantir que o crescimento imobiliário respeite a capacidade da infraestrutura urbana, evitando sobrecarga de serviços de limpeza e drenagem.

- **Gestão de resíduos e limpeza urbana:**

- a) Expandir a coleta seletiva, incluindo mais bairros e pontos turísticos, com lixeiras inteligentes em locais de grande circulação;
- b) Criar parcerias com cooperativas de catadores, promovendo inclusão social e reciclagem;
- c) Investir em tecnologias de varrição mecanizada e peneiramento de areia para manter praias e vias limpas, valorizando o turismo;
- d) Implementar programas de redução de resíduos plásticos, especialmente em áreas de grande fluxo turístico e praias.

- **Infraestrutura e prevenção ambiental:**

- a) Intensificar a limpeza preventiva das bocas de lobo e canais, reduzindo riscos de alagamentos;
- b) Incentivar soluções de economia circular, como compostagem de resíduos orgânicos em mercados e feiras;
- c) Ampliar sistemas de monitoramento ambiental para evitar poluição nas praias e no mar.

- **Educação e engajamento social:**

- a) Criar campanhas permanentes de conscientização para moradores e turistas, focadas no descarte correto e redução do lixo nas praias;
- b) Integrar programas de educação ambiental nas escolas municipais;
- c) Estimular a participação popular nos processos de revisão do Plano Diretor e nas decisões sobre gestão urbana.

V. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- **Integração do setor energético ao Plano Diretor:**

- a) Inserir diretrizes específicas sobre eficiência energética, geração distribuída (como painéis solares em empreendimentos públicos e privados) e redes inteligentes (smart grids);
- b) Prever zonas prioritárias para implantação de infraestrutura de energia limpa.

- **Gestão da demanda sazonal de energia:**

- a) Desenvolver programas de eficiência energética voltados ao setor hoteleiro, de eventos e imobiliário, para reduzir os picos no verão;
- b) Incentivar tarifas diferenciadas ou mecanismos de compensação que estimulem o consumo consciente em períodos de alta demanda.

- **Acesso universal e inclusão social:**

- a) Fortalecer campanhas para ampliar o alcance da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE);
- b) Implantar programas municipais de apoio a famílias em vulnerabilidade energética, garantindo dignidade e qualidade de vida.

- **Infraestrutura resiliente e segura:**

- a) Investir na modernização da rede elétrica para reduzir falhas durante picos de consumo;
- b) Elaborar planos de contingência para eventos climáticos extremos, alinhados à agenda de adaptação climática urbana;
- c) Estimular o uso de energias renováveis em equipamentos públicos e empreendimentos privados;
- d) Promover inovação e soluções inteligentes aplicadas à infraestrutura urbana (cidades inteligentes);
- e) Modernizar a iluminação pública com tecnologias de baixo consumo energético;
- f) Integrar eficiência energética ao planejamento de mobilidade e edificações.

5 SISTEMA VIÁRIO MOBILIDADE E TRANSPORTE (VIVIAN E NANJI)

5.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA

A Lei Complementar nº 42/2019, que institui o Plano de Mobilidade Urbana de Balneário Camboriú – PlanMob/BC, representa um importante instrumento de planejamento urbano, alinhado à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012) e à Lei de Acessibilidade (Lei Federal nº 10.098/2000), bem como ao Plano Diretor Municipal (Lei Municipal nº 2.686/2006).

O PlanMob/BC foi criado com o objetivo de qualificar a mobilidade urbana no município, por meio da definição de diretrizes, ações, instrumentos e metas que garantam deslocamentos eficientes, seguros, sustentáveis e acessíveis. Visa responder às necessidades atuais e futuras da população, assegurando acessibilidade universal, conectividade territorial e efetividade na circulação urbana.

A estrutura do plano articula três pilares principais: princípios, diretrizes e objetivos, os quais se complementam e reforçam mutuamente.

O Art. 3º trata em seus incisos, os fundamentos ético-políticos da mobilidade urbana a partir dos seguintes princípios:

- Acessibilidade universal (I) e segurança nos deslocamentos (VI) garantem que todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida, possam usufruir do espaço urbano de forma autônoma e segura;
- Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte urbano (III e VIII) e justa distribuição de benefícios e ônus (VII) buscam corrigir desigualdades socioespaciais;
- Eficiência, eficácia e efetividade dos serviços de transporte público e circulação urbana (IV e IX) estão presentes como base técnica e operacional da mobilidade urbana;
- Gestão democrática e controle social do planejamento (V) asseguram transparência e participação da sociedade civil;
- Desenvolvimento sustentável do município (II) considerando o tripé social, ambiental e econômico.

O Art. 4º traz em seus incisos, as diretrizes e estratégias de ação para o desenvolvimento sustentável da mobilidade:

- A priorização do transporte não motorizado (I) e do transporte coletivo (II) reforça os princípios de equidade, sustentabilidade e segurança;
- A integração entre modos e serviços de transporte urbano (III) e a migração dos usuários do transporte motorizado individual para o coletivo (VII) apontam para a eficiência e racionalidade no uso do sistema;
- A mitigação de custos socioambientais (IV) está diretamente vinculada ao princípio do desenvolvimento sustentável;
- A articulação regional e territorial entre municípios (V e VI) demonstra visão sistêmica e intermunicipal do desenvolvimento urbano integrado.

O Art. 5º traz em seus incisos, os seguintes objetivos como metas operacionais:

- A inversão de prioridades na matriz modal do município (I e IV), favorecendo pedestres, ciclistas e transporte público, é uma materialização concreta das diretrizes e princípios;
- A valorização de planos diretores temáticos (VIII a X), como o Plano Diretor Cicloviário e de Calçadas, assegura a qualificação contínua da infraestrutura;
- A redução do transporte individual motorizado (IV) está alinhada a maior eficiência, sustentabilidade e qualidade de vida das pessoas;
- A promoção de programas educativos e a valorização do uso dos meios de transporte público (VI) reforça a participação e conscientização social;
- A implantação de terminais turísticos e de integração do transporte público, junto a melhorias na infraestrutura viária (XII e XIII) contribui para a fluidez e segurança nos deslocamentos.

O Art. 6º tem como base a efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com foco na organização e coordenação dos meios de transporte, serviços e infraestrutura, visando garantir o deslocamento eficiente de pessoas e bens em todo o território municipal. Para isso, são consideradas as suas vocações e peculiaridades locais, com ênfase especial nos seguintes aspectos:

- I - Circulação de pedestres;
- II - Serviços de transporte cicloviário;
- III - Serviços de transporte coletivo;
- IV - Transporte motorizado individual;
- V - Transporte de mercadorias;

VII - Turismo;

VIII - Polos geradores de tráfego; e

IX - Governança e gestão.

O PlanMob/BC se configura como uma ferramenta integradora de políticas públicas urbanas, ao articular princípios orientadores, diretrizes de planejamento e objetivos estratégicos. Seu propósito central é promover uma cidade mais inclusiva, acessível, sustentável e conectada, por meio de uma governança participativa e da adoção de soluções multimodais de transporte, alinhadas ao desenvolvimento urbano integrado e à melhoria da qualidade de vida da população.

Conforme informações levantadas no diagnóstico do PlanoMob/SC (2019a), a frota de veículos no município, em 2017, era de 88.771 veículos. Considerando a população de 135.268 habitantes estimada pelo IBGE para o mesmo ano, o índice de motorização de Balneário Camboriú correspondia a aproximadamente 0,66 veículos por habitante.

De acordo com o Censo Demográfico 2022, Balneário Camboriú registrou 139.155 habitantes — um aumento de cerca de 28,7% em relação ao Censo de 2010 e uma estimativa populacional para 2025 de aproximadamente 151.674 habitantes.

Segundo dados fornecidos no Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, realizado pela Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito (2022), no que se refere à frota de veículos, estima-se que, partindo de 97.078 unidades em 2020, o município conte atualmente com cerca de 112 mil veículos em circulação, considerando-se o crescimento anual médio de 3%. Dessa forma, o número de veículos circulando na cidade subiu de 88.771 para 112.000 – um acréscimo de 23.229 automóveis registrados. Essa composição estimada permanece em torno de 71% para veículos leves, 25% para motos e 4% para veículos pesados.

Esses indicadores refletem tanto o constante crescimento populacional quanto a intensificação do uso de veículos individuais em um ambiente urbano altamente verticalizado e com forte atividade turística, o que impõe desafios à mobilidade, demanda por infraestrutura de transporte e pela acessibilidade nas áreas centrais.

5.1.2 Circulação de pedestres e acessibilidade física

5.1.3 Sistema cicloviário, micromobilidade urbana e outros modos de transporte não motorizados

5.1.4 Sistema de Transporte Público Coletivo Intramunicipal e intermunicipal

5.1.5 Transporte de mercadorias (cargas e serviços)

5.1.6 Polos geradores de tráfego

5.1.7 Integração entre os modais de transporte

5.2 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS

6 ASPECTOS SOCIAIS

6.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA

Conforme a Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, consideram-se equipamentos comunitários os bens públicos destinados a prover serviços urbanos essenciais e a assegurar melhores condições de vida à população. Entre eles destacam-se: unidades de saúde, estabelecimentos de educação (escolas e creches), equipamentos de assistência social, segurança pública, esporte, cultura e lazer.

De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), os serviços urbanos integram o direito à cidade sustentável e devem ser prestados de forma adequada, eficiente e contínua. Assim, ao se destinar uma área para fins residenciais, é imprescindível considerar a demanda da população pelos serviços urbanos, dimensionando a capacidade de atendimento e o porte adequado dos equipamentos públicos a serem implantados, priorizando o acesso por transporte coletivo e por modos ativos de deslocamento.

Outra questão importante refere-se à época de implantação dos serviços urbanos. A infraestrutura urbana, por seu caráter físico, é construída na sua totalidade, salvo exceções em processos informais de moradia. Já os serviços urbanos, muitas vezes são reivindicados e implantados posteriormente. A necessidade da proximidade desses serviços em relação à habitação está diretamente relacionada à frequência de uso e ao perfil etário da população, quanto mais utilizado, mais próximo deve estar.

No livro Cidades para Pessoas (2013), o arquiteto urbanista Jan Gehl enfatiza que o planejamento urbano deve ser orientado para a escala humana, priorizando a mobilidade a pé e garantindo acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos. Segundo o autor, os deslocamentos cotidianos até postos de saúde, escolas, praças e outros equipamentos essenciais não devem ser vistos apenas como trajetos funcionais, mas como parte da experiência da vida urbana.

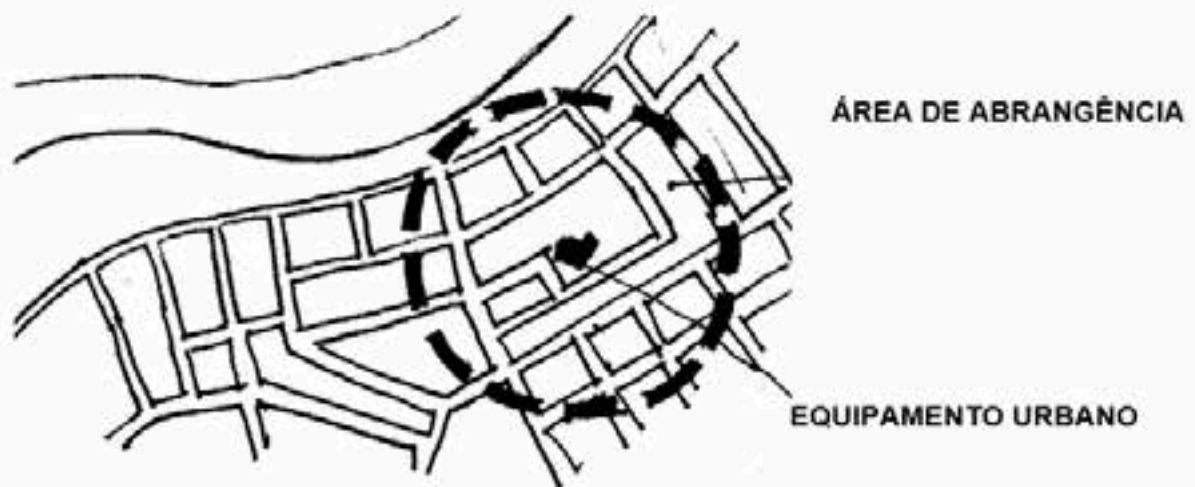
Para isso, é fundamental assegurar distâncias caminháveis - aproximadamente 300 a 500 metros, e oferecer percursos seguros, confortáveis e atrativos. Gehl destaca que a qualidade dos espaços públicos influencia diretamente

a vitalidade urbana, pois trajetos bem estruturados estimulam a convivência, promovem hábitos de vida mais saudáveis e fortalecem os laços comunitários.

Além disso, ao aproximar moradia, serviços e áreas de lazer, o desenho urbano torna-se mais inclusivo e equitativo, possibilitando que diferentes grupos sociais tenham acesso a direitos básicos sem depender do transporte motorizado. Dessa forma, a defesa de cidades mais caminháveis apresentada por Gehl contribui para a consolidação de um modelo urbano que valoriza tanto a saúde e o bem-estar da população quanto a sustentabilidade do território.

No entanto, estes parâmetros de deslocamento precisam ser adaptados à realidade das cidades brasileiras. Embora alguns valores possam parecer inadequados, eles servem de referência analítica para orientar a escolha, dimensionamento e localização dos serviços urbanos verificando a proximidade em relação às áreas residenciais e sua área de abrangência (Figura 23).

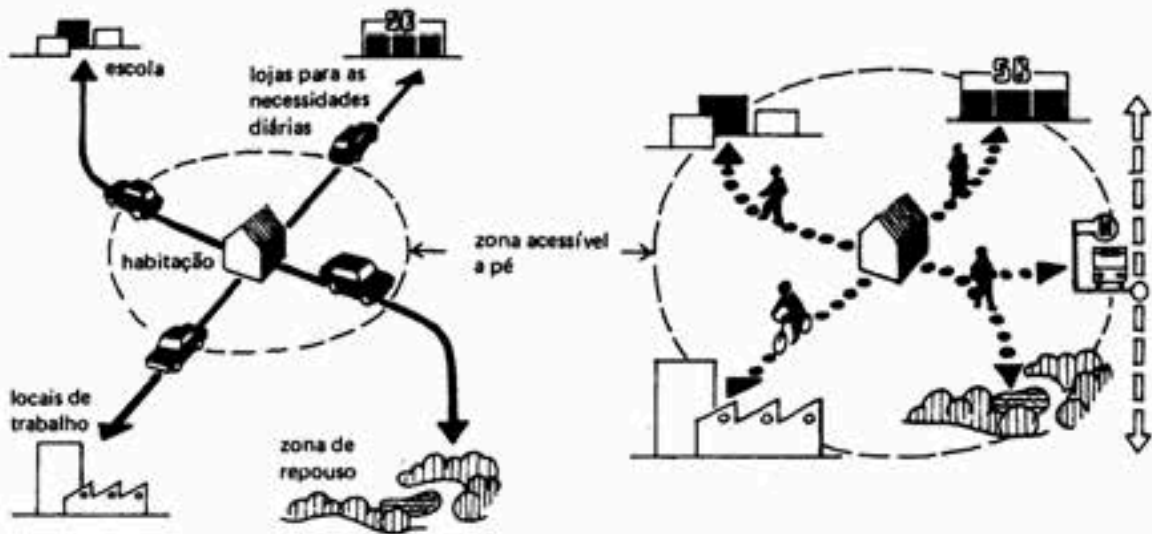
Figura 23 – Equipamento urbano vs. raio de Abrangência



Fonte: Prinz, 1980.

Os deslocamentos entre habitação, serviços urbanos e comércio de abastecimento, devem ser os menores possíveis, contribuindo para reduzir os fluxos de veículos nas ruas e favorecer o deslocamento por pedestres ou outros meios de mobilidade ativa (Figura 24).

Figura 24 – Equipamento urbano vs. área de deslocamento a pé



Fonte: Prinz, 1980.

Sobretudo, considerando as pesquisas de Jan Gehl, o tempo de deslocamento a pé depende da velocidade média da caminhada. Em estudos de mobilidade urbana, adota-se entre 4 km/h e 5 km/h como referência, conforme Tabela 23.

Tabela 23 – Tempo do percurso de deslocamento a pé

Distância	Tempo a pé (4 km/h) - Verão	Tempo a pé (5 km/h) - Inverno
300 m	~4 min 30 s	~3 min 30 s
500 m	~7 min 30 s	~6 min
800 m	~12 min	~10 min
1.000 m (1 km)	~15 min	~12 min
1.600 m (1,6 km)	~24 min	~19 min
2.000 m (2 km)	~30 min	~24 min

Fonte: Gehl, 2013 (com complementação FEPESE, 2025).

Segundo Gehl (2013), em média, a velocidade de caminhada no verão é de 14,2 min/km, equivalente a 4,2 km/h, enquanto no inverno é de 10,3 min/km, correspondendo a 5,8 km/h.

A velocidade do tráfego de pessoas num dia frio é 35% mais rápida do que num dia bom de verão. No verão, há muitos pedestres passeando e desfrutando desse processo, enquanto o tráfego de pedestres no inverno é bem mais objetivo. Quando está frio, as pessoas caminham para aquecer-se (GEHL, 2013).

Desta forma serão adotados para as análises dos raios de abrangência dos equipamentos urbanos no município de Balneário Camboriú, os seguintes parâmetros:

- Raio de 800m: deslocamentos até escolas de ensino infantil e fundamental, unidades de saúde, assistência social, praças e equipamentos de lazer;
- Raio de 1600m: deslocamentos até escolas de ensino médio;
- Raio de 2000m: deslocamentos até hospitais e serviços de segurança pública.

No contexto apresentado, serão analisados como estão distribuídos no município os equipamentos públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, esportes, lazer, espaços públicos e segurança pública, considerando sua localização nos bairros, a área de abrangência e possíveis deficiências a serem avaliadas na nova revisão do Plano Diretor Municipal.

6.1.1 Educação

Estamos no segundo quarto do século XXI, em um cenário marcado por transformações profundas e aceleradas, com condicionantes muito distintos daqueles vivenciados no século XX. Entre essas mudanças, destaca-se uma variável estratégica: o avanço exponencial da Inteligência Artificial (IA), que redefine paradigmas sociais, econômicos e educacionais.

Neste novo contexto, a educação assume papel central na construção de uma sociedade resiliente, inovadora e inclusiva. Os alunos da atualidade precisam estar preparados não apenas para absorver conteúdos, mas para debater, criar e estabelecer conexões críticas entre fatos e dados oriundos de múltiplas fontes. Mais do que informação, é necessário desenvolver pensamento crítico, argumentação lógica, capacidade analítica e espírito inovador — competências essenciais em um mundo em constante transformação.

As novas gerações, nativas digitais, crescem imersas nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Isso exige uma formação que vá além do domínio das disciplinas tradicionais, abrangendo também o fortalecimento de competências socioemocionais, valores éticos, habilidades de convivência e o preparo para atuar como cidadãos ativos e empreendedores potenciais.

Nesse panorama, a estratégia educacional de Balneário Camboriú sendo orientada por indicadores e informações estratégicas, irá revelar tanto os avanços quanto os desafios a superar. Reconhecendo que o território congrega múltiplas gerações e origens, conectadas ao ambiente sociocultural da cidade. Sendo essencial prepará-las para os desafios do presente e as oportunidades do futuro, em uma sociedade cada vez mais interconectada, exigente e orientada por inovação.

6.1.1.1 Indicadores Gerais

a) IDHM Educação

A análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM Educação de Balneário Camboriú entre 1991 e 2010 evidencia uma evolução robusta, com o índice saltando de 0,452 para 0,789 — uma variação de +74,56%, refletindo avanços significativos no acesso à instrução e formação de capital humano, impulsionados por investimentos locais em educação formal e superior, que posicionam o município como hub atrativo para inovação e empreendedorismo juvenil e maduro.

Tabela 24 – IDHM Educação

IDHM Educação				
COMPARATIVO	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000	IDHM Educação 2010	Variação %
Brasil	0,279	0,456	0,637	128,32%
Santa Catarina	0,329	0,526	0,697	111,85%
Balneário Camboriú	0,452	0,668	0,789	74,56%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

A análise do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM Educação de Balneário Camboriú entre 2013 e 2023 demonstra uma evolução consistente e positiva, com o índice avançando de 0,6473 para 0,7722 — uma variação de +19,30% —, refletindo melhorias na qualidade da educação, formação técnica e acesso ao ensino superior, que fortalecem o capital humano local.

Tabela 25 – IFDM Educação

IFDM Educação				
Município	IFDM - 2013	IFDM - 2018	IFDM - 2023	Variação %
Balneário Camboriú	0,6473	0,6646	0,7722	19,30%

Fonte: FIRJAN, 2023.

c) IEGM Educação

A análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM Educação de Balneário Camboriú entre 2015 e 2023 revela uma trajetória volátil com declínio considerável de -41,57% (de 0,89 para 0,52), marcada por oscilações entre picos de excelência (0,89 em 2015) e quedas abruptas (0,56 em 2017 e 0,52 em 2023), contrastando com os avanços observados no IDHM Educação (+74,56% até 2010) e IFDM Educação (+19,30% até 2023), o que sinaliza deficiências na gestão, comprometendo o capital humano necessário para inovação e expondo riscos à atratividade para empreendedorismo.

Tabela 26 – IEGM Educação

IEGM Educação									
Municípios	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	Variação %
Balneário Camboriú	0,89	0,86	0,56	0,84	0,72	0,74	0,82	0,52	-41,57%

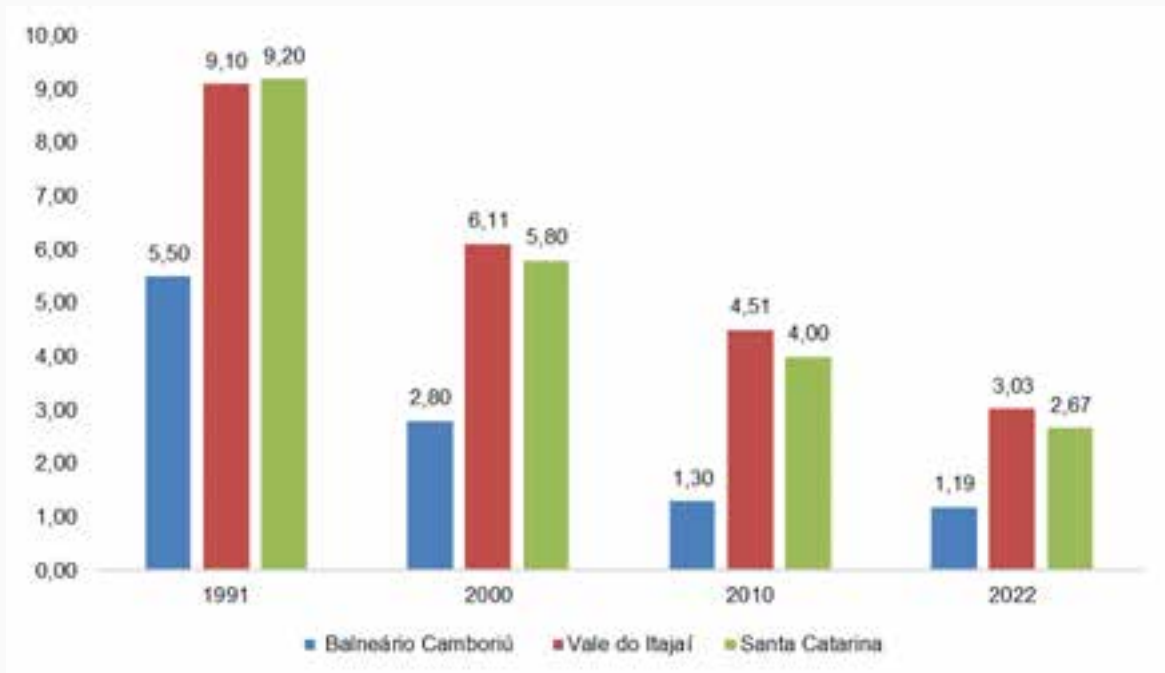
Fonte: TC/SC, 2023.

d) Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais

O desempenho educacional de Balneário Camboriú evidencia avanços significativos, embora ainda enfrente alguns desafios relacionados ao acesso, à permanência e à qualidade do ensino público. Conforme o gráfico a seguir, a taxa de

analfabetismo no município foi de apenas 1,19% em 2022, situando-se abaixo dos índices estadual e da mesorregião. Esse resultado reflete o elevado grau de escolarização básica da população local.

Gráfico 33 – Taxa de analfabetismo (%)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

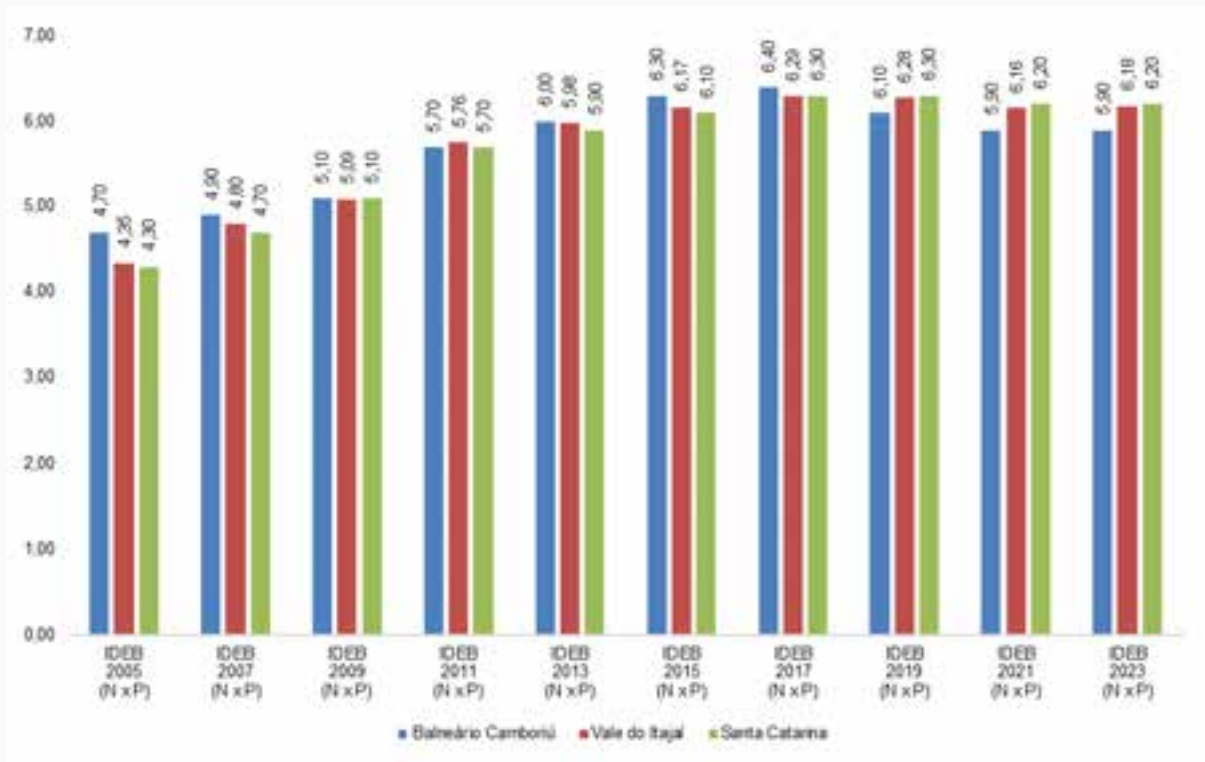
e) IDEB Educação

O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

O gráfico a seguir demonstra que o IDEB da rede pública nos anos iniciais do ensino fundamental está abaixo das médias estadual e regional, evidenciando desafios relacionados à qualidade do ensino ofertado. Além disso, observa-se uma queda em relação ao índice registrado no ano anterior.

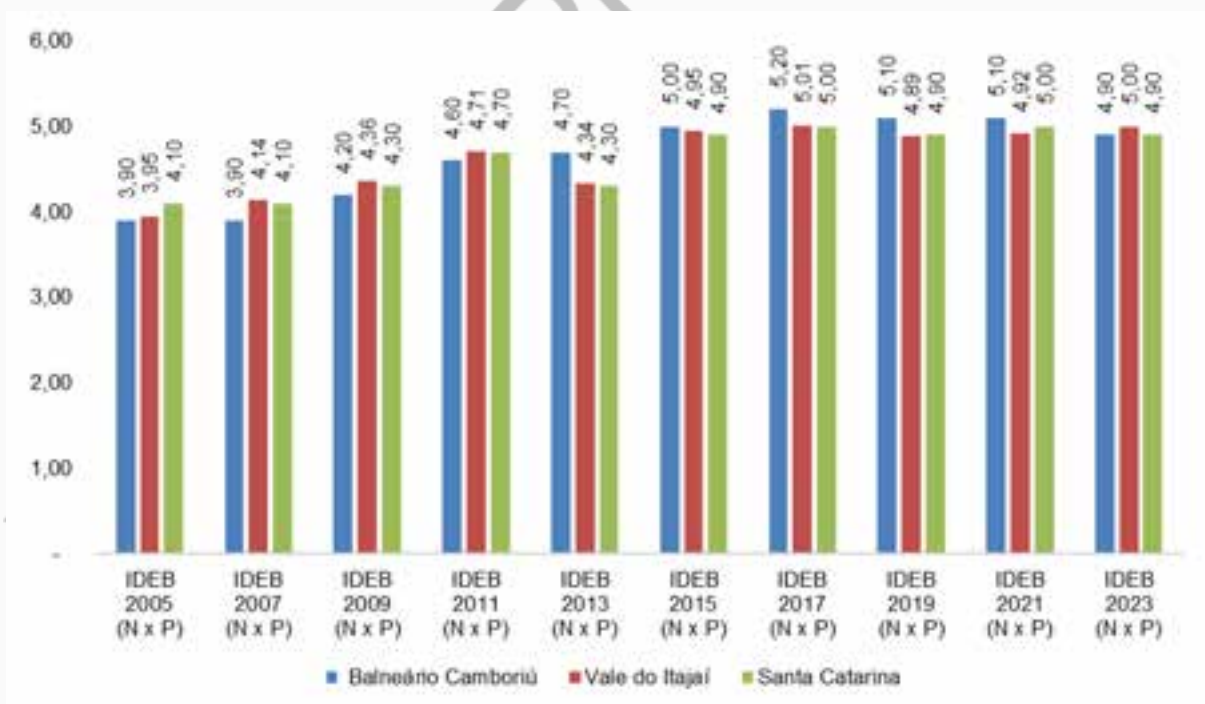
Nos anos finais do ensino fundamental, o IDEB mantém-se em um patamar próximo ao da média estadual, porém com uma leve queda, indicando a necessidade de políticas específicas de reforço escolar.

Gráfico 34 – IDEB Anos iniciais - Rede Pública



Fonte: INEP, 2023.

Gráfico 35 – IDEB Anos finais - Rede Pública



Fonte: INEP, 2023.

As taxas de aprovação (Gráfico 36 e Gráfico 37) revelam importante diferença entre os níveis de ensino. No Ensino Fundamental, a taxa de aprovação da rede pública está em média de 93,9% entre 2013 e 2023, demonstrando estabilidade e bom desempenho ao longo dos últimos anos.

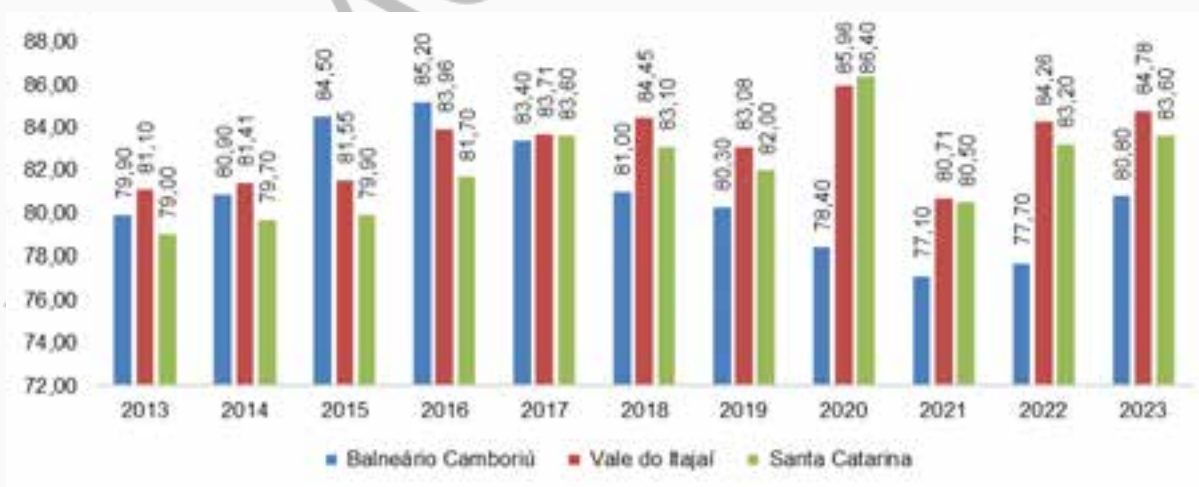
No Ensino Médio, observa-se uma taxa significativamente menor, com valores abaixo de 85%. Essa diferença aponta para desafios no acompanhamento pedagógico dos estudantes no Ensino Médio, indicando a necessidade de políticas específicas de reforço, apoio psicopedagógico e combate à evasão escolar nessa etapa.

Gráfico 36 – Taxa de aprovação Ensino Fundamental



Fonte: INEP, 2023.

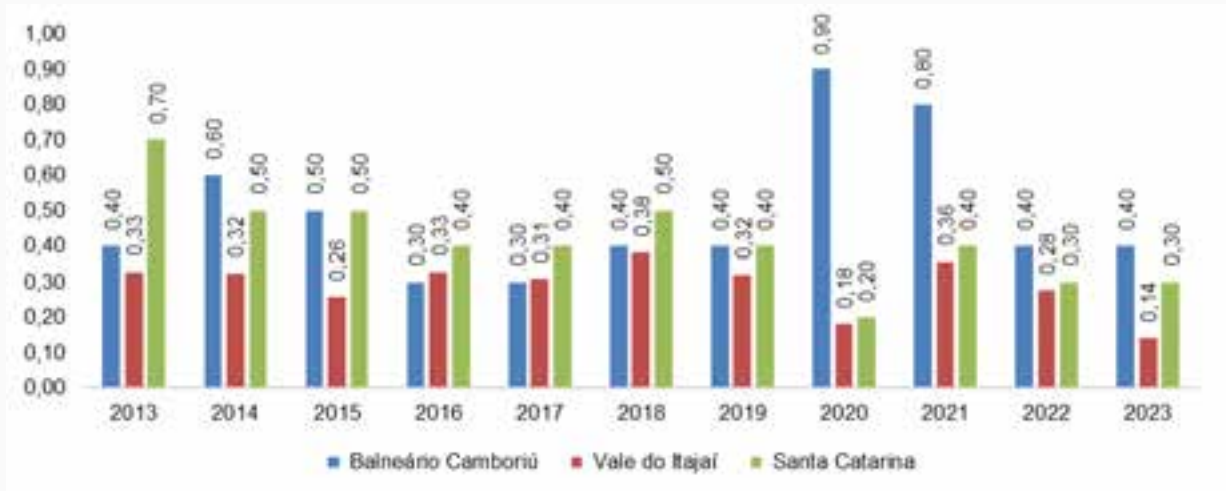
Gráfico 37 – Taxa de aprovação Ensino Médio



Fonte: INEP, 2023.

Em Balneário Camboriú, a taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental em 2023 foi de 0,40%, valor superior ao Vale do Itajaí (0,14%) e no Estado de Santa Catarina (0,30%), conforme mostrado no Gráfico 38.

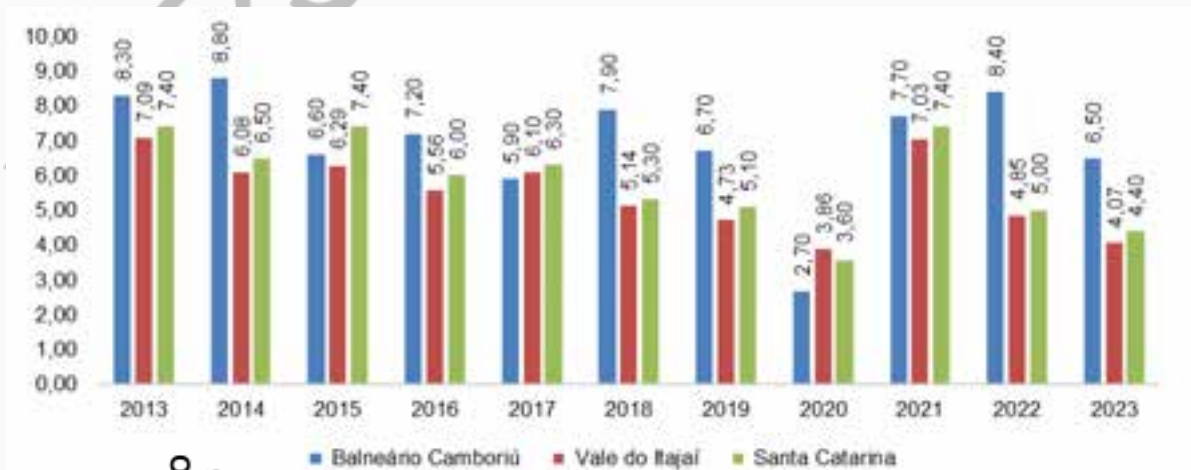
Gráfico 38 – Taxa de abandono escolar Ensino Fundamental



Fonte: INEP, 2023.

No Ensino Médio, a taxa de abandono em Balneário Camboriú apresentou desempenho favorável ao reduzir de 8,4% em 2022 para 6,5% em 2023. No entanto, o percentual registrado em 2023 ainda supera a média da mesorregião (4,07%) e o índice estadual (4,4%). Esses dados apontam avanços no enfrentamento da evasão escolar, mas também reforçam a necessidade de ações específicas voltadas à permanência dos estudantes no Ensino Médio.

Gráfico 39 – Taxa de abandono escolar Ensino Médio

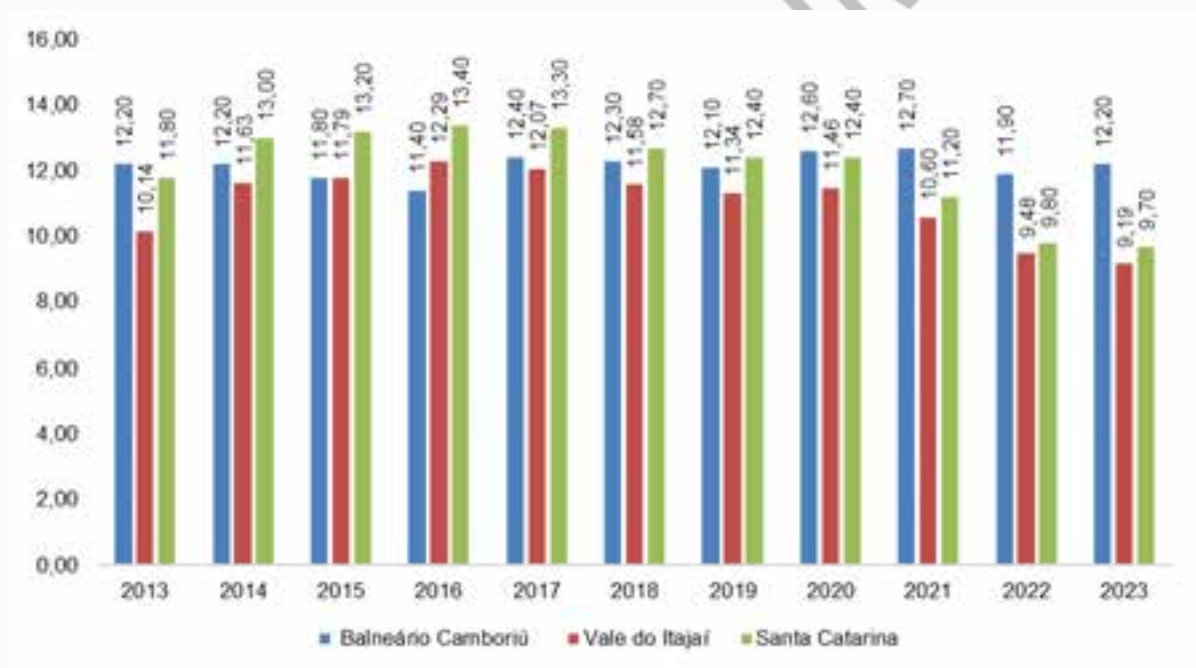


Fonte: INEP, 2023.

A análise da distorção idade-série evidencia que Balneário Camboriú apresenta índices persistentemente superiores aos registrados na mesorregião do Vale do Itajaí e no Estado de Santa Catarina, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

No Ensino Fundamental, a taxa de distorção idade-série do município se manteve acima das médias regional e estadual ao longo de toda a série histórica. Em 2023, por exemplo, Balneário Camboriú registrou 12,2%, enquanto o Vale do Itajaí ficou em 9,19% e o Estado em 9,7%. Isso indica que uma parcela relevante dos alunos cursa anos escolares incompatíveis com a idade esperada, reflexo de reprovações ou ingresso tardio no sistema educacional.

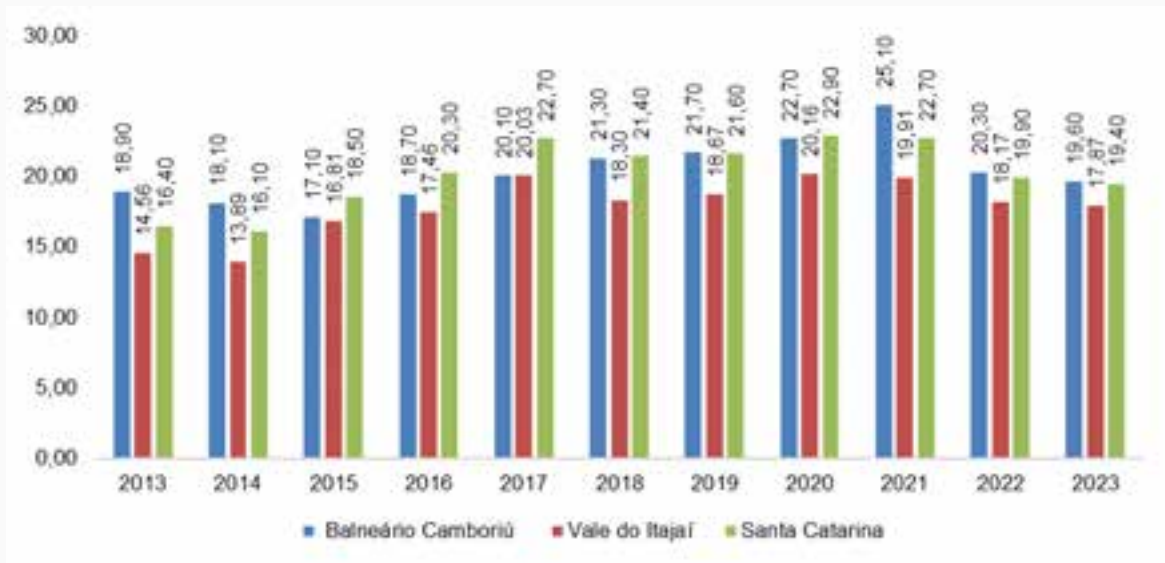
Gráfico 40 – Taxa distorção idade série Ensino Fundamental



Fonte: INEP, 2023.

A situação é similar no Ensino Médio, onde os índices de Balneário Camboriú superam patamares regionais e estaduais. Em 2023, a taxa municipal foi de 19,6%, frente a 17,87% na mesorregião e 19,4% no estado. Ao longo dos anos, observa-se que o município chegou a apresentar taxas superiores a 25% (em 2021), sinalizando dificuldades persistentes em manter o fluxo escolar adequado nessa etapa.

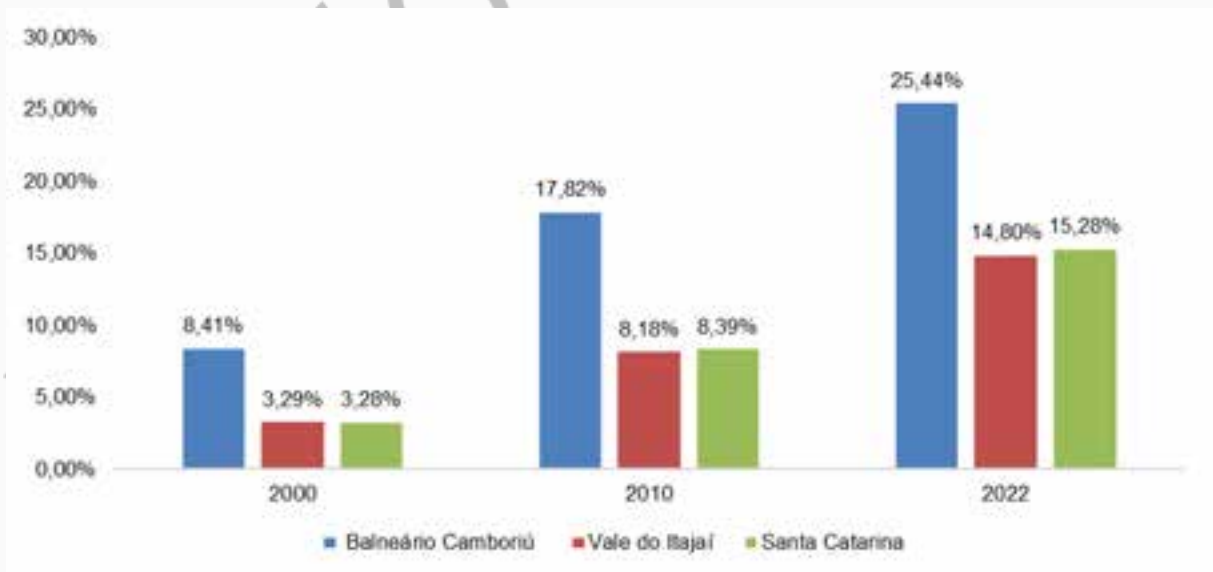
Gráfico 41 – Taxa distorção idade série Ensino Médio



Fonte: INEP, 2023.

Outro dado relevante, é a proporção da população com Ensino Superior completo, que em Balneário Camboriú supera os percentuais da mesorregião e do Estado. Esse indicador destaca o perfil educacionalmente qualificado da população local e reforça o potencial do município para desenvolver setores econômicos baseados em conhecimento e inovação.

Gráfico 42 – Proporção da população com ensino superior



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2022.

Dado da contextualização apresentada sobre os indicadores de qualidade em educação e com base em informações complementares obtidas por

meio de entrevistas e pesquisas, foram identificadas variáveis relevantes para a análise do setor educacional de Balneário Camboriú, as quais apontam para a necessidade de preparar os chamados “nativos digitais” para o desenvolvimento de competências críticas, socioemocionais e empreendedoras. Os indicadores demonstram avanços históricos significativos, embora apresentem volatilidade nos últimos períodos, evidenciando a necessidade de estratégias de aprimoramento contínuo.

A análise setorial destaca forças estruturantes, como a presença de instituições de ensino superior, a atuação da APAE e a articulação entre redes públicas e privadas de ensino. No entanto, revela também fragilidades, principalmente no que se refere à inovação pedagógica e às condições de infraestrutura escolar. Nesse contexto, surgem oportunidades estratégicas relacionadas à implementação de abordagens como o STEM – metodologia interdisciplinar que integra ciência, tecnologia, engenharia e matemática –, bem como à criação de espaços maker e ao uso ampliado de tecnologias educacionais, capazes de promover a aprendizagem prática, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a inovação, formando cidadãos preparados para os desafios contemporâneos e futuros.

Ao mesmo tempo, identificam-se ameaças relacionadas à baixa competitividade da qualidade educacional e à persistência de lacunas no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A incorporação da Inteligência Artificial (IA) ao sistema educacional surge como vetor essencial de transformação, ampliando a capacidade de fomentar o empreendedorismo e a formação integral dos estudantes.

Todavia, a implementação efetiva dessas estratégias ainda enfrenta limitações orçamentárias e exige o fortalecimento de uma governança colaborativa, capaz de articular diferentes atores e níveis de gestão. Essa governança torna-se fundamental para promover equidade educacional em um território caracterizado pela presença de múltiplas gerações e por demandas crescentes em termos de inclusão, inovação e competitividade social.

6.1.1.2 Equipamentos de Educação

De acordo com a Secretaria de Educação de Balneário Camboriú, o município dispõe de uma rede de ensino composta por 17 Centros de Educação Municipal – CEM (Quadro 5 e Figura 25), tendo atualmente 11.055 alunos matriculados. Nesse cenário, tem destaque o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, responsável pela oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com 173 alunos. Além dessas unidades, existem 27 Núcleos de Educação Infantil – NEI (Quadro 6 e Figura 26), destinados ao atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, assegurando o direito à educação na etapa da pré-escola, onde estão matriculados 4.514 alunos.

Devido a carência de vagas para Educação Infantil na rede municipal de ensino e com o objetivo de suprir a demanda, o município adotou a contratação de vagas na rede particular de ensino, onde há um total de 939 alunos nessa modalidade atualmente (dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação).

Ainda de acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação, estão sendo desenvolvidos os seguintes Projetos/Obras no âmbito da educação municipal:

- Novo NEI Ariribá - 300 vagas integral 0 a 3 anos (previsão entrega da obra 2027);
- Reconstrução do CIEP - 1200 vagas integral ensino fundamental (previsão entrega obra 2027);
- Ampliação do CEM Nova Esperança (em fase de projeto);
- Previsão de ofertar mais 540 vagas para o ensino fundamental em 2026 (se houver cedência de um prédio estadual, localizado na região Norte da cidade)

O Plano Municipal de Educação (2015-2025), criado pela Lei nº 3.862/2015 foi estruturado em concordância com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº 13.005/2014. Todas as metas e estratégias do plano foram desenvolvidas para que haja a oferta de educação de qualidade, tecnologia, inovação e empreendedorismo (PMBC-SE, 2025).

Dentre as estratégias contidas no plano, as equipes de educação desenvolvem nas instituições escolares do ensino regular, o Programa de Inclusão para pessoas com deficiência, que prevê a adaptação dos meios físicos e a capacitação dos profissionais da educação, garantindo o desenvolvimento do potencial cognitivo, emocional e social dos estudantes (PMBC, 2015).

Quadro 5 – Centro de Educação Municipal

Nome	Endereço
CAIC Ayrton Senna da Silva	Rua Angelina, s/n°, Bairro dos Municípios
CEJA Deputado Douel de Andrade	Rua 3020, n°160, Centro
CEM Alfredo Domingos da Silva	Av. Hermógenes Assis Feijó, s/n°, Bairro São Judas Tadeu
CEM Ariribá	Av. dos Tucanos, n°60, Bairro Ariribá
CEM Dona Lila	Rua Vereador Domingos Fonseca, s/n°, Estaleiro
CEM Dona Lili	Rua Fermino Taveira Cruz, n°219, Bairro da Barra
CEM Giovania de Almeida	Rua Higino João Pio, n°324, Estaleirinho
CEM Governador Ivo Silveira	Av. Santa Catarina, n°637, Bairro dos Estados
CEM Jardim Iate Clube	Rua Dom Henrique, n°903, Bairro Jardim Iate Clube
CEM Presidente Médici	Rua Paraguai, n°1005, Bairro das Nações
CEM Professor Antônio Lúcio	Rua Itália, n°977, Bairro das Nações
CEM Professor Armando Cesar Ghislandi	Rua Dom Diniz, n°450, Bairro Vila Real
CEM Nova Esperança	Rua José Honorato Silva, s/n°, Bairro Nova Esperança
CEM Taquaras	Av. Rodesindo Pavan, n°1048, Taquaras
CEM Tomaz Francisco Garcia	Rua Biguaçu, n°841, Bairro dos Municípios
CEM Vereador Santa	Rua 2328, s/n°, Centro
Polo de Atendimento Especializado em Altas Habilidades e Superdotação - AHSD	Rua 2400, n°730, Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Figura 25 – Mapa de Equipamentos de Educação - Ensino Fundamental



Fonte: FEPESE, 2025.

Quadro 6 – Núcleos de Educação Infantil

(continua)

Nome	Endereço
NEI Anjo da Guarda	Rua Dom Diniz, n°350, Bairro Vila Real
NEI Ariribá	Rua Maracanã n°198, Bairro Ariribá
NEI Bom Sucesso	Rua Maria Joaquina Correa, n°307, Bairro da Barra
NEI Brilho do Sol	Av. Rodesindo Pavan, n°3929, Estaleiro
NEI Carrossel	Rua Grécia, n°205, Bairro das Nações
NEI Criança Esperança	Rua Isaias Serrão, n°76, Bairro Nova Esperança
NEI Cristo Luz	Rua 5ª Avenida, n°137, Bairro Vila Real
NEI Estaleirinho	Rua Higinio João Pio, n°124, Bairro Estaleirinho
NEI Iate Clube	Rua Dom Rodrigo, s/n°, Bairro Jardim Iate Clube
NEI Meu Primeiro Passo	Rua Síria, n°756, Bairro das Nações
NEI Dona Maria Francisco Siqueira	Rua José Borges Siqueira, n°360, Bairro Nova Esperança
NEI Nova Educação	Rua Angelina, n°598, Bairro dos Municípios

NEI Novo Tempo	Rua Pernambuco, nº500, Bairro dos Estados
NEI Professora Odácia Tereza Damácio	Rua Jardim da Saudade, s/nº, Bairro da Barra
NEI Pão e Mel	Rua Dom Abelardo, nº598, Bairro Vila Real

Quadro 6 – Núcleos de Educação Infantil

(conclusão)

Nome	Endereço
NEI Meu Pequeno Mundo	Rua Juvêncio Delfino da Silva, nº301, Bairro Nova Esperança
NEI Pequeno Navegador	Rua Dom Fradique, nº100, Bairro Jardim Iate Clube
NEI Pioneiros	Rua Alípio Evilásio Meirinho, Bairro dos Pioneiros
NEI Recanto dos Passarinhos	Rua México, nº1450, Bairro das Nações
NEI Rio das Ostras	Rua Pedro Pinto Felipe, nº232, Bairro São Judas Tadeu
NEI Santa Clara	Rua Bom Retiro, nº585, Bairro dos Municípios
NEI Santa Inês	Rua Angelina, nº598, Bairro dos Municípios
NEI São Judas	Rua Maria Mansoto, nº70, Bairro São Judas Tadeu
NEI Sementes do Amanhã	Rua Angelina, nº595, Bairro dos Municípios
NEI Sonho de criança	Rua Itália, nº1001, Bairro das Nações
NEI Taquaras	Av. Rodesindo Pavan, s/nº, Taquaras
NEI Vovô Alécio	Av. dos Tucanos, nº290, Bairro Ariribá

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Figura 26 – Mapa de Equipamentos de Educação - Ensino Infantil



Fonte: FEPESE, 2025.

Os mapas apresentados na Figura 25 e Figura 26, ilustram a área de abrangência de cobertura das escolas de ensino fundamental e ensino infantil, considerando um raio de 800m, correspondente à distância média adequada para deslocamentos a pé ou por outros modais ativos. A análise espacial foi realizada com base na sobreposição dos raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em consideração as delimitações dos bairros.

A partir desses levantamentos, foi possível identificar alguns bairros que ainda não dispõem da oferta de equipamentos educacionais, sendo eles: Praia dos Amores, Varzea do Ranchinho, Centro, Jardim Parque Bandeirantes e Laranjeiras.

Entre esses, destaca-se o bairro Varzea do Ranchinho, que apresenta baixa ocupação urbana, concentrada principalmente nas proximidades da BR-101, em função da presença de áreas de preservação permanente nas morrarias. O bairro Laranjeiras, também apresenta baixa densidade residencial, com predomínio de estabelecimentos voltados à gastronomia, o teleférico e casas de veraneio.

Observa-se ainda que algumas áreas urbanizadas consolidadas ficaram fora da área de abrangência das creches e escolas nos bairros Ariribá, Praia dos Amores, Varzea do Ranchinho e Jardim Parque Bandeirantes. Esta deficiência na cobertura

territorial pode estar gerando maiores distâncias de deslocamento para os estudantes, exigindo o uso de transporte escolar, coletivo ou particular.

Para locais com maiores distâncias de deslocamento, o município disponibiliza o transporte escolar e ao analisar o mapa dos circuitos e linhas do transporte público coletivo, verifica-se que o sistema também atende a maior parte dos bairros de maneira eficiente, embora não alcance o bairro Praia dos Amores e uma porção de consolidação urbana do bairro Ariribá, situada próxima ao limite territorial com Itajaí.

Diante deste cenário, recomenda-se a realização de estudos técnicos específicos para identificar a capacidade atual dos espaços físicos das creches e escolas municipais e a demanda por novas vagas, com o objetivo de avaliar a viabilidade de ampliação das unidades existentes por meio da construção de novas salas de aula ou da implantação de novas instituições de ensino.

É importante destacar que no âmbito da educação infantil, o município supre atualmente a demanda agregando a contratação de cerca de 1.000 vagas na rede particular de ensino. No entanto é necessário estudar a viabilidade de manutenção dessas vagas a longo prazo e/ou implantação de novas unidades escolares de forma que se cumpra a obrigação municipal de atendimento a todos os municípios.

Além disso, é fundamental verificar a existência de terrenos públicos disponíveis em áreas urbanas já consolidadas que atualmente não contam com esses equipamentos, de modo a subsidiar planejamentos futuros de expansão da rede escolar municipal.

Complementarmente, o município mantém o Projeto Oficinas, desenvolvido no âmbito do Centro Educacional de Atendimentos de Contraturno – CEAC, que oferece atividades pedagógicas, culturais e esportivas como forma de ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e contribuir para sua formação integral.

Constitui-se em uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú voltada ao atendimento de crianças e adolescentes com idades entre 6 e 17 anos, oriundos tanto da rede pública quanto da rede particular de ensino.

O programa oferece, de maneira gratuita, uma ampla gama de oficinas extracurriculares, desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento, como artes,

idiomas, esportes e tecnologia, cada estudante pode frequentar até quatro oficinas simultaneamente, o que possibilita uma formação diversificada e complementar ao currículo regular.

A estrutura do CEAC é composta por diversos polos distribuídos pela cidade, entre os quais a sede localizada no Bairro dos Municípios, a unidade da Barra, os polos instalados na orla da Praia Central (voltados ao surf e às atividades de praia) e ainda espaços em CEMs, que recebem oficinas de banda e música. Além disso, há o Polo Angelina, situado no CAIC Ayrton Senna, destinado especialmente às oficinas de patinação.

Com 25 anos de existência em 2025, o CEAC consolidou-se como um espaço de promoção da cidadania e do desenvolvimento integral dos estudantes, atendendo mais de 900 alunos anualmente e realizando cerca de 2.000 atendimentos. Ao longo do ano letivo, o programa organiza festivais, mostras de robótica, recitais, apresentações de dança e música, entre outras atividades culturais que reforçam o caráter formativo e inclusivo do projeto.

O reconhecimento institucional do CEAC é significativo, uma vez que a iniciativa é credenciada como Escola Associada à UNESCO (PEA), o que possibilita sua integração a programas internacionais e o acesso a materiais pedagógicos diferenciados.

O município dispõe, ainda, de unidades escolares da rede estadual que oferecem vagas para os níveis de ensino fundamental e médio, além de contar com um CEJA, destinado a atender estudantes que não concluíram a escolarização na idade regular e algumas vagas de educação especial, totalizando 3.857 alunos.

Quadro 7 – Escolas estaduais em Balneário Camboriú

Nome	Endereço
EEB Professor Laureano Pacheco	Rua Julieta Lins, nº685, Bairro Pioneiros
EEB Ruizélio Cabral	Rua José Honorato da Silva, nº32, Bairro Nova Esperança
EEB Presidente João Goulart	Rua 1500, nº640, Centro
EEB Professora Francisca Alves Gevaerd	Rua Nagib Correia, nº55, Bairro da Barra
EEB Professora Maria da Glória Pereira	Rua 3450, nº367, Centro
EEB Higino João Pio	Rua Madagascar, nº120, Bairro das Nações

CEJA

Rua Julieta Lins, nº685, Bairro Pioneiros

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Figura 27 – Mapa de Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio



Fonte: FEPESE, 2025.

O mapa apresentado na Figura 27 ilustra os raios de abrangência de cobertura das escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual, considerando um raio de 1600m, correspondente à distância média adequada para deslocamentos a pé ou por outros modais ativos. A análise espacial foi realizada com base na sobreposição dos raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em consideração as delimitações dos bairros.

O município possui 6 escolas estaduais com cobertura total sobre as áreas de maior adensamento. Os bairros Praia dos Amores, Varzea do Ranchinho, parte da área urbanizada de Ariribá, Dos Pioneiros, Dos Municípios, Laranjeiras, Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho não possuem cobertura, desta forma, necessitam do uso de transporte escolar, coletivo ou particular.

Para locais com maiores distâncias de deslocamento, o município disponibiliza o transporte escolar e o transporte público coletivo gratuito. O transporte público não atende apenas o bairro Praia dos Amores e uma porção de consolidação urbana do bairro Ariribá, situada próxima ao limite territorial com Itajaí.

Diante deste cenário, recomenda-se a realização de estudos técnicos específicos para identificar a capacidade atual dos espaços físicos das escolas estaduais e a demanda por novas vagas, com o objetivo de avaliar a viabilidade de ampliação das unidades existentes por meio da construção de novas salas de aula ou da implantação de novas instituições de ensino.

Além disso, é fundamental verificar a existência de terrenos públicos disponíveis em áreas urbanas já consolidadas que atualmente não contam com esses equipamentos, de modo a subsidiar planejamentos futuros de expansão da rede escolar estadual.

Já em relação a disponibilidade de instituições de ensino superior, o município está bem atendido, compreendendo universidades e centros universitários que contribuem significativamente para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico local.

Entre elas, destacam-se: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), instituição comunitária que oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão; Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI), que disponibiliza cursos de graduação como Ciências Econômicas e Administração; Centro Universitário Avantis (UNIAVAN), com atuação nas áreas de saúde, engenharia, negócios e design; e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que oferta cursos técnicos e superiores gratuitos, a exemplo de Gestão Ambiental, Hotelaria e Técnico em Edificações, dentre outros.

Adicionalmente, o Município conta com polos de ensino superior na modalidade de Educação a Distância – EAD, como os mantidos pela Unopar, UniCesumar e outras instituições credenciadas, os quais ampliam o acesso à educação e diversificam a oferta de cursos superiores.

As instituições de ensino superior exercem papel estratégico no ordenamento territorial e no desenvolvimento urbano, ao promoverem a qualificação da mão de obra, a geração de conhecimento e inovação, e ao influenciarem a dinâmica urbana por meio da atração de população estudantil, da criação de demanda por habitação estudantil, transporte público, serviços e infraestrutura urbana correlata.

Em síntese, a análise da cobertura territorial das escolas municipais de ensino infantil e fundamental evidencia a necessidade de incorporar, no processo de revisão do Plano Diretor, estratégias que garantam a universalização do acesso à educação básica de forma equitativa e territorialmente justa. Alinhadas aos princípios do Estatuto da Cidade – especialmente no que se refere à função social da cidade e da propriedade, ao direito à educação e ao ordenamento do uso do solo para atender ao interesse coletivo – essas estratégias devem orientar o

planejamento urbano no sentido de reduzir desigualdades socioespaciais e ampliar a oferta de equipamentos públicos essenciais.

Ao mesmo tempo, a implementação de ações voltadas à expansão e qualificação da rede escolar contribui diretamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), promovendo uma cidade mais inclusiva, acessível e comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento humano da população.

1.1.2 Saúde

O município de Balneário Camboriú estrutura sua política de saúde por meio da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, orientados pelo Plano Municipal de Saúde (2022–2025). A temática “saúde com longevidade” é central para o desenvolvimento local, promovendo uma abordagem que vai além do tratamento convencional, com foco na prevenção e na criação de ambientes saudáveis em escolas, locais de trabalho, residências e espaços públicos.

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) conta com equipes atuando nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), enquanto o Programa Academia da Saúde (PAS) incentiva práticas de atividade física e socialização, especialmente voltadas para adultos e idosos, contribuindo significativamente para o bem-estar e a promoção da saúde comunitária.

A prevenção é tratada como prioridade, visando elevar os níveis de saúde da população e reduzir os custos operacionais, que são significativamente menores em comparação aos gastos com tratamentos de recuperação. Nesse contexto, a Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030), proposta pela Organização Mundial da Saúde, reforça a importância de ambientes amigáveis ao idoso, do cuidado integrado centrado na pessoa e do acesso a cuidados de longo prazo com qualidade.

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios, como a necessidade de maior integração entre os serviços e a garantia de um envelhecimento digno. A implementação de ações alinhadas ao compromisso com a saúde para todos exige

mudanças estruturais e culturais que favoreçam a longevidade e a qualidade de vida no município.

6.1.1.3 Indicadores Gerais

a) IDHM Longevidade

A análise do Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM Longevidade de Balneário Camboriú entre 1991 e 2010 revela uma evolução positiva de +19,04% (de 0,751 para 0,894), superando a média estadual de Santa Catarina (+14,21%, de 0,753 para 0,860) e também a média nacional (+23,26%, de 0,662 para 0,816), o que reflete investimentos eficazes em saúde pública, saneamento e qualidade de vida.

Tabela 27 – IDHM Longevidade

IDHM Longevidade				
COMPARATIVO	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Longevidade 2010	Variação %
Brasil	0,662	0,727	0,816	23,26%
Santa Catarina	0,753	0,812	0,860	14,21%
Balneário Camboriú	0,751	0,829	0,894	19,04%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

b) IFDM Saúde

A análise do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM Saúde de Balneário Camboriú entre 2013 e 2023 demonstra uma estabilidade relativa com leve declínio de -0,37% (de 0,7751 para 0,7722), refletindo resiliência em indicadores como acesso a serviços médicos e expectativa de vida (alinhada ao IDHM Longevidade de 0,894 em 2010).

Tabela 28 – IFDM Saúde

IFDM Saúde				
Município	IFDM - 2013	IFDM - 2018	IFDM - 2023	Variação %
Balneário Camboriú	0,7751	0,7514	0,7722	-0,37%

Fonte: FIRJAN, 2023.

c) IEGM Saúde

A análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM Saúde de Balneário Camboriú entre 2015 e 2023 expõe uma trajetória de declínio acentuado de -61,18% (de 0,85 para 0,33), com oscilações iniciais de excelência (pico de 0,89 em 2016) seguidas de quedas progressivas (0,75 em 2021 e 0,33 em 2023), contrastando com a estabilidade no IFDM Saúde (-0,37%) e o avanço no IDHM Longevidade (+19,04% até 2010).

Tabela 29 – IEGM – TC/SC – Saúde

IEGM Educação									
Municípios	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	Variação %
Balneário Camboriú	0,85	0,89	0,83	0,77	0,82	0,82	0,75	0,33	-61,18%

Fonte: TC/SC, 2023.

d) Mortalidade Infantil

A análise da mortalidade infantil em Balneário Camboriú entre 2013 e 2017 revela um aumento considerável de +70,31%, contrastando drasticamente com

a redução nacional de -7,54% (de 13,39 para 12,38), o que sinaliza a existência de problemas na execução das políticas de saúde.

Tabela 30 – Mortalidade infantil

Mortalidade infantil					
COMPARATIVO	Mortalidade infantil 2013	Mortalidade infantil 2015	Mortalidade infantil 2016	Mortalidade infantil 2017	Variação %
Brasil	13,39	12,41	12,71	12,38	-7,54%
Balneário Camboriú	4,85	6,22	8,12	8,26	70,31%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – DATASUS, 2025.

e) Esperança de vida ao nascer

A análise dos dados de esperança de vida ao nascer entre 1991 e 2010 revela uma trajetória de melhoria significativa em todos os níveis analisados, com o Brasil apresentando o maior ganho percentual (14,23%), refletindo avanços nacionais em saúde pública, como a consolidação do SUS e a redução da mortalidade infantil.

Santa Catarina e Balneário Camboriú, partindo de bases mais altas (70,16 e 70,05 anos em 1991), exibem aumentos robustos, mas com variações menores (9,19% e 12,23%), indicando maior maturidade em seus sistemas de saúde e infraestrutura urbana.

Balneário Camboriú destaca-se com 78,62 anos em 2010, sugerindo que políticas locais de saneamento, acesso à saúde e desenvolvimento socioeconômico foram determinantes para superar as médias estadual e nacional, embora o Brasil mostre maior potencial de convergência a longo prazo.

Tabela 31 – Esperança de vida ao nascer

Esperança de vida ao nascer				
COMPARATIVO	Esperança de vida ao nascer 1991	Esperança de vida ao nascer 2000	Esperança de vida ao nascer 2010	Variação %
Brasil	64,73	68,61	73,94	14,23%
Santa Catarina	70,16	73,69	76,61	9,19%

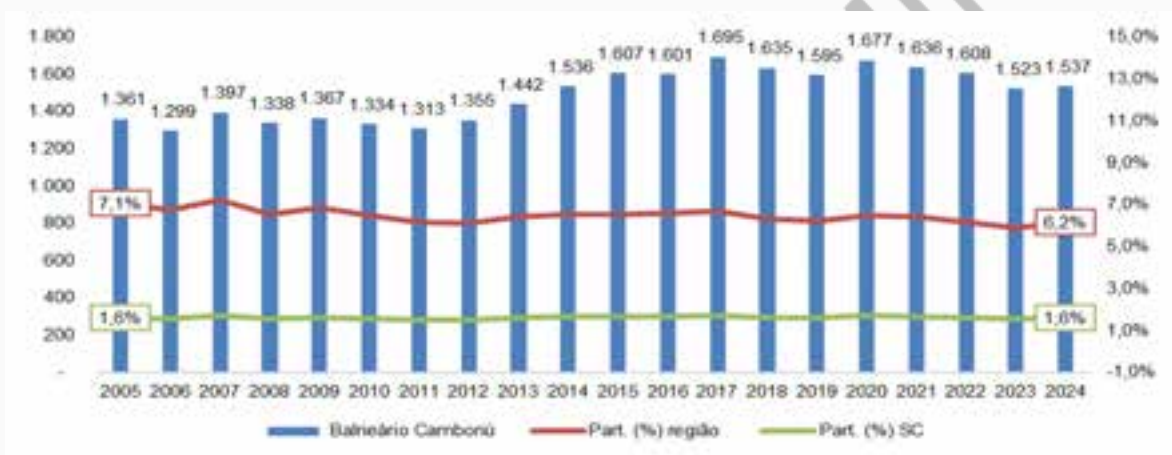
Balneário Camboriú	70,05	74,76	78,62	12,23%
--------------------	-------	-------	-------	---------------

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – DATASUS, 2025.

f) Número de nascidos vivos

No que tange ao número de nascidos vivos no município, tem se mantido relativamente estável ao longo dos últimos anos, com 1.537 nascimentos em 2024, representando 6,2% dos nascimentos da mesorregião e 1,6% do total estadual.

Gráfico 43 – Número de nascidos vivos e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina

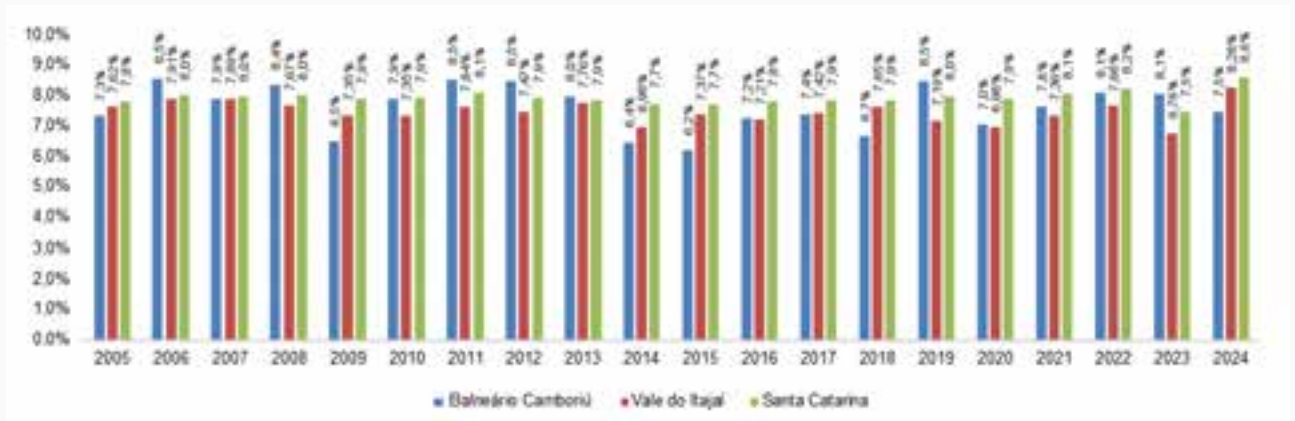


Fonte: Secretaria do Estado de Saúde de Santa Catarina, 2025.

g) Percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer

O percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (<2,5 kg) foi de 7,5% em 2024, inferior à média estadual (8,6%) e à regional (8,28%). Isso sinaliza boas condições de assistência pré-natal e vigilância perinatal.

Gráfico 44 – Percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer
(Nascidos vivos com peso < 2,5kg/Total de nascidos vivos)



Fonte: DATASUS, 2025.

h) Taxa de mortalidade

Na Tabela 32 a seguir, verificamos que a taxa de mortalidade oscilou de 5,32 por mil habitantes em 2023 para 5,53 em 2024, mantendo-se abaixo da média da mesorregião e do Estado.

Tabela 32 – Taxa de mortalidade

Taxa de mortalidade			
Ano	Balneário Camboriú	Vale do Itajaí	Santa Catarina
2005	4,45	5,18	5,10
2006	4,29	5,29	5,08
2007	5,12	5,62	5,51
2008	4,65	5,51	5,30
2009	5,41	5,69	5,53
2010	5,05	5,51	5,52
2011	5,02	5,63	5,68
2012	4,90	5,50	5,55
2013	4,70	5,32	5,49
2014	4,66	5,44	5,52
2015	4,92	5,46	5,57
2016	4,85	5,67	5,83
2017	4,56	5,51	5,70
2018	5,06	5,66	5,83

2019	5,15	5,55	5,85
2020	5,78	6,17	6,39
2021	6,43	7,21	7,82
2022	5,70	6,22	6,73
2023	5,32	5,52	5,84
2024	5,53	6,32	6,41

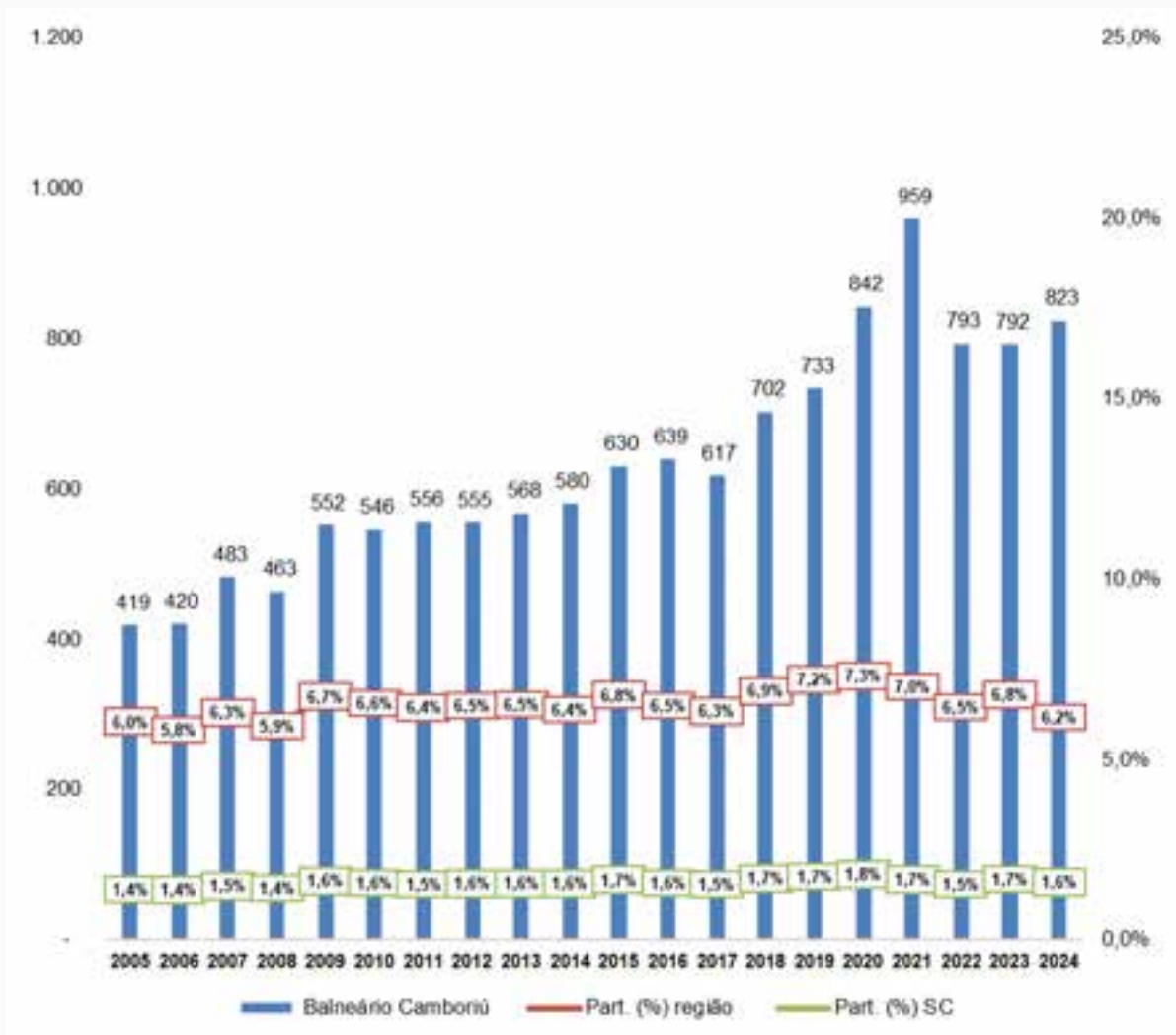
Fonte: Secretaria da Saúde de Santa Catarina, 2025.

Nesse contexto, cabe ao município de Balneário Camboriú investir em políticas públicas que atendam às reais necessidades da população em processo de envelhecimento, assegurando inclusão, bem-estar e dignidade.

i) Número de óbitos

O número de óbitos alcançou 823 em 2024, o que corresponde a 6,2% dos óbitos regionais e 1,6% do total estadual, mantendo-se dentro da média histórica.

Gráfico 45 – Número de óbitos (todas as causas) e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina

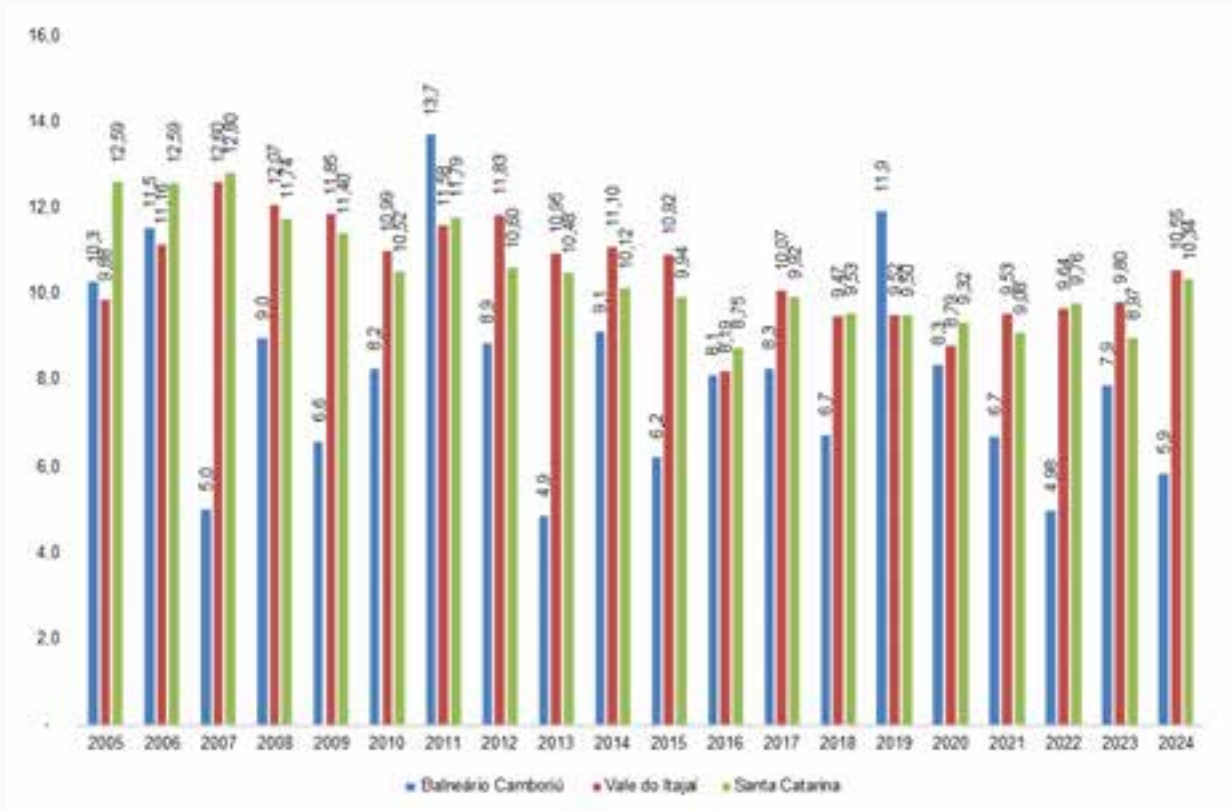


Fonte: Secretaria do Estado de Saúde de Santa Catarina, 2025.

j) Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil apresenta significativa oscilação ao longo da série histórica, variando de 4,9 a 13,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 2024, Balneário Camboriú registrou 5,9, abaixo da média regional (10,55) e estadual (10,34), configurando um bom resultado em saúde materno-infantil. Apesar de picos pontuais em anos anteriores, a tendência mais recente é de estabilização em patamares baixos.

Gráfico 46 – Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)



Fonte: Secretaria do Estado de Saúde de Santa Catarina, 2025.

k) Taxa de envelhecimento da população

A taxa de envelhecimento, que mede a proporção de idosos (65 anos ou mais) em relação à população jovem (0-14 anos), apresentou crescimento significativo entre 1991 e 2010. Balneário Camboriú registrou a maior variação percentual (62,69%, de 4,61 para 7,75), seguida por Santa Catarina (58,03%, de 4,36 para 6,89) e Brasil (52,38%, de 4,83 para 7,36).

Tabela 33 – Taxa de envelhecimento

Taxa de envelhecimento				
COMPARATIVO	Taxa de envelhecimento 1991	Taxa de envelhecimento 2000	Taxa de envelhecimento 2010	Variação %
Brasil	4,83	5,83	7,36	52,38%
Santa Catarina	4,36	5,29	6,89	58,03%
Balneário Camboriú	4,61	5,67	7,75	62,69%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.

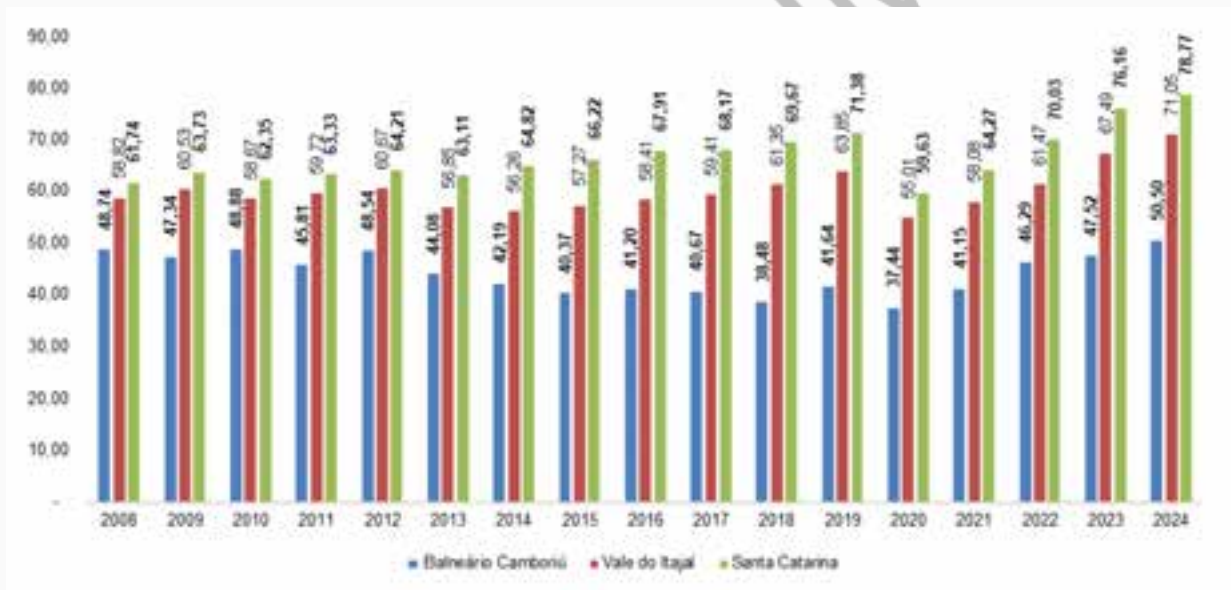
Este aumento reflete a transição demográfica em curso, com melhoria na esperança de vida e redução da natalidade. Balneário Camboriú destaca-se devido

à sua atratividade para idosos, impulsionada por qualidade de vida, neste sentido é importante criar estratégias futuras em saúde geriátrica e acessibilidade urbana, com potencial de impacto econômico e social crescente.

I) Número de internações

O número de internações por mil residentes é historicamente inferior ao da mesorregião e do estado. Em 2024, Balneário Camboriú registrou 50,5 internações por mil habitantes, enquanto o Vale do Itajaí apresentou 71,05 e o Estado 78,77. Isso pode refletir maior resolutividade da atenção básica ou menor incidência de doenças crônicas descompensadas.

Gráfico 47 – Número de internações por mil residentes

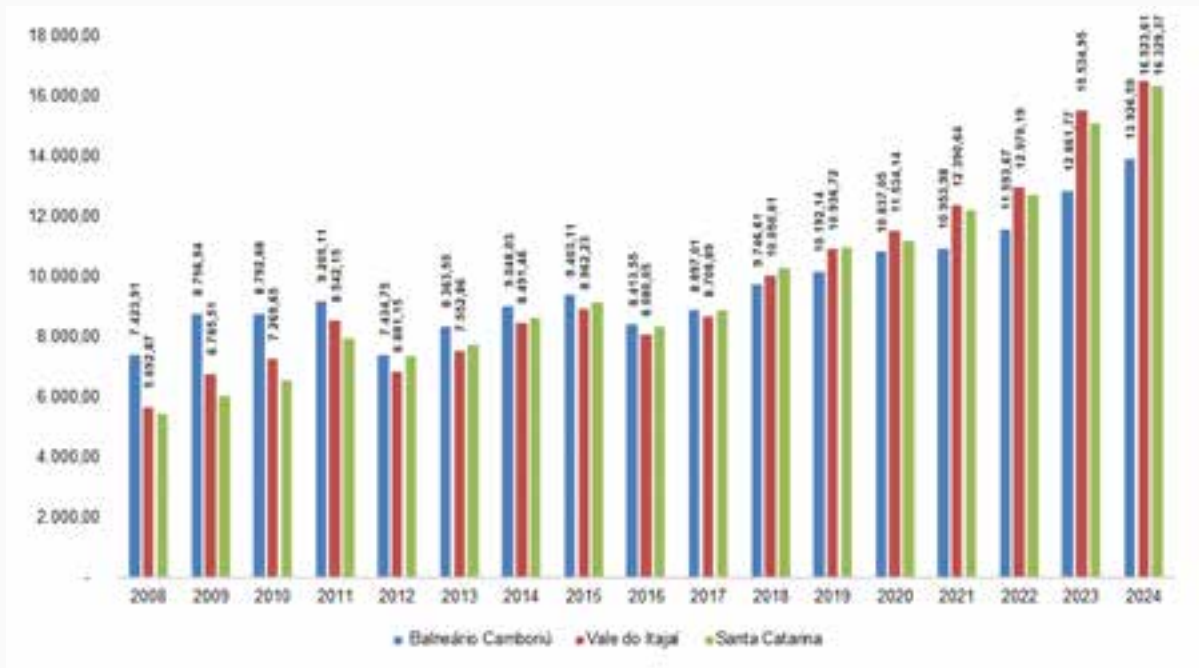


Fonte: DATASUS, 2025.

m) Produção ambulatorial

O crescimento contínuo da produção ambulatorial do SUS no município, atingiu 13.926 procedimentos por mil habitantes em 2024. Embora ainda inferior aos números regionais e estaduais (respectivamente 16.523 e 16.329), o município apresenta trajetória de crescimento superior à média até 2021, o que reforça a presença de uma rede ambulatorial ativa e em expansão.

Gráfico 48 – Produção ambulatorial do SUS por mil residentes

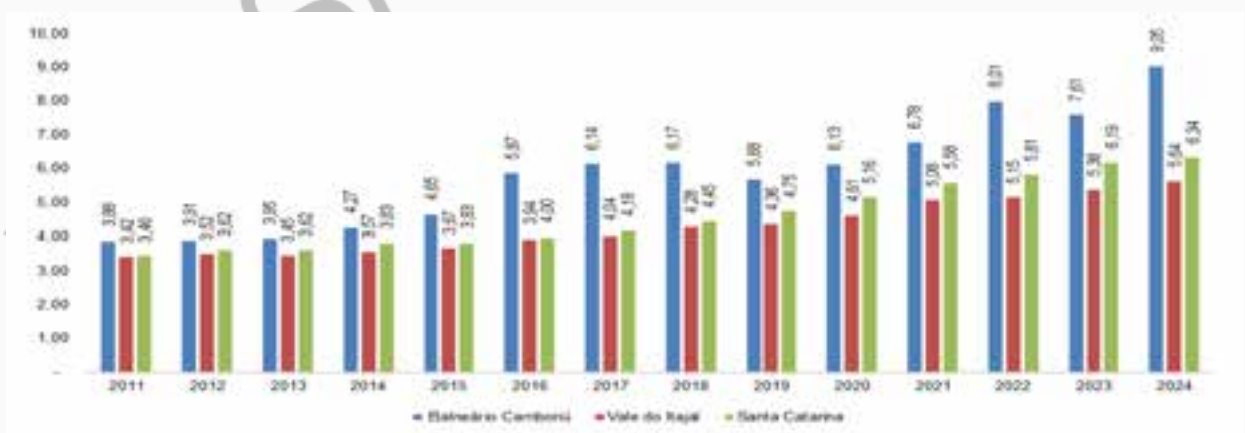


Fonte: DATASUS, 2025.

n) Número de médicos

Balneário Camboriú também se destaca no indicador de médicos por mil habitantes, com 9,05 profissionais em 2024, valor bem superior à média da mesorregião (5,64) e do estado (6,34). Esse dado é coerente com o perfil urbano e de alta demanda por serviços especializados da cidade.

Gráfico 49 – Número de médicos por mil residentes



Fonte: DATASUS, 2025.

Diante contexto analisado, os indicadores de saúde de Balneário Camboriú refletem a presença de um sistema estruturado e consolidado, com ampla cobertura médica e resultados expressivos nas áreas de atenção básica e

ambulatorial. A mortalidade infantil e o percentual de nascidos com baixo peso encontram-se abaixo das médias estadual e regional, evidenciando avanços significativos na atenção materno-infantil.

Além disso, o baixo número de internações e o crescimento da produção ambulatorial indicam alta resolutividade da rede de atenção primária, enquanto a elevada razão de médicos por habitante reforça a capacidade instalada do sistema de saúde municipal.

A partir de informações complementares obtidas por meio de entrevistas e pesquisas, foi possível realizar uma análise aprofundada do setor de saúde em um contexto marcado pela mudança no perfil etário da população. Inspirado no conceito da Blue Zones — regiões do mundo reconhecidas pela longevidade e vitalidade de suas comunidades — Balneário Camboriú tem a oportunidade de se tornar referência nacional ao adotar um modelo urbano que promove saúde, bem-estar e convivência em todos os espaços da cidade.

Fundamentada na medicina do estilo de vida, essa abordagem transforma o fenômeno do envelhecimento populacional em uma oportunidade estratégica de inovação social, turística e econômica, ao estimular hábitos saudáveis, fortalecer conexões comunitárias e orientar a formulação de políticas públicas integradas. Sob essa perspectiva, projeta-se um futuro em que pessoas de todas as idades — dos jovens aos idosos — possam viver mais e melhor, consolidando Balneário Camboriú como referência nacional em qualidade de vida urbana.

Neste cenário, o município vivencia um processo típico de transição demográfica, caracterizado pela urbanização plena, pela redução na taxa de natalidade e pela estabilidade nos índices de mortalidade. Esses fatores impõem novos desafios ao planejamento municipal, que deve ser orientado para a sustentabilidade urbana, a adaptação à dinâmica do envelhecimento populacional e a promoção contínua da qualidade de vida.

Os dados observados estão em consonância com os resultados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, que apontam uma tendência de envelhecimento acelerado da população brasileira. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), esse processo ocorre no Brasil de maneira mais rápida do que a média internacional, com projeções indicando que a população idosa poderá triplicar até 2050, reforçando a urgência de políticas públicas adaptadas a essa nova realidade demográfica.

6.1.1.4 Equipamentos de Saúde

O Plano Municipal de Saúde (2022 a 2025), elaborado para o município foi estruturado em concordância com a Política Nacional de Saúde (PNS) e engloba um conjunto de políticas que buscam garantir o direito à saúde, promover a qualidade de vida e prevenir doenças, com foco nos princípios da universalidade, integralidade e equidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Atenção Básica constitui o conjunto de ações de saúde voltadas ao indivíduo, à família e à coletividade, abrangendo promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde. Essas ações são desenvolvidas a partir de práticas de cuidado integrado e de gestão qualificada, realizadas por equipes multiprofissionais e direcionadas à população de um território definido, sobre a qual assumem responsabilidade sanitária.

Tal concepção está estabelecida na Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, que prevê diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS (Brasil, Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, art. 2º) (PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde).

Respeitando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Camboriú tem como propósito promover um cuidado integral e humanizado, orientado pela descentralização e pela hierarquização da atenção. Busca, assim, aprimorar o acesso da população aos serviços de saúde. O município conta com 10 Unidades Básicas de Saúde – UBS, 02 Unidades de Pronto Atendimento 24h – UPA e 03 Pontos de Apoio.

Quadro 8 – Estrutura da atenção básica e de urgência de Balneário Camboriú

(continua)

Unidade de Saúde	Bairro	Equipes/ Capacidade	Serviços Ofertados	Endereço
UBS Central	Centro	60% da população	Atenção básica geral	Rua 1500, nº 1100

Quadro 8 – Estrutura da atenção básica e de urgência de Balneário Camboriú

(conclusão)

Unidade de Saúde	Bairro	Equipes/ Capacidade	Serviços Ofertados	Endereço

UBS da Barra	Barra	3 ESF / 7.200 pessoas	Atenção básica	Rua Eleotério C. Pinheiro, s/n
UBS Ariribá	Ariribá	1 ESF / 5.300 pessoas	Pediatria, ginecologia, odontologia	Av. dos Tucanos, nº 300
UBS Nova Esperança	Nova Esperança	1 ESF / 3.700 pessoas	Atenção básica	Rua Boa Vista, s/n
UBS Vila Real	Vila Real	2 ESF / 9.350 pessoas	Atenção básica	Rua Dom Abelardo, nº 400
UBS Nações (CAS)	Nações	3 ESF / 10.400 pessoas	Atenção básica	Rua Ilhas Marshall, nº 145
UBS Estados	Estados	1 ESF / 2.000 pessoas	Atenção básica	Rua Pernambuco, s/n
UBS Municípios	Municípios	3 ESF / 9.000 pessoas	Atenção básica	Rua Alfredo Wagner, s/n
UBS São Judas	São Judas	1 ESF / 6.000 pessoas	Consultas, pré-natal, puericultura, exames, imunização	Rua M. V. Cunha, nº 130
UBS Pontal do Norte	Pioneiros	4147 pessoas	Consultas, pré-natal, puericulture, preventive, procedimentos	Av. Osmar de Souza Nunes, nº 260
Ponto de Apoio Taquaras	Taquaras	1 ESF/ exclusivo aos pacientes praias agrestes	Consultas clínico geral, odontologia, enfermagem	Av. Rodesino Pavan, nº 1048
Ponto de Apoio Estaleiro	Estaleiro	1 ESF/ Exclusivo pacientes Estaleiro	Consultas clínico geral, odontologia, enfermagem	Rua Vereador Domingos Fonseca, nº 80
Ponto de Apoio Estaleirinho	Estaleirinho	1 ESF/ Exclusivo pacientes Estaleirinho	Clínico geral, enfermagem	Av. Interpretaias, nº 1.200
UPA Nações	Nações	80 func./Até 150 pacientes por dia	Urgência e emergência, raio-x, ECG, laboratório, pediatria	Rua Israel, nº 205
UPA da Barra	Barra	81 func./Até 300 pacientes por dia	Urgência e emergência, raio-x, ECG, laboratório, pediatria	Rua Jardim da Saudade, nº 180

Fonte: PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde (adaptado por FEPESE, 2025).

O mapa apresentado na Figura 23, ilustra os raios de abrangência de cobertura das unidades de saúde, considerando um raio de 800m, correspondente à distância média adequada para deslocamentos a pé ou por outros modais ativos. A análise espacial foi realizada com base na sobreposição dos raios de cobertura

sobre a área urbanizada do município, levando em consideração as delimitações dos bairros.

A partir desse levantamento, foi possível identificar alguns bairros que ainda não dispõem da oferta deste equipamento de saúde, sendo eles: Praia dos Amores, Varzea do Ranchinho, Jardim Parque Bandeirantes e Laranjeiras, Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho.

Até o momento, os bairros Varzea do Ranchinho e Laranjeiras, não demonstram necessidade de instalação de equipamento de saúde, pois apresentam baixa densidade residencial. Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, os bairros Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho possuem pontos de apoio disponibilizados a população. No entanto, ao observar a mancha de consolidação urbana, nota-se a necessidade de construção de novas unidades de saúde para cada bairro, devido a distância entre eles.

Figura 28 – Mapa de Equipamentos de Saúde - Unidades Básicas de Saúde



Fonte: FEPESE, 2025.

Observa-se ainda que algumas áreas urbanizadas consolidadas ficaram fora da área de abrangência das unidades de saúde nos bairros Arribá, Centro, Dos Municípios e parte do bairro Nova Esperança. Esta deficiência na cobertura territorial

pode estar gerando maiores distâncias de deslocamento para a população, exigindo o uso de transporte escolar, coletivo ou particular.

Para locais com maiores distâncias de deslocamento, o município disponibiliza transporte público coletivo, o qual atende a maior parte dos bairros de maneira eficiente, embora não alcance o bairro Praia dos Amores e uma porção de consolidação urbana do bairro Ariribá, situada próxima ao limite territorial com Itajaí.

Diante deste cenário, recomenda-se a realização de estudos técnicos específicos para identificar a capacidade atual dos espaços físicos das unidades de saúde e a demanda da população, com o objetivo de avaliar a viabilidade de ampliação das unidades existentes ou da implantação de novas unidades nos bairros não atendidos.

Além disso, é fundamental verificar a existência de terrenos públicos disponíveis em áreas urbanas já consolidadas que atualmente não contam com esses equipamentos, de modo a subsidiar planejamentos futuros de expansão da rede de saúde municipal.

A rede hospitalar pública é representada pelo Hospital Municipal Ruth Cardoso – HMRC, unidade transferida ao Estado de Santa Catarina – Lei nº 5.050, de 25 de junho de 2025 – da propriedade e da gestão para atender exclusivamente pelo SUS. O hospital é referência, sua estrutura oferece serviços de pronto-socorro, maternidade, pediatria, clínica médica, cirurgias, além de contar com Unidades de Terapia Intensiva – UTI adulto, neonatal e pediátrica. Localizado no Bairro dos Municípios, o HMRC cumpre papel estratégico na atenção hospitalar regionalizada.

O HMRC também é referência na Rede Cegonha para a realização de partos, atendendo gestantes da rede municipal de saúde. Nesse contexto, foi estruturada uma rede de apoio articulada por meio da comunicação formal entre o Centro Obstétrico e a Direção da Atenção Básica, garantindo a integração do cuidado.

Após o parto, os dados das puérperas e dos recém-nascidos são encaminhados às equipes da Atenção Básica, de acordo com o território de abrangência de cada família. Esse fluxo possibilita a continuidade do acompanhamento, assegurando o vínculo entre o paciente e a equipe responsável, fortalecendo a integralidade da atenção e a qualidade do cuidado prestado (PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde).

Além do HMRC, o município conta com mais três hospitais privados: o Hospital e Maternidade Santa Luiza, localizado na Rua Rouxinol, no bairro Ariribá; o Hospital Unimed Litoral, situado na Av. do Estado; e o Hospital do Coração, localizado na Rua Arthur Max Doose, ambos no bairro Pioneiros.

O mapa apresentado na Figura 29, ilustra os raios de abrangência de cobertura do HMRC e dos hospitais privados, considerando um raio de 2.000m, parâmetro que representa uma distância média adequada para deslocamentos curtos. A análise espacial foi realizada com base na sobreposição dos raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em consideração as delimitações territoriais dos bairros.

Figura 29 – Mapa de Equipamentos de Saúde - Hospitais



Fonte: FEPESE, 2025. **Aguardando alteração no mapa**

Observa-se que o Hospital Municipal Ruth Cardoso está implantado em um ponto estratégico, nas proximidades da BR-101, o que facilita o acesso e atendimento regional. Sua área de abrangência dentro do raio de 2.000m contempla os bairros Centro, Dos Estados, Vila Real, Jardim Iate Clube e parte do território do município de Camboriú. Já os hospitais privados, apresentam cobertura significativa sobre os bairros Das Nações, Ariribá, Da Praia dos Amores, Dos Pioneiros e parte

da região central, contribuindo para a descentralização da oferta de serviços hospitalares e reforçando a capilaridade da rede de atenção à saúde no território municipal.

Além dos equipamentos já apresentados, a Secretaria Municipal de Saúde organiza diversos Centros de Especialidades, que funcionam como unidades de referência para atendimentos específicos e complementares à Atenção Básica. Esses centros oferecem serviços especializados, com equipes multiprofissionais e infraestrutura adequada.

Quadro 9 – Centros de Especialidades de Balneário Camboriú

(continua)

Unidade	Descrição	Endereço	Atendimento
Centro de Diagnose - CDI	Unidade de referência do município para realização de exames com diagnóstico por imagem.	Rua Angelina, s/n (anexo ao Hospital Ruth Cardoso) - Bairro dos Municípios	7h às 19h (segunda a sexta-feira)
Centro de Controle de Pragas Urbanas - CCPU	Vigilância e controle de pragas urbanas, executando orientações e ações preventivas no controle de animais sinantrópicos e peçonhentos.	Avenida Palestina, esquina com a rua Suíça, nº1150	7h às 19h (segunda a sexta-feira)
Centro de Especialidades Odontológicas – CEO	Acesso à saúde bucal: odontopediatria, odontogeriatria, endodontia, periodontia, cirurgia bucomaxilofacial, prótese e radiologia.	Rua Ceará, esquina com a rua Pernambuco, s/n - Bairro dos Estados	Não informado
Centro de Fisioterapia e Reabilitação – CEFIR	Tratamento de dor e disfunções músculo-esqueléticas. Áreas: fisioterapia traumato-ortopédica, neurofuncional e respiratória.	Rua México, nº 875 – Bairro das Nações	7h às 19h (segunda a sexta-feira)
Centro Integrado Solidariedade e Saúde – CISS	Atendimento especializado em HIV/AIDS e co-infecções. Equipe multidisciplinar com médicos, enfermeiros, psicólogos e assistente social.	Rua 2350, nº 560, esquina com a 4ª avenida - Centro	7h às 19h (segunda a sexta-feira)
Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA	Prevenção das DSTs e HIV/AIDS. Disponibiliza aconselhamento e testagem para HIV, sífilis e hepatites B e C.	Rua 2350, nº 560, esquina com a 4ª avenida - Centro	Não informado

Quadro 9 – Centros de Especialidades de Balneário Camboriú

(conclusão)

Unidade	Descrição	Endereço	Atendimento
Laboratório Municipal	Exames laboratoriais complementares ao diagnóstico clínico.	Rua 990, nº 81 - Centro	7h às 19h (segunda a sexta-feira)
Ambulatório de Especialidades Médicas	Referência na assistência médica especializada à população.	Rua 1926, nº1428, Centro	Não informado

Fonte: PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde (adaptado por FEPESE, 2025).

O município dispõe de uma Farmácia Central, três Farmácias Descentralizadas – localizadas nas Regiões Sul, Norte e Oeste – além de uma farmácia vinculada ao CAPS II e outra ao Centro Integrado de Saúde e Solidariedade – CISS. Na Farmácia Central estão alocados o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF e o Setor Judicial de Medicamentos – SEJUD, responsáveis pela gestão e distribuição de medicamentos de alto custo e de demandas judiciais (PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde).

Quadro 10 – Farmácias Municipais de Balneário Camboriú

Nome da Farmácia	Atendimento	Endereço
Farmácia Central	Moradores dos bairros Centro, Estados, Várzea do Ranchinho e Praia dos Amores	Quarta Avenida, 1300, sala 02 – Bairro Centro
Farmácia Descentralizada Região Sul	Moradores dos bairros Barra, Nova Esperança, São Judas e Praias Agrestes	Rua José Francisco Vitor, nº 40 – Bairro da Barra, junto à Colônia dos Pescadores
Farmácia Descentralizada Região Norte	Moradores dos bairros Nações, Ariribá e Pioneiros	Avenida Palestina, nº 150 – Bairro das Nações
Farmácia Descentralizada Região Oeste	Moradores dos bairros Municípios, Vila Real e Jardim Denise	Rua Alfredo Wagner, s/nº – Bairro dos Municípios
Farmácia Especializada CAPS II	Usuários do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS II)	Rua 916, nº 382 – Bairro Centro
Farmácia Especializada CISS	-	Rua 2350, nº 560, esquina com a 4ª avenida – Centro

Fonte: PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde (adaptado por FEPESE, 2025).

O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II de Balneário Camboriú foi inaugurado em 2003, constituindo-se como o primeiro serviço especializado de referência em saúde mental no município. Desde sua criação, o CAPS II passou a

atender de forma integral as demandas voltadas à saúde mental, abrangendo casos leves, moderados e graves.

No ano de 2014, ocorreu a inauguração do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD, responsável pelo atendimento específico de usuários com problemas decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, ampliando a rede de cuidado e especialização dos serviços.

Posteriormente, em 2020, foi criado o Ambulatório Especializado em Atenção Psicossocial, com a finalidade de redirecionar os atendimentos ambulatoriais de demandas leves e moderadas em saúde mental, descongestionando o CAPS II e fortalecendo a organização da rede municipal.

Atualmente, o CAPS II mantém-se como referência para o tratamento de pacientes com transtornos mentais graves e persistentes, desempenhando papel central no cuidado contínuo e especializado em saúde mental no município (PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde).

Quadro 11 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS

Unidade	Descrição	Endereço
CAPS AD	Atende usuários de álcool e dependentes químicos. Foco no resgate da cidadania, fortalecimento do tratamento e reinserção social. Equipe interdisciplinar com psiquiatras, psicólogos, assistente social, enfermagem e terapia ocupacional.	5ª Avenida, esquina com a Rua Curitibanos, 339 - Bairro dos Municípios
CAPS II	Atende portadores de transtornos mentais. Foco no resgate da cidadania, fortalecimento do tratamento e reinserção social. Equipe interdisciplinar com psiquiatras, psicólogos, assistente social, enfermagem e terapia ocupacional.	Rua 916, nº 382 - Centro

Fonte: PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde (adaptado por FEPESE, 2025).

Os Núcleos de Atenção em Saúde de Balneário Camboriú são unidades especializadas que complementam a rede de atenção básica, oferecendo serviços direcionados a grupos específicos da população. Eles funcionam com equipes multiprofissionais e têm como objetivo ampliar o cuidado integral, prevenir doenças e promover a saúde em diferentes fases da vida.

Unidade	Objetivo / Serviços Oferecidos	Especialidades	Endereço
Núcleo de Atenção ao Idoso – NAI	Promover envelhecimento saudável e ativo, garantindo inclusão social	Clínica geral, geriatria, cardiologia, dermatologia, otorrinolaringologia, urologia, reumatologia, psicologia, assistência social, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, enfermagem, nutrição, odontologia, neurologia e endocrinologia	Rua Angelina, s/n – Bairro dos Municípios
Núcleo de Atenção à Mulher – NAM	Unidade de referência para saúde da mulher: gestação de alto risco, pré-natal, puerpério, prevenção de câncer de colo de útero e mama, colposcopia, climatério e planejamento familiar	Ginecologia, mastologia, psicologia, enfermagem, assistência social, endocrinologia e nutrição	Rua México, ao lado do nº 875 – Bairro das Nações
Posto de Atenção Infantil – PAI	Unidade voltada à saúde de crianças e adolescentes (0 a 18 anos)	Enfermagem, assistência social, fonoaudiologia, nutrição, entre outras	Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho, s/n – Bairro dos Municípios

Fonte: PMBC, 2022 – Plano Municipal de Saúde (adaptado por FEPESE, 2025).

O mapa apresentado na Figura 30, ilustra os raios de abrangência de cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e dos Núcleos de Atenção em Saúde, considerando um raio de 800m, correspondente à distância média adequada para deslocamentos a pé ou por outros modais ativos. A análise espacial foi realizada com base na sobreposição dos raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em consideração as delimitações territoriais dos bairros.

A partir desse levantamento, foi possível observar a projeção de cobertura dos raios apenas sobre os bairros Centro, Das Nações e Municípios, desta forma, a população de outros bairros deve fazer uso do transporte público coletivo ou particular.

Figura 30 – Mapa de Equipamentos de Saúde - Centros de Atenção Psicossocial



Fonte: FEPESE, 2025.

Diante deste cenário, recomenda-se a realização de estudos técnicos específicos para identificar a capacidade atual de atendimento dos espaços físicos destas unidades de saúde e a demanda da população de forma geral, com o objetivo de avaliar a viabilidade de ampliação das unidades existentes ou da implantação de novas unidades nos bairros não atendidos.

Além disso, é fundamental verificar a existência de terrenos públicos disponíveis em áreas urbanas já consolidadas que atualmente não contam com esses equipamentos, de modo a subsidiar planejamentos futuros de expansão da rede de saúde municipal.

Dessa forma, a adequada distribuição e o fortalecimento dos equipamentos de saúde no território municipal são elementos estruturantes do planejamento urbano e da construção de cidades mais justas e inclusivas.

Ao garantir acesso equitativo aos serviços de atenção básica e psicossocial, o município não apenas assegura direitos fundamentais previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) — como o direito à cidade, à moradia e ao bem-estar coletivo —, mas também avança na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que

promove vidas saudáveis e o bem-estar para todos, e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que incentiva o acesso universal a serviços e espaços públicos de qualidade.

A articulação entre o sistema de saúde e as estratégias urbanísticas — por meio da identificação de vazios urbanos aptos à implantação de novas unidades, da ampliação e modernização dos equipamentos existentes e da integração desses serviços ao sistema de mobilidade e ao ordenamento territorial — representa um caminho essencial para reduzir desigualdades, melhorar a qualidade de vida da população e consolidar Balneário Camboriú como uma cidade saudável, inclusiva e comprometida com a sustentabilidade social e territorial em seu desenvolvimento futuro.

1.1.3 Esporte, Cultura e Lazer

A Fundação Municipal de Esportes de Balneário Camboriú – FMEBC foi criada em 16 de março de 1992, por meio da Lei nº 11.141. Sua missão de projetar, planejar e executar ações voltadas ao esporte e à integração entre saúde e atividade física, promovendo a inclusão e o fortalecimento do rendimento esportivo. Entre seus principais objetivos, destacam-se:

- Incentivar as manifestações esportivas em nível local, regional e nacional;
- Democratizar o acesso a áreas públicas voltadas ao esporte;
- Desenvolver práticas esportivas inclusivas;
- Disponibilizar instalações esportivas adequadas;
- Apoiar atletas e fomentar a cultura esportiva.

O Plano Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (2023-2032), elaborado para o município em conformidade com a Política Nacional de Esporte, Lazer e Cultura, estabelece como principais objetivos incentivar as manifestações desportivas em níveis local, regional e nacional; promover o desenvolvimento de atividades esportivas por meio da ampliação do acesso da população a áreas públicas destinadas à prática de esportes; estimular a inclusão de pessoas com deficiência a atividades esportivas; oferecer instalações adequadas e de

qualidade; formar atletas e fomentar a cultura esportiva na cidade (PMBC-FME, 2025).

Considerando a análise da distribuição e cobertura dos equipamentos de esporte e lazer no município, observa-se a presença de uma rede diversificada composta por ginásios poliesportivos, academias ao ar livre, campos e quadras esportivas distribuídos nos bairros, conforme apresentado no Quadro 13.

Além desses equipamentos, destaca-se a Academia Municipal do Pontal Norte, com 250 m² de área construída e atendimento gratuito à população. Essa infraestrutura reforça o compromisso do município em democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer, promovendo a qualidade de vida, a inclusão social e o bem-estar coletivo por meio do uso qualificado dos espaços públicos urbanos.

Quadro 13 – Academias, campos de futebol e ginásios de esportes em Balneário Camboriú

Nome	Endereço
Academia Municipal Pontal Norte	Avenida Atlântica, nº 65, Pontal Norte
Campo de Futebol	Rua Dom Daniel, nº 112, Bairro Vila Real
Campo de Futebol	Rua Alécio Domingos Linhares, nº 131, Bairro Nova Esperança
Campo de Futebol	Rua Manoel Atanásio Correia, nº 215, Bairro da Barra
Estádio Municipal Eduardo Zeferino Tiago	Rua Libéria, nº 780, Bairro das Nações
Ginásio Governador Irineu Bornhausen	Avenida Santa Catarina, nº 700, Bairro dos Estados
Ginásio Vereador Sérgio Luiz Carneiro Ribeiro Lorenzato	Rua Libéria, nº 860, Bairro das Nações
Ginásio Hamilton Linhares Cruz	Avenida Jardim das Saudades, nº 250, Bairro da Barra
Pista de Bicicross	Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho, Bairro dos Municípios

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

com o objetivo de avaliar a viabilidade de implantação de novas unidades nos bairros atualmente não atendidos.

Além disso, é fundamental verificar a existência de terrenos públicos disponíveis em áreas urbanas já consolidadas que ainda não contam com esses equipamentos, de modo a subsidiar o planejamento futuro de expansão e qualificação da rede municipal de esporte e lazer, promovendo maior equidade territorial no acesso aos serviços públicos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, a presença e a adequada distribuição dos equipamentos de esporte e lazer no território urbano ultrapassam a dimensão recreativa, assumindo papel estratégico na promoção da saúde, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. Esses espaços fortalecem o senso de comunidade, estimulam hábitos saudáveis e ampliam as oportunidades de convivência intergeracional, contribuindo para a construção de uma cidade mais resiliente, justa e democrática.

A sua integração ao planejamento urbano, articulada com o sistema de mobilidade, a rede de áreas verdes e a oferta de serviços públicos, é essencial para reduzir desigualdades territoriais, valorizar os bairros e qualificar o espaço urbano.

Nesse contexto, as ações voltadas à expansão e requalificação da rede municipal de esporte e lazer dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao promover estilos de vida ativos e saudáveis; o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao ampliar o acesso equitativo a equipamentos públicos; e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao integrar esses espaços ao tecido urbano e ao planejamento territorial. Assim, Balneário Camboriú avança na construção de um modelo de cidade que prioriza o bem-estar coletivo, a coesão social e a sustentabilidade urbana em seu processo de desenvolvimento futuro.

Considerando as opções de lazer e pontos turísticos com atrativos naturais, Balneário Camboriú é um dos principais destinos turísticos de Santa Catarina, oferecendo praias, parques, trilhas e espaços de convivência urbana.

Dentre os principais atrativos naturais estão:

- Praia Central: contendo orla urbanizada, ciclovia, quiosques e bares;
- Praias Agrestes (APA Costa Brava): Laranjeiras, Estaleiro, Estaleirinho,

Taquaras, Topogarinhas e Pinho (naturismo);

- Morro do Careca, Morro da Cruz e Cristo Luz: com vistas panorâmicas, mirantes e voo livre;
- Estrada da Rainha: inaugurada em 1981, é uma via de conexão entre Pontal Norte da Praia Central e Praia dos Amores, com mirantes naturais;
- Parque Unipraias: faz a ligação entre a Praia Central e a Praia de Laranjeiras por meio de bomdinhos aéreos, com mirantes, trilhas e atrações de aventura.
- Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta: com área de preservação da Mata Atlântica e manguezais, contendo trilhas ecológicas;
- Complexo Ambiental Cyro Gevaerd: com Zoológico e museus.

O município possui em seu território, 9 praias, conforme apresentado no Quadro 14 abaixo.

Quadro 14 – Praias em Balneário Camboriú

Praia	Localização / Acesso	Características Principais
Praia Central	Centro urbano – Avenida Atlântica	Mais movimentada, orla urbanizada, ciclovia, bares, quiosques; intensa vida noturna e turística.
Praia de Laranjeiras	Rodovia Interpraias	Familiar, infraestrutura turística completa, acesso por carro, bondinho do Parque Unipraias ou barco pirata.
Praia de Taquaras	Rodovia Interpraias	Mar aberto, águas mais agitadas, boa para pesca e contemplação; menos indicada para banho.
Praia de Taquarinhas	Rodovia Interpraias	Praia rústica, sem infraestrutura turística, preservada, ideal para ecoturismo e surf.
Praia do Estaleiro	Rodovia Interpraias	Mar forte, natureza preservada, possui pousadas e restaurantes; mais tranquila que a Central.
Praia do Estaleirinho	Rodovia Interpraias	Pequena, com beach clubs, bares e festas; público jovem e vida noturna.
Praia do Pinho	Rodovia Interpraias	Primeira praia naturista oficial do Brasil, acesso controlado e ambiente preservado.
Praia do Buraco	Barra Norte	Praia pequena e isolada, acesso por trilha do Pontal Norte, sem infraestrutura turística.
Praia do Canto	Entre Barra Norte e Praia Central	Transição entre a Praia Central e a Praia do Buraco; pequena e pouco movimentada.

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

O lazer também se estende às compras e à gastronomia. A Avenida Atlântica e a Avenida Brasil concentram lojas, bares e restaurantes, enquanto o Balneário Shopping oferece opções de entretenimento indoor. Já o Mercado Municipal é um ótimo espaço para experimentar pratos típicos, especialmente à base de frutos do mar.

O Quadro 15 abaixo, apresenta uma relação de praças e áreas verdes de lazer, distribuídos em diversos bairros, que apresentam diversificadas atividades de usos, dentre elas parques infantis e academias ao ar livre.

Quadro 15 – Praças e áreas verdes de lazer em Balneário Camboriú

Nome	Endereço
Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta	Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho, 122 – Bairro dos Municípios
Complexo Ambiental Cyro Gevaerd – Zoológico	BR-101, km 137, Bairro Nova Esperança
Morro da Cruz	Rua Indonésia, nº 800 – Bairro das Nações
Morro do Careca	Bairro Praia dos Amores
Morro do Gavião	Bairro Estados
Morro da Aguada	Barra Sul
Praça Almirante Tamandaré	Avenida Atlântica – Centro
Praça das Bandeiras	Avenida do Estado – Centro
Praça do Chafariz	Rotatória da Praia de Laranjeiras
Praça do Pescador	Rua Emanuel Rebelo dos Santos – Bairro da Barra
Praça Fonte das Sereias	Avenida do Estado, início da 4ª Avenida – Centro
Praça Higino João Pio	Avenida Alvin Bauer – Centro
Praça General José de San Martin	Rua 10 – Centro
Praça Manoel Germano Corrêa	Avenida Palestina – Bairro Nações
Praça João Paulo I	Av. Martin Luther - Bairro das Nações
Praça Kurt Amann	Av. Atlântica - Centro
Praça da Bíblia	Av. da Lagoa - Centro
Praça Urbano Mafra Vieira	Av. Santa Catarina - Estados
Praça do Skate	Av. Rodesindo Pavan - Estaleirinho
Praça Antônio Elizário Correa	Rua Dom Afonso - Vila Real
Praça Capítulo Luiz Zanguini	Rua Canelinha - Municípios
Praça Ambrósio Eble	Av. Martin Luther - Nações
Praça Josef Kleine Buckstege	Rua 1451, esquina com Rua 1919

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Figura 32 – Mapa de Praças e Parques



Fonte: FEPESE, 2025.

O mapa apresentado na Figura 32 ilustra os raios de abrangência de cobertura dos equipamentos de lazer – praças e parques públicos, considerando um raio de 800 metros, parâmetro que representa a distância média adequada para deslocamentos a pé ou por outros modais ativos. A análise espacial foi realizada com base na sobreposição dos raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em conta as delimitações territoriais dos bairros.

A partir desse levantamento, foi possível identificar uma maior concentração de praças nos bairros Centro, Dos Estados e Das Nações, enquanto o Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta localiza-se no bairro Dos Municípios. Os bairros Dos Municípios, Vila Real, Jardim Parque Bandeirantes, Da Barra, Laranjeiras e Estaleirinho possuem ao menos uma praça, com áreas de cobertura que se sobrepõem, proporcionando boa acessibilidade por deslocamentos a pé ou por modais ativos.

Entretanto, os bairros mais afastados, localizados ao norte e ao sul do município, ainda não dispõem de praças e espaços públicos de lazer, o que representa uma fragilidade urbana significativa, pois reduz as oportunidades de

convivência comunitária, interação social e integração intergeracional, além de impactar negativamente a qualidade de vida da população residente nessas áreas.

A ausência desses espaços pode ainda limitar o acesso a atividades recreativas cotidianas, exigindo o uso de transporte coletivo ou particular para deslocamentos a outros bairros em busca dessas infraestruturas.

A importância de praças, parques e espaços públicos de convivência transcende sua função recreativa: esses equipamentos desempenham um papel estratégico na promoção da saúde física e mental, no fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários, na valorização do espaço urbano e na construção de cidades mais inclusivas, seguras e resilientes. Tais espaços são fundamentais para estimular o uso coletivo do território, fortalecer a identidade local e garantir equidade no acesso aos benefícios urbanos.

Diante desse cenário, recomenda-se a realização de estudos técnicos específicos para avaliar a viabilidade de implantação de novas praças e áreas de lazer, especialmente nos bairros atualmente não atendidos.

Além disso, é essencial verificar a disponibilidade de terrenos públicos em áreas urbanas já consolidadas que ainda não contam com esses equipamentos, de modo a orientar ações futuras de planejamento e expansão da rede de lazer urbano, promovendo uma melhor distribuição espacial desses espaços e contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população em todo o território municipal.

Portanto, a ampliação e qualificação dos espaços públicos de convivência devem ser compreendidas como estratégias prioritárias no planejamento urbano de Balneário Camboriú, alinhadas aos princípios do Estatuto da Cidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Investir na criação e manutenção de praças, parques e áreas de lazer não apenas promove a coesão social e o bem-estar coletivo, mas também fortalece a função social da cidade, estimula a vitalidade urbana e contribui diretamente para a melhoria da saúde pública e da qualidade de vida.

Dessa forma, ao incorporar essas diretrizes nos instrumentos de gestão territorial, o município poderá avançar rumo a um modelo urbano mais justo, equilibrado e humanizado, no qual todos os cidadãos tenham acesso democrático a espaços que incentivem o encontro, a convivência e o uso coletivo do território.

Balneário Camboriú apresenta uma dinâmica histórico-cultural em constante adaptação, integrando famílias de residentes e migrantes, com suas culturas e tradições distintas. Essa mescla fortalece a construção de uma identidade contemporânea, promovendo coesão social e confiança comunitária para enfrentar desafios locais, independentemente de condições econômicas ou políticas. Sendo merecedor de destaque a importância da cultura e do patrimônio histórico para o desenvolvimento da cidade.

O município tem como referência cultural a Fundação Cultural de Balneário Camboriú – FCBC que é uma autarquia vinculada à Prefeitura Municipal, responsável pela implementação da política pública de cultura e pelo fomento às manifestações artístico-culturais no município.

Atualmente, a instituição é composta pelo Sistema Municipal de Cultura, pelo Plano Municipal de Cultura, pelo Fundo Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural, criados respectivamente entre 2013 e 2015, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura (MinC).

A partir de informações adicionais obtidas com entrevistas e pesquisas, foram identificadas variáveis para análise do setor cultural para Balneário Camboriú, revelando um ecossistema rico em patrimônio histórico e manifestações tradicionais, mas com potencial subaproveitado devido às limitações espaciais e de preservação, demandando estratégias de revitalização integradas ao Plano Diretor e ao turismo sustentável.

Identificando como principais forças, ativos icônicos como o Complexo Cultural Júlio Batschauer Filho (teatro e galeria), Biblioteca Machado de Assis, Museu ao Céu Aberto, Museu da Imagem e do Som, e o Centro Histórico da Barra com sua herança açoriana (Casa Linhares, Colônia de Pescadores e Comunidade Quilombola do Morro Boi); manifestações únicas como o Acampamento Farroupilha e a Praia de Taquaras com engenho de farinha (patrimônio municipal) e artesanato; além de instrumentos legais como a Lei 2524/2005 para incentivos culturais e oportunidades criativas na Av. Martin Luther (ex.: grafite).

De acordo com o Plano de Turismo (2015 – 2025), o Quadro 16 abaixo, apresenta uma relação das edificações institucionais que possuem usos culturais.

Quadro 16 – Equipamentos culturais em Balneário Camboriú

Nome	Endereço / Localização	Observações
Teatro Municipal Bruno Nitz	Rua 300, nº 50 – Centro	Principal espaço para apresentações teatrais e eventos culturais.
Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis	Rua 2500, esquina com a 3ª Av – Centro	Inclui acervo literário e espaço de leitura pública.
Arquivo Histórico de Balneário Camboriú	Rua 2500, esquina com a 3ª Av – Centro	Integrado à estrutura do Teatro Municipal.
Casa Linhares	Rua Emanuel Rebelo dos Santos - Bairro da Barra	Patrimônio histórico tombado, referência cultural local.
Capela de Santo Amaro Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso	Rua Emanuel R. dos Santos – Bairro Barra	Patrimônio histórico tombado, referência cultural local e estadual.
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil	Rua Indonésia, 220 – Bairro das Nações	Patrimônio histórico tombado, referência cultural local.
Vila do Artesanato e Feira da Cultura	Praça da Cultura – Centro	Espaço destinado ao artesanato, feiras e manifestações culturais.
Galeria Municipal de Arte e Galeria de Vidro	Rua 300, nº 50 – Centro	Espaços expositivos vinculados à Fundação Cultural, anexo ao Teatro Municipal
Complexo de Museus Cyro Gevaerd	BR-101, km 137 – Bairro Nova Esperança	Inclui Museu Arqueológico, Museu do Pescador, Museu Oceanográfico, Museu de Taxidermia e Museu do Artesanato Catarinense (MAC).
ArthouseBC	Rua São Paulo, nº 581 – Bairro dos Estados	Espaço artístico-cultural multidisciplinar com programação de cinema, música, dança e artes visuais.
Museu da Imagem e do Som	Rua 700, nº 44 – Centro (junto ao Teatro Municipal)	Espaço para acervo audiovisual e exposições temáticas.

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Segundo o Plano de Turismo (2015 – 2025), o município conta com um calendário de eventos anual bastante diversificado, com destaque ao Festival de Música de Balneário Camboriú, que reúne músicos nacionais e internacionais; o Festival Internacional de Cinema, com exhibições e oficinas, além de feiras literárias, mostras de dança e exposições de arte. O calendário cultural é fortalecido ainda por festas tradicionais e populares, que resgatam elementos da cultura catarinense, como apresentações de grupos folclóricos e manifestações ligadas à herança açoriana.

Quadro 17 – Eventos culturais em Balneário Camboriú

Evento	Descrição	Periodicidade	Local(es) de Realização
Festival de Música de Balneário Camboriú	Reúne músicos locais, nacionais e internacionais de diversos estilos musicais.	Anual	Teatro Municipal Bruno Nitz e Praça da Cultura
Balneário Camboriú International Film Festival (BCIFF)	Festival internacional de cinema com exhibições, oficinas e mostras temáticas.	Anual	Teatro Municipal Bruno Nitz e espaços culturais parceiros
Feiras Literárias	Encontros de escritores, lançamentos de livros e atividades de incentivo à leitura.	Variável (sazonal)	Praça da Cultura, Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis
Mostras de Dança e Exposições de Arte	Eventos culturais voltados à dança, artes visuais e fotografia.	Variável (anual/bienal)	Galeria Municipal de Arte, Teatro Municipal Bruno Nitz
Festas Tradicionais Açorianas	Celebrações folclóricas com gastronomia típica e apresentações culturais regionais.	Sazonal (datas festivas)	Bairro da Barra e Praça do Pescador
Festival da Canção	Competição e apresentação musical incentivando talentos locais e regionais.	Anual	Teatro Municipal Bruno Nitz
Eventos Gastronômicos e de Artesanato	Feiras de artesanato, culinária típica e produtos locais.	Variável (alta temporada)	Vila do Artesanato, Mercado Municipal
ArthouseBC Programações	Ciclos de cinema, performances musicais e exposições independentes.	Permanente (programação contínua)	ArthouseBC – Bairro dos Estados

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Figura 33 – Mapa de Equipamentos Culturais



Fonte: FEPESE, 2025.

O mapa apresentado na Figura 33 ilustra os raios de abrangência de cobertura dos equipamentos de cultura, considerando um raio de 800 metros, parâmetro que representa a distância média adequada para deslocamentos a pé ou por outros modais ativos. A análise espacial foi realizada com base na sobreposição dos raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em conta as delimitações territoriais dos bairros.

A partir desse levantamento, foi possível identificar uma maior concentração de equipamentos culturais no bairro Centro, seguido do bairro da Barra, com o Centro Histórico e a Capela de Santo Amaro – Tombada como Patrimônio Histórico.

Os bairros Dos Estados, Das Nações, Da Barra e Jardim Parque dos Bandeirantes também possuem atrativos. No entanto o município precisa explorar novos potenciais e criar leis de incentivo a criação de novos equipamentos culturais que possam abranger os demais bairros.

Destaca-se uma maior atenção, com relação a subutilização de espaços históricos, como a necessidade de potencializar o Centro Histórico da Barra com economia criativa, preservar o portinho dos pescadores e revitalizar o mercado e os 10 Ranchos de Pesca; falta de infraestrutura adequada, incluindo um novo espaço para artes (próximo à Fundação Cultural), melhor aproveitamento do sítio arqueológico de Laranjeiras, e áreas públicas insuficientes nos bairros (praças

pequenas); além de desafios logísticos para eventos como o Acampamento Farroupilha (falta de terreno na Interpraias) e destinação exclusiva de recursos do TDC/Outorgas para infraestrutura, em detrimento de programação e preservação cultural.

A principal fonte de informações a respeito dos recursos e atrativos de lazer está no Plano Municipal de Turismo de Balneário Camboriú (2015 – 2025), elaborado pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/SC, que trata do desenvolvimento turístico no município, destacando a combinação de recursos naturais e culturais que sustentam a economia turística local.

O esporte, a cultura e o lazer são pilares essenciais para promover a longevidade com saúde, especialmente em municípios sem estrutura dedicada a esses setores. Além de combater doenças e fortalecer a saúde mental, essas práticas devem ser integradas às políticas públicas como estratégia de bem-estar coletivo. Ao mesmo tempo, representam oportunidades econômicas relevantes, como o turismo esportivo — um dos segmentos que mais cresce globalmente — capaz de impulsionar infraestrutura, atrair visitantes e consolidar a cidade como referência em qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

Diante do cenário identificado, torna-se fundamental que as diretrizes do Plano Diretor incorporem políticas voltadas à valorização e expansão dos equipamentos culturais, alinhadas aos princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que estabelece o direito à cidade, à memória e à identidade cultural como dimensões indissociáveis do desenvolvimento urbano sustentável.

A integração da cultura ao planejamento territorial deve considerar estratégias que estimulem a economia criativa, promovam a requalificação de espaços subutilizados e incentivem a criação de novos equipamentos, garantindo acesso equitativo à população em todos os bairros. Essa abordagem fortalece o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente o ODS 11, que propõe tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, reconhecendo a cultura como vetor de coesão social, inovação e bem-estar coletivo.

1.1.4 Assistência Social

O tema “Desenvolvimento Social e Habitação” é crucial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, pois integra a promoção de condições dignas de moradia, acesso a serviços básicos e inclusão social como pilares para a redução das desigualdades e o fortalecimento da coesão comunitária.

Além disso, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, como programas de assistência e integração comunitária, fomentam a equidade e a participação cidadã, enquanto a urbanização planejada, com infraestrutura sustentável, mitiga impactos ambientais e promove a resiliência das comunidades, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e contribuindo para um crescimento econômico inclusivo e duradouro.

O Plano Municipal de Assistência Social (2022-2026), elaborado para o município foi estruturado em concordância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) regulamentada pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS – 2005) e tem como princípio a centralidade na família, reconhecendo a importância e a corresponsabilidade da família e da sociedade civil nas relações sociais (PMAS, 2022-2026).

6.1.1.5 Indicadores Gerais

a) Índice de Theil

O Índice de Theil é uma medida estatística da distribuição de renda, dado pelo logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita média. Se a razão entre as médias for igual a 1, Theil será igual a zero, indicando perfeita distribuição.

Tabela 34 – Índice de Theil

Índice de Theil				
COMPARATIVO	Índice de Theil-L 1991	Índice de Theil-L 2000	Índice de Theil-L 2010	Variação %
Brasil	0,78	0,76	0,68	-12,82%
Santa Catarina	0,54	0,56	0,42	-22,22%
Balneário Camboriú	0,53	0,87	0,47	-11,32%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

O comportamento do Índice de Theil-L revela avanços relevantes na redução das desigualdades de renda em diferentes escalas territoriais, embora com intensidades distintas: enquanto o Brasil apresentou uma queda de 12,82% entre 1991 e 2010, Santa Catarina obteve um desempenho ainda mais expressivo, com redução de 22,22%, refletindo um processo de maior equidade regional.

Já em Balneário Camboriú, observa-se uma oscilação significativa, com aumento acentuado em 2000 e posterior queda em 2010, resultando em uma redução modesta de 11,32% no período analisado. Esse movimento indica que, apesar de avanços, a cidade enfrenta desafios estruturais na distribuição de renda, exigindo políticas públicas consistentes de inclusão socioeconômica e fortalecimento das oportunidades de acesso à renda e serviços, a fim de alinhar-se ao desempenho estadual e consolidar-se como referência em desenvolvimento equilibrado e sustentável.

b) Índice Gini

O Índice de Gini, mede o grau de concentração de renda em determinado grupo. Numericamente variando de zero a um. Onde o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto.

Tabela 35 – Índice de Gini

Índice de Gini				
COMPARATIVO	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	Variação %
Brasil	0,63	0,64	0,60	-4,76%
Santa Catarina	0,55	0,56	0,49	-10,91%
Balneário Camboriú	0,55	0,67	0,52	-5,45%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

A análise do Índice de Gini evidencia avanços na redução da desigualdade de renda no Brasil e em Santa Catarina entre 1991 e 2010, embora em ritmos distintos: o Brasil apresentou uma queda modesta de 4,76%, enquanto o estado

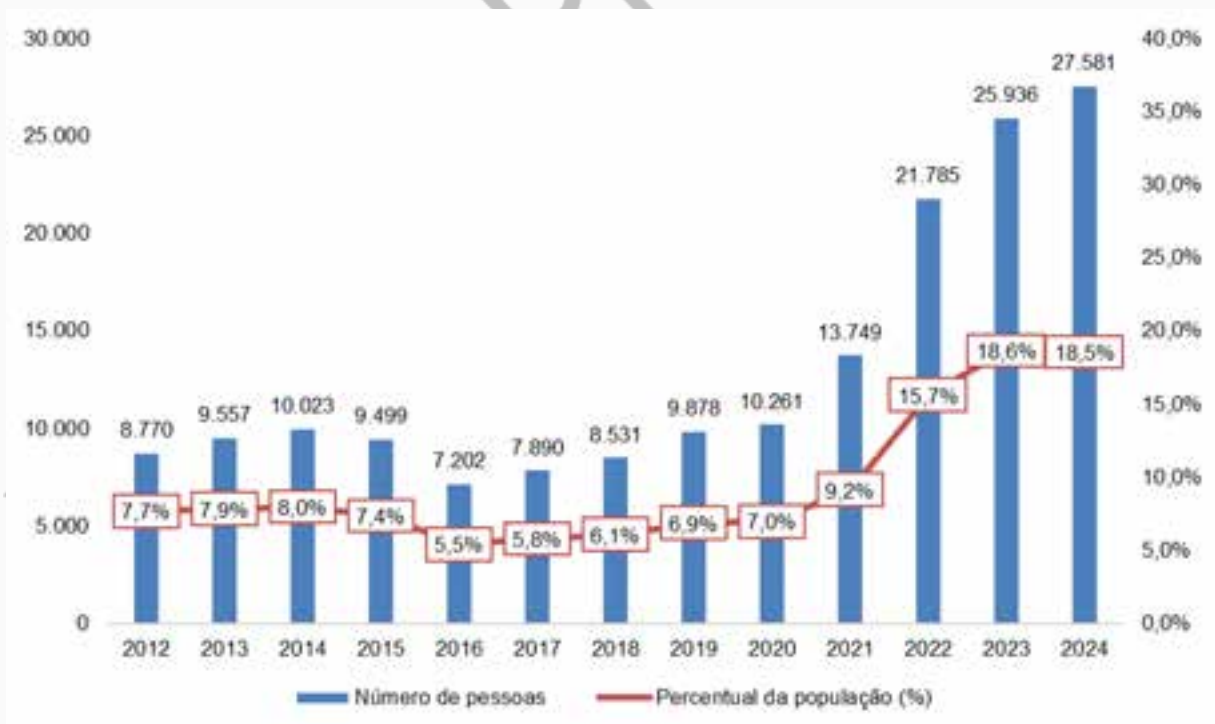
obteve um resultado mais expressivo, com redução de 10,91%, aproximando-se de patamares de maior equilíbrio social.

Em Balneário Camboriú, contudo, o cenário revela maior instabilidade, com um aumento significativo da desigualdade em 2000, seguido de recuperação parcial em 2010, resultando em queda acumulada de apenas 5,45%. Esse comportamento sugere vulnerabilidades estruturais no município, possivelmente associadas à forte expansão econômica e demográfica sem mecanismos proporcionais de redistribuição, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão social, diversificação econômica e acesso equitativo a oportunidades, de modo a alinhar a cidade ao desempenho positivo observado no contexto estadual.

c) Pessoas inscritas no cadastro único

Outro aspecto relevante refere-se ao crescimento expressivo da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos últimos anos, conforme evidenciado pelo Gráfico 18 a seguir.

Gráfico 50 – Pessoas inscritas no Cadastro Único e proporção da população de Balneário Camboriú (meses de dezembro de cada ano)



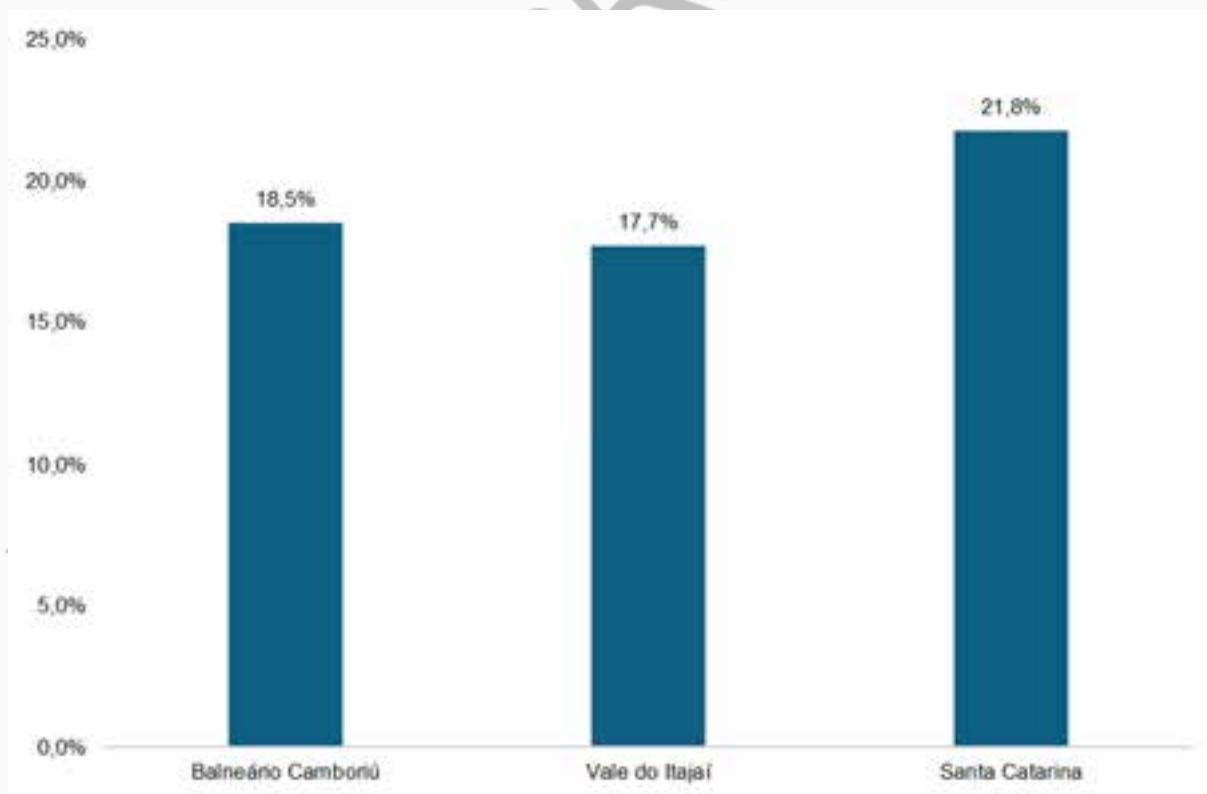
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025.

O número de pessoas inscritas no Cadastro Único aumentou de 8.770 pessoas em 2012 (7,7% da população) para 27.581 em 2024, o que representa 18,5% da população municipal. Esse crescimento foi especialmente acelerado a partir de 2021, o que pode estar relacionado a impactos econômicos pós-pandemia e à ampliação de políticas de inclusão.

d) Comparação regional no Cadastro Único

A comparação regional, mostra que Balneário Camboriú tem uma proporção de inscritos no Cadastro Único (18,5%) superior à do Vale do Itajaí (17,7%), embora ainda inferior à média estadual (21,8%). Isso evidencia que, apesar do elevado IDH e da infraestrutura consolidada, há um contingente importante de moradores em situação de baixa renda, o que demanda ações sociais mais intensas e estruturadas.

Gráfico 51 – Proporção da população inscrita no Cadastro Único em dezembro de 2024



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025.

A evolução do número de beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF em Balneário Camboriú revela um crescimento expressivo a partir de 2021, especialmente no contexto pós-pandemia e de ampliação do programa a nível nacional.

e) Benefício do Bolsa Família

Entre 2013 e 2020, o percentual da população beneficiária manteve-se abaixo de 2%, oscilando entre 1,13% e 1,82%. A partir de 2021, no entanto, o número de beneficiários mais que dobrou, passando de 3.615 pessoas (2,42%) para 7.905 (5,68%) em 2022, atingindo 8.122 pessoas (5,84%) em 2023 e mantendo-se em 7.970 (5,36%) em 2024.

Gráfico 52 – Pessoas beneficiárias do programa bolsa família e proporção da população de Balneário Camboriú

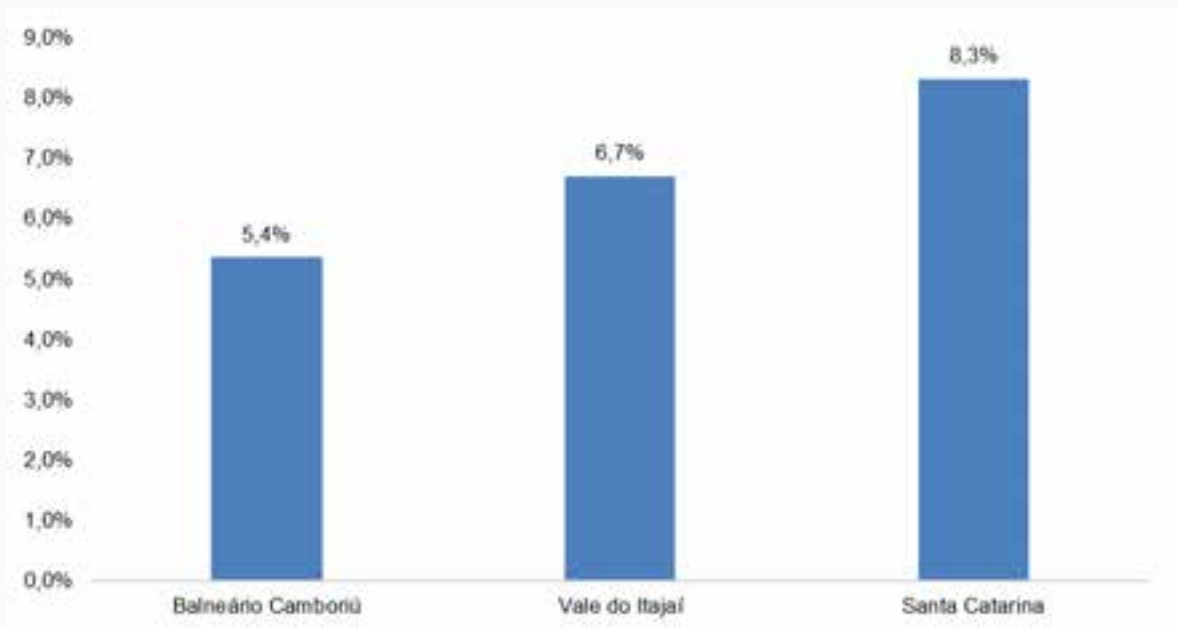


Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025.

f) Proporção da população Beneficiária do Bolsa Família

Embora Balneário Camboriú apresente hoje um patamar superior ao seu histórico anterior, a proporção de 5,4% da população beneficiária ainda está abaixo da média do Vale do Itajaí (6,7%) e do estado de Santa Catarina (8,3%).

Gráfico 53 – Proporção da população beneficiária do programa bolsa família em dezembro de 2024



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025.

Os dados apontam a existência de uma população em situação de vulnerabilidade que, embora proporcionalmente menor em comparação a outras regiões, demanda atenção contínua das políticas sociais municipais, especialmente em articulação com os programas federais de transferência de renda.

6.1.1.6 Equipamentos de Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família (SASMF) é responsável pelo planejamento, organização e execução das Políticas Públicas de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda. A Política de Assistência Social é ofertada através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que promove Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (PMBC- SASMF, 2025).

A Proteção Social Básica tem como finalidade prevenir situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Suas ações são executadas principalmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades públicas que atuam junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, promovendo acompanhamento e encaminhamento para programas e benefícios socioassistenciais.

Já a Proteção Social Especial é direcionada a indivíduos e famílias cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, exigindo, portanto, intervenções mais específicas. Ela se divide em dois níveis: Média Complexidade e Alta Complexidade.

No âmbito da Média Complexidade, Balneário Camboriú dispõe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que atende todos os bairros do município. Entre os serviços ofertados, destacam-se:

- Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC;
- Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias.

Na esfera da Alta Complexidade, o município conta com unidades de acolhimento institucional. A Casa de Passagem e Lar do Adolescente acolhe jovens de 12 a 18 anos afastados do núcleo familiar por determinação judicial em decorrência de situações de violação de direitos, tais como conflitos familiares, negligência, maus-tratos e abandono.

Já a Casa de Passagem do Migrante destina-se às pessoas em situação de rua, encaminhadas pelo serviço de Resgate Social, que atua 24 horas por dia e também pode ser acionado pelo telefone 156.

Esse serviço oferece acolhimento imediato com cama, banho, alimentação e roupas limpas, além de encaminhar os usuários, conforme sua demanda, para reinserção no mercado de trabalho, retorno à cidade de origem com fornecimento de passagem, ou para internação em clínicas de recuperação.

Quadro 18 – Unidades de Assistência Social de Balneário Camboriú

Unidade	Endereço
Casa de Passagem do Migrante	BR-101, Km 130 - Várzea do Ranchinho
CRAS Espaço Cidadão	Rua Brusque, nº 127 - Municípios
CRAS Construindo Cidadania	Rua Maurício Venâncio Cunha, nº 201 – São Judas Tadeu
Casa de Convivência da Família	Rua Itália, nº 1059 – Nações
CRAS Central	Rua 3.100, nº 876 - Centro
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social	Rua Iraque, 289, esquina com Avenida Martin Luther – Bairro das Nações

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Figura 34 – Mapa de Equipamentos de Assistência Social



Fonte: FEPESE, 2025.

O mapa apresentado na Figura 34 ilustra os raios de abrangência de cobertura dos equipamentos de assistência social, considerando um raio de 800 metros, parâmetro que representa a distância média adequada para deslocamentos a pé ou por outros modais ativos. A análise espacial foi realizada a partir da sobreposição desses raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em conta as delimitações territoriais dos bairros.

A partir desse levantamento, foi possível identificar que os equipamentos existentes estão implantados em locais estratégicos e apresentam uma distribuição relativamente adequada. No entanto, a análise também aponta a necessidade de aprofundar estudos sobre das demandas específicas por bairro, de modo a orientar a implantação de novas unidades assistenciais, principalmente nas regiões com menor cobertura, como a região sul: Barra, Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho; região oeste: Nova esperança e Jardim Parque Bandeirantes e a região norte: com Estados, Ariribá, Pioneiros e Praia dos Amores.

Apesar de a estrutura atual apresentar avanços significativos, como a presença de uma rede de apoio comunitário que conecta pessoas em situação de isolamento social, a referência na aplicação da Política do Idoso e a criação de

vagas em creches para idosos — ampliando o cuidado e a inclusão dessa faixa etária — ainda persistem desafios relevantes.

Entre eles, destacam-se a carência de áreas destinadas à moradia com custo acessível, a existência de pessoas com vínculos familiares fragilizados que vivem sozinhas, a migração de moradores para cidades vizinhas em busca de um custo de vida mais acessível, a concentração significativa de imigrantes no Bairro dos Municípios e as ocupações irregulares na Vila Fortaleza.

Soma-se a isso a necessidade de continuidade das ações integradas relacionadas ao programa firmado com o Governo Federal para acolhimento de imigrantes, iniciado antes da pandemia, e que permanece em vigor diante da permanência dessa população no município.

Diante do cenário identificado, torna-se essencial que as políticas urbanas voltadas à assistência social sejam fortalecidas e incorporadas de forma estratégica ao processo de revisão do Plano Diretor, em consonância com os princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que assegura a função social da cidade e da propriedade, bem como o direito de todos a um espaço urbano inclusivo e equitativo.

A expansão e a descentralização dos equipamentos assistenciais, especialmente nas regiões mais vulneráveis, devem ser orientadas por diagnósticos territoriais detalhados e articuladas a políticas habitacionais, de inclusão social e de acolhimento populacional.

Essa abordagem integrada contribui diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 — em especial o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) — e fortalece um modelo de planejamento urbano comprometido com a justiça social, a coesão territorial e a melhoria contínua da qualidade de vida de toda a população.

1.1.5 Segurança Pública

6.1.1.7 Indicadores

Instituída pela Lei nº 2.798, de 29 de fevereiro de 2008, a Secretaria de Segurança Pública de Balneário Camboriú tem como finalidade assegurar o

cumprimento das leis, a manutenção da ordem pública e a proteção dos cidadãos. Suas atribuições incluem:

- Execução de ações repressivas e preventivas;
- Garantia de um ambiente seguro para convivência, trabalho, produção e lazer;
- Inibição e repressão de práticas socialmente reprováveis;
- Preservação dos bens e serviços públicos.

O município conta com diversas unidades institucionais de segurança pública que atuam de forma integrada, tais como:

A Guarda Municipal é o principal efetivo de segurança do município, com 167 guardas, sendo o maior de Santa Catarina. Possui grupos especializados, como:

- Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), para operações de maior impacto;
- Grupo de Proteção Ambiental (GPA), responsável por ocorrências ligadas a crimes ambientais;
- Grupo de Proteção às Mulheres (GPM), voltado à segurança e proteção feminina;
- Ronda escolar, com atuação preventiva em unidades de ensino.

Além disso, realiza patrulhamentos em bairros, operações específicas, rondas escolares internas e externas, e atua com o apoio da unidade K9 (cães de policiamento). O atendimento funciona 24 horas, pela Central 153.

Os Agentes de Trânsito são responsáveis pela fiscalização e organização da mobilidade urbana na cidade, realizando barreiras e operações de controle viário e atuam diretamente em situações emergenciais, como acidentes de trânsito, vazamentos de produtos químicos e sinistros em vias públicas. O serviço funciona 24 horas, por meio da Central 153.

A Guarda Patrimonial é o setor de segurança mais antigo do município, e tem como missão zelar pelos prédios e espaços públicos, garantindo proteção ao patrimônio municipal, como o Paço Municipal. Atualmente, a equipe é formada por 51 guardas, além de dois coordenadores e um diretor.

A Defesa Civil está vinculada à Secretaria de Segurança e Ordem Pública e atua na prevenção, monitoramento e resposta a desastres naturais ou situações

que possam representar risco à população. O atendimento é realizado pelo telefone 199.

O Departamento de Controle de Ocupação Irregular e Degradação Ambiental – DCOI tem como função a fiscalização e contenção de ocupações irregulares em áreas públicas e privadas, bem como a prevenção da degradação ambiental. Suas atividades incluem a identificação de áreas em risco, orientação à população e aplicação de medidas legais e administrativas para garantir a ordem urbana e a preservação ambiental do município.

O município de Balneário Camboriú apresenta um cenário relativamente estável em relação aos principais indicadores de segurança pública, embora com oscilações importantes nos registros de crimes violentos, suicídios e ações policiais ao longo da última década.

Quadro 19 – Número de ocorrências de mortes violentas, tentativa de morte e outras mortes em Balneário Camboriú

(continua)

Grupo	Categoria	2020	2021	2022	2023	2024
Mortes violentas	Feminicídio	1	0	0	1	1
	Homicídio doloso	10	6	12	9	14
	Lesão corporal seguida de morte	1	0	0	0	2
	Roubo seguido de morte (latrocínio)	0	1	0	1	0

Quadro 19 – Número de ocorrências de mortes violentas, tentativa de morte e outras mortes em Balneário Camboriú

(conclusão)

Grupo	Categoria	2020	2021	2022	2023	2024
Outras mortes	Morte no trânsito ou em decorrência dele	5	14	9	9	3
	(exceto homicídio doloso)					
	Mortes a esclarecer	0	0	0	0	0
(sem indício de crime)						
	Suicídio	17	16	21	25	17
Tentativa de Morte	Tentativa de homicídio	30	33	43	29	34
Total		64	70	85	74	71

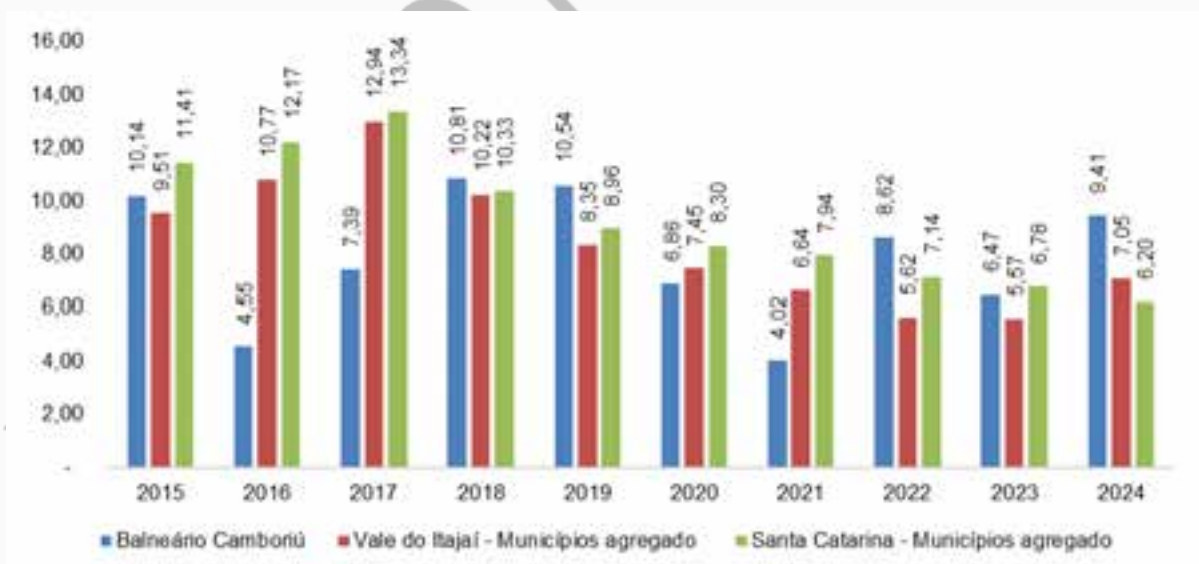
Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública - Sinesp VDE, 2025.

A análise dos dados de mortes e tentativas de morte entre 2020 e 2024 revela um cenário na segurança pública que necessita de respostas estratégicas integradas. O aumento dos homicídios dolosos em 2022 e 2024, somado à persistência de feminicídios e casos de lesão corporal seguida de morte, evidencia fragilidades na prevenção da violência interpessoal e no enfrentamento às dinâmicas criminais.

Paralelamente, os suicídios apresentam índices elevados e crescentes até 2023, configurando um desafio de saúde mental, que demanda políticas públicas de cuidado psicossocial e prevenção. As mortes no trânsito, que tiveram pico em 2021, caíram significativamente em 2024, indicando impacto positivo de medidas de fiscalização e educação, mas ainda requerem atenção para manutenção dessa tendência.

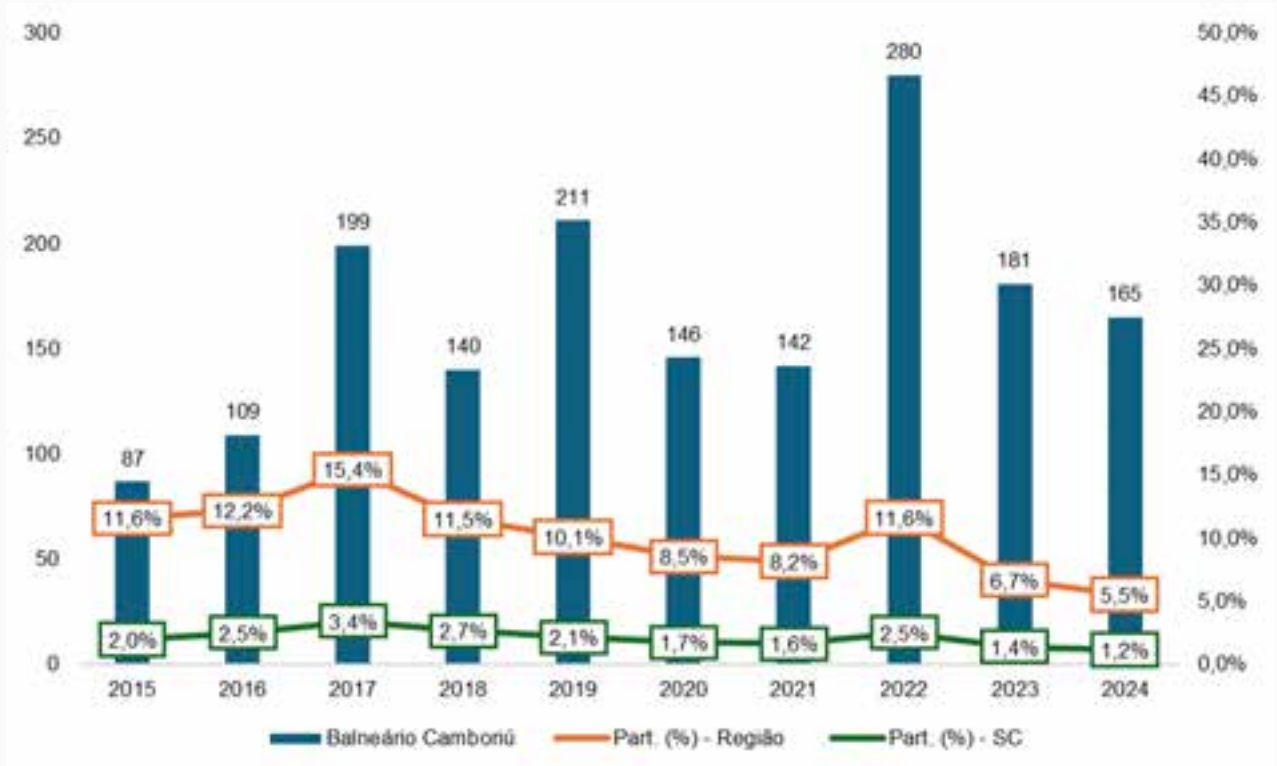
Já as tentativas de homicídio, com números consistentes e altos em todos os anos, reforçam a necessidade de ações preventivas de segurança comunitária, fortalecimento de redes de proteção social e ampliação do acesso a políticas de inclusão e cidadania. Esse panorama aponta para a urgência de estratégias intersetoriais que articulem segurança, mobilidade urbana, saúde mental e justiça social para reduzir a letalidade e promover maior resiliência comunitária.

Gráfico 54 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública - Sinesp VDE, 2025.

Gráfico 55 – Mandado de prisão cumprido em Balneário Camboriú e a participação sobre a mesorregião Vale do Itajaí e Santa Catarina



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública - Sinesp VDE, 2025.

O Município apresenta importantes fortalezas na sua atuação em prol da segurança pública, como: Implantação da muralha digital; Parceria com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Capitania dos Portos (Marinha); Guardas Municipais de Itapema e Itajaí (100 câmeras integradas); Serviço do resgate social; Serviço de agentes de trânsito sendo unificado com a Segurança; Serviços do DECOI – Departamento de Ocupação Irregular; ACT – Acordo de Cooperação Técnica entre o município e a Polícia Rodoviária Federal (BR 101); ACT – Acordo de Cooperação Técnica entre o município e a Secretaria de Segurança Públicas de Santa Catarina; Oportunidade de solução do problema social da Vila Fortaleza para moradia popular – ação civil pública; Guarda Municipal: sendo a maior força do estado e na Defesa Civil, a implantação de uma estrutura com concepção moderna.

Contudo, conta com algumas fragilidades como: Moradores de rua; Migração associado ao crime; Iluminação pública pouco adequada para a segurança; Arquitetura com estrutura predial necessitando de atenção para pontos

inseguros com a via urbana; Mobilidade urbana: 70 semáforos sendo somente 3 inteligentes e 20 não integrados na rede; 34 áreas de invasão territorial; Defasagem do plano de gerenciamento costeiro com a implantação da sinalização.

6.1.1.8 Equipamentos de Segurança Pública

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), estabelecida pela Lei nº 13.675/2018 e implementada através do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), visa à preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ela estabelece um conjunto de objetivos, metas e ações coordenadas para os órgãos de segurança pública de todos os níveis federativos, com foco na redução da violência, no combate ao crime organizado, na melhoria do sistema prisional e na valorização dos profissionais (PNSPDS, 2018).

A Secretaria de Segurança e Ordem Pública foi criada pela Lei nº 2798/2008, e tem como principais objetivos cumprir as leis, manter a ordem e proteger as pessoas. Atua em ações de repressão assegurando a proteção coletiva dos bens e serviços para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos (PMBC-SSOP).

Além das unidades de segurança municipais, a cidade conta com unidades da Polícia Militar, que tem como objetivo a prevenção e repressão de crimes, policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública; a Polícia Civil, que trata da investigação de crimes e coleta de provas, elucidação de delitos, realização de prisões e encaminhamento de casos ao sistema judiciário; e o Corpo de Bombeiros realiza diversas atividades essenciais, combate a incêndios, resgate e salvamento, primeiros socorros pré-hospitalares e programas educativos de prevenção e segurança, conforme apresentado no Quadro 20 abaixo.

Quadro 20 – Instituições de Segurança Pública em Balneário Camboriú

Instituição	Endereço
Polícia Civil – 29ª DRP	Av. do Estado, s/n – Centro
Polícia Civil – CPP	Rua Inglaterra, 115 – Bairro das Nações
Polícia Civil – DPCAMI	Rua Marginal Oeste, s/n – Bairro dos Municípios
Polícia Militar – 12º BPM	Rua México, 1191 – Bairro das Nações

Polícia Militar – Comando Regional (3ª RPM)	Rua Noruega, 669 – Bairro das Nações
Corpo de Bombeiros – 13º BBM	Alameda dos Estados Policial Luiz Carlos Rosa, 25 – Bairro dos Estados

Fonte: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, 2025 (adaptado por FEPESE, 2025).

Figura 35 – Mapa de Equipamentos de Segurança



Fonte: FEPESE, 2025.

O mapa apresentado na Figura 35 ilustra os raios de abrangência de cobertura dos equipamentos de segurança pública, considerando um raio de 2.000 metros, parâmetro que representa uma distância média adequada para deslocamentos curtos. A análise espacial foi realizada a partir da sobreposição desses raios de cobertura sobre a área urbanizada do município, levando em conta as delimitações territoriais dos bairros.

A partir desse levantamento, foi possível identificar que os equipamentos existentes estão implantados em locais estratégicos e apresentam uma distribuição relativamente adequada. No entanto, a análise também aponta a necessidade de aprofundar estudos sobre das demandas específicas por bairro, de modo a orientar a implantação de novas unidades de segurança pública, principalmente na região

sul: Barra, Taquaras, Estaleiro, Estaleirinho e na região oeste para o bairro Nova Esperança.

Diante do cenário apresentado, evidencia-se a necessidade de que as políticas de segurança pública sejam incorporadas de maneira estratégica ao processo de revisão do Plano Diretor, em consonância com os princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que assegura o direito à cidade, à cidadania e ao uso socialmente justo e democrático do espaço urbano.

Embora o município apresente avanços significativos — como a implantação da muralha digital, a integração com diferentes forças de segurança e a modernização da estrutura da Guarda Municipal —, ainda persistem desafios estruturais e territoriais que exigem atenção, como a vulnerabilidade social em áreas específicas, a presença de ocupações irregulares, a necessidade de melhorias na iluminação pública e a ampliação da cobertura dos equipamentos de segurança, especialmente nas regiões sul e oeste.

Assim, a formulação de estratégias integradas deve articular segurança pública, mobilidade, infraestrutura urbana e inclusão social, de modo a promover ambientes urbanos mais seguros, resilientes e acessíveis. Essa abordagem fortalece o alinhamento do planejamento municipal aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 — em especial os ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) — e consolida um modelo de cidade que prioriza a prevenção, a proteção cidadã e a qualidade de vida em todas as suas dimensões.

6.2 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS

O prognóstico das diretrizes e ações estratégicas relativas ao cumprimento das políticas públicas voltadas à Educação, Esporte, Cultura e Lazer, Saúde, Assistência Social e Segurança foi elaborado a partir da análise do diagnóstico sobre a realidade do município, no qual foi possível identificar avanços significativos na oferta e na qualidade dos serviços urbanos, bem como fragilidades que exigem atenção e planejamento.

Nesse sentido, torna-se indispensável a revisão do Plano Diretor e das leis urbanísticas com o objetivo de promover atualizações, correções e a incorporação

de novos instrumentos capazes de orientar um desenvolvimento urbano mais justo, inclusivo e sustentável, assegurando melhores condições de vida para a população.

Considerando a implementação da AGENDA 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e o papel dos municípios na aplicação dessa agenda em nível local, as diretrizes e as ações estratégicas propostas neste prognóstico para o município de Balneário Camboriú estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Dessa forma, para atender aos anseios da população e promover um município mais sustentável em relação aos aspectos sociais, dentre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, destacam-se os seguintes ODS vinculados as ações estratégicas:

- ODS 01 – Erradicação da Pobreza
- ODS 02 – Fome Zero;
- ODS 03 – Saúde e Bem-Estar;
- ODS 04 – Educação de Qualidade;
- ODS 05 – Igualdade de Gênero;
- ODS 09 – Indústria, Inovação e Infraestruturas;
- ODS 10 – Redução das Desigualdades;
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis;
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes.

Conclui-se, portanto, que as ações estratégicas voltadas a atender os Aspectos Sociais de Balneário Camboriú devem ser compreendidas como instrumentos fundamentais para integrar planejamento urbano, sustentabilidade e qualidade de vida, articulando políticas setoriais de forma transversal e sistêmica.

O fortalecimento e a expansão dos equipamentos públicos — distribuídos de maneira equilibrada pelo território — ampliam o acesso da população a direitos fundamentais, reduzem desigualdades, valorizam os bairros e fortalecem os vínculos comunitários. Tais ações contribuem para a construção de uma cidade mais justa, segura e funcional, ao mesmo tempo em que impulsionam o desenvolvimento econômico e social.

Ao alinhar suas políticas e estratégias aos princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e aos ODS da Agenda 2030, o município potencializa sua capacidade de enfrentar os desafios da urbanização contemporânea, garantindo

um processo de desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, promovendo coesão social, resiliência territorial e assegurando o bem-estar da população em todas as dimensões da vida urbana.

I. EDUCAÇÃO

• Plano Municipal de Educação 2015-2025:

a) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades e necessidades locais a partir da demanda reprimida registrada no Programa Fila Única para vagas em instituições públicas;

~~b) Realizar, por meio das secretarias estadual e municipal de educação, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;~~

c) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, a fim de construir **no mínimo 5** unidades de educação infantil, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

d) Criar mecanismos e instrumentos, de ordem jurídica, que possibilitem implementar parcerias entre o setor público e privado, para construção e reestruturação de unidades escolares de educação infantil;

e) Possibilitar a construção de mais unidades escolares, bem como, ajustar os espaços das unidades existentes com infraestrutura para auditórios, laboratórios, refeitórios conforme demanda da comunidade;

f) Instituir, em regime de colaboração da União, Estado, Município e comunidade local, programa de construção ou adequação de centros de contraturno e escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades carentes ou com maior índice de vulnerabilidade social;

g) Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, piscinas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para

atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

~~h) — Articular junto à União e ao Estado a solicitação de Demanda de oferta de no mínimo 50 % das vagas de IES públicas em cursos noturnos.~~

• **Desenvolvimento educacional integrado ao planejamento espacial sustentável:**

a) Prover uma infraestrutura educacional inclusiva e inovadora, alinhada ao ordenamento territorial, explorando ativos locais como universidades, redes público-privadas e centros de pesquisa, com foco na sustentabilidade e na ampliação do acesso;

b) Desenvolver projetos integrados de mobilidade escolar, articulando o transporte coletivo e as rotas de deslocamento ativo aos equipamentos educacionais;

c) Integrar o planejamento da rede escolar às políticas de mobilidade urbana e transporte público, ampliando a conectividade entre bairros e equipamentos;

d) Identificar terrenos públicos e áreas estratégicas em regiões urbanas consolidadas, priorizando sua reserva para a implantação de novas escolas.

- **Escolas verticalizadas e multifuncionais em áreas centrais:**

a) Adotar o modelo de escolas verticalizadas para otimizar o uso do solo em regiões densamente ocupadas, com edifícios multifuncionais que incluam laboratórios de informática, espaços maker voltados ao ensino STEM, e ambientes que integrem TICs e Inteligência Artificial para um aprendizado interdisciplinar e centrado no aluno.

- **Infraestrutura inclusiva e formação especializada:**

a) Priorizar reformas e construções com acessibilidade universal, disponibilizando materiais adaptados, transporte escolar seguro e ambientes modernos que estimulem o desenvolvimento de competências socioemocionais.

II. SAÚDE

- **Promover acesso equitativo e territorialmente equilibrado aos serviços de saúde:**

a) Realizar estudo de viabilidade sobre o déficit de cobertura dos serviços de saúde, priorizando regiões com maior vulnerabilidade social e crescimento urbano recente e estabelecer metas de cobertura mínima por território, alinhadas às recomendações do SUS e aos princípios do Estatuto da Cidade;

b) Desenvolver planos de expansão e redistribuição da rede de saúde para garantir o atendimento integral e universal à população.

- **Infraestrutura inclusiva:**

a) Priorizar reformas e construções com acessibilidade universal;

b) Avaliar a capacidade instalada das unidades e a demanda populacional para planejar ampliações e reestruturações;

c) Realizar estudos de viabilidade por demanda para construção de novas unidades de saúde para os bairros Taquaras, Estaleiro, Estaleirinho, Praia dos Amores e Jardim Parque Bandeirantes;

d) Adotar o modelo de unidades de saúde verticalizadas para otimizar o uso do solo, multifuncionais que incluam integração de serviços em diferentes níveis de complexidade e espaços adaptáveis para diferentes usos.

● **Integrar o planejamento da saúde às estratégias urbanísticas e ao ordenamento territorial:**

a) Identificar e destinar áreas públicas ou passíveis de desapropriação em bairros não atendidos para implantação de novas unidades de saúde;

b) Inserir diretrizes específicas para equipamentos de saúde no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo;

c) Planejar a localização dos equipamentos em articulação com o sistema de mobilidade urbana, priorizando acessibilidade por modais ativos e transporte coletivo;

d) Implementar o conceito de Cidade e Comunidade Amiga do Idoso (OMS), adaptando praças, calçadas, transporte e prédios públicos;

e) Ter um arranjo físico-territorial e ambiental que incentive projetos urbanísticos que favoreçam a convivência intergeracional;

f) Articular políticas e investimentos no setor com os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

III. ESPORTE, CULTURA E LAZER

● **Infraestrutura esportiva inclusiva e multifuncional:**

a) Construir e manter centros e polos esportivos multifuncionais (quadras, pistas, salas de ginástica, espaços de lazer integrados);

b) Adaptar praças e parques como espaços de lazer ativo, com playgrounds, trilhas, pistas de caminhada e áreas de convívio;

c) Viabilizar pistas de atletismo e campos escolares em parceria com a rede de ensino.

- **Garantir o acesso equitativo da população a praças e espaços públicos de convivência:**

- a) Mapear áreas urbanizadas que apresentam déficit de praças e parques, priorizando os bairros sem cobertura adequada;
- b) Realizar diagnósticos socioespaciais que considerem densidade populacional, perfil etário e vulnerabilidades sociais para subsidiar a escolha de novas localizações;
- c) Estabelecer metas de cobertura territorial mínima para equipamentos de lazer e convivência por bairro.

- **Planejar e implantar novos espaços públicos em áreas urbanas consolidadas e regiões em expansão:**

- a) Identificar terrenos públicos disponíveis e avaliar sua adequação para implantação de praças e parques;
- b) Promover parcerias público-privadas para viabilizar a criação e manutenção de áreas verdes e de lazer;
- c) Incluir diretrizes para a criação de espaços de convivência nos instrumentos de ordenamento territorial, como o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

- **Qualificar e modernizar praças e parques existentes para ampliar sua atratividade e multifuncionalidade:**

- a) Implementar mobiliários urbanos acessíveis, áreas sombreadas, iluminação eficiente e infraestrutura para diferentes faixas etárias;
- b) Incorporar soluções baseadas na natureza (SBN) para ampliar a permeabilidade do solo e contribuir com o conforto térmico e ambiental;
- c) Criar espaços multifuncionais com equipamentos para práticas esportivas, lazer ativo e passivo, eventos culturais e convivência intergeracional.

- **Promover a participação comunitária no planejamento, uso e gestão dos espaços públicos:**

- a) Estabelecer processos participativos para definição de prioridades e projetos de praças e parques, fortalecendo o vínculo entre comunidade e espaço urbano;
- b) Incentivar a adoção de praças por associações, escolas e empresas locais, estimulando a corresponsabilidade na manutenção e programação dos espaços;
- c) Realizar campanhas educativas sobre o uso e preservação dos espaços públicos como bens coletivos.

- **Integrar os espaços públicos à mobilidade urbana sustentável:**

- a) Planejar conexões seguras entre praças, parques e áreas residenciais por meio de calçadas acessíveis, ciclovias e travessias seguras;
- b) Priorizar a implantação de praças e áreas verdes próximas a eixos de transporte coletivo e ciclovias, ampliando o acesso por modais ativos;
- c) Estimular a criação de corredores verdes conectando espaços públicos, contribuindo para a mobilidade ecológica e para a estrutura ambiental urbana.

- **Valorização e preservação do patrimônio cultural:**

- a) Elaborar políticas públicas voltadas à proteção, restauração e uso qualificado dos espaços históricos, como o Centro Histórico da Barra e a Capela de Santo Amaro, integrando-os a circuitos culturais e turísticos e promovendo atividades permanentes que reforcem sua relevância social e identitária;
- b) Potencializar a região da Barra como núcleo histórico-cultural, hub de economia criativa, integrando à orla sustentável e Economia Azul (blue economy).

- **Ampliação e descentralização da oferta cultural:**

- a) Estimular a implementação de projetos que integrem arte, cultura, inovação e empreendedorismo, potencializando áreas subutilizadas (como o sítio arqueológico de Laranjeira e o mercado tradicional) e criando polos de produção e difusão cultural.

- b) Criar instrumentos urbanísticos e leis de incentivo para a implantação de novos equipamentos culturais nos bairros com menor cobertura, assegurando acesso democrático e redução das desigualdades territoriais no usufruto dos bens culturais;
- c) Redirecionar parte das receitas provenientes de instrumentos urbanísticos (como TDC e Outorga Onerosa) não apenas para infraestrutura, mas também para a programação cultural, manutenção dos espaços e preservação do patrimônio, garantindo a sustentabilidade das ações a longo prazo;
- d) Criar e manter espaços culturais multifuncionais nos bairros, alinhados a escolas e hubs educacionais.;
- e) Destinar áreas adequadas e infraestrutura de suporte para eventos de grande porte, como o Acampamento Farroupilha, e ampliar os espaços públicos destinados à arte e ao lazer, incluindo praças, centros culturais e áreas abertas multifuncionais.

IV. ASSISTÊNCIA SOCIAL

- **Descentralização e expansão da rede de assistência social:**

- a) Planejar a implantação de novos equipamentos em regiões com menor cobertura, como sul (Barra, Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho), oeste (Nova Esperança e Jardim Parque Bandeirantes) e norte (Estados, Ariribá, Pioneiros e Praia dos Amores), garantindo maior capilaridade dos serviços e acesso equitativo à população;
- b) Realizar estudos detalhados e contínuos sobre o perfil socioeconômico e demográfico dos bairros, identificando vulnerabilidades, públicos prioritários e áreas críticas para orientar a alocação de recursos e o planejamento de novas unidades assistenciais.

- **Reduzir desigualdades socioespaciais e ampliar o acesso à moradia digna:**

- a) Implantar programas habitacionais de interesse social em áreas bem localizadas, com infraestrutura e acesso a transporte, evitando a segregação urbana;

- b) Articular ações da assistência social com programas de moradia acessível, regularização fundiária e inclusão produtiva, priorizando famílias com vínculos fragilizados, imigrantes e populações em situação de vulnerabilidade social;
- c) Estabelecer instrumentos urbanísticos (ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa, IPTU Progressivo) para estimular oferta de habitação acessível;
- d) Regularizar ocupações irregulares em áreas consolidadas, assegurando condições mínimas de habitabilidade, saneamento e mobilidade.

- **Promover inclusão social e integração comunitária:**

- a) Fortalecer políticas urbanísticas, integrando equipamentos comunitários (centros de convivência, praças, áreas esportivas) nos bairros de maior vulnerabilidade;
- b) Estimular programas de locação social e parcerias com o setor privado para ampliar alternativas de moradia de baixo custo;
- c) Desenvolver projetos de inclusão para migrantes e imigrantes, com ênfase em acesso à moradia.

- **Ampliar a resiliência socioambiental das comunidades:**

- a) Planejar os bairros e requalificar áreas existentes com foco em infraestrutura sustentável (energia renovável, drenagem urbana, mobilidade ativa);
- b) Incorporar a política de assistência social como eixo estruturante do planejamento urbano, garantindo que suas ações estejam em consonância com o Estatuto da Cidade, com as diretrizes do Plano Diretor e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — especialmente os ODS 1, 10 e 11, promovendo cidades mais inclusivas, resilientes e socialmente justas;
- c) Expandir o monitoramento territorial por meio de diagnósticos periódicos (mapas sociais e indicadores locais de desigualdade) para orientar políticas adaptativas.

- **Fortalecer redes de apoio e políticas intergeracionais:**

- a) Expandir a rede de apoio comunitário para idosos, com novas modalidades de moradia assistida e fortalecimento das creches para idosos;
- b) Incentivar modelos habitacionais multigeracionais e colaborativos (co-housing, moradias comunitárias) para reduzir isolamento social.

V. SEGURANÇA PÚBLICA

- **Ampliação e descentralização dos equipamentos de segurança pública:**
 - a) Planejar a implantação de novas unidades ou pontos de apoio nas regiões com menor cobertura, especialmente no sul (Barra, Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho) e no oeste (Nova Esperança), garantindo atendimento mais eficiente e resposta rápida em todo o território urbano.
- **Requalificação urbana para segurança e inclusão social:**
 - a) Ampliar a iluminação pública em vias e espaços de circulação considerados inseguros, priorizando áreas de vulnerabilidade;
 - b) Requalificar a arquitetura urbana e predial em locais que concentram riscos de violência, criando rotas seguras e pontos de vigilância natural, reduzindo riscos de acidentes e melhorando a prevenção de mortes no trânsito;
 - c) Implantar projetos de desenho urbano com foco em “cidades seguras” (CPTED – Crime Prevention Through Environmental Design);
 - d) Expandir a cobertura da muralha digital com maior número de câmeras inteligentes e integração em tempo real com as forças de segurança;
 - e) Modernizar a rede semafórica, ampliando o número de semáforos inteligentes conectados ao sistema central de monitoramento;
 - f) Criar faixas exclusivas multiuso (transporte coletivo, segurança e emergência) em avenidas estruturais para agilizar respostas rápidas.
 - g) Integrar planos de mobilidade ao uso de tecnologias preditivas, reduzindo riscos de acidentes e melhorando a prevenção de mortes no trânsito.

- **Gestão territorial e redução da ocupação irregular:**

- a) Intensificar a atuação do DECOI no monitoramento e prevenção de novas áreas de invasão, articulando soluções habitacionais para famílias em vulnerabilidade;
- b) Utilizar georreferenciamento e drones para mapear áreas de risco e monitorar ocupações em tempo real;
- c) Avançar em parcerias com o Governo do Estado e União para regularização fundiária sustentável em áreas passíveis de urbanização;
- d) Desenvolver programas para a regularização de áreas de ocupação irregular e promover soluções habitacionais que contribuam para a redução de vulnerabilidades sociais e territoriais associadas à insegurança;
- ~~e) Integrar ações de segurança a políticas sociais que abordem a situação de pessoas em vulnerabilidade, como moradores de rua e imigrantes, e ampliem oportunidades de inclusão, educação e empregabilidade;~~
- f) Estruturar as ações de segurança em consonância com os ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), fortalecendo a governança urbana e promovendo ambientes seguros, justos e inclusivos.

● **Requalificação e Integração para a Segurança da Infraestrutura Viária:**

- a) Realizar estudos técnicos de impacto de tráfego (EIT) e de impacto do zoneamento urbano sobre a mobilidade, orientando novas diretrizes de uso e ocupação do solo.
- b) Ampliar a operação do transporte coletivo com qualidade, conforto, frequência e integração intermodal (ônibus, vans, bicicletas e modais elétricos).
- c) Planejar e implantar a marginal sul-norte no Bairro da Barra, reduzindo congestionamentos e melhorando a fluidez.
- d) Desenvolver planos de mitigação dos gargalos viários de acesso à BR-101, considerando novas alternativas de entrada e saída do município.
- e) Criar corredores preferenciais e faixas reversíveis nas principais avenidas durante horários de pico, com sinalização inteligente.

● **Mobilidade Ativa e Micromobilidade Segura**

- a) Estruturar um sistema seguro de micromobilidade, integrando bicicletas, patinetes e modais elétricos de curta distância.
- b) Requalificar e padronizar as ciclofaixas, garantindo segurança, iluminação, conectividade e sinalização adequada.
- c) Ampliar faixas de recuo nas edificações para favorecer investimentos em calçadas acessíveis, arborizadas e integradas à paisagem urbana.
- d) Estimular o uso de modais não motorizados com incentivos fiscais e parcerias com empresas privadas (por exemplo, “pedala BC”).

● **Segurança Logística, Turismo e Sazonalidade Viária**

- a) Elaborar plano de mobilidade turística, com rotas exclusivas e áreas definidas para embarque e desembarque de ônibus de turismo e vans.
- b) Reavaliar o modelo de circulação e estacionamento de ônibus de turismo, retomando a eficácia do sistema de transbordo (ônibus → vans → hotel).
- c) Planejar áreas de estacionamento para marginais comerciais, garantindo fluidez e segurança.
- d) Implantar gestão inteligente de estacionamentos rotativos, com tecnologia de monitoramento, tarifas justas e rotatividade real.
- e) Criar planos de mobilidade sazonais (verão e eventos), com estratégias específicas para congestionamentos e maior volume de visitantes.

● **Governança e Planejamento Urbano Seguro e Integrado**

- a) Integrar Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí em um plano metropolitano de mobilidade, compartilhando informações e infraestrutura.
- b) Implantar processos participativos de planejamento urbano, envolvendo comunidade, setor produtivo e universidades.
- c) Vincular novos projetos urbanísticos a diretrizes de mobilidade, convivência e esportividade, garantindo coerência com a identidade da cidade.

● **Inovação e Sustentabilidade na Mobilidade**

- a) Adotar o conceito de Mobilidade Urbana Inteligente (Smart Mobility), integrando dados em tempo real sobre trânsito, transporte e estacionamentos.
- b) Incorporar soluções de economia circular na infraestrutura viária (reciclagem de materiais, pavimentação sustentável).
- c) Promover campanhas educativas de trânsito seguro e uso responsável dos modais de entrega (moto fretamento/delivery).

VERSÃO PRELIMINAR

7 DENSIDADE, USOS, OCUPAÇÕES E CENTRALIDADES

7.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICA

7.1.1 Densidade populacional

7.1.2 Evolução Urbana, densidade construtiva e restrições de ocupação

7.1.3 Habitação

7.1.4 Centralidades, usos e áreas vocacionadas

7.2 DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS RECOMENDADAS

VERSÃO PRELIMINAR

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ (AMFRI). **Institucional**. Disponível em: <<https://amfri.org.br/pagina-7001/>> Acesso em: 23 jun. 2025.

ATLAS BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução nº 25/2005. **Emitir orientações e recomendações para a elaboração do Plano Diretor**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129485/resolucao-25-05>> Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução nº 34/2005, alterada pela Resolução Recomendada nº 164/2014. **Emitir orientações e recomendações ao conteúdo mínimo do Plano Diretor, tendo por base o Estatuto das Cidades**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/resolucoes/resolucao-34-2005_alterada.pdf> Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução Recomendada nº 83/2009. **Recomendar ao Ministério das Cidades que emita orientações com Relação à Revisão ou alteração de Planos Diretores**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/resolucoes-recomendadas/resolucao-83-2009.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI (CIMAMFRI). **Quem somos**. Disponível em: <<https://cim-amfri.sc.gov.br/pagina-44894/>> Acesso em: 23 jun. 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI (CIMAMFRI). **PROMOBIS/AMFRI**. Disponível em: <<https://cim-amfri.sc.gov.br/pagina-45496/>> Acesso em: 23 jun. 2025a.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA (DETRAN/SC). **Estatísticas – sinistros de trânsito**. Disponível em: <https://www.detran.sc.gov.br/estatisticas-sinistros/>. Acesso em: 09 set. 2025.

FIRJAN. **IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 09 set. 2025.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES (IDSC). Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 09 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados sobre o Município de Balneário Camboriú**. Disponível em: <

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-camboriu/panorama>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Novo CAGED 2024 / Junho**. Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-2024/junho>. Acesso em: 09 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (PMBC). **Equipe Técnica Municipal – ETM**. Decreto nº 12.363, de 03 de junho de 2025. Balneário Camboriú, 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **IDH Brasil**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>. Acesso em: 09 set. 2025.

QEdu. **Município de Balneário Camboriú – censo escolar**. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4202008-balneario-camboriu/censo-escolar>. Acesso em: 09 set. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA (SEF/SC). **Transparência – valor adicionado por município e atividade**. Disponível em: <https://www.sef.sc.gov.br/transparencias/valor-adicionado-por-municipio-e-atividade>. Acesso em: 09 set. 2025.

TESOURO TRANSPARENTE. **Capacidade de Pagamento – CAPAG**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>. Acesso em: 09 set. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE/SC). **Painéis de Transparência**. Disponível em: <https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br>. Acesso em: 09 set. 2025.